



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)  
SECRETARIA EXECUTIVA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2011**

**BRASÍLIA - 2012**

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)  
SECRETARIA EXECUTIVA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da DN TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, bem como com a Portaria TCU nº 123, de 11 de maio de 2011.

**SECRETARIA EXECUTIVA**

**BRASÍLIA - 2012**

## SUMÁRIO

<b>SEÇÃO I.....</b>	<b>7</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....</b>	<b>7</b>
<b>ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 .....</b>	<b>7</b>
<b>SEÇÃO II.....</b>	<b>12</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>SEÇÃO III .....</b>	<b>14</b>
<b>DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>14</b>
<b>ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 .....</b>	<b>14</b>
<b>2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade:.....</b>	<b>14</b>
<b>2.2 Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais.....</b>	<b>17</b>
<b>2.3 Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade .....</b>	<b>23</b>
<b>2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....</b>	<b>23</b>
<b>2.3.2 Execução física das ações realizadas pela Unidade.....</b>	<b>24</b>
<b>2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro.....</b>	<b>45</b>
<b>2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa.....</b>	<b>45</b>
<b>2.4.2 Programação Orçamentária da Despesa.....</b>	<b>45</b>
<b>2.4.3 Programação de Despesas de Capital .....</b>	<b>46</b>
<b>2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa.....</b>	<b>48</b>
<b>2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação .....</b>	<b>49</b>
<b>2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação .....</b>	<b>50</b>
<b>2.4.7 Indicadores Institucionais.....</b>	<b>51</b>
<b>ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 .....</b>	<b>65</b>
<b>4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....</b>	<b>65</b>
<b>4.2 Análise Crítica .....</b>	<b>66</b>
<b>ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 .....</b>	<b>66</b>
<b>5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos.....</b>	<b>66</b>
<b>5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada.....</b>	<b>67</b>
<b>5.1.2 Situações que a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada.....</b>	<b>67</b>
<b>5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada.....</b>	<b>67</b>
<b>5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade .....</b>	<b>67</b>
<b>5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade ....</b>	<b>67</b>
<b>5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas .....</b>	<b>69</b>
<b>5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria .....</b>	<b>69</b>
<b>5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidadejurisdicionada.....</b>	<b>69</b>

5.3	Composição do Quadro de Estagiários.....	69
5.4	Demonstrativo dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada .....	70
5.5	Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada .....	70
5.5.1	Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão.....	70
5.5.2.	Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.....	70
5.5.3	Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade .....	70
5.5.4	Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão .....	70
5.6	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos .....	70
ITEM 6 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010 .....		74
6.1	Instrumentos de transferências vigentes no exercício .....	74
6.1.1	Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011 .....	74
6.1.2	Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios.....	74
6.1.3	Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes.....	74
6.2	Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse .	75
6.2.1	Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse .....	75
6.3	Análise Crítica.....	75
ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010 .....		76
7.1.	DECLARAÇÃO SOBRE CONTRATOS E CONVÊNIOS - SIASG E SICONV.....	76
ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010 .....		76
8.1.	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93 .....	76
8.2.	ANÁLISE CRÍTICA.....	76
ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010 .....		77
9.1	Estrutura de controles internos da UJ.....	77
ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010 .....		77
10.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	77
ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010 .....		77
11.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial .....	77
ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010 .....		80
12.1 –	Gestão de Tecnologia da Informação (TI) .....	80
ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010 .....		81
13.1.	Despesa com Cartão de Crédito Corporativo.....	81
13.1.1	Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício.....	81

13.1.2 Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade.....	82
ITEM 15 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 .....	82
15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício .....	82
15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício .....	82
15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício .....	82
15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício .....	86
ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....	86
17.1. Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis..	86
ITEM 2 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	
18.1 Análise Crítica das Demonstrações Contábeis da Administração Pública Federal Direta.....	86
ITEM 16 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 .....	86
26.1 Contratação de consultores na modalidade “Produto”, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	86
ITEM 38 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 .....	108
30.1 Avaliação do Termo de Parceria Celebrado pela Unidade Jurisdicionada.....	108
30.2 – Valores repassados em razão de termos de parcerias firmados.....	108
30.3 – Estrutura de Acompanhamento dos Resultados dos Termos de Parceria Firmados .....	109
30.4 – Avaliação dos resultados obtidos com a Parceria.....	110
SEÇÃO IV.....	110
RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	110

**RELAÇÃO DE QUADROS**

<b>QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL .....</b>	<b>06</b>
<b>QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO.....</b>	<b>23</b>
<b>QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS .....</b>	<b>45</b>
<b>QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES .....</b>	<b>45</b>
<b>QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL.....</b>	<b>46</b>
<b>QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS .....</b>	<b>46</b>
<b>QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA .....</b>	<b>47</b>
<b>QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ (1) .....</b>	<b>48</b>
<b>QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ .....</b>	<b>48</b>
<b>QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ .....</b>	<b>49</b>
<b>QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.....</b>	<b>49</b>
<b>QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO .....</b>	<b>49</b>
<b>QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.....</b>	<b>50</b>
<b>QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES .....</b>	<b>65</b>
<b>QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010 .....</b>	<b>66</b>
<b>QUADRO A.5.2 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12 .....</b>	<b>67</b>
<b>QUADRO A.5.3 - DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO) .....</b>	<b>67</b>
<b>QUADRO A.5.4 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 .....</b>	<b>68</b>
<b>QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010 .....</b>	<b>68</b>
<b>QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS .....</b>	<b>69</b>
<b>QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....</b>	<b>69</b>
<b>QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....</b>	<b>69</b>
<b>QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES .....</b>	<b>70</b>
<b>QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA .....</b>	<b>70</b>
<b>QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA .....</b>	<b>70</b>
<b>QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA .....</b>	<b>74</b>

<b>QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS .....</b>	<b>74</b>
<b>QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2012 E EXERCÍCIOS SEGUINTE .....</b>	<b>74</b>
<b>QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.....</b>	<b>75</b>
<b>QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....</b>	<b>76</b>
<b>QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR .....</b>	<b>76</b>
<b>QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ .....</b>	<b>77</b>
<b>QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS .....</b>	<b>77</b>
<b>QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....</b>	<b>77</b>
<b>QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS.....</b>	<b>78</b>
<b>QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ.....</b>	<b>79</b>
<b>QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ .....</b>	<b>80</b>
<b>QUADRO A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR .....</b>	<b>81</b>
<b>QUADRO A.13.2–DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) .....</b>	<b>82</b>
<b>QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO .....</b>	<b>82</b>
<b>QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI .....</b>	<b>83</b>
<b>QUADRO B.1.2 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA. ....</b>	<b>86</b>
<b>QUADRO C.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS .....</b>	<b>86</b>
<b>QUADRO C.38.1 - IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO.....</b>	<b>108</b>
<b>QUADRO C.38.2 DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO EM RAZÃO DE TERMO DE PARCERIA.....</b>	<b>108</b>
<b>QUADRO C.38.3 - DADOS AGREGADOS DOS TERMOS DE PARCERIA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA .....</b>	<b>109</b>
<b>QUADRO C.38.4 - COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DA PARCERIA (ART. 11 § 1º DA LEI 9.790/99) .....</b>	<b>109</b>
<b>QUADRO C.38.5 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO .....</b>	<b>110</b>
<b>QUADRO C.38.6 – DEMONSTRATIVO DOS INDICADORES PACTUADOS COM A ENTIDADE PARCEIRA .....</b>	<b>110</b>

## SEÇÃO I

## IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

## ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

## QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Presidência da República			<b>Código SIORG:</b> 000026
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b> Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União			
<b>Denominação abreviada:</b> SE/CGU			
<b>Código SIORG:</b> 052303	<b>Código LOA:</b> 20125	<b>Código SIAFI:</b> 20125	
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Administração Direta			
<b>Principal Atividade:</b> Administração Pública em Geral			<b>Código CNAE:</b> 8411-6/00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(061) 2020-7241	(061) 2020-7242	(061) 2020-7030
<b>Endereço eletrônico:</b> <a href="mailto:cgu@cgu.gov.br">cgu@cgu.gov.br</a>			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.cgu.gov.br">http://www.cgu.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Setor de Autarquias Sul, Quadra 1, Bloco A, Ed. Darcy Ribeiro, Asa Sul, Brasília-DF, CEP 70070-905.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto nº 3.591 de 06 de setembro de 2000 e suas alterações – Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências.</li> <li>Lei nº 10.180 de 06 de fevereiro de 2001 e suas alterações - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.</li> <li>Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003 e suas alterações – Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.</li> <li>Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005 e suas alterações – Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.</li> <li>Decreto nº 5.683, de 24 de janeiro de 2006 - Aprova a Estrutura Regimental da Controladoria-Geral da União e dá outras providências.</li> <li>Decreto nº 7.547, de 4 de agosto de 2011 – Altera o Decreto nº 5.683/2006, que aprova a Estrutura Regimental da Controladoria-Geral da União e remaneja cargos em comissão.</li> </ul>			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Portaria nº 111, de 04/05/2005: estabelece as regras de utilização do serviço de Correio Eletrônica da Controladoria-Geral da União.</li> <li>Portaria nº 196, de 05/07/2006: disciplina a utilização dos recursos de Tecnologia da Informação nas unidades da Controladoria-Geral da União.</li> <li>Portaria nº 570, de 11/05/2007: aprova o Regimento Interno da Controladoria-Geral da União.</li> <li>Portaria nº 1.957, de 31/12/2007: define critérios e procedimentos relativos a aquisição e distribuição de publicações periódicas e oficiais.</li> </ul>			



- Portaria nº 379, de 10/03/2008: cria a estrutura de protocolo da Controladoria-Geral da União.
- Portaria nº 527, de 11/04/2008: dispõe sobre a Política de Capacitação dos servidores em exercício na Controladoria-Geral da União e dá outras providências.
- Portaria nº 528, de 11/04/2008: institui o Programa de Fortalecimento da Gestão Pública
- Portaria nº 539, de 15/04/2008: dispõe sobre a concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos na modalidade de saque.
- Portaria nº 686, de 16/05/2008: fixa os limites percentuais na modalidade de saque referente a suprimento de fundos.
- Portaria nº 1.248, de 26/08/2008: dispõe sobre o ressarcimento de despesas de fornecimento de cópias reprográficas de documentos pela CGU.
- Portaria nº 173, de 21/01/2009: regulamenta a concessão de bolsa de estudo de língua estrangeira aos servidores em exercício no Órgão Central e nas Unidades Regionais da Controladoria-Geral da União, no exercício de 2009.
- Portaria nº 571, de 18/03/2009: regulamenta a remoção por permuta, a pedido, dos servidores da CGU.
- Portaria nº 795, de 17/04/2009: define as autoridades proponentes das viagens a serviço.
- Portaria nº 1.145, de 16/06/2009: estabelece os critérios de participação dos servidores em exercício na Controladoria-Geral da União em cursos de pós-graduação.
- Portaria nº 1.473, de 29/07/2009: aprova o Regulamento Operacional do Programa de Apoio à Mãe Lactante da CGU.
- Portaria nº 2.087, de 14/10/2009: aprova a 2ª Edição do Manual de Procedimentos de Gestão Documental.
- Portaria nº 516, de 15/03/2010: institui o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.
- Portaria nº 619, de 26/03/10: aprova procedimentos e modelos para emissão e utilização das Carteiras Funcionais, Cartões de Identificação dos Aposentados e Crachás dos Servidores Ativos em exercício nas Unidades da CGU.
- Portaria nº 894, de 05/05/2010: institui, no âmbito da Controladoria-Regional da União no Estado do Rio de Janeiro, o Núcleo de Ações de Correição – Nacor.
- Portaria nº 913, de 07/05/2010 – institui a Política de Segurança Corporativa na Controladoria-Geral da União.
- Portaria nº 1772, de 09/09/2010: altera a Portaria nº 571, de 2009, que regulamenta a remoção por permuta, a pedido, dos servidores da CGU.
- Portaria nº 1.870, de 17/09/2010: institui a assinatura dos documentos eletrônicos produzidos pela CGU, no âmbito do Sistema de Gestão Interna – SGI.
- Portaria CGU nº 1.965, de 04/10/2010: institui o Programa de Capacitação e Orientação dos Gestores Públicos Federais (Capacita).
- Portaria nº 2.400, de 03/12/2010: institui os procedimentos para organização do acervo documental oriundo das extintas Unidades de Controle Interno (ex-CISET), em especial papéis de trabalho, no âmbito da Controladoria-Geral da União (CGU).
- Portaria nº 811, de 18/04/2011: estabelece os procedimentos para recebimento de correspondências particulares dos servidores em exercício no Órgão Central da CGU em Brasília.

- Portaria nº 1.343, de 08/07/2011: Dispõe sobre o controle de entrada e saída de pessoas, bens e veículos às dependências do Edifício Sede da CGU, em Brasília.
- Portaria nº 2.749, de 30/12/2011: estabelece critérios de utilização, manutenção e controle dos serviços de telefonia móvel celular.

### **Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada**

- Cartilha “Perguntas e Respostas sobre Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamento” (SE).
- Portfolio da CGU – Apresentação das ações da Casa – Inglês e Espanhol (SE).
- Revista da CGU – Controladoria-Geral da União. 1ª à 9ª Edição. (SPCI)
- Cartilha “Olho Vivo no Dinheiro Público” - Um guia para o cidadão garantir os seus direitos. (SPCI)
- Coleção Olho Vivo: Controle Social (SPCI).
- Coleção Olho Vivo: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) (SPCI).
- Coleção Olho Vivo: Programa Bolsa Família (SPCI).
- Coleção Olho Vivo: Desenvolvimento Agrário (SPCI).
- Cartilha de Controle Social.
- Cartilha do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).
- Cartilha “O Vereador e a Fiscalização dos Recursos Públicos Municipais” (SPCI).
- Manual de Integridade Pública e Fortalecimento da Gestão (SPCI).
- Manual “A Responsabilidade Social das Empresas no Combate à Corrupção” (SPCI).
- Cartilhas dos Trabalhos Vencedores dos Concursos de Desenho e Redação da CGU (SPCI).
- Cartilha da Convenção Interamericana contra Corrupção (SPCI).
- Cartilha da Convenção da OCDE contra suborno de funcionários públicos estrangeiros em transações comerciais internacionais (SPCI).
- Cartilha da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (SPCI).
- Cartilha de Acesso à Informação Pública (SPCI).
- Sumário Executivo – Pesquisa Diagnóstico sobre Valores, Conhecimento e Cultura de Acesso à Informação Pública no Poder Executivo Federal Brasileiro (SPCI).
- Livro "Prevenção e Combate à Corrupção no Brasil - Trabalhos Premiados do 2o ao 6º Concurso de Monografias da CGU" (SPCI).
- Guia “Orientações para Implantação de Uma Unidade de Ouvidoria – rumo ao sistema participativo” (OGU).
- Manual de Processo Administrativo Disciplinar (CRG).
- Apostila com Jurisprudências sobre Matéria Disciplinar (CRG).
- Apostila com Pareceres da AGU sobre Matéria Disciplinar (CRG).
- Legislação sobre Matéria Disciplinar (CRG).
- Manual do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD/CRG).
- Manual de Inspeção Correccional (CRG).
- Guia Rápido de Inspeção (CRG).

- Relatório de Punições Expulsivas do Poder Executivo Federal (CRG).
- Guia Rápido do Sistema CGU-PAD (CRG).
- Guia eletrônico com Perguntas e Respostas Frequentes – FAQ - acerca da matéria correcional (CRG).
- Manual de Direito Disciplinar para Empresas Estatais (CRG).
- Orientações para Implantação de Unidades de Corregedoria nos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Federal (CRG).
- Manual para os Agentes Municipais - “Gestão de Recursos Federais” (SPCI e SFC).
- Cartilha “Entendimentos do Controle Interno Federal sobre a Gestão dos Recursos das Entidades do Sistema S” (SFC).
- Manual de Auditoria Anual de Contas (SFC).
- Manual de Admissões, Aposentadoria e Pensão Civil (SFC).
- Manual de Tomada de Contas Especiais (SFC).
- Manual do Sorteio (SFC).
- Manuais – Sistema Ativa (SFC).
- Manual do SAEAC - Sistema de Auxílio à Execução das Ações de Controle (SFC).
- Manual do Balanço Geral da União (SFC).
- Manual de Demandas Especiais (SFC).
- Manual - Metodologia de Planejamento para o Acompanhamento da Execução de Programas de Governo (SFC).
- Cartilha de Diárias e Passagens (SFC).
- Cartilha de Sistema de Registro de Preços (SFC).
- Cartilha de Licitações e contratos administrativos (SFC) .
- Cartilha de Contratação de Consultorias para Projetos de Cooperação Técnica Internacional (SFC).
- Relatório de Avaliação da Execução da Ação de Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura Rodoviária (SFC).
- Relatório de Avaliação da Execução do Programa de Concessão de Licenças de Importação na Secretaria de Comércio Exterior (SFC).
- Relatório de Avaliação da Execução do Programa de Construção de Cisternas para Armazenamento de Água (SFC).

**Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada**  
**Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada**

<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
20125	Controladoria-Geral da União
110174	Diretoria de Gestão Interna
110175	Coord.-Geral de Recursos Humanos/DGI/SE/CGU
110176	Coord.-Geral de Rec. Logísticos/DGI/SE/CGU

110299	CGU/BIRD/PROCONTROLE
110576	SPCI/ODP/Recursos Externos
110585	PROJETO BIRD TF 092094
110593	SPCI/ODP/Recursos Externos
170023	Cont-Regional da Uniao no Estado Do Pará
170031	Cont-Geral da Uniao no Est. Do Maranhão
170037	Cont-Regional da Uniao no Estado do Piaui
170044	Cont-Regional da Uniao no Estado do Ceara
170049	Cont-Regional da Uniao no Estado do Rio Grande do Norte
170054	Cont-Regional da Uniao no Estado da Paraíba
170063	Cont-Geral da Uniao no Estado de Pernambuco
170068	Cont-Regional da Uniao no Estado de Alagoas
170074	Cont-Regional da Uniao no Estado de Se/Cgu
170084	Con-Regional da Uniao no Estado da Bahia/Cgu
170099	Cont-Regional da Uniao no Estado de Minas
170105	Cont-Regional da Uniao no Estado do Espírito
170113	Cont-Regional da Uniao no Estado do Mato
170130	Cont-Regional da Uniao no Estado do Rio de Janeiro
170152	Cont-Regional da Uniao no Estado de São Paulo
170165	Cont-Regional da Uniao no Estado do Paraná
170174	Cont-Regional da Uniao no Estado de Santa Catarina
170189	Cont-Regional da Uniao no Estado do Rio Grande do Sul
170194	Cont-Geral da Uniao no Estado de Mato Grosso
170200	Cont-Regional da Uniao no Estado de Goiás
170202	Cont-Regional da Uniao no Estado de Rondônia
170206	Cont-Regional da Uniao no Estado do Acre
170212	Cont-Regional da Uniao no Estado do Amazonas
170364	Cont-Regional da Uniao no Estado do Tocantins
170365	Cont-Regional da Uniao no Estado do Amapa
170366	Cont-Geral da Uniao no Estado de Roraima
170940	Coord-Geral de Planej. e Orcamento/DGI/SE/CGU
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
00001	Tesouro
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>	
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>	<b>Código SIAFI da Gestão</b>
20125	00001
110174	00001
110175	00001
110176	00001
110299	00001
110576	00001

110585	00001
110593	00001
170023	00001
170031	00001
170037	00001
170044	00001
170049	00001
170054	00001
170063	00001
170068	00001
170074	00001
170084	00001
170099	00001
170105	00001
170113	00001
170130	00001
170152	00001
170165	00001
170174	00001
170189	00001
170194	00001
170200	00001
170202	00001
170206	00001
170212	00001
170364	00001
170365	00001
170366	00001
170940	00001

## SEÇÃO II

### INTRODUÇÃO

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Controladoria-Geral da União (CGU) durante o exercício de 2011, cujo detalhamento das estratégias de atuação adotadas, das atividades desenvolvidas e dos resultados atingidos está consubstanciado em sua Seção III.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, bem como com a Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011, e está estruturado em

quatro seções, quais sejam: I – Informações sobre a Unidade Jurisdicionada; II - Introdução, III– Desenvolvimento; IV – Resultados e Conclusões.

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados pela CGU para o exercício de 2011, decorreram da escassez crônica de recursos humanos em face da perda de servidores e da reposição insuficiente, assim como dos limites orçamentários e para despesas com diárias e passagens impostos, fatores recorrentes em relação a exercícios anteriores.

A seguir estão indicados os itens requeridos pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 que não constam do presente documento, assim como a correspondente justificativa:

**i) Parte A – Conteúdo Geral:**

Item 3.	Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.
Justificativa: não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência.	

Item 14.	Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.
Justificativa: não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência.	

Item 16.	Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.
Justificativa: não se aplica à estrutura da Controladoria-Geral da União.	

Item 17.	Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.
Justificativa: não se aplica à natureza jurídica da unidade, conforme Quadro A1, do Anexo II da DN TCU nº 108/2010.	

**ii) Parte B – Informações Contábeis da Gestão:**

Item 2.	Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).
Item 3.	Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas.
Item 4.	Informações sobre a composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora).
Item 5.	Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.

Justificativa: não se aplica à natureza jurídica da unidade, conforme Quadro A1, do Anexo II da DN TCU nº 108/2010.

### **iii) Parte C - Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins**

Itens 1 a 15, 17 a 37.

Justificativa: A CGU não está indicada para apresentação das informações e/ou não houveram ocorrências no período.

### **iv) Parte D – Unidades jurisdicionadas com Relatórios de Gestão Customizados**

Justificativa: A CGU não está indicada para apresentação das informações.

## **SEÇÃO III**

### **DESENVOLVIMENTO**

#### **ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010**

##### **2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade:**

Compete à Controladoria-Geral da União (CGU), instituída pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de ouvidoria e ao incremento da transparência da gestão, atuando como órgão central do Poder Executivo Federal para as funções de controle interno e correição.

A CGU está estruturada em quatro unidades finalísticas, de acordo com sua área de atuação: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI), Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), Corregedoria-Geral da União (CRG) e Ouvidoria-Geral da União (OGU).

Também integra a estrutura da CGU, como órgão colegiado e consultivo, o Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC). O Conselho é formado paritariamente por representantes do governo e da sociedade civil, e tem a finalidade de debater e sugerir medidas de aperfeiçoamento para as atividades de controle dos recursos públicos, de promoção da transparência na gestão pública e de combate à corrupção e à impunidade.

A Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI), unidade criada em 2006, por meio do decreto nº 5.683, atua coordenando as ações de prevenção da corrupção e produção de informações estratégicas no âmbito do Poder Executivo Federal. Entre suas principais atribuições, destacam-se: promover o incremento da transparência pública; produzir, disseminar e promover o intercâmbio de informações estratégicas para prevenção e combate à corrupção; fomentar o controle social como forma de prevenção da corrupção; supervisionar o acompanhamento da evolução patrimonial dos agentes públicos do Poder Executivo Federal; representar a CGU em fóruns ou organismos nacionais ou internacionais relacionados ao combate e à prevenção da corrupção; entre outras.

Compete à Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), entre outras, o exercício das atividades de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e, em cumprimento ao disposto no art. 74 da Constituição Federal e as disposições da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, avaliar a execução de programas de governo, comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto a eficácia e eficiência, da gestão dos administradores públicos federais, exercer o controle das operações de crédito e, também, exercer atividades de apoio ao controle externo.

A Corregedoria-Geral da União (CRG), conforme determina o Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005 e o art. 17 da Lei nº 11.204, de 05 de dezembro de 2005, atua no combate à impunidade na administração pública federal, promovendo, coordenando e acompanhando a execução de ações disciplinares que visem à apuração de responsabilidade administrativa de servidores públicos. Atua também capacitando servidores para composição de comissões disciplinares; realizando seminários com o objetivo de discutir e disseminar as melhores práticas relativas do exercício do Direito Disciplinar e fortalecendo as unidades componentes do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SisCOR).

Compete, também à CGU, por intermédio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), de acordo com o parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 5.683, de 2006, exercer a supervisão técnica das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal. Com esse propósito foram conferidas as competências específicas estabelecidas no art. 14 do mesmo instrumento legal, com as alterações do Decreto nº 7.547, de 2011, entre as quais se destacam: orientar a atuação das demais unidades de ouvidoria dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; examinar manifestações referentes à prestação de serviços públicos; propor a adoção de medidas para a correção e a prevenção de falhas e omissões dos responsáveis pela inadequada prestação do serviço público; contribuir com a disseminação das formas de participação popular no acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços públicos; promover capacitação e treinamento relacionados às atividades de ouvidoria.

Em 2011, a CGU manteve sua atuação orientada pelas diretrizes institucionais estabelecidas em seu plano de longo prazo, o Plano de Integridade Institucional, Controle dos Recursos Públicos e Prevenção da Corrupção da CGU (PII), inicialmente fixado até 2010. Considerando a previsão de que o processo para elaboração de novo planejamento de longo prazo estender-se-ia ao longo do exercício de 2011, decidiu-se prorrogar referido PII por mais um ano, tornando-se, portanto, um plano quinquenal (2007/2011). Citadas diretrizes são as seguintes:

1ª diretriz	Qualificação do controle interno para o cumprimento pleno de suas funções institucionais
2ª diretriz	Responsabilização administrativa como forma eficaz de combate à impunidade
3ª diretriz	Ênfase em medidas de prevenção da corrupção
4ª diretriz	Articulação Interinstitucional
5ª diretriz	Fomento ao controle social
6ª diretriz	Incremento da transparência pública
7ª diretriz	Articulação internacional
8ª diretriz	Fortalecimento institucional

Alinhados a essas diretrizes, objetivos e ações estratégicas foram estabelecidos pelas unidades da CGU, os quais foram desdobrados em projetos e ações. A serem executados em exercício de 2011. As prioridades e linhas gerais de atuação da CGU estão evidenciadas em continuidade, e o detalhamento e respectivos resultados estão consubstanciados em tópicos seguintes deste relatório.



No contexto das ações de prevenção e combate à corrupção, a SPCI estabeleceu macro objetivos de longo prazo (2011-2014), alinhados às suas competências institucionais. As dimensões de planejamento consideradas foram: clientes (sociedade e gestores públicos), processos internos e pessoas (equipe). O macro objetivos estão definidos a seguir:

- Sociedade: Incrementar a transparência pública; Fomentar o exercício do controle social e a cultura de cidadania e Promover a ética e a integridade no setor privado.
- Gestores Públicos: Fortalecer a gestão pública para boa governança e prevenção da corrupção; Mapear riscos e vulnerabilidades na Administração Pública Federal; Disseminar a cultura de geração de informações estratégicas em âmbito nacional e internacional e Produzir e disseminar informações estratégicas.
- Processos Internos: Instrumentalizar a gestão dos processos internos da SPCI.
- Pessoas: Promover a gestão contínua do capital humano na SPCI.

Diversos foram os macroprocessos que conduziram os projetos e ações norteados pelos objetivos acima relacionados, entretanto, a SPCI priorizou ações especialmente as relacionadas a: (i) promoção da transparência pública e acesso à informação; (ii) fomento ao controle social e à cidadania; (iii) fortalecimento da gestão pública; (iv) articulação internacional para prevenção e combate à corrupção; (v) promoção da integridade junto ao setor privado; (vi) produção e disseminação de informações estratégicas; (vii) promoção de estudos e pesquisas sobre corrupção; e (viii) aperfeiçoamento do marco legal voltado à prevenção e combate à corrupção.

No exercício das atividades de órgão central do Sistema de Controle Interno, a SFC buscou, principalmente, atingir quatro objetivos estratégicos:

- Fomentar a melhoria contínua da gestão e da prestação de serviços públicos;
- Fortalecer os controles internos e a capacidade de gerir riscos das instituições públicas;
- Consolidar a atuação integrada entre os órgãos de controle e de defesa do Estado e do Patrimônio Público; e
- Intensificar as Ações de Auditoria Investigativa.

Para alcance dos objetivos estabelecidos, no exercício de 2011, foram realizadas mais de 10 mil ações de controle distribuídas entre as principais linhas da atuação da SFC, quais sejam: i) avaliação da execução de programas de governo; ii) avaliação dos resultados da gestão nos órgãos e entidades da administração pública federal; iii) ações investigativas; e iv) ações de orientação e capacitação dos gestores federais.

Na qualidade de órgão responsável pelo exercício das atividades de órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SisCOR), a CRG, alinhada as diretrizes institucionais estabelecidas pelo PII, buscou intensificar o combate a impunidade mediante ação correcional, com vistas à responsabilização administrativa de agentes públicos, por meio da adoção das seguintes políticas:

- Aumento da capacidade de promoção direta de ações disciplinares que visem à apuração e responsabilização de autoridades e servidores por irregularidades de maior gravidade, complexidade e de repercussão alcançada no meio social.
- Melhora no acompanhamento das ações disciplinares das unidades correicionais dos diversos órgãos e entidades da administração pública federal.
- Fortalecimento do SisCOR por meio da ampliação da capacitação de servidores para composição de comissões disciplinares, da realização de eventos e fóruns de discussão sobre a

função disciplinar da Administração e da melhoria dos instrumentos de gestão das informações disciplinares.

- Ampliação do raio de atuação da CGU na esfera correcional e a busca por inovações tecnológicas.

No campo da correição, a CRG utilizou como norte para as atividades correcionais no exercício de 2011, a mesma metodologia adotada no exercício anterior, qual seja o Desdobramento do Plano de Integridade da CGU no âmbito da Corregedoria-Geral da União (DPII-CRG), que abarcou o conjunto de objetivos e ações considerados estratégicos para o aprimoramento contínuo dos serviços prestados à sociedade. Assim, foram conduzidos pela CRG 15 projetos ligados ao fortalecimento do sistema de correição do Poder Executivo Federal e à responsabilização administrativa de agentes públicos.

O reduzido quadro de pessoal especializado para a coordenação e execução de projetos e o contingenciamento orçamentário foram fatores limitadores para os objetivos da unidade. Mesmo com estas restrições, 60% dos projetos foram efetivamente concluídos em 2011

A OGU cumpre a sua missão institucional ao dar tratamento adequado às expectativas sociais e de direitos, a partir da contribuição do cidadão, de modo individual ou coletiva, concretizada no recebimento de petição administrativa, tendo por finalidade a obtenção de solução que pode ser generalizada para situações semelhantes, que se reflete diretamente na melhoria das políticas e da prestação do serviço público pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Nessa perspectiva, a atuação da Ouvidoria-Geral é no sentido de prevenção contra a ocorrência reiterada de inadequada prestação de serviço público, verificando a efetividade na prestação de serviço público, no âmbito do Poder Executivo Federal, a partir das manifestações recebidas e identificando padrões de excelência existentes na Administração. Dessa forma, atua em prol de um Estado cada vez mais íntegro, ético, eficiente e que garanta a realização de direitos por meio de procedimentos sistematizados e organizados de modo a garantir a ampla participação de cada um e de todos os cidadãos.

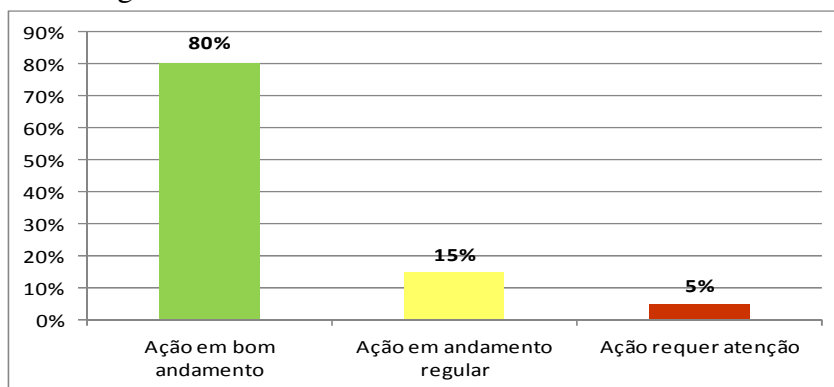
Coerente com a metodologia adotada pela CGU, a OGU elaborou o seu Plano de Ação para o período 2011/2012 utilizando o referencial teórico proposto pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP para a elaboração do Planejamento Estratégico Organizacional. O Plano, elaborado entre maio a junho de 2011, definiu, como Eixo Estratégico, a institucionalização de Sistema Federal de Ouvidorias Públicas capaz de garantir o atendimento de excelência às manifestações dos cidadãos e o aprimoramento constante de políticas e de serviços públicos, tendo em vista o fortalecimento da participação social como meta e como método de realização do Estado Democrático de Direito.

## **2.2 Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais**

O norte de atuação da Controladoria no ano de 2011, em continuidade à política adotada no exercício anterior, visou contribuir para o alcance de uma boa governança pública, para a promoção da ética e da transparência, bem como para a redução das vulnerabilidades e riscos de ocorrência da corrupção. Privilegiou-se a linha de orientação aos gestores públicos na execução de suas ações de modo a desenvolver capacidades e instrumentos para subsidiar o processo decisório e prevenir a ocorrência de eventuais desvios, bem como de propor, quando necessário, medidas corretivas, tendo em vista o interesse público. Além disso, a CGU, quando necessário, procurou aplicar punição a ações desviantes, por exemplo, ao garantir a responsabilização dos agentes públicos federais ímprobos.

No contexto das ações de prevenção e combate à corrupção, a SPCI buscou o cumprimento do Plano Anual de Projetos e Ações para 2011. Tal documento orientou as atividades das unidades vinculadas à Secretaria, em alinhamento aos macro-objetivos definidos para o período de 2011 a 2014, descritos na seção 2.1. O planejamento procurou dar continuidade às ações já existentes no ano de 2010, bem como, criar novos projetos, sempre objetivando a plena execução das competências institucionais da Secretaria.

O plano previu a execução de 41 ações, das quais: 33 foram executadas a contento, com percentual de alcance da meta acima de 75%; 6 tiveram andamento regular, com percentual de alcance da meta acima de 50%; e apenas 5% apresentaram cumprimento reduzido de meta, devido a necessidades de replanejamento interno. Os números demonstram o bom desempenho da SPCI no período, conforme apresentado no gráfico abaixo.



Em 2011, destacam-se as seguintes atuações estratégicas da SPCI:

- Fortalecimento da cooperação internacional para promoção da transparência pública e acesso à informação. Nesse sentido, o Brasil e os Estados Unidos lançaram e co-presidiram a Parceria para Governo Aberto - Open Government Partnership – OGP. Trata-se de importante iniciativa internacional que pretende difundir e incentivar globalmente práticas governamentais como transparência orçamentária, acesso público à informação e participação social.
- Participação ativa das discussões para aprovação da Lei de Acesso a Informações (Lei 12.527), sancionada pela Presidenta da República em 18 de novembro de 2011, defendendo sempre a mais ampla transparência e o acesso irrestrito às informações que são públicas.
- Desenvolvimento de ações para preparar a Administração Pública Federal para a implementação da Lei de Acesso de Informação, entre elas: realização do “Seminário Internacional sobre acesso a Informação: desafios de implementação”, em julho de 2011; realização de pesquisa-diagnóstico sobre valores, conhecimento e cultura de acesso à informação pública no Poder Executivo Federal Brasileiro; elaboração e distribuição de cartilha sobre a Lei de Acesso à Informações, destinada aos servidores públicos federais.
- Consolidação do Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade – Cadastro Pró-Ética. Em 2011, foram realizadas duas rodadas de avaliação de empresas interessadas em compor o Cadastro, que congrega organizações que se comprometem, pública e voluntariamente, perante o governo e a sociedade, com a adoção de medidas para prevenir e combater a corrupção dentro de sua instituição, em favor da ética nos negócios.
- Coordenanação dos preparativos para a 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (CONSOCIAL), a ser realizada entre os dias 18 e 20 de maio de 2012, em Brasília. Tal conferência tem por objetivo debater, com os diversos segmentos da sociedade, a participação ativa da sociedade nas atividades de planejamento, gestão e controle das políticas públicas em todas as esferas governamentais.

No desempenho das atividades de Controle Interno, a Controladoria procurou atuar de forma preventiva, em ampla interação com os gestores federais, de forma a contribuir para o fortalecimento da integridade da gestão pública e propiciar a necessária correção de rumos em relação ao alcance dos objetivos das políticas públicas.

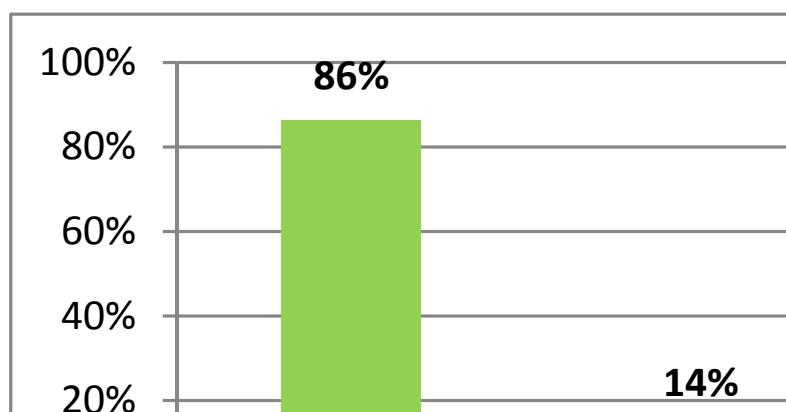
No exercício de 2011, a SFC estabeleceu seu planejamento nos moldes dos anos anteriores, com atividades e projetos alinhados aos objetivos estratégicos citados no item 2.1, mediante o estabelecimento de metas semestrais. Para cada atividade foram definidas etapas com indicação de seus respectivos responsáveis, produtos e prazos, o que permite um efetivo acompanhamento do plano estabelecido. A aferição dos resultados das metas fixadas para o exercício encontra-se em andamento, cabendo destacar que o histórico das medições feitas em exercícios anteriores confirma o alcance de, praticamente, a totalidade das ações previstas.

Ressalta-se também a metodologia de planejamento utilizada para a definição das ações de governo acompanhadas ao longo do exercício, as quais são priorizadas e estudadas em decorrência do processo de hierarquização baseado em variáveis de materialidade, relevância e criticidade. Nessa vertente de avaliação da execução de programas de governo, a CGU intensificou a interlocução com os gestores federais, adicionando ao processo etapa de validação da estratégia de avaliação dos programas. Essa fase foi essencial para garantir a legitimidade do trabalho e a efetividade das etapas de busca conjunta de soluções e tomada de providências.

Por meio das atividades de avaliação dos resultados da gestão e ações de orientação e capacitação dos gestores federais, procurou-se aumentar a percepção dos gestores quanto ao papel da CGU como órgão facilitador para a melhoria da sua gestão, assim como fortalecer a abordagem dos controles nos objetivos finalísticos. Nesse contexto, a SFC buscou, entre outras ações:

- Intensificar os trabalhos junto aos gestores, mediante postura proativa, com intervenções preventivas sobre questões verificadas ao longo do exercício. As verificações são discutidas e tratadas tempestivamente, evitando a continuidade dos problemas com a definição compartilhada das medidas a serem adotadas, cujas recomendações visaram, em especial, a melhoria do processo de trabalho para o fortalecimento dos controles internos primários.
- Fortalecer as parcerias com outros órgãos de defesa do Estado, mediante a realização de trabalhos conjuntos.
- Fortalecer o controle preventivo por meio da oferta contínua de orientações e capacitações sobre temas relacionados à atuação do controle interno
- Promover ações para a transparência e o controle dos investimentos oriundos de recursos públicos federais utilizados para realização dos eventos Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Nesse sentido a Controladoria vem participando das reuniões das Câmaras Temáticas do Grupo Executivo Copa 2014 do Governo Federal, acompanhando as providências do Ministério do Esporte para o monitoramento dos gastos, acompanhando a análise dos Projetos de Investimentos das Arenas, Mobilidade Urbana, entre outros.

A CRG manteve o Plano de Ações e Metas – PAM como o instrumento de planejamento tático anual, o qual delineou as atividades de curto-prazo desenvolvidas pela unidade. Dessa forma, foi possível desenvolver 22 ações/projetos voltados a responsabilização administrativa de agentes públicos. Houve evolução, se comparado ao período anterior, pois 86% destas ações/projetos foram executadas plenamente; 14% dos projetos tiveram andamento regular e nenhum apresentou desempenho abaixo da expectativa.



Objetivando fomentar o quadro de pessoal especializado em gestão, foram ministrados no ano de 2011, 2 módulos do curso de Desenvolvimento Gerencial para Gestores da CRG. Com a participação de 61 servidores, incluindo dirigentes, foram abordados temas ligados ao gerenciamento de equipes, planejamento, organização, liderança, governança e orientação para resultados.

O contingenciamento orçamentário e a limitação estabelecida com despesas para diárias, passagens e locomoção – Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, restringiram importantes ações da CRG, impactando significativamente o desempenho das ações de: i) Capacitação e Especialização em Direito Administrativo Disciplinar; ii) Realização de Inspeções Correccionais; e iii) Realização de encontro anual de Corregedorias.

No ano de 2011, a OGU deu especial atenção à adequação de sua estrutura organizacional para o cumprimento das competências a ela cometidas. Por meio do Decreto nº 7.547, de 2011, houve a criação de duas coordenações finalísticas responsáveis, uma, pelo atendimento ao cidadão e, outra, pela supervisão técnica das unidades de ouvidoria especializadas existentes nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. A OGU, muito embora atuando como órgão finalístico da CGU, estava estruturada regimentalmente como órgão de assessoramento. Tal situação se configurava com a existência um único cargo de direção, o do Ouvidor-Geral, sendo os restantes cargos de assessor e de assistentes. O desempenho de tarefas pelos servidores e colaboradores, incluindo os assistentes, ocorria mediante a atribuição *ad hoc* do Ouvidor-Geral ou do Assessor, o que era elemento causador de ineficiências, pois não havia gerências, e conseqüentemente equipes, estabelecidas, responsáveis pelas atividades permanentes.

Houve, também, o cuidado em promover a adequação do quantitativo de servidores e colaboradores que integram a equipe da Ouvidoria-Geral, a qual foi realizada mediante a movimentação interna de servidores da Carreira de Analistas e Técnicos de Finanças e Controle lotados na CGU e a requisição de servidores em exercício em outros órgãos e entidades da Administração Federal. Muito embora ainda não dispondo do quadro ideal de servidores e colaboradores à sua disposição, a Ouvidoria-Geral procurou fortalecer a sua gestão com vistas à obtenção de resultados através do uso intensivo de instrumentos, notadamente o planejamento.

O Plano de Ação da OGU para o período 2011/2012 contempla a execução de cinco projetos com a previsão de diversos produtos a serem concluídos até o final de 2012, o que permitirá à unidade avançar com vistas ao pleno cumprimento de sua missão institucional. São eles:

- Constituição de sistema federal de ouvidorias, que tem por objetivo a integração sistêmica de fluxos de trabalho e de banco de dados; a padronização de informações com o estabelecimento de uma política de gestão da informação e do conhecimento em ouvidoria; a instituição de

“identidade” administrativa para ouvidorias da Administração Direta; e, por fim, o estabelecimento de Marco Normativo para ouvidorias.

- Realização de diagnóstico organizacional, em parceria com a UNESCO, com vistas a obter diagnóstico das ouvidorias do Poder Executivo Federal, cujo relatório final deverá ser disponibilizado no início de 2012.
- Reorganização do processo de análise das manifestações de modo a organizar e sistematizar a atividade de análise nos padrões estabelecidos pela CGU, e estabelecer modelo de funcionamento (de gestão) de ouvidorias públicas.
- Elaboração de política de formação e disseminação calcada no trinômio: ensino, pesquisa e extensão.
- Implementação da Lei de Acesso a Informação de modo a contribuir com a organização administrativa e a sistematização do direito de acesso a informação pública, especialmente no que toca os procedimentos de transparência passiva, e fortalecer as ouvidorias públicas como instituição/ instâncias de garantia de direitos.

Em 2011, em continuidade às ações empreendidas em exercícios anteriores, a Área de Gestão Interna da CGU - DGI, apesar de ainda passar por inúmeras dificuldades relacionadas à mão-de-obra (principalmente no Setor de Licitações) e ao contingenciamento imposto pelo limite orçamentário estipulado para o ano, focou na consolidação da infra-estrutura logística da Sede CGU, em Brasília-DF, e das Unidades Regionais; na otimização dos instrumentos de controle interno, também com desdobramentos vinculados à economia do fluxo de papel na Casa; e, ainda, no contínuo investimento na capacitação técnica do corpo de servidores da CGU.

Em se tratando de infra-estrutura física, em Brasília, destaca-se em especial:

- A inauguração do "Espaço do Servidor" no edifício-sede em Brasília, readequando a estrutura de restaurante e lanchonete dos servidores da Sede da CGU, não somente para oferecimento de alimentação com máxima qualidade, mas especialmente adequada às exigências da Agência de Fiscalização Sanitária local.
- Início das obras relacionadas com o Sistema de Prevenção e Combate ao Incêndio, com renegociação no final do exercício dos valores a serem despendidos com a referida readequação predial.
- Encaminhamento à Superintendência de Patrimônio da União de pleitos específicos para ocupação de dois andares de edifício próximo ao edifício-sede da CGU na quadra 1 do Setor de Autarquia Sul de modo a desafogar carga ocupacional do Ed. Darcy Ribeiro. Além disso, na negociação conseguimos ainda a área de arquivo do segundo subsolo, em torno de 600 m<sup>2</sup>, que permitirá também a descompressão das áreas destinadas a arquivo no prédio.
- Em decorrência da construção de edificação contígua ao Ed. Darcy Ribeiro, iniciamos as tratativas para locação de área para nova sede da CGU em Brasília-DF, como solução de curto prazo, e no médio prazo, a definição de área a ser construída no Setor de Embaixada Norte.

Ainda quanto aos investimentos em infraestrutura logística, mesmo com todas as limitações impostas pelo Decreto nº 7446/2011, no que tange às Unidades Regionais dos Estados destacam-se:

- Finalização das obras para inauguração da sede própria construída no Estado do Pará.
- Definição das áreas das futuras sedes das Unidades Regionais de Pernambuco e Amazonas.
- Contratação de serviço de telefonia fixa para os Estados da Região Norte, bem como o serviço de telefonia móvel por satélite.
- Finalização dos projetos de arquitetura para licitação da construção de novas sedes nos Estados do Rio Grande do Norte e Acre.

Não foi possível dar encaminhamento, nos mesmos patamares de anos anteriores, às tradicionais aquisições de mobiliário e equipamentos correlatos às Unidades Regionais no exercício de 2011, não somente pelas limitações orçamentárias impostas à CGU, mas também à restrição de capacidade operacional da área de licitações do órgão.

Na seara da gestão ambiental, iniciada em 2007 com a instituição da Comissão de Coordenação da Agenda Ambiental - COAMB, a DGI representou a CGU em evento no Ministério das Minas e Energia para receber reconhecimento técnico favorável do PROCEL quanto à gestão de energia da Casa. Neste quesito, energia elétrica e água, deu-se continuidade ao trabalho de conscientização de seus recursos humanos nos conceitos e fundamentos de Eficiência Energética e Gestão Sócio-Ambiental, seja por meio da IntraCGU ou por cartazes.

Nesse diapasão de raciocínio, ressaltam-se ainda diversas simplificações operacionais internas que redundaram na redução sensível do fluxo de papel da Casa, em especial, estratégia da Área de Pessoal para suspensão de entregas em papel dos contracheques e das folhas de ponto, bem como o início do processo de digitalização das Caixas de Auditoria das extintas Ciset's.

Destaque especial, deve ser dado às tratativas com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e o Ministério da Justiça, para a inclusão da CGU no projeto de Sistemas Administrativos (SIPAD), coordenado por essas entidades, inserindo a área administrativa da CGU, em especial a parte de RH, Contratos e Almoxarifado num novo patamar de gestão, com todo apoio informacional a um custo sem comparação, sem qualquer repasse em 2011, estando previsto o primeiro repasse para meados do exercício de 2012.

Na área de Recursos Humanos, deu-se prosseguimento ao projeto de identificação funcional, que consiste no fornecimento de distintivos metálicos com o Brasão da República, carteiras funcionais expedidas pela Casa da Moeda e crachás de identificação, a todos os servidores da CGU integrantes da Carreira Finanças e Controle, em nível nacional. No encerramento do exercício, restavam pendentes apenas três Unidades Regionais cujos servidores ainda não possuem seus kits (SC, PR e TO).

Em virtude das diretrizes estabelecidas pela Política de Capacitação da CGU, em 2011 continuaram em destaque as ações relativas à oferta de bolsas e concessão de afastamentos para participação em cursos de pós-graduação e de estudo de idiomas estrangeiros, bem como o suporte estratégico aos projetos internos de Capacitação junto à ESAF, seja o relacionado aos Cursos de Processos Disciplinares ou os vinculados ao Programa Capacita, bem como dos projetos internos de cada Unidade Regional.

Quanto a instrução de processos de servidores para participação em treinamentos externos (congressos, seminários ou palestras), que envolvam temas da área de gestão ou controle, foram trabalhados na área cerca de 69 processos, com um total de 353 servidores do DF e demais Unidades da Federação.

O exercício de 2011 foi especial no que tange à implantação da Gestão Eletrônica de Documentos (GED) na CGU, cuja participação da Coordenação-Geral de Documentação e Informação foi fundamental, em conjunto com a Assessoria Especial de Projetos e a Diretoria de Sistemas de Informação. O que se vislumbrou no exercício foi um marco em relação aos processos da Coordenação-Geral de Recursos Humanos, nas atividades relacionadas à concessão de bolsas de estudo de idiomas e pós-graduação.

Na linha gestão documental houve uma busca pelo aperfeiçoamento das rotinas internas de trabalho, com foco especial nas Unidades Regionais, tendo sido efetivadas visitas técnicas a boa parte delas, para levantamento da situação dos arquivos e das rotinas de serviço de gestão de documentos acompanhada da realização de palestras aos servidores, orientando-os quanto aos procedimentos corretos e solução dos problemas mais comuns.

Em suma, a Área de Gestão Interna da CGU, em 2011, nas linhas de atuação sob sua responsabilidade, conseguiu demonstrar êxitos acima da média para um exercício de significativa contenção orçamentária e perda de servidores nos principais setores, cuja consequência se refletiu nos indicadores de suas unidades.

Em 2011, as ações e projetos da Diretoria de Sistema e Informação (DSI) focaram a terceirização das atividades operacionais, tanto na área de infraestrutura como no desenvolvimento de sistemas. Buscou-se, também, a modernização do parque tecnológico, com a substituição e ampliação de equipamentos de TI utilizados tanto pelos usuários (*desktops, notebooks* e impressoras) quanto pela infraestrutura tecnológica da Rede CGU (equipamentos servidores, *switches, storages*, outros), bem como a modernização dos softwares utilizados para desenvolvimento de sistemas e gerenciamento de banco de dados. Destaca-se, ainda, a contratação de empresa para realização de mapeamento e avaliação dos principais processos de trabalho, buscando-se a atualização em relação às melhores práticas, de forma a maximizar a disponibilidade e eficiência dos serviços prestados e respostas rápidas e eficientes às diversas necessidades das áreas usuárias de TI da CGU.

As ações desenvolvidas pela DSI ao longo de 2011 foram direcionadas pelo Plano Diretor de Tecnologia da Informação PDTI 2011-2012 – documento submetido à avaliação das unidades da CGU e aprovado pelo Secretário-Executivo do Órgão, por meio do qual, juntamente com o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação PETI 2010-2013, busca-se assegurar o alinhamento das ações da DSI com as necessidades do Órgão.

Com a finalidade de suprir a carência de servidores e de ampliar a capacidade de atendimento da Diretoria, iniciou-se a implantação de novo modelo de gestão dos processos de trabalho, baseado na terceirização de parte dos serviços, principalmente aqueles que envolvem tarefas rotineiras e de baixa complexidade. Sob esse enfoque, foram contratadas empresas especializadas no desenvolvimento e manutenção de sistemas de TI e em tarefas operacionais vinculadas ao suporte tecnológico e ao ambiente de infraestrutura de redes. Com essa medida, pretende-se liberar os recursos próprios e mais qualificados para a dedicação à gestão dos serviços e sistemas, bem como à condução de novos projetos, assim como fazer uso, para as atividades retro mencionadas, de força de trabalho menos onerosa à Administração.

## 2.3 Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade

### 2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

**Quadro A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO**

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO	
<b>Código no PPA:</b> 1173	<b>Denominação:</b> Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção
<b>Tipo do Programa:</b> Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
<b>Objetivo Geral:</b> Desenvolver as atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, em cumprimento ao disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, bem como fortalecer as atividades de investigação, apuração e repressão das irregularidades no Poder Executivo com o objetivo de prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública.	
<b>Objetivos Específicos:</b> Desenvolver as atividades do sistema de controle interno, prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública	
<b>Gerente:</b> Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito Filho	



Público Alvo: Governo						
Informações Orçamentárias e Financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
633.876.370,00	651.000.210,00	631.183.672,83	616.132.426,40	15.051.246,43	613.925.700,93	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade de Medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	%	JAN/2008	0,00	400,00	100,00	93,60
Fórmula de Cálculo do Índice						
Fórmula para cálculo do Indicador de Desempenho da Ação: $IDA = DFa * Poa$ , sendo que:						
DFa é o percentual de execução da meta física estabelecida para uma ação orçamentária (desempenho físico), desde o início do exercício até o final do período de apuração.						
POa é a participação relativa do valor liquidado de uma ação orçamentária em relação ao total liquidado por todas as ações finalísticas, desde o início do exercício até o final do período de apuração.						
Fórmula de cálculo do Índice de Desempenho Institucional da CGU: $IDIC = \text{Somatório do IDa de cada ação finalística}$ .						
Análise do Resultado Alcançado						
O IDIC tem por objetivo medir, de forma quantitativa, o desempenho das quatro ações finalísticas integrantes do programa de governo – 1173. Para medição do IDa das ações 2B13, foi utilizada a meta física reavaliada pelo gestor da ação para 2011 (638 unidades), visto que o quantitativo relacionado a essa ação, no SIGPlan, não foi atualizado, conforme informações constantes do item 2.3.2 deste relatório. O valor apurado alcançou o percentual de 93,60. As justificativas para o não alcance das metas anuais estão, também, consubstanciadas no referido item.						

Fonte: SIAFI Gerencial e Operacional e SIGPlan.

\* Valores Pagos em Folha considerados como o total dos valores liquidados em folha.

Analisando a composição orçamentária do programa 1173, verifica-se que as despesas obrigatórias, destinadas a atender gastos com pessoal e encargos e benefícios aos servidores, compreendem 85% do total autorizado na Lei Orçamentária Anual – LOA 2011, representando um montante de R\$ 570.745.552,00. Já as despesas discricionárias, que são de livre provimento do gestor, participam com 15% do total, ou seja, R\$ 96.352.761,00. Houve suplementação de R\$ 33.692.000,00 para atender despesas de pessoal, R\$ 65.000,00 para auxílio pré-escolar e R\$ 4.093.536,00 para despesas discricionárias. Entretanto, R\$ 4.359.696,00 em dotação foi objeto de cancelamento.

No que se refere aos efeitos do contingenciamento de gastos discricionários, a unidade ao longo do exercício obteve uma autorização de empenho no montante de R\$ 68.413.000,00, valor final, aumentando ao longo do exercício, representando 84% da dotação de R\$ 81.400.000,00 autorizada na LOA. Em razão da citada restrição, a unidade alcançou uma execução de R\$ 67.753.782,00, o que significou 83% da dotação autorizada e 99% do limite de empenho definido pela Setorial Orçamentária da Casa Civil da Presidência da República. A forma como ocorre o descontingenciamento permanece prejudicial aos processos de aquisição do órgão, uma vez que a liberação de empenho acontece no último mês do exercício.

### 2.3.2 Execução física das ações realizadas pela Unidade

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
04	124	1173	2B13	A	4	Ação de prevenção realizada	1.314	592	1.154

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
04	124	1173	2D58	A	4	Ação de controle realizada	12.000	10.524	10.100
04	124	1173	2B15	A	4	Ação de correção realizada	1800	2528	1.500
04	122	1173	4998	A	4	Evento realizado	22	7	22
04	128	1173	4572	A	4	Servidor capacitado	2000	3032	1.650
04	122	1173	2272	A	4	n/a	n/a	n/a	n/a
04	122	1173	09HB	A	4	n/a	n/a	n/a	n/a
04	131	1173	4641	A	4	n/a	n/a	n/a	n/a
04	301	1173	2004	A	4	Pessoa Beneficiada	5347	2104	3.368
04	365	1173	2010	A	4	Criança atendida	310	370	368
04	331	1173	2011	A	4	Servidor beneficiado	44	29	23
04	306	1173	2012	A	4	Servidor beneficiado	2619	2386	2.533
04	301	1173	20CW	A	4	Servidor beneficiado	1851	0	1.851
04	122	1173	110C	P	4	Sede reformada	25	10	25
04	122	1173	13LM	P	4	Edifício construído (%)	100%	90%	25%

Fonte: SIAFI Gerencial e Operacional

A dotação autorizada para execução da Ação 2B13 no Exercício de 2011 totalizou R\$11.926.564,00 após os seguintes ajustes: (i) crédito adicional de R\$1.151.840,00 decorrente de doação de recursos externos; e (ii) anulação de crédito, no valor de R\$725.276,00. A respeito do referido crédito adicional, ressalta-se que em 2011 houve o registro do valor total da doação, que tem como previsão o desembolso no período de três anos. Todavia, para 2011 o valor do crédito seria de R\$341.872,00 conforme o cronograma do projeto.

A respeito do custo unitário da meta físico, foi considerado o valor de R\$8.854,00 no registro da PLOA-2011. Contudo, houve a revisão desse valor que seria insuficiente para as realizações das ações, e o custo unitário para exercício passou a ser R\$13.000,00. Ademais, foi ajustada em dezembro/2011 a metodologia de cálculo aplicada durante o ano de 2011, que, equivocadamente, considerava para fins de apuração da meta física realizada o valor da despesa liquidada quando o adequado é utilizar o valor dos empenhos emitidos, conforme disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Diante desse cenário, e com edição do decreto de programação orçamentária e financeira, que estabeleceu um contingenciamento de aproximadamente 26% da dotação autorizada, houve à necessidade de replanejamento das ações/metad, limitado ao montante de R\$ R\$8.300.372,00 com a perspectiva de realização de 638 ações de prevenção.

Assim, considerando-se a revisão das metas física e financeira planejadas, verifica-se: (i) 94% de execução da meta financeira planejada, com base no valor total liquidado no ano somado ao valor inscrito em restos a pagar; e (ii) 93% de execução da meta física planejada.

Por fim, ressalta-se, ainda, que o acordo de cooperação celebrado com o BID foi assinado apenas em setembro/2011, não havendo tempo hábil para execução de todas as ações planejadas nesse contexto. Isso justifica a redução nos resultados físicos/financeiros esperados para a ação.

Os principais projetos e atividades executados pela CGU em 2011 com vistas ao alcance da finalidade proposta para a Ação 2B13 estão detalhadas a seguir.

Nesse ano, o Brasil deu grande passo em direção ao **incremento da transparência pública** e ao fortalecimento democrático. Em 18 de novembro de 2011, foi aprovada a Lei de Acesso a Informações – Lei nº 12.527/2011 – que regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e é aplicável à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a partir de maio de 2012. A partir dessa lei, o acesso à informação pública passa a ser a regra; e o sigilo apenas a exceção.

A Lei de Acesso a Informações estabelece lista mínima de informações que os órgãos públicos devem divulgar de ofício ao público, por meio da rede mundial de computadores. Operacionaliza, ademais, o direito constitucional do cidadão de requerer informações do poder público, fixando regras, prazos, e instrumentos de fiscalização e recurso que viabilizam e tornam exequível o direito de acesso.

Para preparar a Administração Federal para essa nova etapa, a CGU firmou, em 2010, projeto de cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e está conduzindo diversas medidas que visam a promover uma mudança de cultura, apoiar a capacitação dos servidores públicos federais, a estruturação dos serviços de informações ao cidadão em órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e o estabelecimento de procedimentos para o implementação efetiva de Lei de Acesso a Informações Públicas. Em 2011, destaca-se a realização das seguintes ações: realização de pesquisa-diagnóstico sobre valores, conhecimento e cultura de acesso à informação pública no Poder Executivo Federal Brasileiro; elaboração de Cartilha sobre acesso a informação para servidores públicos; e, estudo diagnóstico sobre o papel das Ouvidorias dos órgãos e entidades do Poder Executivo.

Para ampliar a discussão sobre a implementação de sistemas de acesso à informação, a CGU promoveu, em Brasília, o “Seminário Internacional sobre acesso a Informação: desafios de implementação”, evento que reuniu cerca de 600 pessoas, entre servidores públicos, grupos da sociedade civil e da mídia. O seminário congregou especialistas de vários países, incluindo Estados Unidos, México, Inglaterra e Chile.

Além disso, em 2011, o Brasil e os Estados Unidos lançaram e co-presidiram a Parceria para **Governo Aberto - Open Government Partnership – OGP**. Trata-se de importante iniciativa internacional que pretende difundir e incentivar globalmente práticas governamentais como transparência orçamentária, acesso público à informação e participação social. Os países integrantes da parceria apresentaram os Planos de Ação nacionais, comprometendo-se a adotar medidas concretas para o aumento da integridade pública, a gestão mais efetiva dos recursos e dos serviços públicos, a criação de comunidades mais seguras, e o aumento da integridade no setor privado. Os países parte serão submetidos a um mecanismo independente de avaliação da implementação dos compromissos firmados em seus planos de ação.

O Brasil também apresentou seu Plano de Ação para Governo Aberto, onde se compromete a implantar, entre setembro de 2011 e setembro de 2012, medidas de aumento da integridade pública (sistema federal de acesso à informação, transparência ativa e dados abertos, participação social e engajamento cidadão); de aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos (transparência orçamentária, licitações e contratos públicos); e de aumento da responsabilidade corporativa (prevenção da corrupção, melhoria da prestação de serviços públicos).

Além disso, o Brasil instituiu, em 2011, o **Comitê Interministerial Governo Aberto (CIGA)**, que, entre suas funções, deve aprovar e promover a difusão do Plano de Ação Brasileiro junto à sociedade, assim como permitir a articulação intragovernamental para a execução de medidas conjuntas, que envolvem vários ministérios.

Ainda no âmbito da promoção da transparência pública, destaca-se o esforço continuado do Brasil para manutenção e evolução do **Portal da Transparência do Governo Federal**, lançado em 2004 pela CGU. O Portal permite que todos os cidadãos consultem dados referentes à execução financeira do governo federal, com informações atualizadas diariamente, em linguagem simples e compreensível a qualquer cidadão. A publicidade desses dados possibilita que a sociedade controle a ação dos governantes e fiscalize a aplicação do dinheiro público. Em 2011, o portal recebeu **mais de 3,3 milhões de visitas** e possibilitou o acesso público às informações sobre a aplicação de recursos públicos superiores a **R\$ 9 trilhões**.

Foram diversas as inovações processadas nesse ano, entre elas, destacam-se: (i) inserção de novas descrições de situações de convênios cadastrados no Siconv na consulta “Convênios”; (ii) inclusão de dados abertos da ação “Seguro Defeso”; (iii) disponibilização dos dados do Portal da Copa 2014 em formato aberto; (iv) inserção de consulta relativa às despesas com o Cartão de Pagamento da Defesa Civil, que busca ampliar o controle social dos recursos repassados a estados e municípios atingidos por calamidades públicas; e (v) disponibilização de área para consultas temáticas, que permite uma busca mais rápida sobre as transferências de recursos em situações específicas, como, por exemplo, as efetuadas com os programas Bolsa-Família, Erradicação do Trabalho Infantil, Garantia Safra, Seguro Defeso para pescadores artesanais, assim como de gastos com Cartão de Pagamento do Governo Federal e com diárias pagas a servidores para viagens a trabalho.

Outro importante instrumento de promoção da transparência pública são as Páginas de Transparência que, em 2011, totalizaram 464. Por meio dessas páginas os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal disponibilizam dados sobre a execução orçamentária e financeira, licitações, contratos, convênios e diárias e passagens em seus sítios na Internet.

Em agosto de 2011, o Governo Federal também instalou a **Câmara de Transparência, para a Copa do Mundo de 2014**. A Câmara visa ao debate e à tomada de decisão acerca de maneiras de aprimorar e intensificar a transparência pública sobre os empreendimentos necessários à realização do evento. A Câmara de Transparência possui representantes do Ministério do Esporte, da Controladoria-Geral da União e da Advocacia-Geral da União, além de representantes dos governos estaduais e de cidades-sede da Copa.

No âmbito dos programas e ações de estímulo ao **controle social da gestão pública**, a CGU vem coordenando os preparativos para a 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, a ser realizada entre os dias 18 e 20 de maio de 2012, em Brasília. A 1ª Consocial tem por objetivo debater, com os diversos segmentos da sociedade, a participação ativa da sociedade nas atividades de planejamento, gestão e controle das políticas públicas em todas as esferas governamentais, conforme proposta oriunda do Seminário Nacional de Controle Social, realizado em 2009.

Já se encontram convocadas pelos governadores as Conferências Estaduais e Distrital em todas as unidades da Federação. Destaca-se também que, até dezembro de 2011, as Conferências Municipais e Regionais, de natureza preparatória para a Conferência Nacional, contaram com participação de 1.746 municípios. Outras 204 conferências (188 municipais e 16 regionais), que congregarão mais 328 municípios, já foram convocadas e deverão ser realizadas até março de 2012. Dessas etapas sairão os delegados que participarão das Conferências Estaduais e, por conseguinte, da Conferência Nacional. Espera-se a participação de 1.500 pessoas, dentre elas os 1.200 delegados citados, de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal para a Etapa Nacional da 1ª Consocial.

Ainda no contexto das ações de **fomento ao controle social e à cidadania**, o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, criado em 2004 pela CGU, teve continuidade em 2011. Nesse ano, o público do programa chegou a **5.911 pessoas**. Os resultados globais do Programa Olho Vivo, acumulados desde 2004, totalizam capacitação de **mais de 44,5 mil pessoas**, entre conselheiros municipais, lideranças locais, agentes públicos municipais, e outros, distribuídos por mais de **2.000 municípios** brasileiros.

Adicionalmente, em 2011, o Brasil intensificou ações para **promoção da ética e da consciência cidadã junto ao público infante-juvenil**. O trabalho de conscientização de crianças e adolescente teve início em 2007, e conta atualmente com diversas frentes de atuação: i) Portalzinho da Criança Cidadã, com média de cinco mil acessos/mês; ii) 5º Concurso de Desenho e Redação; iii) Dia da Criança Cidadã, realizado anualmente, em Brasília e nos Estados; e iv) Projeto em parceria com o Instituto Cultural Mauricio de Sousa, denominado “Um por todos e todos por um! Pela ética e Cidadania”, iniciado em 2009. Ao término de 2011, tais ações já haviam atingido mais de 1,4 milhão de alunos e 40 mil professores.

No âmbito do **Programa de Fortalecimento da Gestão Pública** são realizadas ações de capacitação, presencial e à distância, para agentes públicos, e são distribuídos acervos bibliográficos contendo a legislação básica e informações técnicas úteis ao desempenho da função pública. Para participar das capacitações presenciais, municípios de até 50 mil habitantes são escolhidos por meio de sorteios públicos, e seus servidores recebem treinamento executado pelos auditores da CGU. São abordados temas relacionados à boa gestão dos recursos públicos. Em 2011, 97 municípios foram contemplados e 1.468 agentes públicos capacitados pelo Programa. Ao todo, desde 2006, o Programa já atendeu 2.129 municípios, tendo capacitando mais de 17 mil agentes públicos.

Em 2011, paralelamente às ações de educação presencial já mencionadas nos Programas Olho Vivo no Dinheiro Público e Fortalecimento da Gestão Pública, a **Escola Virtual da CGU** capacitou, por meio da educação a distância (EaD), 2.440 pessoas em temas afetos à promoção da cidadania, integridade pública e prevenção da corrupção, alcançando, desde 2007, cerca de 14.339 pessoas capacitadas nessa modalidade.

As **articulações com organismos internacionais para prevenção e combate à corrupção** também foram prioridade. Em 2011, manteve-se o acompanhamento sistemático a adoção de políticas públicas para cumprimento dos três tratados internacionais que o País ratificou na área de prevenção e combate à corrupção quais sejam: a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção da ONU); a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA); e a Convenção Sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE).

Nesse período o Governo manteve, até setembro de 2011, a presidência do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção da OEA (Mesicic), assumida em 2009, acompanhando o cumprimento dos compromissos nela assumidos pelos Estados partes. Além disso,

em março de 2011, o Brasil passou a integrar os países que compõem o Grupo Gerencial do Grupo de Trabalho sobre Corrupção Transnacional, da OCDE, do qual é membro desde o ano 2000. As medidas anticorrupção adotadas pelo governo brasileiro foram avaliadas durante a 19ª Reunião do Comitê de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC), realizada em Washington/EUA. O relatório de avaliação concluiu que o Brasil tem adotado medidas eficientes de prevenção e combate à corrupção, medidas essas pertinentes à promoção dos propósitos da Convenção. As recomendações recebidas pelo país foram, em sua maioria, no sentido de continuar dispensando atenção à capacitação de funcionários e à investigação e sanção de condutas irregulares, recomendações comuns a todos os países que se submetem à avaliação do Comitê. Foi recomendado também que o Brasil aprove o Projeto de Lei 5.586/2005, em tramitação na Câmara dos Deputados, que trata da Criminalização do Enriquecimento Ilícito.

Além disso, o Brasil passou por processo de revisão da implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate a Corrupção (UNCAC). Seguindo o MESICIC, mecanismo de avaliação da referida Convenção, o país fez uma auto-avaliação em relação ao cumprimento dos compromissos assumidos, por meio de resposta a relatório específico, e recebeu visita do Haiti e do México, Estados Partes encarregados de avaliar a implementação da UNCAC em território brasileiro. As áreas sob avaliação, nesse momento, referiram-se à criminalização e persecução penal dos atos de corrupção previstos na UNCAC e à cooperação internacional para prevenção e combate à corrupção.

Ações de **promoção da ética e da integridade junto ao setor privado**, como forma de conscientizar as empresas quanto ao seu papel no enfrentamento do fenômeno da corrupção, também foram conduzidas no ano de 2011. Nesse ano, foram realizadas duas rodadas de avaliação do Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade – Cadastro Pró-Ética, desenvolvido em parceria com o Instituto Ethos de Empresas. A iniciativa objetiva divulgar lista de empresas que adotam um conjunto de medidas de integridade e ética, cuja adesão é voluntária. Após a avaliação da documentação e de informações prestadas, o Comitê Gestor do Cadastro deliberou pela aprovação de quatro empresas.

As ações da CGU para promoção da integridade no setor privado não se limitaram a tratar da temática da ética e da integridade corporativa para as grandes empresas: mais de 25 pequenas e médias empresas receberam, em caráter piloto, um curso de educação à distância que tratou da promoção da integridade e do combate à corrupção. O curso aborda temas essenciais para a promoção de políticas de integridade como “Ética Individual, Social e Empresarial”, “Gestão da Ética”, “Corrupção e Atos contra a Integridade” e “Gestão da Integridade”.

Ressalta-se, ainda, que o Governo Federal, por meio da CGU, tem participado ativamente de debates no setor privado e das discussões nas audiências públicas promovidas pela Câmara dos Deputados, acerca do Projeto de Lei 6826/2010, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a administração pública nacional ou estrangeira. O projeto, de iniciativa do Poder Executivo Federal, busca suprir lacuna existente no ordenamento jurídico pátrio, tendo em vista que a legislação atual é voltada essencialmente para a punição da pessoa física.

Outra linha de atuação que merece destaque é a **produção de informações estratégicas e de inteligência**, utilizadas especialmente para realizar mapeamento preventivo de riscos à corrupção, para combater o enriquecimento ilícito e para subsidiar demandas de auditoria, correição e outras atividades de competência da CGU.

Visando ao **mapeamento preventivo de riscos à corrupção**, o Observatório da Despesa Pública (ODP), criado em 2008, visa ao monitoramento sistemático de gastos públicos para identificação de situações que possam constituir irregularidades, a fim de evitá-las antes que ocorram. O ODP já monitorou, somente nos últimos dois anos, aproximadamente **R\$ 128 bilhões em recursos públicos**, tendo sido emitidos milhares de alertas sobre situações atípicas ou fora dos padrões na execução dos gastos públicos.

Vários têm sido os temas tratados pelo ODP, destacando-se as análises: i) dos gastos realizados por meio de Suprimento de Fundos; ii) do sistema COMPRASNET, para verificação de atipicidades nas compras efetuadas pelo Governo Federal; iii) dos contratos de terceirizações do Governo Federal; iv) dos beneficiários do Programa Bolsa Família; v) da aquisição de passagens e concessão de diárias; vi) do Programa Segundo Tempo, do Ministério dos Esportes; vii) dos repasses para o PRONAF; e, viii) dos convênios firmados pelo Governo Federal, por meio da análise do SICONV.

Em maio, o ODP recebeu o prêmio *United Nations Public Service Awards 2011*, da Organização das Nações Unidas – ONU. Trata-se do mais prestigioso reconhecimento internacional de excelência no serviço público, que premia resultados inovadores que conduzam a uma gestão pública mais efetiva e responsável nos países em todo o mundo. Este é o primeiro prêmio internacional conquistado pelo ODP e se soma a outros três prêmios nacionais recebidos desde sua criação. Desta vez, o ODP ficou em 1º lugar na categoria 4, Avançando na Gestão do Conhecimento Governamental, entre os países da América Latina e do Caribe.

No que tange à **produção de informações estratégicas** para combate ao enriquecimento ilícito, a CGU atua realizando análises patrimoniais de servidores públicos federais. Entre 2006 e 2011, investigou-se mais de 5.700 pessoas físicas diretamente relacionadas aos casos e mais de 3.000 pessoas jurídicas.

Para subsidiar demandas de auditoria, correição e outras atividades de competência da CGU, foram elaborados, ao longo de 2011, 130 relatórios com informações de inteligência. Tais documentos são compostos de análises e de dados capazes de subsidiar decisões estratégicas deste Órgão. Muitas vezes, baseiam-se em dados ainda não confirmados, mas que possibilitam uma atuação preventiva da Controladoria, ou confirmam uma situação sobre a qual existem apenas indícios superficiais. Normalmente, seu conteúdo é classificado como reservado, uma vez que sua divulgação poderia comprometer ações ainda em curso. Muitas dessas informações anteciparam temas tratados com grande repercussão na mídia ao longo do ano.

A **promoção de estudos e pesquisas sobre corrupção** é também competência institucional da CGU. Nesse contexto, o órgão atua em quatro principais frentes: (i) desenvolvimento da Biblioteca Virtual sobre Corrupção, que reúne 1.281 documentos para consulta; (ii) promoção do Concurso Nacional de Monografias sobre Prevenção e Combate à Corrupção, realizado desde 2005, cujo objetivo é estimular a participação do cidadão no controle da administração pública e a discussão sobre ética entre os jovens; (iii) promoção de Debates Acadêmicos, que em 2011 mobilizou mais de 240 entidades estudantis sobre a CONSOCIAL; e (iv) Revista da CGU, editada e publicada desde 2006, divulgando trabalhos sobre temas relativos às atividades de auditoria, fiscalização, ouvidoria, correição e prevenção da corrupção, com o objetivo de incentivar a análise e discussão de questões relacionadas à luta contra a corrupção.

A CGU atua fortemente para o aperfeiçoamento do **marco legal e normativo brasileiro** em sua área de atuação, participando ativamente das proposições de projetos de lei e outros normativos relacionados à prevenção e combate à corrupção. No ano de 2011, em especial, houve intensa demanda com relação ao assunto, devido ao avanço significativo no trâmite de dois projetos de

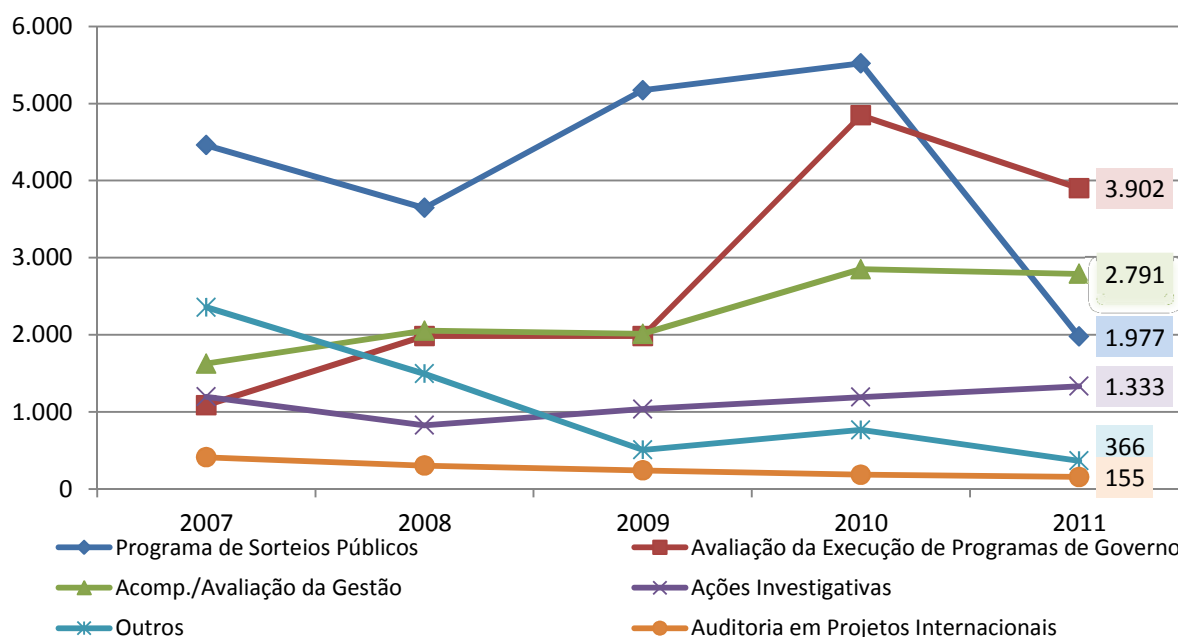
grande interesse da CGU: PL de Acesso à Informação, que foi aprovado e se transformou na Lei 12.527/2011, e o PL de Responsabilidade de Pessoas Jurídicas por atos de Corrupção (PL 6826/2010).

Ao longo de 2011, a CGU contribuiu, ainda, para a implementação de ações no âmbito da **Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA)**. Dentre os temas discutidos nesta Estratégia, destacam-se: (i) a operacionalização de mecanismos de levantamento de dados e produção de estatísticas relacionadas à improbidade administrativa; (ii) o aprimoramento do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV) para reforçar o apoio às atividades de fiscalização e controle; (iii) a proposição de anteprojeto(s) de lei visando à inserção de novos tipos penais, seguindo as recomendações das convenções internacionais contra a corrupção; (iv) a revisão de normas e o estabelecimento de procedimentos de monitoramento e fiscalização no tocante ao financiamento de campanhas eleitorais; e (v) o acompanhamento do cumprimento da Lei Complementar no 131/2009, que trata da transparência da gestão fiscal.

Quanto às metas programadas no SIGPlan para **ação 2D58 - Fiscalização e Controle da Aplicação dos Recursos Públicos Federais**, verifica-se que a execução física realizada atingiu 87,7% do quantitativo de ações de controle previstas, enquanto que a execução financeira totalizou 71,78%. Salienta-se que o não atingimento da meta física decorreu, principalmente, da realização de dois, em vez de três, eventos do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, fato motivado pela restrição orçamentária com despesas de diárias e passagens estabelecida para o exercício de 2011.

Com vistas ao alcance da finalidade proposta para a Ação 2D58, em 2011 foram realizadas 10.524 ações de controle que contribuíram para o aprimoramento da execução das políticas públicas e melhoria da gestão. A figura a seguir, apresenta as ações de controle realizadas no período de 2007-2011.

ACÇÕES DE CONTROLE REALIZADAS – 2007 A 2011



Fonte: Sistema Novo Ativa, em 02.01.2012



Com base em avaliação de riscos, que inclui o volume de orçamento destinado às políticas públicas, a relevância dos temas para o desenvolvimento do país e a existência de problemas já verificados na execução das ações, a **Avaliação da Execução de Programas de Governo** estuda e hierarquiza os programas de forma a priorizar as atividades a serem desenvolvidas. Em 2011, foram objeto de avaliação sistematizada 111 ações de governo, sendo executadas cerca de 4 mil ações de controle. Entre as ações de governo acompanhadas, destacam-se as de Pagamento de Aposentadorias e Pensões, Concessão de Rodovias, Construção de Cisternas para Armazenamento de Água, Concessão de Licença de Importação, Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo), Ações de Gratuidade nas entidades do Sistema S, Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres, Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários, Ações Socioeducativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho e Apuração, Inscrição e Execução da Dívida Ativa da União.

Entre os resultados dos trabalhos decorrentes dessa atividade, destacam-se:

- No âmbito do acompanhamento da Ação de Manutenção de Centros de Recondicionamento de Computadores: alteração do documento propositivo do Projeto Computadores para Inclusão, que passou a condicionar a aprovação do espaço dos CRC à visita in loco da equipe técnica da SLTI e estabelecer as configurações mínimas para os equipamentos recondicionados; adoção de procedimento para a designação formal de representantes responsáveis pelo acompanhamento dos aspectos técnicos e financeiros dos convênios que vierem a ser firmados; e efetivação de acompanhamento das informações registradas pelo conveniente no Siconv.
- Na concessão e no acompanhamento dos financiamentos não reembolsáveis com recursos do Fundo Social, que se destinam ao apoio de projetos de caráter social em diversas áreas como educação e saúde, o BNDES instituiu indicadores de desempenho previamente pactuados com os beneficiários para permitir avaliação quanto ao alcance dos objetivos sociais propostos.
- Avaliação da concessão, pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, de reequilíbrio econômico-financeiro retroativo à empresa contratada para operacionalizar o Seguro de Crédito à Exportação. Os resultados do trabalho evidenciaram deficiências no contrato e insuficiência na análise da Secretaria quanto à adequação dos valores pagos, com potencial prejuízo ao Erário de R\$ 5,88 milhões. Recomendou-se ressarcimento ao erário, apuração de responsabilidades e aprimoramento do instrumento contratual.
- Implantação do Cartão de Pagamento de Defesa Civil, que confere maior transparência e controle aos gastos realizados com recursos federais repassados a estados, ao Distrito Federal e a municípios para ações emergenciais de Defesa Civil. A criação do CPDC resultou de iniciativa do Ministério da Integração, em parceria com a CGU e o Banco do Brasil. Os dados relacionados aos gastos feitos mediante o uso do cartão são publicados, de forma detalhada, no Portal da Transparência.
- Atuação sobre o Plano de Revitalização da Agropecuária no Vale do Ipanema - Planipanema, executado com recursos do Pronaf/FAT, operacionalizado pelo Banco do Brasil, na qualidade de agente financeiro, onde se constatou prejuízos aos cofres públicos da ordem de R\$ 40 milhões, o qual poderia se tornar ainda maior, tendo em vista recorrentes tentativas de expansão do referido projeto para outras partes do país.
- Ajuste tempestivo de questões relativas ao aperfeiçoamento dos projetos básicos e normativos de licitações; melhoria da estrutura de fiscalização dos convênios e contratos; revogação de licitações e glosa de valores referentes à ação de Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba.
- Estruturação do Sistema de Gestão e Fiscalização das Rodovias Concedidas, o qual, segundo a ANTT, será utilizado para controle da execução dos contratos de concessão.

- Processo de fiscalização das atividades e operações das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC): melhoria no processo de planejamento das ações fiscais, por meio da definição de critérios objetivos na seleção de EFPC e planos de benefícios; formalização do Plano Anual de Fiscalização; instituição do Manual de Fiscalização, com os procedimentos relativos à atividade, entre outros.
- Processo de compensação previdenciária: inclusão de dispositivo na Portaria do MPAS nº 6.209, que possibilita a cobrança dos valores dos entes federativos que não celebrarem Acordo, mesmo após o chamamento/ notificação para assinatura.
- Desenvolvimento e implantação, em duas unidades, do piloto do módulo de benefícios de prestação continuada do sistema SIBE; regulamentação do acesso aos sistemas corporativos do INSS; estabelecimento de termo de compromisso por Agência da Previdência Social para revisão, até dezembro de 2012, dos 120 mil benefícios, com pagamento de cerca de R\$ 116 milhões mensais, apontados pela CGU com indícios de irregularidade na concessão ou manutenção.
- Desenvolvimento do sistema SIRC em substituição ao sistema SISOBI com vistas, entre outras funcionalidades, a agilizar e conceder maior segurança ao processo de identificação de óbitos de beneficiários do INSS. O sistema foi implantado como piloto em 53 cartórios do país.
- Adoção de rotina de cruzamento dos dados da base do Seguro-Desemprego Formal do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, com as bases do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego - CAGED, do Sistema de Controle de Óbitos da Previdência Social - SISOBI, do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, da folha de pagamento de benefícios administrados pelo INSS - MACICA, do Sistema de Administração de Pessoal do Poder Executivo Federal - SIAPE e do Seguro-Desemprego para o Pescador Artesanal do MTE, com indicação de falhas em mais de 53 mil benefícios.
- Adoção de rotina de cruzamento dos dados da base do Seguro-Desemprego modalidade Pescador Artesanal do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, com as bases da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS, do Sistema de Controle de Óbitos da Previdência Social - SISOBI, do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, da folha de pagamento de benefícios administrados pelo INSS - MACICA, do Sistema de Administração de Pessoal do Poder Executivo Federal – SIAPE, do Cadastro de Pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – CNPJ, com indicação de falhas em mais de 12 mil benefícios que ensejou na instalação de um grupo de trabalho interministerial com o objetivo do aprimoramento da concessão do benefício.
- Aprimoramento dos controles internos da CAIXA, no tocante a segregação de funções, com a adoção de boas práticas de governança em função do risco de ocorrência de conflitos de interesses por parte de empregados da instituição nas operações de mercado do FGTS.
- Programa Monumenta: avaliação dos controles internos do Ministério da Cultura sobre a recuperação e preservação do patrimônio histórico nacional, tendo proporcionado discussões e iniciativas para melhoria da gestão dos imóveis, inclusive quanto à atualização do marco legal que regula obrigações de estados e municípios.
- Programa Segundo Tempo, que tem por objetivo a inclusão social, mediante a prática de atividades esportivas, ações da CGU em articulação com o Ministério do Esporte, proporcionaram a consolidação de melhorias de procedimentos e do sistema de monitoramento e acompanhamento das atividades desenvolvidas.
- Programa voltado à sustentabilidade da atividade pesqueira: edição de normas voltadas ao recadastramento de pescadores, bem como a melhoria dos processos de seleção para registro e expedição da carteira de pescador. Foram também providenciadas ações de transparência pública mediante a divulgação de dados do registro geral da pesca na internet e de interoperabilidade de sistemas corporativos do Governo Federal para qualificação, seleção de beneficiários e pagamento do seguro defeso.

- Contribuição da CGU na definição do novo modelo de operacionalização do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural resultou no estabelecimento de pontos de controle que permitem melhor gerenciamento da prestação de serviços de assistência técnica ao agricultor familiar, mediante a definição de novos fluxos administrativos/operacionais e instituição de sistema informatizado específico para gestão do Programa, entre outros.
- Ministério do Desenvolvimento Agrário aprimorou os controles internos, notadamente, no tocante à elegibilidade dos beneficiários de financiamentos concedidos no âmbito do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF.
- Publicação do Decreto 7.507/2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência dos apontamentos e das recomendações da CGU que identificaram fragilidades no acompanhamento do dinheiro federal quando se trata das transferências inerentes ao SUS, Fundeb e Merenda Escolar.
- Lançamento do Portal Saúde com mais Transparência, em novembro de 2011, produto do grupo de trabalho constituído pelo Ministério da Saúde e pela CGU. Neste portal são disponibilizadas informações sobre a execução dos programas de governo financiados por meios de repasses fundo a fundo, incluindo os valores e identificando os beneficiários finais dos pagamentos efetuados com recursos do FNS; situação das prestações de contas dos municípios recebedores dos recursos da saúde e relatórios anuais de gestão apresentados pelos entes federados.
- Desenvolvimento e implantação, no âmbito do programa Bolsa Família, de nova versão do aplicativo de entrada e manutenção de dados do Cadastro Único da Assistência Social. O processo de implantação da versão 7.0 alcançou a maioria dos municípios até o final de 2011.
- Desenvolvimento pelo FNDE de Sistema de Gestão de Prestação de Contas - SIGPC para as ações orçamentárias sob sua responsabilidade, devendo todas as prestações de contas com vencimento a partir de 1º de janeiro de 2012 obrigatoriamente serem realizadas por meio desse Sistema.
- Na ação Concessão de Bolsa-Formação a profissionais da área de segurança pública dos estados e municípios, a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP estabeleceu limite de benefícios a serem concedidos em 2011, em conformidade com dotação orçamentária; cobrança de valores pagos a beneficiários que não atenderam a requisitos e condicionalidades do programa; e implementação de procedimentos e rotinas no sistema informatizado visando o aperfeiçoamento do controle do programa.

Por intermédio do **Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos**, a CGU efetuou importantes verificações, especialmente dos programas governamentais da área social, que são executados pelo governo junto às instâncias municipais. O Programa Sorteio, implantado em 2003, além de acompanhar a execução dos programas de governo, tem como objetivos principais fomentar o controle social dos gastos públicos, inibir e combater a corrupção. Dentre as ações fiscalizadas, destacam-se os Programas Bolsa Família, Merenda Escolar e Saúde da Família, os quais possuem forte impacto no dia a dia da população. No ano de 2011, foram realizados dois eventos de Sorteio e fiscalizados 120 municípios, envolvendo um montante de recursos fiscalizados da ordem de R\$ 1,7 bilhão. O Programa se encontra na 35ª edição, tendo fiscalizado 2.051 municípios brasileiros, englobando em torno de 18,4 bilhões fiscalizados.

No eixo da **Avaliação dos Resultados da Gestão**, foram realizadas auditorias anuais de contas em 647 órgãos e entidades do Executivo Federal, bem como 1.089 auditorias de acompanhamento com foco nos seguintes temas: análise preventiva de editais; acompanhamento das determinações e recomendações do controle externo e interno; regularidade das transferências voluntárias e das licitações; despesas com cartões corporativos, entre outros.

No exercício de 2011, a CGU aprimorou o processo de planejamento e comunicação dos trabalhos de auditorias anuais de contas, por meio da utilização da Matriz de Planejamento e Boas Práticas, e adicionalmente realizou encontros técnicos com os gestores federais para orientá-los sobre o processo de Contas do exercício de 2010.

Com o objetivo de fortalecer os controles internos e a capacidade de gerir riscos das instituições públicas, a CGU pretende também desenvolver metodologia para promover a adoção de Gestão de Riscos na Administração Pública Federal. Atualmente a iniciativa ainda se encontra em sua fase preliminar, contudo, ainda em 2012 serão realizados os primeiros testes, de modo a permitir os ajustes necessários para disponibilização às instituições públicas de uma metodologia eficaz de gestão de risco.

Entre os efeitos positivos sobre a gestão pública, resultantes da atividade de acompanhamento e avaliação dos resultados da gestão destacam-se:

- Atuação junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, contribuiu para a regulamentação de gratificações, tais como: Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural (GDAC), Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa em Regulação (GDATR), Gratificação de Desempenho de Atividade em Infra-Estrutura (GDAIE), entre outras. As regulamentações permitiram que a União reduzisse seus gastos com ações judiciais.
- Verificação de vínculo familiar entre empregados do Sebrae e consultores cadastrados no Sistema de Gestão de Credenciamento, tendo como resultado o descredenciamento desses e o aprimoramento do referido sistema para impedir o cadastramento de consultores com vínculos familiares.
- Por orientação da CGU, o Banco Central do Brasil, deixou de oferecer serviço de troca de numerário para pessoas físicas e jurídicas que não sejam instituições financeiras. A decisão do Bacen reduz o risco de acesso, especialmente de pessoas físicas, às instalações da Autoridade Monetária brasileira.
- Identificação da existência de acumulação indevida de cargos públicos por empregados de entidades vinculadas ao Ministério da Fazenda (BB e Caixa), envolvendo cerca de 2.100 empregados e montante aproximado de R\$ 131 milhões. Até março de 2012 foram solucionados 663 casos, apresentando economia aproximada de R\$ 16 milhões anuais.
- A CGU detectou a utilização de R\$ 70 milhões do Fundo Constitucional do Distrito Federal gerido pelo GDF em situações não amparadas ou em desacordo com Lei Federal, determinando o ressarcimento dos recursos pelo GDF ao Fundo. O GDF esclareceu que está tomando as providências para sanar as falhas verificadas;
- A Agência Nacional de Águas editou a nova resolução estabelecendo procedimentos para compras e contratações de obras e serviços pelas entidades delegatárias das funções de agência de água (entidades civis sem fins lucrativos que recebem delegação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para exercer funções de competência de agência de água), até que seja instituída a agência de água em âmbito estadual.
- A Agência Nacional de Transportes Aquaviários promoveu melhorias em sua gestão, especialmente em suas fiscalizações, situação que possibilitou a identificação de 42 empresas que operavam no mercado de transporte longitudinal de passageiros e mistos, sem a devida autorização, situação que culminou com as respectivas interdições.
- A partir dos trabalhos realizados na ECT, no período de 2005-2010, diversas providências estruturais foram adotadas, destacando-se a publicação do Decreto nº 7.483, que apresenta novo Estatuto Social da Empresa, instituindo mecanismos de governança corporativa; a revisão de processos de gestão e de procedimentos administrativos e operacionais, por meio da atualização

de manuais; de transparência nos processos de licitação e de execução contratual, inclusive os de patrocínio, de locação de imóveis e de gestão de Acordo de Cooperação Técnica Internacional; bem assim de qualificação profissional de fiscais de contratos. Também foi desenvolvido o Sistema de Acompanhamento de Obras, que permite que os gestores do Plano de Obras da Empresa possam acompanhar e consultar, de forma on-line, o andamento das obras espalhadas por todo o País.

- A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE desenvolveu para o ano de 2011 um Planejamento Estratégico focado nas atividades de estruturação de seus departamentos, na atuação regulatória e no incremento de produtividade dos trabalhos desenvolvidos naquela Secretaria;
- No âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, verificou-se os seguintes avanços: publicação da Instrução Normativa MDA nº 01/2011, que institui o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações e a Política de Segurança da Informação e Comunicações do MDA; elaboração do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos e o de Rotinas Processuais, que institui sistemática para que os contratos sejam registrados no SIASG tempestivamente; formalização do processo de trabalho referente à gestão dos imóveis da União sob a responsabilidade do MDA, por meio da Ordem de Serviço nº 401, de 17/11/2011; capacitação da equipe de licitações; e inclusão no plano de capacitação anual de servidores para o exercício de 2012 a previsão de cursos de sustentabilidade, visando dar melhor suporte na consecução do Órgão de implantação de práticas sustentáveis;
- Com o objetivo de aperfeiçoar e ampliar as ações de proteção dos direitos do consumidor, a Anatel aprovou o Plano de Ação Pró-Usuários, em conformidade com recomendações exaradas pela CGU, que apontaram a necessidade de realizar gestões junto aos órgãos de defesa do consumidor, com vistas à implementação de sistemática para apropriação de informações sobre os registros das ofensas aos direitos dos usuários dos serviços de telecomunicações.

No eixo das **Ações Investigativas**, trabalhos especiais dotados de processos e instrumentais específicos, destacam-se as auditorias realizadas nos seguintes órgãos:

- Ministério do Transporte: com a finalidade de auditar as licitações, contratos e execução de obras que deram origem a denúncias de irregularidades, subsidiou completa reformulação e renovação nos órgãos envolvidos – Dnit e Valec. A análise de 17 processos de licitações e contratos constatou 66 irregularidades, que apontam prejuízo potencial de R\$ 682 milhões. No que se refere às providências efetivamente adotadas, é possível destacar que já houve aplicação de multas de R\$ 3,5 milhões, estornos de pagamentos efetuados de R\$ 46,3 milhões e anulação de Pregão Eletrônico, com economia de R\$ 14,6 milhões.
- Furnas Centrais Elétricas S/A: com o objetivo apurar fatos denunciados na imprensa, como, por exemplo, a ocorrência de atrasos na execução do cronograma de obras do Plano de Ampliações e Reforços e na implantação das usinas de Simplício e Batalha. Diante dos problemas identificados, a CGU recomendou a instauração de procedimento administrativo para apurar atrasos na execução de obras e perdas financeiras e atualização de cálculos de viabilidade das usinas.
- Ministério da Agricultura: sobre os processos de licitação, de dispensa e de execução contratual, permitiu iniciativas de redesenho da estrutura organizacional, com consequente redefinição de competências e de fluxos administrativas e operacionais.
- Companhia Nacional de Abastecimento (Conab): sobre a Política de Garantia de Preços Mínimos, especialmente nos contratos de subvenção econômica, pagamentos de ações judiciais cíveis e trabalhistas, contratos de transporte para remoção de estoques públicos e alienação de bens imóveis e outras matérias correlatas, permitiu realizar amplo diagnóstico sobre a gestão da unidade, subsidiando a implementação de melhorias estruturais por parte do Ministério da

Agricultura e da Conab. Os prejuízos aos cofres públicos, em razão de pagamentos indevidos a empresas arrematantes que não respeitam as regras do programa, são estimados em R\$ 228 milhões. A CONAB elaborou Plano de Providências apresentando cronograma para implementação de ações corretivas e preventivas em decorrência das impropriedades e irregularidades apontadas pela CGU.

- Programa Turismo Social no Brasil “Uma Viagem de Inclusão”: apresentou ampla avaliação sobre a gestão de contratos e convênios relativos a eventos turísticos, infraestrutura turística e ações de capacitação de profissionais do setor de turismo. As ações da CGU possibilitaram reavaliação das diretrizes de capacitação, inclusive das preparatórias para a Copa do Mundo 2014 e consolidaram iniciativas de melhorias de gestão das ações de eventos turísticos. A CGU analisou 54 convênios e cinco contratos, calculando que R\$ 67 milhões não foram não justificados. Em decorrência das recomendações elaboradas pela CGU, diversas providências foram anunciadas pelo Ministério do Turismo, com destaque para revisão das estratégias de capacitação, especialmente em relação àquelas voltadas à Copa do Mundo 2014, além de diligências aos convenientes/contratadas com vistas ao ressarcimento de valores e apuração das impropriedades identificadas.
- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs): com o objetivo de auditar licitações, contratos, execução e acompanhamento de obras, transferências voluntárias e a atuação da Diretoria Colegiada do Dnocs na gestão da Autarquia, a CGU identificou graves irregularidades, cujos prejuízos somaram R\$ 312 milhões. Desse total, cerca de R\$ 120 milhões referiam-se ao pagamento de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI, que serão revistas com estimativa de economia de R\$ 54 milhões para o exercício de 2012. Além disso, o Dnocs providenciou a rescisão do contrato de construção de barragem onde fora identificado sobrepreço de R\$ 128 milhões.

Também nesse eixo de atuação, a partir da parceria estabelecida entre as instituições com funções relacionadas à defesa do Estado brasileiro – CGU, a Polícia Federal, o Ministério Público da União e o Tribunal de Contas da União, no período de 2007 a 2011 foram realizados mais de 80 trabalhos conjuntos de operações especiais, dos quais cabe destaque para as 24 de 2011: Anjos do Asfalto (RO), Carta Marcada (PA), Casa 101 (PE), Conífera (CE), Deja Vu II (PR), Donatário (MA), Epa (RN), Gasparzinho (PB), Geleira (PI), Iceberg I (PI), Imperador (AM), Mácula (RR), Mãos Limpas II (PA), Mãos Limpas III (AP), Mascoto (AL), Olho Clínico (PA), Pantilha (PA), Questor (MS), Robalo (CE), Saúde (RS), Tabanga (AL), Tapiri (AC), Termópilas (RO), Usura (MA). Esses trabalhos permitiram a adoção de medidas de responsabilização e de ressarcimento ao Erário Público, tais como declaração de empresas como inidôneas, abertura de processos de Tomada de Contas Especial e apuração de responsabilidades de servidores públicos federais envolvidos.

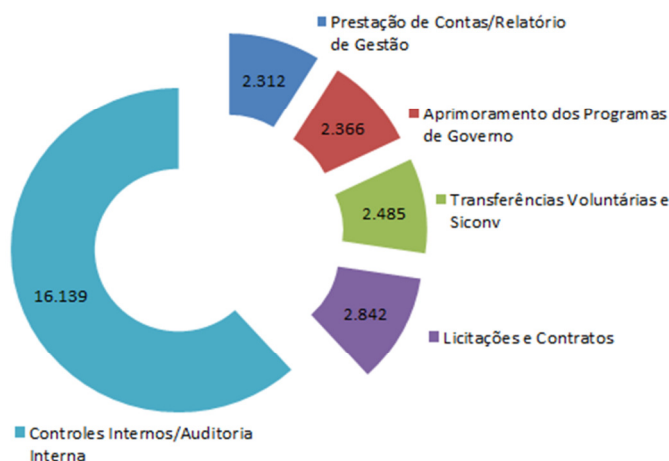
Adicionalmente, cabe citar decisões proferidas pelo Poder Judiciário no exercício de 2011, referente a trabalhos investigativos, onde a contribuição da CGU foi determinante para a identificação de práticas ilícitas e fundamentação das ações da Polícia Federal e do Ministério Público:

- Em decorrência da Operação Galiléia, realizada em 2006 com o objetivo de apurar notícia-crime sobre indícios de irregularidade em contratos celebrados pela Companhia Docas do Pará (CDP), cerca de R\$1,3 milhão terá de ser devolvido aos cofres públicos, segundo condenação, pela Justiça Federal, em onze de doze ações civis públicas movidas pelo Ministério Público Federal contra os acusados de desvios de recurso da Companhia Docas do Pará.
- Bloqueio de bens de pessoas e empresas envolvidas na Operação Mão Dupla, realizada em 2010 para desarticulação de um esquema voltado à prática de fraude em procedimentos licitatórios, superfaturamento, desvio de verbas e pagamentos indevidos em obras de infraestrutura rodoviária realizadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado do Ceará - Dnit/CE.

- Em decorrência da operação Sanguessuga realizada em 2006, nove envolvidos no desvio de verbas na aquisição de ambulâncias foram condenados a ressarcirem os cofres públicos em R\$ 370 mil, pagamento de multa no total de R\$ 739 mil, suspensão dos direitos políticos, bem como proibição, pelo prazo de 10 anos, de alguns réus de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais.
- Poder Judiciário no Estado do Mato Grosso do Sul determinou bloqueio de R\$ 199 milhões envolvidos na operação Urugano, realizada em 2010 com o objetivo de desarticular esquema de direcionamento de licitações por meio de servidores públicos e agentes políticos no município de Dourados/MS.

Como intuito de contribuir para o aprimoramento da gestão, a CGU, no eixo de **Orientação e Capacitação dos Gestores Federais**, capacitou nos três últimos anos mais de 26 mil servidores públicos federais, sendo 11.395 em 2011, que participaram de treinamentos em diversas áreas, com destaque para os temas de Controles Internos e Auditoria Interna, Aprimoramento de Programas de Governo, Suporte a Elaboração do Relatório de Gestão, Licitações e Contratos e Siconv, conforme ilustrado na figura abaixo:

#### PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS FEDERAIS



Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

Na linha de orientação aos gestores, foram elaboradas cartilhas no modelo Perguntas e Respostas sobre os temas Licitações e Contratos Administrativos, Sistema de Registro de Preços e Diárias e Passagens, que contaram com tiragem total de 15.000 unidades. Tais cartilhas abordam as principais questões práticas encontradas no dia a dia dos gestores.

Além dos eixos já mencionados, quais sejam avaliação da execução programática, avaliação e acompanhamento da gestão dos órgãos, ações investigativas e ações de orientação e capacitação dos gestores federais cumpre ainda mencionar a atuação da CGU em um significativo conjunto de outras iniciativas.

Em função da **Copa 2014** e as **Olimpíadas 2016**, a CGU empreendeu ao longo de 2011 diversas iniciativas voltadas para a promoção da transparência e do controle dos recursos públicos federais. Com referência à implantação das Arenas Esportivas, em atendimento a requisições do Ministério Público Federal, avaliou a adequação de contratos firmados para a construção ou reforma de estádios nas sedes de Manaus, Salvador, Rio de Janeiro e Cuiabá. Em relação às obras de mobilidade urbana associadas ao evento da Copa 2014, a Controladoria efetuou análise de propostas e projetos de engenharia de quatro empreendimentos (dois em Manaus, um em São Paulo e um em Cuiabá).

No que se refere à atuação do Ministério do Esporte, responsável pela coordenação das ações de transparência dos gastos e de monitoramento da execução dos empreendimentos, a CGU acompanhou as reuniões das Câmaras Temáticas, que definiram os investimentos para a infraestrutura e serviços. Em relação ao Ministério do Turismo, órgão competente por promover as ações de capacitação da mão de obra, o desenvolvimento da infraestrutura turística, bem como a avaliação e a compatibilização da capacidade hoteleira nacional, analisou contratos e convênios no âmbito do Projeto Bem Receber Copa com vistas a permitir aprimoramento dos instrumentos e, conseqüentemente, da gestão de recursos públicos.

As operações de financiamento realizadas pelo BNDES também foram analisadas pela CGU, tendo sido possível concluir que, de forma geral, o Banco vem respeitando as normas internas de operacionalização das operações de crédito envolvendo a Copa de 2014. Os Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Centro-Oeste (FCO), Nordeste (FNE) e Norte (FNO) são outra fonte de recursos utilizada para preparação das sedes da Copa do Mundo. Em 2011 a CGU iniciou as fiscalizações de empreendimentos turísticos com o objetivo de avaliar a atuação do banco operador na concessão do crédito e inspeção ao empreendimento para verificar a execução física do objeto.

Com relação à preparação para realização das Olimpíadas de 2016, notadamente as medidas envolvendo o Ministério do Esporte, vem acompanhando os convênios firmados para preparação das equipes, bem como iniciativas relacionadas à infraestrutura, que são complementares as obras da Copa de 2014. Em 2011 também foram analisados os instrumentos contratuais que tiveram como objeto a contratação de serviços especializados para a preparação da candidatura do Brasil aos Jogos.

Com a finalidade de padronizar regras e melhorar os resultados de ações de governo executadas por meio da descentralização de recursos federais a estados e municípios, a CGU participou de grupo de trabalho que resultou na edição da Portaria Interministerial nº 507/2011, em substituição à de nº 127/2008, bem como em alterações ao texto do Decreto nº 6.170/2007. Entre as novidades introduzidas destacam-se: o reforço à transparência, com a ampliação do uso do Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal (Siconv) e com a obrigatoriedade de realização de chamamento público para contratação com organizações privadas sem fins lucrativos; a melhoria da fiscalização e do monitoramento das obras, pelo estabelecimento de regime especial de execução para empreendimentos cujo investimento seja igual ou superior a R\$ 750 mil, que prevê a aplicação de controles primários progressivos o que inclui a verificação da qualidade do objeto executado.

Em cumprimento ao Decreto nº 7.592/2011, que determinou a avaliação da regularidade da execução dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos, a CGU, mediante intensa articulação com os Ministérios Setoriais alcançados pelo Decreto, apoiou as atividades dos gestores públicos federais, com a expedição de orientações, realização de fiscalizações de objetos, análise de pareceres expedidos, entre outros.

No que se refere à articulação interinstitucional e compartilhamento de informações, promoveu encontros entre as unidades de Auditoria Interna, a exemplo do "V Encontro Anual das Auditorias Internas do Ministério da Integração Nacional", ministrou palestras sobre governança, riscos no setor público, indicadores de programas de governo na 32ª edição do Congresso Brasileiro de Auditoria Interna (Conbrai), e, sobre contratação e gestão de serviços terceirizados e obras públicas no "V Fórum Brasileiro de Controle Interno e Auditoria da Administração Pública", bem como participou do intercâmbio com países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, quando da realização da IV Conferência dos Organismos Estratégicos de Controle Interno, ocorrida em Praia, capital de Cabo Verde.



Na vertente de relacionamento com a Sociedade, a CGU recebeu 3.252 denúncias, solicitações e requisições de ações de controle, sendo que cerca de 50% desse total teve a análise concluída e 37% encontra-se em fase de análise, refletindo na fiscalização de 350 municípios, envolvendo exames sobre a execução de diversos programas governamentais, tais como - Turismo Social no Brasil, Brasil Escolarizado, Atenção Básica em Saúde e Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário.

No campo de auditoria de Recursos Externos, a CGU é responsável pela realização de auditorias de avaliação de desempenho dos contratos/acordos com organismos internacionais de financiamento e projetos de cooperação técnica internacional firmados com os órgãos e entidades da administração pública federal. Na execução dessas atividades, busca-se a convergência dos procedimentos e a análise dos Projetos Externos na perspectiva de sua contribuição à execução e alcance dos objetivos das Ações e Programas de Governo aos quais estão vinculados.

Nesse sentido, no que se refere às ações de monitoramento do risco das ações realizadas por intermédio de organismos internacionais parceiros, e o efetivo impacto dos projetos sobre a execução das políticas públicas, conduziu em 2011 o acompanhamento 70 de operações de crédito externo e projetos de cooperação técnica internacional, por meio da realização de 142 auditorias, focadas na avaliação de desempenho dos contratos/acordos com organismos internacionais de financiamento e de cooperação.

#### PROJETOS FEDERAIS DE DOAÇÃO, EMPRÉSTIMOS E COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL

Assunto/Ano	2007	2008	2009	2010	2011
Nº de Projetos Federais Auditados	175	153	131	92	70
Nº de Auditorias Realizadas	440	301	264	185	142

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

Na área de análise de Atos de Pessoal, em 2011, foram analisados e encaminhados 351 mil atos envolvendo recursos no valor aproximado de R\$ 2,5 bilhões. Com vistas ao aprimoramento desses trabalhos, foram atualizadas as 53 trilhas de auditoria com novas verificações da consistência das folhas de pagamento dos órgãos públicos federais. O quadro a seguir demonstra o quantitativo de atos de pessoal analisados no período de 2007 a 2011.

#### QUANTITATIVO DE ANÁLISES DOS ATOS DE PESSOAL NO PERÍODO 2007 A 2011

Análise de Atos de Pessoal	2007	2008	2009	2010	2011
Admissão	49.604	72.515	72.230	68.744	317.161
Aposentadoria	15.902	14.510	18.862	20.193	24.264
Pensão	9.843	9.975	10.442	10.536	10.303
Valores envolvidos (milhões R\$)	354,4	514,2	651,3	647,7	2.597

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

Registra-se que no exercício de 2011 foram analisados, excepcionalmente, 209 mil atos de admissão referentes às contratações de recenseadores do IBGE, para o Censo de 2010, que justifica o aumento significativo do número de atos de admissão analisados no referido exercício.

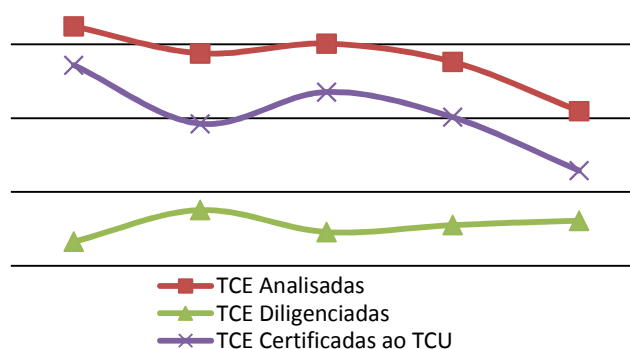
No quadro a seguir está demonstrada a evolução das auditorias nos processos de Tomadas de Contas Especiais (TCE) no período de 2007 a 2011. Em 2011 foram auditados 1.149 processos de TCE, dos quais 744 foram certificados e encaminhados ao TCU para julgamento, o que representa retorno potencial aos cofres do Tesouro da ordem de R\$ 1,7 bilhão.

## EVOLUÇÃO DAS AUDITORIAS NOS PROCESSOS DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS

Tomada de Contas Especiais	2007	2008	2009	2010	2011
TCE Analisadas	1.722	1.539	1.605	1.481	1.149
TCE Diligenciadas	263	477	328	375	405
TCE Certificadas ao TCU	1.459	1.062	1.277	1.106	744
Retorno potencial (milhões R\$)	659,6	642,3	702,7	1.685,3	1.783,10

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

O gráfico a seguir apresenta a evolução do número de processos de TCE analisados, diligenciados e certificados.



Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

Destaca-se, também, entre os trabalhos realizados pela CGU, a elaboração da **Prestação de Contas do Presidente da República**, que foi encaminhada ao Congresso Nacional no prazo definido na Constituição Federal. A PCPR apresentou o desempenho da gestão do Presidente da República ao Congresso Nacional, bem como auxiliou o Tribunal de Contas da União no processo de apreciação e emissão do parecer prévio das contas de governo e, ainda, levou ao conhecimento da sociedade as principais ações empreendidas pelo Poder Executivo Federal, com temas que abrangem desde a Política Econômica empreendida pelo Governo Federal até os principais resultados da atuação governamental, consubstanciados em balanços e demonstrativos contábeis produzidos pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Durante esse processo a CGU emitiu orientações às entidades envolvidas na elaboração dos relatórios, a partir das diretrizes do Tribunal de Contas da União expedidas no Aviso anual sobre as contas de governo, e manteve a ênfase na Função de Governo estabelecida, o que trouxe benefícios substanciais às contas do Presidente, ao incorporar informações ao nível estratégico da atuação do Estado.

A CGU realizou, ao final de cada quadrimestre, a análise e a conferência das despesas com pessoal, garantias/contra garantias, operação de crédito e dívida, demonstrativos da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar, que compõem o **Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal**, conforme determina o art. 54 e o parágrafo único do art. 59 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal). E, adicionalmente promoveu o aperfeiçoamento do instrumental de conferência dos dados constantes do RGF, conjuntamente com a Secretaria do Tesouro Nacional/MF.

Em relação a execução física da **ação 2B15 – Correição do Poder Executivo Federal**, a superação da meta prevista em **140,44%** foi justificada pelo incremento nos procedimentos disciplinares acompanhados, em linha com a estratégia de fortalecimento do Sistema de Correição do Poder

Executivo Federal. A meta física prevista “Ação de Correição Realizada”, corresponde à condução de investigações preliminares para verificar o cabimento da promoção direta ou da recomendação de promoção de procedimentos disciplinares ; ao acompanhamento de procedimentos disciplinares de outros órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; e à promoção de procedimentos disciplinares pela própria CGU.

Em 2011, a Controladoria Geral da União prosseguiu em sua missão institucional de zelar pela probidade no Poder Executivo Federal promovendo a função disciplinar. Assim, intensificou suas ações no **fortalecimento do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal – SisCOR**; no aumento da capacidade de promoção direta de ações disciplinares que visem à apuração e responsabilização de autoridades e servidores por irregularidades de maior gravidade, complexidade e repercussão; na melhoria e modernização dos instrumentos de gestão das informações disciplinares e na ampliação do campo de atuação da CRG.

No exercício, foram instaurados diretamente pela CGU, **87** procedimentos disciplinares, dentre processos administrativos disciplinares stricto sensu (46), sindicâncias punitivas (05), sindicâncias patrimoniais (16), sindicâncias investigativas (12) e procedimentos disciplinares celetistas (08), além da condução de **1.242** investigações preliminares cujo objetivo é o levantamento da pertinência de denúncias e representações.

A **melhoria no acompanhamento das ações disciplinares** foi observada pela verificação de regularidade de **1.788** procedimentos disciplinares conduzidos por órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Além disso, com o objetivo de verificar o cumprimento de recomendações ou determinações de instauração de sindicância, inclusive patrimonial, e processos administrativos disciplinares, a fim de aferir a regularidade, a eficiência e a eficácia dos trabalhos, a CRG realizou **38** inspeções in loco nas unidades componentes do SisCOR.

Em **2011**, foram encaminhadas pela CGU **312** recomendações de instauração e instaurados **5.799** procedimentos disciplinares no âmbito das unidades componentes do SisCOR. Manteve-se, assim, em patamar abaixo de 6% o número de recomendações encaminhadas pela CGU em relação ao número de procedimentos instaurados no âmbito do Poder Executivo Federal. Tal índice confirma uma maior capacidade pró-ativa das próprias unidades integrantes do Sistema de Correição, e por este mesmo estimulada, sem prejuízo do efetivo acompanhamento das atividades disciplinares posto em prática pela Controladoria, como função inerente à sua condição de órgão central.

A **melhoria no acompanhamento das ações disciplinares** em 2011 foi consolidada pela aplicação de **564** punições expulsivas a servidores federais estatutários de órgãos e entidades da administração pública federal, dentre elas **469** demissões, **38** cassações de aposentadoria e **57** destituições de cargos de comissão. Essa marca é recorde desde que a CGU iniciou o acompanhamento das punições expulsivas aplicadas a servidores, representando um aumento de 8,25% em relação ao ano anterior (2010). Além das punições disciplinares administrativas de caráter expulsivo, merece registro a aplicação de **637** suspensões e **472** advertências.

O **Programa de Formação de Membros em Processo Administrativo Disciplinar** capacitou **878** servidores federais para composição de comissões disciplinares, especializando profissionais para integrar comissões processantes.

Em 2011, embasada nas diretrizes estabelecidas no “Desdobramento do Plano de Integridade Institucional, Controle dos Recursos Públicos e Prevenção da Corrupção no âmbito da Corregedoria-Geral da União (DPII-CRG)”. a CRG deu continuidade a diversas ações de caráter estratégico. Entre as principais, merecem destaque: o fomento à criação de Corregedorias

Seccionais, o desenvolvimento gerencial para gestores e a uniformização de pontos divergentes na área disciplinar.

A **política de ampliação do raio de atuação da CGU na esfera correcional** foi consolidada pela implementação de ações para a modernização correcional, a atuação da “Comissão de Processo Administrativo de Fornecedores” (CPAF), o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e pela atuação da Comissão de Coordenação de Correição (CCC).

Novas ferramentas tecnológicas foram implementadas em prol da **modernização das atividades correcionais**, o que propiciou maior celeridade, controle e segurança às comissões disciplinares. Foram conduzidos e implementados em 2011, importantes projetos ligados à Gestão Eletrônica de Documentos – GED, ao Sistema de Teleaudiências e o desenvolvimento de portal específico na internet para área de correição.

O **Cadastro de Empresas Inidôneas ou Suspensas (CEIS)**, que consolida a relação das empresas que sofreram sanções pelos órgãos e entidades da administração pública das diversas esferas federativas, registrou expressivo aumento na quantidade de penalidades divulgadas. Agregando informações relativas a pessoas físicas, notadamente condenadas na esfera judicial por atos de improbidade administrativa – cujos dados são fornecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – e informações acerca de licitantes inidôneos – fornecidos pelo Tribunal de Contas da União, o número de penalidades divulgadas passou de 1.063 no final de 2008, para 5.708 em dezembro de 2011.

A **Comissão de Coordenação de Correição-CCC**, instância colegiada com funções consultivas, instituída por meio do artigo 3º do Decreto nº 5.480, de 30/06/05, tem o objetivo de fomentar a integração e uniformizar entendimentos do SisCOR. Em 2011, a CCC além de ter seu regimento interno aprovado, definiu e regulamentou **3** enunciados acerca de temas sobre delação anônima e prescrição.

No desenvolvimento da **ação 4998 – Gestão do Sistema Federal de Ouvidorias**, a execução física realizada (32%) deve ser entendida no contexto da reestruturação das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria-Geral. Foi necessário, ao longo de 2011, realinhar a execução de eventos dentro da nova diretriz da política de formação em Ouvidoria, a qual será plenamente executada a partir de 2012. Nesse sentido, foram priorizados, para realização em 2011, os eventos de planejamento da Ouvidoria-Geral da União e das Ouvidorias do Poder Executivo Federal, além de oficinas de capacitação de Ouvidorias na Lei de Acesso a Informação.

Não obstante isso, a ação de estruturação do sistema federal de ouvidorias já se encontra em curso. A atuação da Ouvidoria-Geral com esse propósito não se restringe à execução de eventos, muito embora sejam estes os que demandam considerável montante de recursos orçamentários para a sua realização. Parcela expressiva dos produtos e serviços ofertados pela Ouvidoria-Geral não necessitam de dispêndio de recursos financeiros além das consignadas na rubrica de pessoal, conforme foi destacado na exposição da sua estratégia frente às suas responsabilidades institucionais.

Integram as atividades desenvolvidas em 2011, as quais esta Ouvidoria-Geral reputa igualmente de infraestrutura, a realização:

- Do **primeiro Diagnóstico das Ouvidorias Federais** em parceria com a UNESCO, de modo a mapear a situação atual do exercício da função Ouvidoria no âmbito do Poder Executivo

Federal em assuntos de estrutura, processos, recursos humano, tecnológico e orçamentário, dentre outros.

- Do **redesenho dos processos de trabalho** e a elaboração do Manual de rotinas e procedimentos reorganização dos procedimentos e técnicas de análise de manifestações visando o aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho e a qualidade da análise e providências decorrentes das manifestações.
- Da **disponibilização do software público de Ouvidoria** em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO e a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MP de modo a proporcionar um instrumento gratuito para a implementação da Lei de Acesso a Informação pelas ouvidorias de quaisquer órgãos públicos.
- Da **constituição da Casoteca de Ouvidorias** em parceria com Escola Nacional de Administração Pública – ENAP/MP que tem por objetivo reunir e disponibilizar experiências sobre gestão de ouvidorias, o tratamento de manifestações e o relacionamento interno e externo, a fim de serem utilizadas como instrumentos de capacitação de seus servidores a partir de casos concreto.
- De atividades relacionadas a **implementação da Lei de Acesso a Informação** (Lei nº 12.527 de 2011) no que se refere aos procedimentos de transparência passiva que tocam o recebimento, tratamento e decisão de pedidos de acesso a informação e de recursos à decisão do órgão ou entidade que nega o pedido de acesso a informação disponível.

Reporta-se, ainda em 2011, a criação de 10 novas unidades de Ouvidoria, chegando a um total de 175 unidades em operação, no Poder Executivo Federal.

QUANTITATIVO DE UNIDADES DE OUVIDORIA

ANO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
QUANTITATIVO	40	85	114	124	133	138	149	151	165	175

Fonte: OGU/CGU-PR

No que se refere à **ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**, cabe registrar que, durante o exercício de 2011, foram realizadas 3.032 ações de capacitação, relativas às participações em treinamentos de curta duração, seminários, fóruns, palestras, congressos e cursos de pós-graduação, incluindo as 225 bolsas de estudo concedidas para cursos de idiomas estrangeiros aos servidores de Brasília e dos Estados. É pertinente esclarecer que a meta física registrada no SIGPLAN ficou em 151,60%, em virtude do desembolso mensal de cada uma das parcelas das bolsas de estudo de idiomas concedidas, em consonância com os critérios adotados no Órgão para esta finalidade.

Com relação à **ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes**, relativa a benefícios ao servidor, sua execução deu-se no montante de R\$ 3.811.628,00. Quanto à execução física da ação foram atendidos 2.104 beneficiários. Cabe ressaltar que foram observadas as devidas formas de pagamento do ressarcimento, obedecendo-se à legislação vigente.

Para a **ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados**, sua execução ficou em 74,41%, o que corresponde ao montante de R\$ 32.043,00. Ressalte-se que o desempenho abaixo do previsto, tanto financeiro como físico, é resultado da implementação do subsídio como estrutura salarial dos servidores da carreira de finanças e controle, visto que se tornou desvantajoso o recebimento quando do aumento da remuneração. Ao longo do exercício de 2011, o referido Auxílio foi concedido a 29 servidores desta UJ.

Quanto à **ação 20CW – Exames Periódicos**, os servidores optaram por realizar os exames clínicos por meio de planos de saúde particulares, desonerando o orçamento específico para essa finalidade.

Quanto à **ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados** - o benefício foi concedido, ao longo do exercício de 2011, a 370 dependentes de servidores, sendo a execução física da ação o referente a 119,35%, e a orçamentária a R\$ 400.025,00.

Em relação à **ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados**, o benefício foi concedido a 2.386 servidores no exercício de 2011. A execução da referida ação foi de 99,35%, o que corresponde a R\$ R\$ 8.894.744,00.

Quanto à **ação 110C - Reforma, adaptação e modernização das Unidades Regionais da Controladoria-Geral da União**, existia uma dotação autorizada no valor de R\$ 1.978.000,00. Desse total, a unidade executou R\$ 1.187.002,00, representando 54% do autorizado na lei orçamentária. A não execução plena é justificada por dificuldades e atrasos nos processos licitatórios, bem como contingenciamento nos limites de empenho, que só foram liberados no fim do exercício, não restando tempo hábil para a execução das despesas.

Em relação às **ações 2272 - Gestão e Administração do Programa, 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais e 4641 – Publicidade de Utilidade Pública**, essas não possuem meta física por serem ações padronizadas. Quanto ao aspecto financeiro, a execução das despesas discricionárias alocadas na ação 2272 atingiu 100% do permitido na lei orçamentária. No caso da ação 4641, houve execução de 95,5% do limite orçamentário disponibilizado, num montante de R\$ 143.250,00 e, no tocante à ação 09HB, 99,10% do limite orçamentário da LOA de R\$ 95.466.389,00.

## 2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

### 2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Controladoria-Geral da União	20125	110174

Fonte: SIAFI Gerencial e Operacional

### 2.4.2 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 - Pessoal e Encargos Sociais		2 - Juros e Encargos da Dívida		3 - Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	570.745.552,00	484.167.592,00	-	-	95.349.782,00	87.617.746,00
	PLOA	570.745.552,00	501.072.746,00	-	-	95.349.782,00	87.617.746,00
	LOA	570.745.552,00	501.072.746,00	-	-	81.449.782,00	87.617.746,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 - Pessoal e Encargos Sociais		2 - Juros e Encargos da Dívida		3 - Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
CRÉDITOS	Suplementares	33.692.000,00	90.432.000,00	-	-	641.656,00	6.346.059,00	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	1.483.000,00	1.143.694,00		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>		<b>604.437.552,00</b>	<b>591.504.746,00</b>	-	-	<b>80.608.438,00</b>	<b>92.820.111,00</b>	

### 2.4.3 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas de Capital						
		4 - Investimentos		5 - Inversões Financeiras		6 - Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	14.902.979,00	12.130.000,00	-	-	-	-	
	PLOA	14.902.979,00	12.130.000,00	-	-	-	-	
	LOA	14.902.979,00	12.130.000,00	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	3.451.880,00	379.086,00	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	2.876.696,00	-	-	-	-	-		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>		<b>15.478.163,00</b>	<b>12.509.086,00</b>	-	-	-	-	

#### 2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 - Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	666.095.334,00	571.785.338,00	14.902.979,00	12.130.000,00	-	-	
	PLOA	666.095.334,00	588.690.492,00	14.902.979,00	12.130.000,00	-	-	
	LOA	652.195.334,00	588.690.492,00	14.902.979,00	12.130.000,00	13.900.000	-	
CRÉDITOS	Suplementares	34.333.656,00	96.778.059,00	3.451.880,00	379.086,00	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	1.483.000,00	1.143.694,00	2.876.696,00	-	-	-		

Origem dos Créditos Orçamentários	Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 - Reserva de Contingência	
	Exercícios		Exercícios		Exercícios	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Outras Operações	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>685.045.990,00</b>	<b>684.324.857,00</b>	<b>15.478.163,00</b>	<b>12.509.086,00</b>	-	-

Os quadros acima demonstram a programação da unidade nos exercícios de 2011 e 2010, por grupo de despesa e categoria econômica.

No que tange ao grupo de despesa “Outras Despesas Correntes”, que engloba, além das despesas discricionárias, o pagamento de benefícios aos servidores, a unidade projetou um gasto no montante de R\$ 95.349.782,00 no PLOA 2011. Entretanto, o orçamento da CGU foi novamente objeto de corte no âmbito do Congresso Nacional e, portanto, a lei orçamentária foi aprovada com uma autorização de gasto de R\$ 81.449.782,00. O corte no valor de R\$ 13.900.000,00 foi centralizado nas despesas de custeio e investimento da unidade. Esse fato prejudicou as atividades do órgão, uma vez que o corte foi concentrado na ação orçamentária que tinha por finalidade custear os gastos com informática e, como as atividades do órgão estão baseadas em sistemas informatizados, novamente a programação orçamentária teve que ser objeto de novo planejamento.

No período, a unidade necessitou uma suplementação de créditos no montante de R\$ 65.000,00, em virtude do incremento do auxílio pré-escolar. Destaca-se, ainda, a suplementação de R\$ 576.656,00 para atender o Projeto Observatório da Despesa Pública, que utilizaria os recursos doados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e de R\$ 575.184,00 no grupo investimento para atender ao citado projeto.

#### 2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

##### QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Ver Anexo I – fls. 111

As principais movimentações de créditos externas no exercício de 2011 com relação ao grupo outras despesas correntes e investimentos consistem nas despesas de manutenção, funcionamento, adaptação de imóveis e material permanente das Unidades Regionais nos Estados, cuja maioria ocupa parte do espaço físico do Ministério da Fazenda e/ou utiliza o órgão como apoio de atividades administrativas, em um total de R\$ 14.930.707,78 para despesas com custeio e R\$ 636.864,98 para despesas com investimento. Nessa questão, inclusive, vale ressaltar que a CGU encaminhou o orçamento referente ao rateio das despesas com as SAMF's e estas, no entanto, não empenharam o valor total até o prazo estipulado, dando causa a uma perda do montante executado pela Controladoria.

Há, ainda, rateio das despesas de manutenção e funcionamento da Corregedoria-Geral da União (CRG/CGU) no montante de R\$ 2.222.857,50, em razão da unidade ocupar parte do espaço físico do Bloco A da Esplanada dos Ministérios, cuja administração fica a cargo do Ministério do Esporte.

Destaca-se, ainda, a realização de projetos de capacitação executados em parceria com a Escola de Administração Fazendária - ESAF, decorrentes da formação de membros em comissões de processo administrativo disciplinar, do concurso de monografia e do curso de promoção dos servidores da carreira de finanças e controle, que atingiram um valor de R\$ 657.211,92. Além disso,



pode-se citar a concessão de créditos à Imprensa Nacional em função da prestação de serviços gráficos voltados para a divulgação do Portal da Transparência, do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, da Prestação de Contas do Presidente da República e do Concurso de Desenho e Redação no valor total de R\$ 217.049,40.

## 2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

### 2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

#### 1.1.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

**QUADRO A.2.8 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ**

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Modalidade de Licitação</b>	<b>42.228.038,41</b>	<b>37.468.094,96</b>	<b>29.621.644,07</b>	<b>26.847.008,55</b>
Convite	188.395,35	38.516,01	20.006,94	3.572,93
Tomada de Preços	23.242,12	321.197,15	16.554,25	318.622,82
Concorrência	3.250.439,03	2.331.773,48	3.062.942,97	1.956.603,57
Pregão	34.346.946,35	32.060.881,60	22.531.283,74	21.852.482,51
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	4.149.015,56	2.715.726,72	3.990.856,17	2.715.726,72
<b>Contratações Diretas</b>	<b>14.219.722,46</b>	<b>10.765.012,84</b>	<b>11.219.722,46</b>	<b>9.676.824,89</b>
Dispensa	12.083.009,87	9.209.414,05	10.142.676,05	8.465.980,05
Inexigibilidade	2.136.712,59	1.555.598,79	1.596.020,81	1.210.844,84
<b>Regime de Execução Especial</b>	<b>285.323,30</b>	<b>385.900,74</b>	<b>280.313,02</b>	<b>382.183,10</b>
Suprimento de Fundos	285.323,30	385.900,74	280.313,02	382.183,10
<b>Pagamento de Pessoal</b>	<b>603.943.575,00</b>	<b>608.656.069,06</b>	<b>617.079.343,74</b>	<b>608.655.994,38</b>
Pagamento em Folha	599.736.476,37	602.004.672,64	599.733.805,45	602.004.672,64
Diárias	4.207.098,63	6.651.396,42	4.207.098,63	6.651.321,74
Outros	<b>10.006.541,25</b>	<b>10.166.717,98</b>	<b>7.570.999,57</b>	<b>8.811.309,96</b>
<b>Total</b>	<b>656.178.154,66</b>	<b>667.441.795,58</b>	<b>652.353.270,18</b>	<b>654.373.320,88</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

#### 1.1.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

**QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ**

Ver Anexo II.- fls 115.

### 1.1.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

#### QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Ver Anexo III.- fls. 116.

A análise crítica sobre os quadros A.2.8, A.2.9 e A.2.10 encontram-se após o quadro A.2.13.

### 2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

### 2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

#### QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Licitação</b>				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	17.761,75		17.761,75	
Concurso				
Consulta				
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	190,88		190,88	
Inexigibilidade				
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos				
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
<b>Pagamento em Folha</b>				
<b>Diárias</b>				
<b>Outras</b>		210.368,73		210.368,73
<b>TOTAL</b>	<b>17.952,63</b>	<b>210.368,73</b>	<b>17.592,63</b>	<b>210.368,73</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

O valor de R\$ 17.952,63 se refere a montante recebido, no exercício de 2011, resultado da transferência de recursos financeiros para a CGU – parceria firmada com o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, para uso em ações de fiscalização, bem como recurso transferido pelo Ministério da Cultura para custear despesas com hora-aula de servidor deste Órgão no curso de Legislação Aplicada ao SICONV.

### 2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

#### QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos*	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
3- Outras Despesas Correntes	23.804,91	210.368,73	23.799,83	210.368,73	5,08	-	23.799,83	210.368,73

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos*	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	17.766,83	210.368,73	17.761,75	210.368,73	5,08		17.761,75	210.368,73
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	5.847,20		5.847,20				5.847,20	
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	190,88		190,88				190,88	
Demais elementos da despesa								

\* Valores Pagos na Folha considerados como o total das despesas liquidadas da folha

#### 2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

##### QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-

A análise crítica a seguir refere-se aos quadros A.2.8 a A.2.13.

No presente relatório, o item execução orçamentária é composto pelos seguintes demonstrativos: despesas por modalidade de contratação, despesas correntes por grupo e elemento de despesa, despesas de capital por grupo e elemento de despesa e execução por programa, sendo tais demonstrativos em créditos originados e recebidos pela unidade.

No quadro denominado Despesas por Modalidade de Contratação mediante créditos originários da unidade, destaca-se o crescimento de 7% das contratações por meio de pregão em relação ao exercício de 2010.

No caso do grupo Outras Despesas Correntes, os gastos estão concentrados na contratação de serviços de terceiros - pessoa jurídica e locação de mão-de-obra, uma vez que o órgão necessita de serviços especializados, principalmente no suporte de Tecnologia da Informação, essencial para a continuidade e expansão das atividades inerentes à função da CGU.

Em se tratando do grupo investimento, comparando-se os dois períodos, percebe-se um incremento de R\$ 2.772.979,00 na dotação do investimento da unidade, reflexo do maior referencial monetário concedido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão quando da elaboração do PLOA 2011. Apesar de não sofrer cortes no âmbito do Congresso Nacional, a programação orçamentária ficou prejudicada, uma vez que o limite de empenho para investimento no período atingiu o montante de R\$ 9.945.855,00, ou seja, 66,73% do autorizado na lei. Deste limite, a unidade alcançou um nível de execução de 97,01%, representando o montante de R\$ 9.648.970,00. Tal

investimento ficou concentrado na aquisição de equipamentos de informática, principalmente servidores e software.

No demonstrativo de créditos recebidos, verifica-se que a unidade executou em 2011 o valor de R\$ 23.799,83, resultado da parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para a fiscalização de Programas de Governo daquele órgão.

#### 2.4.7 Indicadores Institucionais

Neste tópico, estão consubstanciados os indicadores praticados pelas unidades da CGU, durante o exercício de 2011, os quais subsidiaram o acompanhamento das metas estabelecidas por cada unidade no referido ano.

#### Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI)

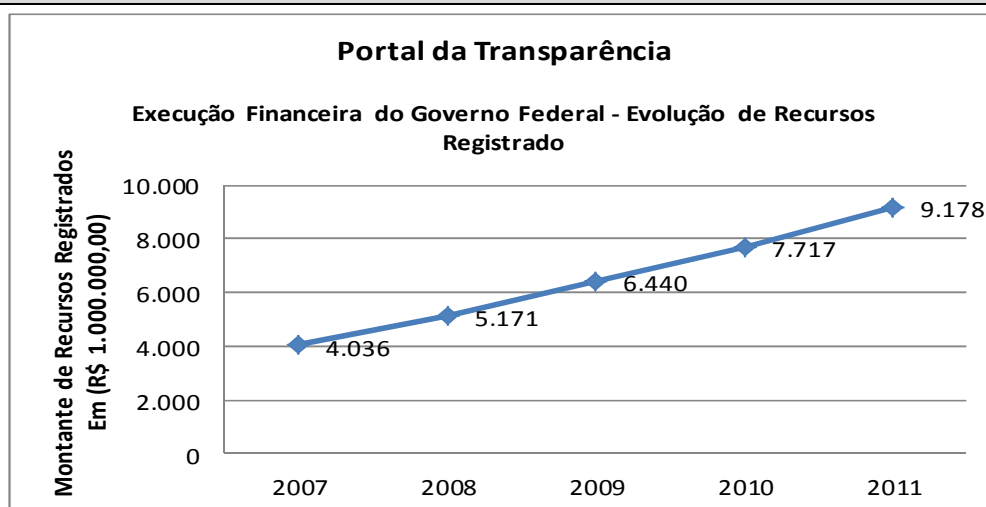
A SPCI atua fortemente direcionada à execução de projetos relacionados às diversas áreas de sua competência. Por definição, os projetos têm duração determinada e geram resultados únicos, diferentemente de programas ou atividades contínuas. Tal característica dificulta o estabelecimento de indicadores de desempenho que possam ser coletados ao longo dos anos para avaliação dos resultados da unidade.

Nesse cenário, os indicadores de desempenho ora apresentados tratam de três principais programas formulados e mantidos no âmbito da SPCI, são eles: Gestão do Portal da Transparência, Programa Fortalecimento da Gestão Pública e Programa Olho Vivo no Dinheiro Público.

**Indicador:** Montante de recursos de execução financeira do governo federal registrados no Portal da Transparência

Objetivo	Fórmula	Macro objetivo	Macroprocesso	Frequencia de Apuração
Verificar o incremento do montante de recursos totais de execução financeira do governo federal registrados no Portal da Transparência a cada período, com base na análise comparativa da série histórica do indicador.	Somatório dos recursos de execução financeira do governo federal registrados no Portal	Incrementar a transparência pública	Promoção da transparência pública	Mensal

**Gráfico:**



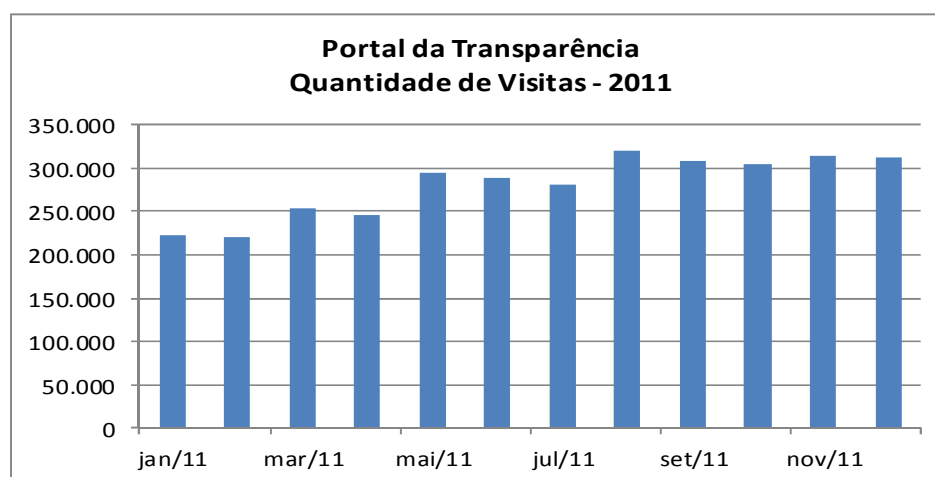
Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

**Análise do indicador:**

O gráfico demonstra uma evolução da execução financeira do Governo Federal registrada no Portal da Transparência,

ano a ano. Em 2011, houve aumento do montante de recursos registrados no Portal, quando comparado à execução dos anos anteriores. Os dados registrados totalizaram aproximadamente R\$ 1,5 trilhões. O Portal registra dados de execução orçamentária referentes a gastos diretos, transferências de recursos, cartões de pagamento da defesa civil, cartão de pagamento do governo federal, além de programas de governo, como o Programa Pescador Artesanal.

<b>Indicador:</b> Quantidade de visitas ao Portal da Transparência no período				
<b>Objetivo</b>	<b>Fórmula</b>	<b>Macro objetivo</b>	<b>Macroprocesso</b>	<b>Frequência de Apuração</b>
Verificar a quantidade de visitas ao Portal da Transparência a cada período, visando à análise do interesse dos usuários pelo site. A análise comparativa da série histórica do indicador permitirá identificar períodos de pico de acesso ao site, associando-os a: resultados de campanhas de divulgação, períodos pré-eleitorais, notícias divulgadas pela imprensa, implementação de melhorias no Portal, entre outras.	Quantidade de visitas ao Portal da Transparência no período	Incrementar a transparência pública	Promoção da transparência pública	Mensal

**Gráfico:**

Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

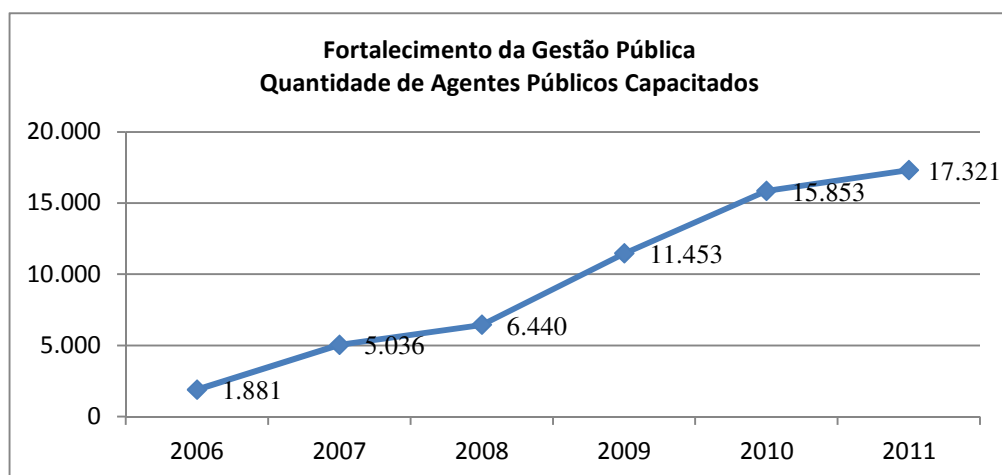
**Análise do indicador:**

O Portal da Transparência teve média de 280 mil acessos mensais em 2011. Analisando-se o **gráfico**, observa-se crescimento do número de acessos ao Portal da Transparência a partir de maio de 2011, elevando a média de acessos a partir daí para aproximadamente 300 mil acessos/mês.

Em 2011 iniciaram-se as etapas preparatórias para a realização da 1ª CONSOCIAL. Os eventos de mobilização da sociedade conduzidos no âmbito desta Conferência, divulgaram sistematicamente o Portal da Transparência. Esse fator contribuiu para a elevação da média de acessos do Portal a partir de maio de 2011.

<b>Indicador:</b> Quantidade de agentes públicos capacitados por meio do programa Fortalecimento da Gestão Pública (FGP)				
<b>Objetivo</b>	<b>Fórmula</b>	<b>Macro objetivo</b>	<b>Macroprocesso</b>	<b>Frequência de Apuração</b>
Avaliar a evolução do alcance do FGP, com relação ao número de agentes públicos capacitados, com base na análise comparativa da série histórica do indicador. Tal análise permitirá identificar fatores internos e externos que influenciam a taxa de variação do número	Somatório dos agentes públicos capacitados até a data final do período de referência.	Fortalecer a gestão pública para a boa governança e prevenção da corrupção	Fortalecimento da Gestão Pública	Semestral

de agentes públicos capacitados por período.				
--	--	--	--	--

**Gráfico:**

Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

**Análise do indicador:**

O Programa Fortalecimento da Gestão Pública (FGP) objetiva aprimorar a gestão dos recursos públicos pelos estados e municípios brasileiros.

O **gráfico** mostra a evolução do quantitativo de agentes públicos beneficiados pelo programa (acumulado), tanto nas capacitações por sorteios públicos, quanto nas capacitações em parceria com controles internos.

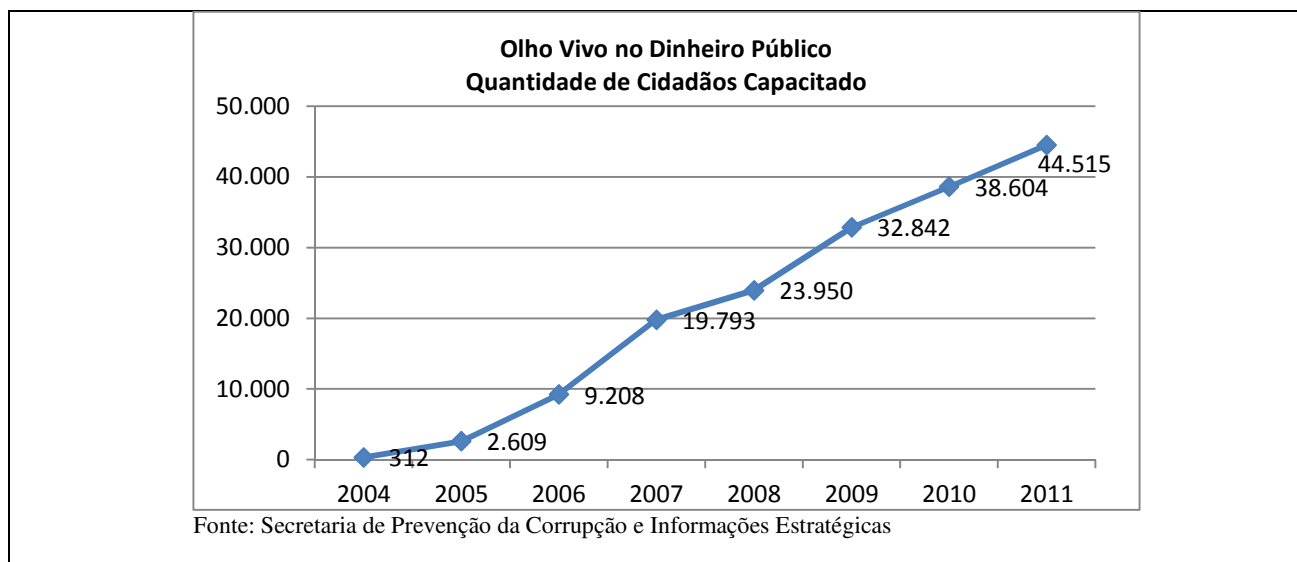
Em 2011 foi registrada redução do número de agentes públicos capacitados, quando comparado aos 2 anos anteriores. Isto ocorreu principalmente devido a:

- Mobilizações nos estados para realização das etapas regionais da primeira CONSOCIAL. Destaca-se que o esforço dos Núcleos de Ação de Prevenção nos estados foi direcionado, em grande parte, para a realização da referida Conferência;
- Contingenciamento orçamentário realizado, que restringiu gastos com diárias e passagens. Visto que este Programa requer a realização de viagens para os municípios para realização das ações de capacitação, tal contingenciamento também representou limitação da abrangência das ações.

**Indicador:** Quantidade de cidadãos capacitados pelo Programa Olho Vivo

Objetivo	Fórmula	Macro objetivo	Macroprocesso	Frequencia de Apuração
Avaliar a evolução do alcance do Olho Vivo, com relação ao número de cidadãos capacitados, com base na análise comparativa da série histórica do indicador. Tal análise permitirá identificar fatores internos e externos que influenciam a taxa de variação do número de cidadãos capacitados por período.	Somatório dos cidadãos capacitados até a data final do período de referência.	Fomentar o exercício do controle social e a cultura de cidadania	Fomento à participação e ao controle social	Semestral

**Gráfico:**

**Análise do indicador:**

O Programa Olho Vivo no Dinheiro Público busca sensibilizar e orientar conselheiros municipais, lideranças comunitárias, agentes públicos, professores e alunos acerca da importância do controle social. O gráfico mostra a evolução do quantitativo de cidadãos capacitados pelo programa até o momento (acumulado).

Em 2010, o número de cidadãos capacitados pelo Programa Olho Vivo foi reduzido devido ao período eleitoral, quando não foi permitida a realização das ações presenciais do Programa.

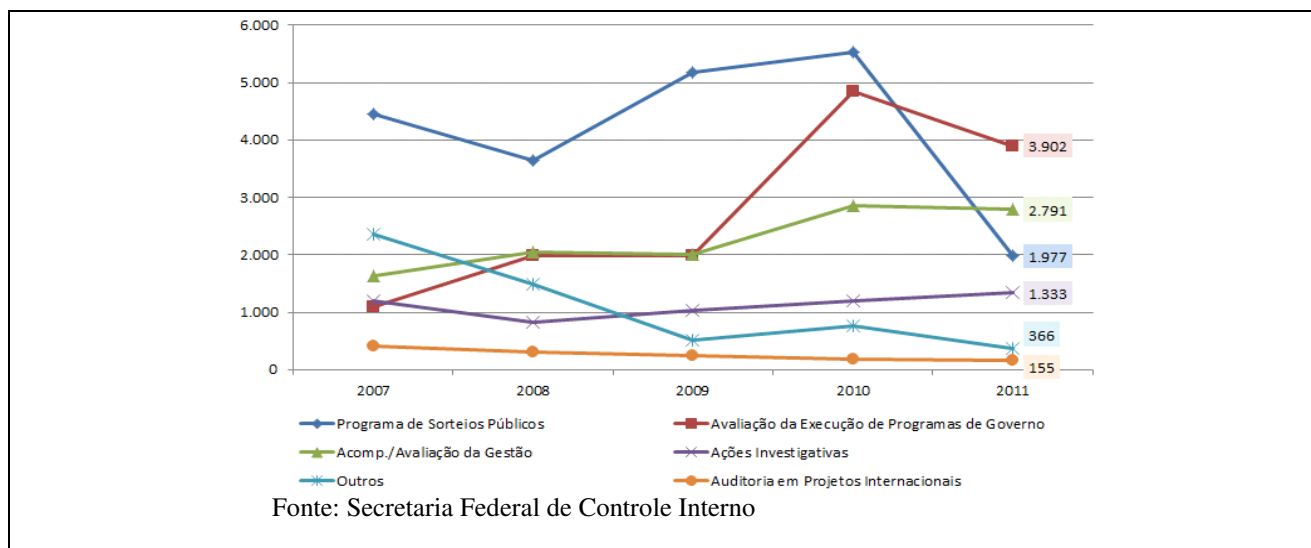
Em 2011 foi mantido, aproximadamente, o número de agentes públicos capacitados no ano anterior. Entretanto, verifica-se que o programa não foi executado na sua plenitude em 2011, devido a:

- Mobilizações nos estados para realização das etapas regionais da primeira CONSOCIAL. Destaca-se que o esforço dos Núcleos de Ação de Prevenção nos estados foi direcionado, em grande parte, para a realização da referida Conferência;
- Contingenciamento orçamentário realizado, que restringiu gastos com diárias e passagens. Visto que este Programa requer a realização de viagens para os municípios para realização das ações de capacitação e mobilização, tal contingenciamento também representou limitação da abrangência das ações.

**Secretaria Federal de Controle Interno (SFC)**

Para monitoramento e avaliação das atividades de Controle Interno realizadas, a SFC utilizou principalmente os seguintes indicadores:

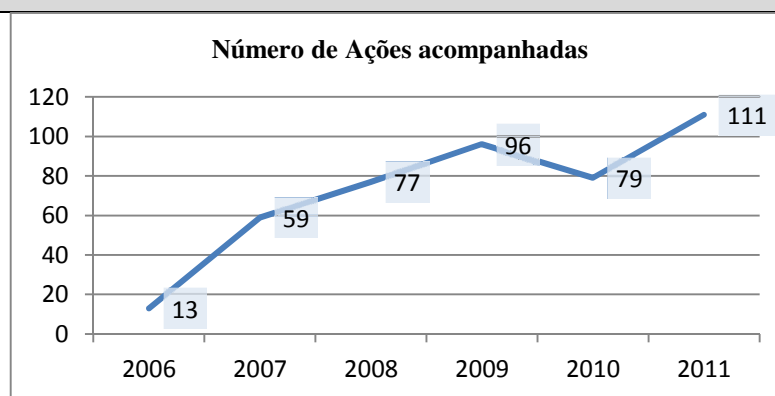
<b>Indicador: Ações de Controle realizadas</b>			
<b>Objetivo</b>	<b>Fórmula</b>	<b>Objetivo Estratégico</b>	<b>Frequência de Apuração</b>
Indicar a quantidade de Ações de Controle (Auditorias e Fiscalizações) realizadas no exercício para cada linha de atuação.	Quantidade de Ações de Controle Executadas	i) Fomentar a melhoria contínua da gestão e da prestação de serviços públicos; ii) Fortalecer os controles internos e a capacidade de gerir riscos das instituições públicas; iii) Consolidar a atuação integrada entre os órgãos de controle e de defesa do Estado e do Patrimônio Público iv) Intensificar as Ações de Auditoria Investigativa.	Mensal
<b>Gráfico:</b>			

**Análise do indicador:**

As ações de controle relacionadas às linhas de atuação de Acompanhamento e Avaliação da Gestão e Auditoria de Projetos Internacionais foram realizadas a contento. A execução de ações de controle relacionadas ao Programa de Sorteios Públicos foram impactadas diretamente pela redução dos recursos disponíveis para pagamento de diárias e passagens devido à necessidade de visitas “in loco” para realização das ações de controle dessas linhas de atuação.

**Indicador: Ações de Governo acompanhadas**

Objetivo	Fórmula	Objetivo Estratégico	Frequência de Apuração
Apresentar a evolução do número de ações de governo fiscalizadas.	Quantidade de Ações de Governo fiscalizadas	Fomentar a melhoria contínua da gestão e da prestação de serviços públicos	Anual

**Gráfico:**

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

**Análise do indicador:**

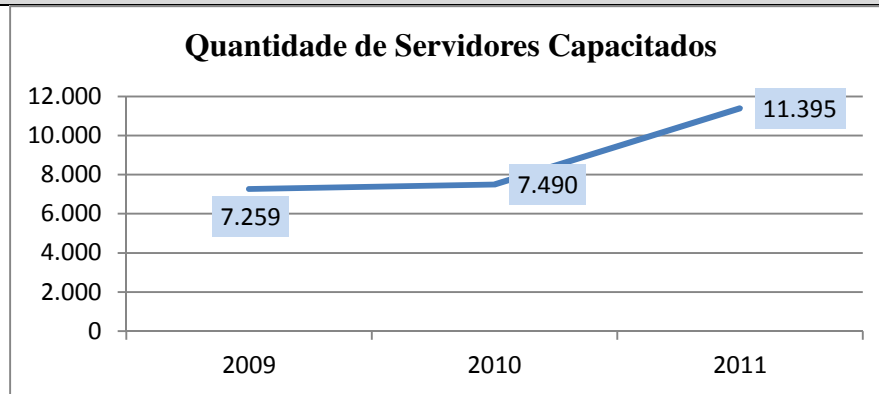
O indicador demonstra que além das novas ações de governo priorizadas em 2011, ainda havia grande quantidade de ações governamentais em acompanhamento oriundas de priorizações dos exercícios anteriores.

**Indicador: Quantidade de Servidores Capacitados.**

Objetivo	Fórmula	Objetivo Estratégico	Frequência de Apuração
Monitorar a quantidades de servidores capacitados	Quantidade de gestores federais Capacitados	Fomentar a melhoria contínua da gestão e da prestação de serviços públicos.	Anual



**Gráfico:**



Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

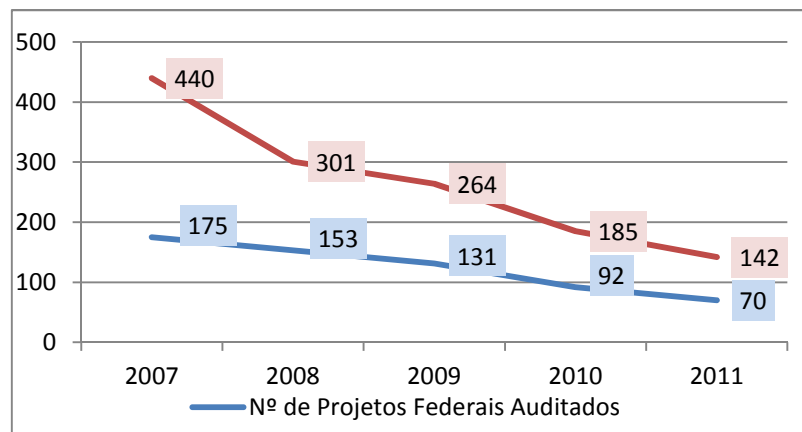
**Análise do indicador:**

O gráfico demonstra uma evolução do número de gestores federais capacitados. Em 2011, houve aumento do quantitativo, quando comparado aos anos anteriores, visto que houve disponibilização de novos cursos presenciais e a distância.

**Indicador: Projetos de Recursos externos Auditados**

Objetivo	Fórmula	Objetivo Estratégico	Frequencia de Apuração
Análise de Projetos de Recursos externos	Quantidade de Projetos Auditados	i) Fomentar a melhoria contínua da gestão e da prestação de serviços públicos;	Anual

**Gráfico:**

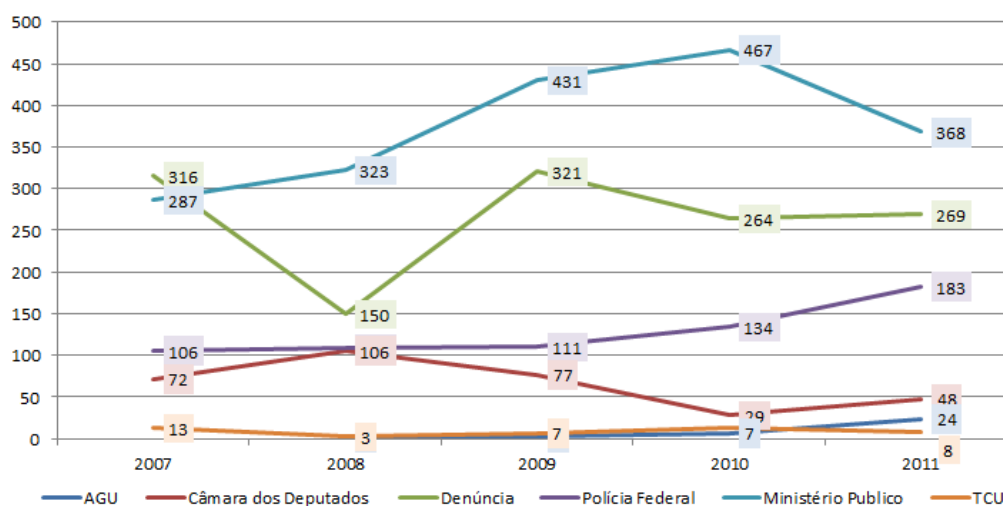


Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

**Análise do indicador:**

Em função da tendência de direcionamento das operações de crédito externo e de cooperação técnica aos entes municipais e estaduais, a SFC tem verificado uma gradativa diminuição do universo de projetos externos executados por órgãos e entidades da Administração Pública Federal, o que tem reflexo direto na carteira de projetos a serem auditados pela SFC a cada exercício, conforme indicado no gráfico. Independente da redução, os trabalhos continuam cumprir a função de garantir a boa gestão dos recursos de origem externa e de auxiliar a solução dos problemas eventualmente detectados.

Indicador: Integração com demais órgãos de Controle.			
Objetivo	Fórmula	Objetivo Estratégico	Frequencia de Apuração
Mensurar a atuação integrada entre os órgãos de controle.	Quantidade de Ações de Controle executadas em função de demandas dos demais órgãos de controle	iii) Consolidar a atuação integrada entre os órgãos de controle e de defesa do Estado e do Patrimônio Público  iv) Intensificar as Ações de Auditoria Investigativa.	Anual

**Gráfico:**

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

**Análise do indicador:**

Em geral, o gráfico apresenta um razoável aumento do quantitativo de ações executadas em atendimento às demandas dos órgãos de controle e de defesa do Estado e do Patrimônio Público. A quantidade de ações realizadas nesta linha de atuação representa 8% do total das ações executadas no exercício de 2011.

**Corregedoria-Geral da União (CRG)**

Para mensurar o desempenho e avaliar os resultados alcançados pela unidade no exercício de 2011, a CRG instituiu os seguintes indicadores institucionais:

Macroprocesso	Título do Indicador	Objetivo do Indicador	Fórmula do Indicador
Promoção de ações disciplinares	Fomento à instauração de procedimentos disciplinares	Verificar a abrangência e a quantidade de processos disciplinares instaurados no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal - SisCOR	$\frac{[\text{Procedimentos instaurados no período}]}{[\text{quantidade estabelecida}]}$
Acompanhamento de ações disciplinares	Amplitude do acompanhamento das ações disciplinares	Verificar o alcance do acompanhamento da CRG frente ao universo de procedimentos disciplinares no Poder Executivo Federal (PEF)	$\frac{[\text{procedimentos acompanhados pela CRG no período}]}{[\text{procedimentos disciplinares instaurados no PEF no período}]}$
Inspeção dos órgãos do Sistema de Correição	Cumprimento da quantidade mínima semestral de inspeções	Verificar o atendimento ao art. 22 da Portaria nº 335/2006 (20 inspeções p/ semestre atualmente)	$\frac{[\text{inspeções realizadas}]}{[\text{quantidade estabelecida}]}$

Macroprocesso	Título do Indicador	Objetivo do Indicador	Fórmula do Indicador
Orientação normativa dos órgãos do Sistema de Correição	Encerramentos versus recebimentos de questionamentos sobre direito disciplinar	Verificar o estoque de questionamentos de cunho disciplinar na CRG	[Questionamentos respondidos no período] / [Questionamentos recebidos no período]
Disseminação de conhecimentos sobre matéria administrativa disciplinar	Cumprimento da quantidade projetada de capacitações em Processo Administrativo Disciplinar	Verificar o atendimento ao projeto de capacitação de membros em Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (CPAD)	[Servidores capacitados no período] / [Servidores que se pretendia capacitar no período]

Após aferição do desempenho alcançado, por meio de controles internos e auxílio de sistemas próprios, observa-se que a Corregedoria-Geral da União (CRG) superou parcialmente as metas previstas (3/5 metas) para o ano de 2011, conforme descrição abaixo:

Título do Indicador	Meta do Indicador	Valor aferido	Frequência de apuração	Data de aferição
Fomento à instauração de procedimentos disciplinares	100%	116% (5.799 procedimentos instaurados no SisCOR sobre 5.000 previstos no ano)	Anual	14/02/2012
Amplitude do acompanhamento das ações disciplinares	20%	31% (1.788 processos acompanhados sobre 5.799 processos instaurados)	Anual	11/01/2012
Cumprimento da quantidade mínima semestral de inspeções	100%	95% (38 inspeções realizadas no ano sobre 40 inspeções programadas no ano)	Semestral	03/02/2012
Encerramentos versus recebimentos de questionamentos sobre direito disciplinar	100%	100% (no ano 84 questionamentos foram recebidos e todos respondidos)	Anual	17/02/2012
Cumprimento da quantidade projetada de capacitações em Processo Administrativo Disciplinar	100%	32,5% (foram capacitados 878 servidores e pretendia-se capacitar 2.700)	Anual	06/02/2012

A unidade não atingiu as metas previstas em relação aos indicadores “Cumprimento da quantidade mínima semestral de inspeções” e “Cumprimento da quantidade projetada de capacitações em Processo Administrativo Disciplinar”. O contingenciamento orçamentário e a restrição nas despesas com diárias, passagens e deslocamento limitaram a plena execução nestas duas atividades.

### Ouvidoria-Geral da União (OGU)

Item	Macroprocesso	Título do Indicador	Meta	Frequência de apuração
1	Aperfeiçoamento do atendimento às manifestações do cidadão	Percentual de manifestações concluídas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, de competência da OGU no desempenho de seu papel de Ouvidoria-Geral do Poder Executivo Federal (PEF).	n/a	Mensal
<b>Objetivo do Indicador</b>		Aferir o percentual de manifestações concluídas em relação ao total de manifestações recebidas pela OGU no desempenho de sua função de Ouvidoria-Geral do Poder Executivo Federal. Somente serão computadas as manifestações referentes a órgãos e entidades que não dispõem de unidade de Ouvidoria própria e dessa forma recebidas pela OGU enquanto Ouvidoria-Geral do PEF e, também, quando se tratar de reclamação quanto ao serviço prestado por unidade de Ouvidoria especializada de órgãos ou entidades do PEF. A manifestação concluída implica na adoção de providências para a correção e prevenção de falhas na prestação do serviço público.		

<b>Fórmula do Indicador</b>		(Quantitativo de manifestações encaminhadas pela OGU aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que não dispõe de unidade de ouvidoria própria e foram concluídas após análise e processamento pelos respectivos órgãos e entidades em até 60 dias do encaminhamento inicial da OGU) / (quantitativo de manifestações encaminhadas pela OGU aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que não dispõe de unidade de ouvidoria própria) x 100		
2	Fortalecimento do segmento de Ouvidorias do Poder Executivo Federal	Percentual de órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que dispõe de unidade de Ouvidoria própria	n/a	Mensal
<b>Objetivo do Indicador</b>		Aferir o percentual de cobertura do segmento de Ouvidoria em relação à totalidade de órgãos e entidades do Poder Executivo Federal		
<b>Fórmula do Indicador</b>		(Quantitativo de unidades de Ouvidorias em operação) / (Quantitativo de órgãos e unidades do Poder Executivo Federal existentes) x 100		
3	Mobilização e orientação técnica do segmento de Ouvidorias do Poder Executivo Federal	Percentual de servidores e colaboradores das unidade de Ouvidoria do Poder Executivo Federal orientados	n/a	Mensal
<b>Objetivo do Indicador</b>		Aferir o percentual de servidores e colaboradores que participaram de procedimentos formais de orientação disponibilizados pela OGU (cursos de aperfeiçoamento, reuniões técnicas, palestras, dentre outros).		
<b>Fórmula do Indicador</b>		(Quantitativo de servidores e colaboradores que participaram de procedimentos formais de orientação) / (quantitativo total de servidores e colaboradores do Poder Executivo Federal) x 100		

Aferição dos indicadores no período:

Item	Meta do Indicador	Valor aferido	Data de aferição	Frequência de apuração
4.1	Não definida	- X -	26/03/2012	Mensal
4.2	Não definida	55,35	26/03/2012	Mensal
4.3	Não definida	28,0	26/03/2012	Mensal

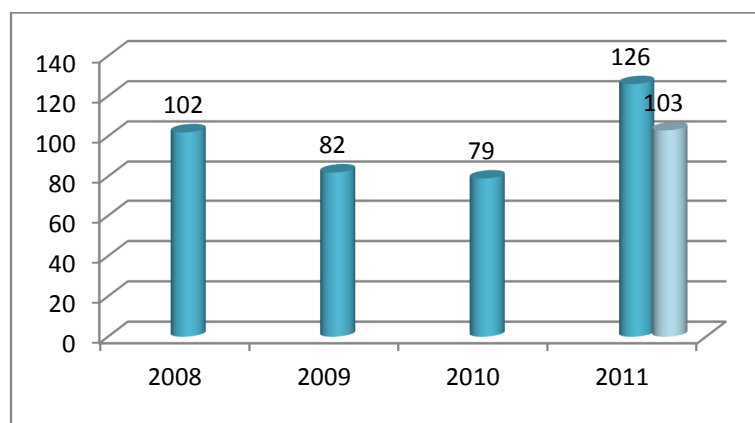
Ao final do exercício de 2011, reportava-se a existência de 177 ouvidorias nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Um incremento de 7,2% em relação ao ano anterior (165 unidades em 2010). Manteve-se a tendência observada desde o ano de 2003, de crescimento ininterrupto (incremento de 342% nos últimos 9 anos) de unidades de ouvidoria na Administração Federal. Isso representa, ao final de 2011, que 55,35% dos órgãos e entidades da administração superior possuem unidade de ouvidoria em operação.

Durante o primeiro semestre de 2011 não houve a realização de eventos de mobilização e orientação técnica devido a necessidade de se priorizar a reorganização dos procedimentos e técnicas de análise de manifestações na Ouvidoria-Geral. A atividade foi reiniciada com a realização da *1ª Reunião Geral de Ouvidorias Públicas*, seguida do *1º Encontro de Casoteca de Gestão Pública e Ouvidorias* e a *Oficina de Capacitação na Lei de Acesso a Informação para Ouvidorias*, todas realizadas no segundo semestre de 2011, permitindo que 28% dos servidores de ouvidorias do Poder Executivo Federal recebessem orientação específica sobre temas de interesse comum.

## Diretoria de Gestão Interna (DGI)

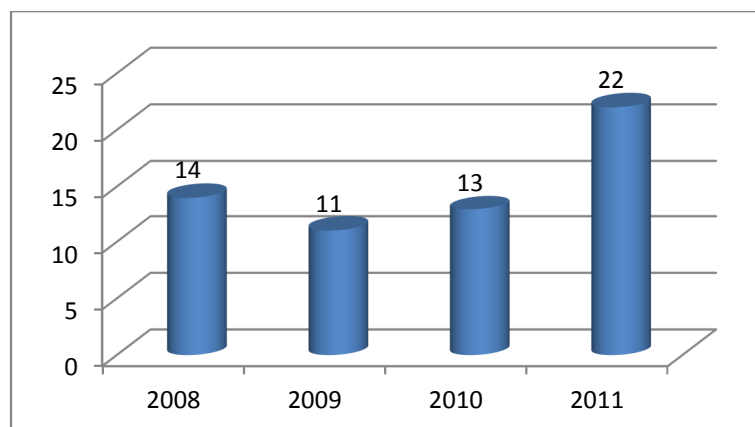
No tocante à área de **Recursos Logísticos**, em 2011, foi considerada para efeito de cálculo do **Tempo Médio de Realização de Procedimento Licitatório (TMRPL)** a data da chegada do processo na COLIC até a homologação do resultado do certame, expurgando-se as etapas anteriores ao início do processo licitatório.

A evolução do indicador TMRPL no período de 2008 a 2011 está demonstrada no gráfico abaixo. Observa-se, pelo critério vigente até 2010 (que considerava a data de autuação dos processos até a homologação do certame), que ocorreu melhora gradativa no período compreendido entre 2008 até 2010 no que tange ao indicador, melhora essa interrompida pelo resultado registrado em 2011. O gráfico também ilustra o TMRPL de 2011 pelos critérios antigo (126 dias) e atual (103 dias).



O acréscimo de 59,49% em relação a 2010 justifica-se, principalmente: (i) pela necessidade de devolução de número considerável de processos às áreas demandantes para retificação/complementação dos Termos de Referência/Projetos Básicos e/ou para revalidação de cotações/ repetição da fase de pesquisa de mercado; e, também, (ii) pela ocorrência de uma quantidade significativa de processos cujo objeto apresentou maior complexidade em relação aos períodos anteriores. Não é demais acrescentar a escassez de servidores para execução das atividades inerentes aos procedimentos licitatórios, situação que impactou diretamente os prazos no cenário analisado.

Em relação ao **Tempo Médio de Dispensa de Licitação (TMDL)**, no exercício de 2011 em comparação com o exercício de 2010, verifica-se aumento no tempo médio desde a autuação do processo até o envio para empenho, conforme apresentado no gráfico a seguir:



O aumento de 72,77%, justifica-se em especial: (i) pela necessidade de devolução de número considerável de processos às áreas demandantes para elaboração dos Termos de Referência/Projetos Básicos e/ou para retificação/complementação dos mesmos; e, também, (ii) pelo excessivo número de dias despendidos pelas áreas demandantes para devolver os autos após retificação/complementação dos Termos de Referência/Projetos Básicos e/ou revalidação de cotações/refazimento da pesquisa de mercado. Também neste caso, a escassez de servidores para execução das atividades inerentes aos procedimentos licitatórios afetou diretamente o escopo de redução de prazos.

Em relação ao **Índice de Republicação de Editais (IRE)**, observou-se um acréscimo de 9,75% em 2010 para 28,89% em 2011. Esse acréscimo de 196% decorreu, principalmente, da necessidade de correção de editais por imprecisão técnica dos Termos de Referência frente aos questionamentos/pedidos de esclarecimentos e informações no curso do procedimento licitatório, como consequência do maior grau de complexidade dos processos de contratação finalizados no período.

Em 2011 foi levantado pela primeira vez o **Indicador de Representações Impetradas junto ao TCU/Ações Judiciais X Decisões Contrárias que ensejaram revisão de ato administrativo interno (IRAJ)**, que servirá de parâmetro para comparação com os anos subsequentes e será utilizado para avaliar a qualidade dos processos licitatórios. No período de 2011 o IRAJ, foi “zero” (não foi registrada ocorrência de procedimentos licitatórios com representação junto ao TCU ou com recurso acolhido em Tribunal).

Na área de **Gestão Documental**, a cargo da Coordenação-Geral de Documentação e Informação (CGDI), os indicadores utilizados foram o grau de eficiência do cadastro de documentos e processos, a média de tarefas executadas por área/servidor e o tempo médio de permanência de documentos ou processos recebidos na área para autuação e cadastramento.

O grau de eficiência no cadastro de documentos foi apurado mediante a avaliação do quantitativo de documentos e processos cadastrados em relação aos cadastramentos executados com erro. Tal indicador apresentou um resultado de 99,69% de acertos, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do Índice de Desempenho da CGDI - 2011						
Período	Acertos (em%)			Erros (em%)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Janeiro	99,57	99,95	99,57	0,43	0,05	0,43
Fevereiro	99,84	99,76	99,76	0,16	0,24	0,24
Março	99,74	99,73	99,74	0,26	0,27	0,26
Abril	99,55	99,93	99,80	0,45	0,07	0,20
Maiο	99,77	99,95	99,85	0,23	0,05	0,15
Junho	99,76	99,91	99,85	0,24	0,09	0,15
Julho	99,68	99,91	99,86	0,32	0,09	0,14
Agosto	99,74	99,93	99,2	0,26	0,07	0,20
Setembro	99,57	99,91	99,85	0,43	0,09	0,15
Outubro	99,54	99,91	99,87	0,46	0,09	0,13
Novembro	99,85	99,90	99,95	0,15	0,10	0,05
Dezembro	99,71	99,94	99,97	0,29	0,06	0,03
<b>Média Anual</b>	<b>99,69</b>	<b>99,90</b>	<b>99,84</b>	<b>0,31</b>	<b>0,10</b>	<b>0,16</b>

A ligeira alteração para menos é resultado do aumento relativo de documentos recebidos em relação ao quantitativo de servidores.

O tempo médio de permanência de documentos na CGDI foi calculado pela diferença entre a data e horário de recebimento do documento no setor, tanto para cadastro como para autuação, e o seu recebimento pelos usuários finais. Os resultados foram:

Tempo Médio de Permanência		
2011	2010	2009
16,57 h	24,66 h	72 h

A diminuição do valor deve-se ao aperfeiçoamento das rotinas de trabalho, à melhoria dos controles para apuração do indicador, com a introdução de campo específico para indicar as datas e horários de chegada e saída, bem como à melhoria no tempo de processamento, fruto da adoção da Gestão Eletrônica de Documentos.

O outro indicador é a média de atividades realizadas por servidor/dia, referente à distribuição de tarefas entre os diversos setores, considerada a quantidade de pessoal de cada área. No cômputo desse indicador, foram consideradas as atividades executadas em cada área, dentre aquelas passíveis de registro em sistema.

DEMONSTRATIVO DE PRODUTIVIDADE - 2011									
Área / Atividade	Ações realizadas			Média Anual por Servidor			Média Diária por Servidor		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Arquivo	25.299	33.541	31.366	3.614	3.354	3.485	13,90	12,90	12,91
Autuação	18.048	26.389	20.907	4.512	6.597	5.227	17,35	23,37	19,36
Cadastro	79.210	107.815	63.132	6.093	7.187	5.261	23,43	26,14	19,49
Gabinete	23.092	25.954	24.757	2.887	2.884	3.537	11,10	10,49	13,10
Expedição	60.914	49.482	38.852	8.702	7.069	6.475	33,47	27,19	23,98
<b>Totais</b>	<b>208.574</b>	<b>245.191</b>	<b>181.023</b>	<b>4.301</b>	<b>5.418</b>	<b>4.797</b>	<b>19,85</b>	<b>20,02</b>	<b>17,77</b>

Observa-se, apesar da diminuição na quantidade total de tarefas executadas em relação a 2010, que a média de tarefas por servidor manteve-se em níveis aproximados aos dos anos anteriores, em razão da melhor adequação do quantitativo de servidores na área.

Nas áreas de autuação e no posto avançado da Corregedoria-Geral da União (CRG) houve diminuição na quantidade de tarefas realizadas, principalmente pela adoção da Gestão Eletrônica de Documentos na área de correição, o que trouxe impactos nas tarefas de autuação e arquivamento de documentos. A operação de autuação, apesar da necessidade de digitalizar os documentos para utilização eletrônica, demandou menor tempo nas operações, o que causou impacto positivo no tempo de permanência dos documentos na área. Quanto ao posto avançado, muitas tarefas que antes eram desempenhadas pela área foram executadas pelas áreas de arquivo, autuação e cadastro, com a adoção do processamento eletrônico de documentos.

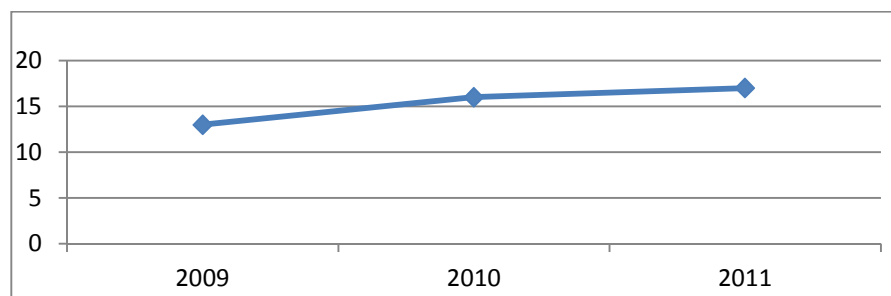
Na área de expedição, observa-se um aumento do volume de trabalho de 23% em relação a 2010, com um aumento acumulado de 56% sobre 2009. Esses aumentos foram resultado da intensificação dos envios de materiais relativos ao Projeto Olho Vivo, ao Consocial e demais ações da área de Prevenção da Corrupção e à adoção da sistemática de envio dos contracheques dos servidores pelos Correios.

Quanto à **Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento** (CGPO/DGI), registra-se que foi feito monitoramento junto ao Órgão Central e às Unidades Regionais, no intuito de acompanhar os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, objetivando promover a melhoria nos controles internos, bem como uma maior interação entre as áreas que compõem essas Unidades e, por conseguinte, promover o alcance da meta prevista, entre 0 (zero) e 6(seis) restrições contábeis recebidas por semestre. Esse acompanhamento é realizado por meio de contatos telefônicos, e-mails e mensagens SIAFI.

O Indicador de Restrições Contábeis do Órgão Central, no exercício de 2011, apresentou um índice equivalente a 1,41 restrição/mês e não alcançou a meta prevista para o exercício. O acréscimo na quantidade de restrições contábeis registradas foi consequência de apontamentos relativos a transferências (termos de parceria e acordos de cooperação técnica) com data expirada nas situações de A Liberar e A Comprovar, situação que está sendo encaminhada pela área técnica responsável.

#### RESTRICÇÕES CONTÁBEIS REGISTRADAS PELA Ciset/PR – ORGÃO CENTRAL

EXERCÍCIO	UNIDADES GESTORAS	QUANTIDADE RESTRICÇÕES
2009	170940, 110174, 110175 e 110176	13
2010	170940, 110174, 110175 e 110176	16
2011	170940, 110174, 110175, 110176, 110299, 110576, 110585	17



Fonte: SIAFI Operacional

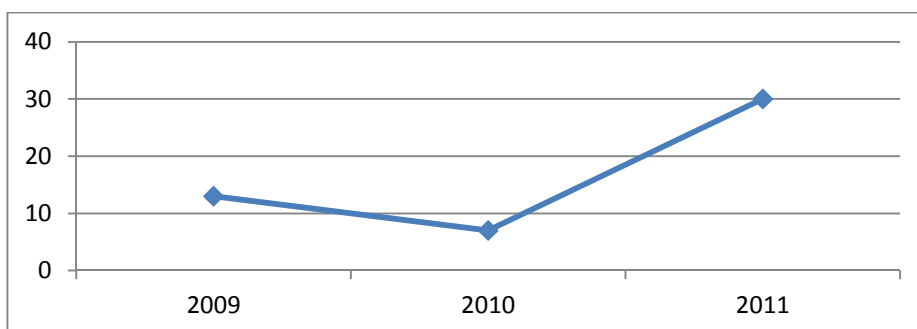
Nas Unidades Regionais, o Indicador de Restrições Contábeis para o exercício de 2011 também não alcançou a meta, apresentando acréscimo superior a 300% em relação ao exercício anterior. Esse significativo acréscimo se deve à implantação da rotina de depreciação na Administração Pública, que no âmbito deste Órgão, utiliza o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIADS) para sua consecução. Essa rotina demanda do setor de patrimônio (responsável pelo registro) celeridade e tempestividade, haja vista definição de prazo para ocorrência (1º dia útil de cada mês). Além disso, devem ser levados em consideração os problemas apresentados no sistema os quais impediram o registro em tempo hábil.

#### RESTRICÇÕES CONTÁBEIS REGISTRADAS PELA Ciset/PR – UNIDADES REGIONAIS

EXERCÍCIO	UNIDADES REGIONAIS	QUANTIDADE RESTRICÇÕES
2009	170037 - CGU/PI, 170068 - CGU/AL, 170130 - CGU/RJ, 170174 - CGU/SC, 170189 - CGU/RS, 170200 - CGU/GO, 170202 - CGU/RO, 170364 - CGU/TO e 170365 - CGU/AP	13
2010	170063 - CGU/PE, 170364 - CGU/TO, 170068 - CGU/AL, 170099 - CGU/MG, 170194 - CGU/MT e 170084 - CGU/BA	7



EXERCÍCIO	UNIDADES REGIONAIS	QUANTIDADE RESTRIÇÕES
2011	170023- CGU/PA, 170031–CGU/MA, 170037–CGU/PI, 170044 – CGU/CE, 170049 – CGU/RN, 170054 – CGU/PB, 170063 – CGU/PE, 170068 – CGU/AL, 170074 – CGU/SE, 170084 – CGU/BA, 170364 – CGU/TO, 170366 – CGU/RR, 170202 – CGU/AC.	30



Os indicadores referentes às viagens ocorridas na CGU (percentual de viagens devolvidas para correção no SCDP, percentual de viagens com data de início em final de semana e percentual de viagens aéreas nacionais registradas com antecedência menor do que dez dias) demonstram o seguinte resultado:

Quantidade total de viagens	Quantitativo	Proporção
	5.762	100,00%
Viagens iniciadas em final de semana	2.853	49,51%
Viagens devolvidas para correção	766	13%

Quantidade total de viagens aéreas nacionais	Quantitativo	Proporção
	1.812	100,00%
Viagens aéreas nacionais registradas com menos de 10 dias	943	52,04%

Com relação ao percentual de viagens iniciadas em final de semana, houve um aumento de 15% quando comparado ao exercício de 2010. Esse índice está relacionado à necessidade de início dos trabalhos na segunda-feira pela manhã, sendo necessário que as viagens ocorram com um dia de antecedência, ou com a necessidade e término dos trabalhos na sexta-feira à noite, sendo necessário que o retorno seja no dia posterior, em atendimento ao disposto na Portaria MPOG n.º 505, de 30/12/09 em seu artigo 1º, inciso III, alíneas “b”, “c” e “d”.

O percentual de viagens devolvidas ao solicitante ou ao proponente no SCDP para correção sofreu uma queda em comparação ao exercício de 2010, que era de 14,10%, relativos a 1203 viagens devolvidas. Essas devoluções estão relacionadas às observações/justificativas apresentadas no SCDP.

O percentual em torno de 50% de viagens nacionais com passagem aérea registradas com prazo inferior a dez dias decorreu principalmente das operações especiais de caráter sigiloso, em especial

aquelas em parceria com a Polícia Federal, que demandam a mínima antecedência possível para o início dos trabalhos, até como forma de garantir o sigilo da operação. Importa registrar a melhora do percentual em relação ao exercício anterior, decorrente do melhor acompanhamento e orientação junto as áreas demandantes. Além disso, devem ser considerados os trabalhos de fiscalização de municípios e estados decorrentes de sorteios públicos, que demandam viagens logo após sua realização. Apesar disso, em comparação ao exercício de 2010, o referido percentual sofreu uma redução de 8%, o que demonstra os esforços da Diretoria de Gestão Interna em promover maior rigor no cumprimento do disposto na Portaria MPOG n.º 505, de 30/12/09, em seu artigo 1º, inciso I.

### Diretoria de Sistemas e Informação (DSI)

Macroprocesso	Título do Indicador	Objetivo do Indicador	Fórmula do Indicador	Meta	Frequência de Apuração
Gerenciamento de Rede	Índice de Alocação de Horas de Trabalho	Aferir a efetividade de horas trabalhadas nas atividades das áreas, excluindo-se absenteísmo, férias e horas dedicadas a treinamento	Razão entre o somatório da quantidade de horas trabalhadas (não incluindo ausências, férias e treinamento) de todos os servidores da área (excetuando-se os líderes de equipe e coordenadores) e o somatório total de horas potenciais desses mesmos servidores, no período de aferição	1,0	Semestral
Administração de Rede					
Segurança de Rede					
Projetos de Rede					
Gestão de Ativos e Fornecedores					
Gestão de Suporte Técnico					
Desenvolvimento e manutenção de sistemas					
Gestão de senhas					
Homologação de software					
Gestão e suporte a portais e intranet					
Administração de banco de dados					

Meta do Indicador	Valor aferido	Data de aferição	Frequência de apuração
1,0	1,0	31/12/2011	Semestral

Diante do alcance das metas que lhe foram atribuídas, pode-se considerar como efetivo o desempenho da DSI. O não atendimento de parte das demandas apresentadas pelas áreas deveu-se, basicamente, à histórica defasagem entre o volume de serviços e o quantitativo de pessoal – situação que, apesar das ações de terceirização de parte dos serviços, agravou-se ao longo de 2011, em função de perda de servidores lotados na DSI.

### ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010

#### 4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

##### QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	1.308,14	0,00	1.308,14	0,00
2009	296.657,27	7.593,69	289.063,58	0,00
2008	502.736,67	399.948,30	102.788,37	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	9.925.292,29	430.721,40	7.945.683,47	1.548.887,42

2009	8.980.137,22	1.615.084,01	7.365.053,21	0,00
2008	7.825.038,63	1.701.603,24	6.123.435,39	0,00

**Observações:**

Decreto nº 7.468, de 28/04/2011, DOU de 29/04/2011

Fonte: SIAFI

**4.2 Análise Crítica**

Da análise do quadro anterior, verifica-se que a permanência de valores inscritos em Restos a Pagar não Processados referentes a exercícios anteriores teve respaldo no Decreto nº 7.468, de 28 de abril de 2011, que prorrogou a validade dos restos a pagar não processados e inscritos - exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009.

Ressalta-se o esforço da gestão financeira desta CGU no sentido de realizar a execução dos Restos a Pagar, o que se evidencia pelo pagamento significativo dos restos a pagar processados e não processados e pelo volume de cancelamentos efetuados, haja vista o interesse da Administração Pública.

Ao se analisar a coluna montante inscrito, verifica-se um crescimento, exercício a exercício, no montante de despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados. Quando se confronta o montante inscrito com a dotação autorizada para o Órgão, exercícios 2008, 2009 e 2010, verifica-se uma representatividade de 1,6%, 1,5% e 1,42 %, respectivamente.

Não obstante o esforço envidado na execução dos restos a pagar, ficou sem liquidação o valor de R\$1.548.887,42, o que equivale a 15% do montante inscrito no exercício de 2010.

**ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010****5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos****5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada****QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>		<b>2457</b>		
1.1. Membros de poder e agentes políticos		1		
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		2456		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5000	2043	0	131*
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado **		184		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		1		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas *** (41 – PGPE)		228		
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>		<b>0</b>		
<b>3. Total de Servidores (1+2)</b>		<b>2457</b>	0	131

Fonte: SIAPE

\* O quantitativo de servidores egressos em 2011 constitui-se de vacâncias: posse em cargo inacumulável, exoneração, aposentadoria e falecimento em atividade.

\*\* O quantitativo se refere aos servidores de carreira em exercício descentralizado nas CISETs da Presidência da República, Ministério da Defesa e Ministério das Relações Exteriores.

\*\*\* O quantitativo de servidores requisitados de outros órgãos e esferas inclui os que percebem DAS, FG, GR, GSISTE e GSISP.

### 5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>117</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	95
1.2. Exercício de Função de Confiança	12
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	10
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>3</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	1
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5) (*)</b>	<b>0</b>
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
<b>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>2</b>
4.1. Doença em pessoa da família	1
4.2. Capacitação	1
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>8</b>
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	1
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	5
5.5. Mandato classista	2
<b>6. Outras situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>29</b>
6.1 Licença Gestante	6
6.2 Licença para tratamento de saúde	23
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>159</b>

Fonte: SIAPE

(\*) Não houve redução da força de trabalho da CGU por meio do instituto de Remoção

### 5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.3 - DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>I. Cargos em comissão</b>	<b>404</b>	<b>399</b>		
1.1. Cargos Natureza Especial	1	1		
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	<b>403</b>	<b>398</b>		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		340		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		17		
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		20		

1.2.4. Sem vínculo		16	
1.2.5. Aposentados		5	
<b>2. Funções gratificadas</b>	<b>35</b>	<b>32</b>	
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		25	
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		0	
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		7	
<b>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>	<b>439</b>	<b>431</b>	

Fonte: SIAPE

### 5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

**QUADRO A.5.4 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	<b>205</b>	<b>844</b>	<b>807</b>	<b>503</b>	<b>98</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	1
1.2. Servidores de Carreira	205	844	807	503	97
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	<b>34</b>	<b>179</b>	<b>154</b>	<b>55</b>	<b>9</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	1	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	31	166	147	48	6
2.3. Funções gratificadas	3	13	6	7	3
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>239</b>	<b>1023</b>	<b>961</b>	<b>558</b>	<b>107</b>

Fonte: SIAPE

Obs: No item 2 - Provimento de cargo em comissão, 357 se referem a cargos efetivos da CGU, também computados no item 1.

### 5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

**QUADRO A.5.5 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>					<b>116</b>	<b>1677</b>	<b>503</b>	<b>148</b>	<b>13</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos					0	0	0	1	0
1.2. Servidores de Carreira					116	1677	503	147	13
1.3. Servidores com Contratos Temporários					0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>					<b>46</b>	<b>316</b>	<b>66</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial					0	0	0	1	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					33	297	66	1	1
2.3. Funções gratificadas					13	19	0	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>					<b>162</b>	<b>1993</b>	<b>569</b>	<b>150</b>	<b>14</b>

#### **LEGENDA**

#### **Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

Obs: No item 2 – Provimento de cargo em comissão, 357 se referem a cargos efetivos da CGU, também computados no item 1.

## 5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

### 5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

**QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS  
SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO**

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
<b>1. Integral</b>	<b>315</b>	<b>83</b>
1.1 Voluntária	295	78
1.2 Compulsória	1	0
1.3 Invalidez Permanente	19	5
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>41</b>	<b>7</b>
2.1 Voluntária	21	0
2.2 Compulsória	4	1
2.3 Invalidez Permanente	16	6
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>356</b>	<b>90</b>

Fonte: SIAPE

### 5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

**QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
1.1. Integral	2	1
1.2. Proporcional	1	1
<b>2. Em Atividade</b>	<b>25</b>	<b>6</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>28</b>	<b>8</b>

Fonte: Planilhas de controle do setor

## 5.3 Composição do Quadro de Estagiários

**QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS**

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>87</b>	<b>97</b>	<b>89</b>	<b>83</b>	<b>R\$ 608.547,43</b>
1.1 Área Fim	62	68	66	61	R\$ 439.394,56
1.2 Área Meio	25	29	23	22	R\$ 169.152,87
<b>2. Nível Médio</b>	<b>12</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>12</b>	<b>R\$ 87.207,71</b>
2.1 Área Fim	11	13	12	11	R\$ 80.398,82
2.2 Área Meio	1	1	1	1	R\$ 6.808,89
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>99</b>	<b>111</b>	<b>102</b>	<b>95</b>	<b>R\$ 695.755,14</b>

Fonte: Controle próprio do setor em conjunto com dados extraídos dos Sistemas Orçamentários

#### **5.4 Demonstrativo dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada**

##### **QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES**

Ver Anexo IV – fls.117

#### **5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada**

##### **5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão**

Não se aplica a esta UJ.

##### **5.5.2. Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados**

Não se aplica a esta UJ.

##### **5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade**

###### **QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA**

Ver Anexo V – fls.118

##### **5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão**

###### **QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

Ver Anexo VI-fls.119

#### **5.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos**

##### ***Tempo Médio de Aposentadoria***

O primeiro indicador utilizado na área de Recursos Humanos refere-se ao Tempo Médio de Aposentadoria (TMA) de servidor da CGU, mensurado desde a data de abertura do processo até a publicação do ato no DOU. Observa-se que o índice tem se mantido em patamares aproximados.

(2010) TMA = 34,28 dias

(2011) TMA = 32,39 dias

##### ***Qualificação de Servidor***

Quanto ao indicador de qualificação, o resultado de 56,19% demonstra uma regularidade nas demandas dos servidores CGU por cursos de pós-graduação, haja vista que em 2010 foi de 38,66% do valor de R\$ 250 mil; e, em 2009, de 44,83% de R\$ 200 mil. Note-se que em 2011 o valor destinado à concessão de bolsas de pós-graduação foi reduzido em R\$ 50 mil com relação a 2010.

Permanece o esforço para estimular os servidores a buscarem formação em nível de pós-graduação, dentre os temas de interesse da CGU, de forma a superar a estimativa de investimento definida para 2012, em consonância com a Política de Capacitação vigente que visa à valorização do servidor, por meio de sua permanente capacitação e adequação aos novos perfis profissionais requeridos no setor público, a fim de promover a melhoria da eficiência, da eficácia e da qualidade dos serviços prestados pela Controladoria.

### **Perícias Médicas**

O objetivo do indicador é acompanhar o número de homologações de atestados, as quais são realizadas através de perícias individuais e juntas médicas, a fim de comprovar a doença e certificar-se da aptidão do servidor para o retorno ao trabalho. A diferença entre os resultados obtidos nos anos de 2010 e 2011 se deve à redução das demandas de exames periciais, tendo em vista as modificações dos critérios de indicação de perícia, em decorrência da publicação do Manual de Perícia Oficial de Saúde do Servidor Público Federal, instituído pela Portaria SRH nº 797, de 22 de março de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

(2010) Perícias Médicas/dia útil = 7,8

(2011) Perícias Médicas/dia útil = 0,92

### **Pareceres Médicos**

Acompanhar o número de processos de demandas afetas a direito de servidores, cuja instrução necessita de pareceres médicos.

(2010) Pareceres Médicos = 128

(2011) Pareceres Médicos = 89

### **Absenteísmo**

- i) **Motivo de saúde** – o objetivo é verificar o índice de absenteísmo por motivo de saúde ocorrido no ano de 2011, calculado a partir das ausências do trabalho decorrentes de doença do servidor ou necessidade de acompanhamento de familiar enfermo em relação ao total de dias úteis, analisado no contexto do total de servidores em exercício na CGU:

14.941 dias registrados de falta por motivo de saúde	2,4%
619.164 dias úteis de trabalho do conjunto de servidores da CGU	

- ii) **Falta não justificada** – o objetivo do indicador é verificar o índice de absenteísmo por falta não justificadas durante o ano referência 2011, em relação ao contingente de servidores em exercício na CGU:

128 dias registrados de falta não justificada	0,020%
619.164 dias úteis de trabalho do conjunto de servidores da CGU	

### **Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais**

Conforme dados do Serviço Médico da CGU, foram registrados 10 acidentes de trabalho durante o ano de 2011, todos de leve intensidade. A maior parte dos acidentes não gerou afastamento do trabalho, sendo que em nenhum dos casos houve seqüela. Com relação às doenças ocupacionais, não foram verificados casos com nexos causais que possam ser atribuídos às atividades desempenhadas pelos servidores neste Órgão.



**Rotatividade (turnover)**

O conceito de rotatividade na esfera RH, é a relação entre os servidores que são admitidos (desde a data da admissão independente do ano) e os que se desligam em 2011. Utiliza-se como parâmetros de saída as vacâncias por: i) exoneração a pedido (AFC:01; TFC:03); ii) posse em outro cargo inacumulável (AFC:15; TFC:16); iii) aposentadoria (AFC:26 ; TFC:64); iv) falecimento (AFC-03; TFC-03).

AFC (45) – 18 anos e 137 dias

TFC (86) – 13 anos e 230 dias

**Aposentadoria “versus” reposição do quadro**

Em razão da inexistência de ingressos advindos de concurso público, não foi possível avaliar a relação entre o número de ingressos e o número de aposentações em 2011, estas, totalizando 90 (noventa).

**Disciplina**

Para avaliar o desempenho da Comissão Disciplinar Permanente da CGU, administrativamente ligada à Diretoria de Gestão Interna, foram estabelecidos três indicadores, quais sejam:

- Tempo Médio de Conclusão de Processo Administrativo Disciplinar – TMPAD;
- Tempo Médio de Conclusão de Sindicância – TMSIND;
- Tempo Médio para Instauração de Comissão de PAD ou Sindicância – TMI.
- Número de Processos Prescritos no Período por falta de atuação da CDP - NPP

$TMPAD = (\text{Somatório do tempo de duração de todos os processos concluídos}) / (120 * n)$

Onde n = número de processos administrativos disciplinares concluídos

O denominador da fórmula foi definido levando-se em conta o Artigo 152 da Lei 8.112/90, que estabelece que o prazo para a conclusão do PAD é de 60 dias, admitida a prorrogação por igual prazo, perfazendo o total de 120 dias. Ante o exposto, conclui-se que a meta da Comissão é possuir um indicador menor ou igual a 1, ou seja, finalizar os trabalhos sem exceder o prazo legal.

No ano de 2011, 3 (três) processos foram concluídos, quais sejam:

Processo	Data de Instauração	Data de Conclusão	Duração (dias)	TMPAD
00190.003919/2010-45 CGU/RN	16/04/2010	31/10/2011	564	<b>546</b>
00190.007258/2010-27 CGU/CE	29/01/2010	19/07/2011	537	
00190.007254/2006-62 CGU/CE	29/01/2010	20/07/2011	538	

O indicador atingiu 546 dias como resultado.

A tabela abaixo expõe as principais dificuldades relacionadas aos três processos citados.

PAD (nº processo)	Contextualização	Regional
00190.007254/2006-62	Os autos se referem à irregularidades cometidas por dois acusados há seis anos atrás. As investigações necessárias são complexas e requerem o fornecimento de informações por parte de diversas instituições.	Ceará
00190.007258/2010-27	Os autos se referem à irregularidades cometidas por um acusado há seis anos atrás. As investigações necessárias são complexas e requerem o fornecimento de informações por parte de diversas instituições.	Ceará
00190.003919/2010-45	Grande dificuldade de reunir em Natal testemunhas que não têm vínculo com a CGU.	Rio Grande do Norte

Pelo mesmo raciocínio, chega-se à fórmula do indicador TMSIND, sendo que o prazo estabelecido pela Lei 8.112/90 é de 30 dias, prorrogáveis por igual período:

$$\text{TMSIND} = (\text{Somatório do tempo de duração de todas as sindicâncias concluídas}) / (60 * n)$$

Onde n = número de sindicâncias concluídas

Em 2011 não houve sindicância instaurada, portanto o indicador é zero.

O TMI é calculado dividindo-se o somatório do tempo decorrido entre o recebimento das denúncias pela Diretoria de Gestão Interna e a instauração dos processos disciplinares, pelo número de processos instaurados.

O indicador foi construído levando-se em conta o princípio da celeridade processual, previsto no Inciso LXXVIII do Artigo 5º da Constituição Federal.

Como no exercício de 2009, o indicador mediu 61,5 dias, percebe-se que no ano de 2010 houve uma melhora de aproximadamente 13% na celeridade de abertura de procedimentos disciplinares. O resultado daquele ano apontou 53,75 dias. Em 2011, o indicador se manteve praticamente estável, marcando 55 dias. No entanto, num exame mais detalhado, percebe-se que o processo 00190.031266/2011-75 influenciou sobremaneira o indicador. O apuratório se refere ao sumiço de um processo da CGU, quando enviado, pelo Ministério da Fazenda, à Regional da Amapá. Antes de ser instaurado o procedimento disciplinar, muito tempo foi despendido com a procura dos autos, o que explica, em parte, sua situação distuante.

É válido lembrar também, que a Comissão Disciplinar da CGU conta com apenas dois membros permanentes. Isso faz com que a instauração de Processos Administrativo Disciplinar dependa de algum outro departamento da CGU ceder um servidor. Devido a sabida carência de recursos humanos, às vezes demora para que esse terceiro membro seja cedido; o que impacta negativamente no indicador em epígrafe. O processo 00190.016766/2011-87 ilustra essa realidade.

	Processo	Informação	Portaria	Tempo	Indicador
1	00190.031266/2011-75	30/06/2011	24/11/2011	148 dias	55 dias
2	00190.016766/2011-87	30/11/2011	13/12/2011	14 dias	
3	00190.001500/2011-30	26/01/2011	28/01/2011	03 dias	
<b>Cálculo do Indicador 2011:</b>					
$\text{TMI} = \frac{148+14+03}{3} = \frac{165}{3} = 55 \text{ dias}$					

O NPP representa o número de processos prescritos no período. O objetivo é mensurar se uma possível falta de atuação da Comissão Disciplinar Permanente deu causa à prescrição de algum processo, à ela submetido dentro do prazo prescricional.

Em 2011, o indicador foi ZERO. O resultado demonstra que a Comissão Disciplinar Permanente da CGU tem apurado tudo que lhe é submetido dentro dos prazos legais, de maneira a não dar causa a nenhuma prescrição.

**ITEM 6 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010****6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício****6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011****QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

Ver Anexo VII-fls. 120.

**6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios****QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento da Controladoria-Geral da União						
CNPJ: 05.914.685/0001-03				UG/GESTÃO: 170940/00001		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	01	01	01	882.814,72	100.000,00	206.300,00
Termo de Cooperação	04	01	01	501.179,14	742.878,14	1.615.727,84
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>05</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>1.383.993,86</b>	<b>842.878,14</b>	<b>1.822.027,84</b>

Fonte: SIAFI

**6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes****QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2012 E EXERCÍCIOS SEGUINTE**

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento da Controladoria-Geral da União					
CNPJ: 05.914.685/0001-03			UG/GESTÃO: 170940/00001		
Modalidade	Quantidade de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	02	6.417.582,72	982.814,72	5.339.317,00	15,31
Termo de Cooperação	03	7.005.411,80	5.282.736,80	1.222.675,00	75,40
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>05</b>	<b>13.422.994,52</b>	<b>6.265.551,52</b>	<b>6.561.992,00</b>	<b>47,00</b>

Fonte: SIAFI

## 6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

### QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento da Controladoria-Geral da União					
CNPJ: 05.914.685/0001-03		UG/GESTÃO: 170940/00001			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	--	04	--
		Montante Repassado	--	501.179,14	--
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	--	--	--
		Montante Repassado	--	--	--
2010	Contas prestadas	Quantidade	--	01	--
		Montante Repassado	--	742.878,14	--
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	--	--	--
		Montante Repassado	--	--	--
2009	Contas prestadas	Quantidade	--	01	--
		Montante Repassado	--	1.615.727,84	--
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	--	--	--
		Montante Repassado	--	--	--
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	--	--	--
		Montante Repassado	--	--	--

Fonte: SIAFI

#### 6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Não houve ocorrências no período.

### 6.3 Análise Crítica

A Controladoria-Geral da União, considerando a tipicidade de sua execução orçamentária e financeira (essencialmente administrativa), pouco se utiliza dos instrumentos de transferências financeiras (convênios, contratos de repasse e afins) para consecução de suas atividades, como pode ser constatado pela celebração, nos últimos três exercícios, de apenas dois termos de parceria.

A CGU busca, por meio dessas parcerias, disseminar os conceitos de transparência, controle social e cidadania à comunidade escolar e à sociedade em geral, no intuito de conscientizar o cidadão da sua importância como agente atuante no processo de combate à corrupção.

Com relação aos termos de parceria, foram registrados no Sistema Integrado de Administração Serviços Gerais do Governo Federal – SIASG, tendo em vista que o Portal de Convênios não contempla, até a presente data, as rotinas específicas de celebração daquele tipo de instrumento, cabendo destacar que a previsão de implantação no Portal dos Convênios, do Módulo Específico para Termos de Parceria, conforme Decreto nº 7.641 de 12 de dezembro de 2011, está prevista para ocorrer até 02 de maio do presente exercício.

Convém mencionar ainda que os empenhos das dotações orçamentárias relativas a esses termos de parcerias foram realizados em consonância com o disposto no art. 35 do Decreto nº 93.872/86 e no art. 12, § 1º do Decreto nº 6.752/09.

## ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

### 7.1. Declaração sobre Contratos e Convênios - SIASG E SICONV

#### QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

Ver Anexo VIII – fls. 121.

## ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

### 8.1. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

#### QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	1		<b>1</b>
	Entregaram a DBR	1		<b>1</b>
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	431		431
	Entregaram a DBR	431		431
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: Planilhas internas

### 8.2. Análise Crítica

Em síntese, esta Unidade Jurisdicionada realiza as atividades de acompanhamento da entrega das DBR pelas pessoas obrigadas, nos termos da Lei nº 8.730/93, assim como de acordo com as determinações do Decreto nº 5.483/2005 e Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/2007, salientando que todos os servidores desta UJ cumpriram com a determinação legal de entregar a DBR.

A Divisão de Cadastro e Pagamento da Coordenação-Geral de Recursos Humanos é a unidade interna incumbida de gerenciar a recepção das DBR, que são recebidas em formulário próprio disponível na Intranet desta UJ, sendo mantidas junto às respectivas pastas funcionais, a fim de se preservar o sigilo fiscal das informações.

**ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010****9.1 Estrutura de controles internos da UJ****QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ**

Ver Anexo IX - fls. 122

**ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010****10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis****QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

Ver Anexo X - fls.124

**ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010****11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial****QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	<b>DISTRITO FEDERAL</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
	Brasília	2	2
	<b>ACRE</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
	Rio Branco	1	0
	<b>ESPÍRITO SANTO</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
	Vitória	1	0
	<b>GOIÁS</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	Goiânia	1	1
	<b>MINAS GERAIS</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	Belo Horizonte	1	1
	<b>SERGIPE</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	Aracaju	1	1
	<b>PARÁ</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	Belém	1	1
	<b>PERNAMBUCO</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
	Recife	1	0
	<b>MARANHÃO</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
	São Luís	2	1
	<b>MATO GROSSO DO SUL</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
	Campo Grande	1	0
	<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
	Natal	1	0
	<b>RORAIMA</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Boa Vista	1	1	

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
	<b>SANTA CATARINA</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	Florianópolis	1	1
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>15</b>	<b>09</b>
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>15</b>	<b>09</b>

**QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
<b>BRASIL</b>	<b>DISTRITO FEDERAL</b>	2	1
	Brasília	2	1
	<b>ALAGOAS</b>	1	1
	Maceió	1	1
	<b>AMAZONAS</b>	1	1
	Manaus	1	1
	<b>AMAPÁ</b>	1	1
	Macapá	1	1
	<b>MARANHÃO</b>	1	1
	São Luís	1	1
	<b>PARAÍBA</b>	1	0
	João Pessoa	1	0
	<b>PERNAMBUCO</b>	1	1
	Recife	1	1
	<b>TOCANTINS</b>	1	1
	Palmas	1	1
	<b>Subtotal Brasil</b>		<b>09</b>
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>09</b>	<b>07</b>

Fonte: Consulta às Regionais

**Análise Crítica – Quadros A.11.1 e A.11.2:**

As unidades a seguir relacionadas ocupavam áreas em edificações do Ministério da Fazenda (uso compartilhado): BA, CE, MT, PB, PR, PI, RJ, RN, RS, RO, SC, SP.

Existem quatro áreas de posse das Unidades Regionais da CGU (RN, AC, PE e AM) em fase de contratação do projeto básico e executivo para construção de novas Sedes nos respectivos Estados.

A CGU-R/SC aguarda permuta de imóvel em negociação pela SPU que visa a disponibilização de imóvel a ser ocupado pela Regional (andar em edifício).

Em Brasília, a CGU está buscando junto à SPU a regularização dos andares 5º a 8º de seu Edifício-Sede (ainda pertencentes ao DNOCS). A situação do imóvel se encontra agravada com a iminente construção de prédio contíguo ao edifício que, se iniciada, acarretará prejuízo às condições de trabalho dos servidores, especialmente, com a paralisação imediata do funcionamento do berçário/CGU, sem considerar, ainda, os impactos na segurança estrutural.

**QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ**

UF	UG	RIP	Regime	Estado de	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no Exercício	
					Conser- vação	Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel
DF	170940	9701.17217.500-5	13	3	--	30/12/2005	9.437.048,74	656.681,48	8.325.760,63
DF	170940	9701.27268.500-5	13	4	--	26/12/2008	3.249.293,82		
AC	170206	0139.00079.500-5	13	7	--	27/11/2009	312.074,06	3.010,21	95.963,34
BA	170084	3849.00535.500-1 (1)	13	7	--	--	--		457.608,11
CE	170044	1389.00436.500-0 (2)	13	2	--	--	--	448,78	363.153,71
ES	170105	5705.00199.500-9	13	2	--	14/03/2001	2.650.381,60		200.232,73
MA	170031	0921.00651.500-2	13	3	--	31/05/2007	311.933,45		502.480,07
MT	170194	9067.00225.500-6 (3)	13	3	--	--	--		168.688,01
MS	170113	9051.00264.500-2	13	2	--	26/01/2012	701.113,23	1.266,00	129.529,00
MG	170099	4123.00052.500-3	13	8	--	16/01/1999	840.000,00	17.200,00	631.593,66
PA	170023	0427.00494.500-7	13	4	--	14/08/2006	1.085.154,02	68.949,53	1.089.739,63
PE	170063	2531.00906.500-0	13	8	--	25/07/2011	443.166,88		403.749,33
PE	170063	2531.00906.500-1	13	8	--	22/11/2010	158.833,88		
PR	170165	7535.00366.500-6 (4)	13	4	--	--	--		104.893,37
PB	170054	2051.00157.500-2 (5)	13	3	--	--	--		694.555,93
PI	170063	1219.00113.500-6 (6)	13	7	--	--	--		148.435,27
RJ	170130	6001.02470.500-5 (7)	13	3	--	--	--		301.109,34
RS	170189	8801.00333.500-6 (8)	13	3	--	--	--		341.179,16
SC	170174	8105.00286.500-0	13	6	--	27/06/2007	802.199,03		217.773,58
SE	170074	3105.00026.500-8	13	3	--	21/11/2011	775.737,85		172.419,78
SP	170152	7107.00615.500-8 (9)	13	4	--	--	--	142.002,00	301.443,98
RN	170049	1761.00397.500-4 (10)	13	4	--	--	--		236.344,61
RN	170049	1761.00448.500-0	13	4	--	08/11/2010	3.480.875,48		
RO	170202	0003.00429.500-0 (11)	13	3	--	--	--		176.428,88
<b>Total</b>								<b>889.558,00</b>	<b>15.063.082,12</b>

Fonte: Consulta às Regionais; Despesas com manutenção nas instalações: contratos de manutenção predial e elevadores, de conservação, de vigilância, e brigada de incêndio, etc.



Conforme informação fornecida pela Secretaria Federal de Controle Interno, em razão de as normas para o exercício de 2010 terem sido publicadas no final do exercício, essas despesas poderiam ser tratadas pela totalidade.

- (1) A CGU Regional da BA está localizada nas dependências a que se refere o RIP da UG 170075 – Superintendência Regional de Administração do Ministério da Fazenda/BA;
- (2) A CGU Regional do CE está localizada nas dependências a que se refere o RIP da UG 170038 – Superintendência Regional de Administração do Ministério da Fazenda/CE;
- (3) A CGU Regional de MT está localizada nas dependências a que se refere o RIP da UG 170190 – Superintendência Regional de Administração do Ministério da Fazenda/MT;
- (4) A CGU Regional do PR está localizada nas dependências a que se refere o RIP da UG 170153 – Superintendência Regional de Administração do Ministério da Fazenda/PR
- (5) A CGU Regional da PB está localizada nas dependências a que se refere o RIP da UG 170050 – Superintendência Regional de Administração do Ministério da Fazenda/PB
- (6) A CGU Regional do PI está localizada nas dependências a que se refere o RIP da UG 170032 – Superintendência Regional de Administração do Ministério da Fazenda/PI;
- (7) A CGU Regional do RJ está localizada nas dependências a que se refere o RIP da UG 170114 – Superintendência Regional de Administração do Ministério da Fazenda/RJ;
- (8) A CGU Regional do RS está localizada nas dependências a que se refere o RIP da UG 170175 – Superintendência Regional de Administração do Ministério da Fazenda/RS;
- (9) A CGU Regional de SP está localizada nas dependências a que se refere o RIP da UG 170131 – Superintendência Regional de Administração do Ministério da Fazenda/SP;
- (10) A CGU Regional do RN está localizada nas dependências a que se refere o RIP da UG 170045 – Superintendência Regional de Administração do Ministério da Fazenda/RN;
- (11) A CGU Regional de RO está localizada nas dependências a que se refere o RIP da UG 170346 – Superintendência Regional de Administração do Ministério da Fazenda/RO.

## ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

### 12.1 – Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento da área</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					x
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					x
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					x
<b>Perfil dos Recursos Humanos envolvidos</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	74 servidores e terceirizados em quantitativo alocado pelas empresas conforme necessidade contratual (número variável)				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					x
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					x
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					x
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					x
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				x	

10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			x		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					x
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	30%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					x
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			x		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					x
Considerações Gerais:					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

## ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

### 13.1. Despesa com Cartão de Crédito Corporativo

#### 13.1.1 Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício

##### QUADRO A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Código da UG: 170940		Limite de Utilização da UG: R\$ 100.000,00			
Portador	CPF	Limite Individual (1)	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Anastácio Rodrigues Aguiar	112.779.121-49	R\$ 4.500,00	-	4.091,84	4.091,84
Andreia Maria da Silva Guimarães Rocha	585.953.176-15	R\$ 9.000,00	-	2.411,60	2.411,60
João Filipe Figueira Barros	013.764.440-03	R\$ 12.000,00	-	2.079,20	2.079,20
Marcos Motta Monteiro	145.369.601-63	R\$ 29.000,00	90,00	23.415,85	23.505,85
Silvania Magna Ferreira Costa e Souza	934.306.804-25	R\$ 18.300,00	100,00	5.549,23	5.649,23
Soraya Aparecida Souto	343.042.581-68	R\$ 2.000,00	-	655,00	655,00
Thiago Almeida Paiva	714.806.251-91	R\$ 8.200,00	-	180,00	180,00
<b>Total utilizado pela UG</b>			190,00	38.382,72	<b>38.572,72</b>

Fonte: SIAFI

Nota 1: Foi considerado o somatório dos limites concedidos por suprido durante o exercício

**13.1.2 Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade****QUADRO A.13.2 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)**

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade (1)	Valor	Quantidade (1)	Valor	(a+b)
2011	2	190,00	200	38.382,72	38.572,72
2010	3	800,00	209	32.721,68	33.521,68
2009	0	-	192	32.348,93	32.348,93

Nota 1: Quantidade de Notas Fiscais apresentadas na prestação de contas

**ITEM 15 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010****15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício****QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União da Presidência da República					88353
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1					Ofício nº 10/2011-TCU/SGF/Diape, de 02/08/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Controladoria-Geral da União da Presidência da República – CGU/PR					52303
Descrição da Deliberação:					
Solicita informar eventuais registros de afastamentos funcionais do servidor JOSÉ NESTOR DE CASTRO DIAS acontecidos no período trabalhado na CGU.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão Interna					88722
Síntese da providência adotada:					
Por meio do Ofício nº 30475/CGRH/DGI/SE/CGU-PR, foram informados os afastamentos ocorridos no período solicitado.					
Síntese dos resultados obtidos					
Determinação atendida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

**15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício**

Não há deliberações exaradas pelo TCU pendentes de atendimento ao final de 2011.

**15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício**

## QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União da Presidência da República			88353
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
		-	Ofício nº 469/2010/COAUD-CISET-CC-PR, de 19/08/2010 (diligência 31)
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Diretoria de Gestão Interna da Secretaria Executiva da CGU/PR			88721
Descrição da Recomendação:			
Solicita encaminhamento do processo nº 00190.006608/2006-51.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da Diretoria de Gestão Interna			88725
Síntese da providência adotada:			
Por meio do ofício nº nº6687/DGI/SE/CGU-PR, de 19/08/2010 foi encaminhado o processo nº00190.006608/2006-51.			
Síntese dos resultados obtidos			
Processo encaminhado.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União da Presidência da República			88353
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Nota Técnica nº 55/2010-COAUD-CISET-CC-PR, de 14/12/2010	Item 5 da NT	Ofício nº 845/2010/COAUD-CISET-CC-PR, de 14/12/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Diretoria de Gestão Interna da Secretaria Executiva da CGU/PR			88721
Descrição da Recomendação:			
Ausência de documento informando a abertura de conta vinculada em nome da contratada para depósitos das provisões que visam a garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão-de-obra.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento da Diretoria de Gestão Interna			88728
Síntese da providência adotada:			
Por meio do Ofício nº6687/DGI/SE/CGU-PR, foi encaminhada informação nº189/2011/CGPO/DGI/SE/CGU-PR, segundo a qual foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2011 entre CGU e o Banco do Brasil S/A, cujo objeto é regulamentar a prestação dos serviços de abertura de contas específicas destinadas a abrigar os recursos retidos na forma da Instrução Normativa MPOG nº 03, de 15/10/2009, tendo sido publicado no Diário Oficial da União de 04/02/2011, Seção 3, p.2.			
Síntese dos resultados obtidos			

Abertura de contas pelos prestadores de serviço.
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>
Não há.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União da Presidência da República			88353
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Ofício nº 590/2011/COAUD-CISET-CC-PR, de 09/09/2011 (diligência 49)
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Diretoria de Gestão Interna da Secretaria Executiva da CGU/PR			88721
Descrição da Recomendação:			
Solicita volumes do processo nº 00190.036726/2011-71, relativo ao fornecimento de passagens aéreas, e cópia do contrato nº 44/2008, celebrado com a empresa TRIPS, e seus termos aditivos			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da Diretoria de Gestão Interna			88725
Síntese da providência adotada:			
Por meio do Ofício nº 26705/DGI/SE/CGU-PR, foram encaminhados o processo e cópia do contrato nº 44/2008 e aditivos.			
Síntese dos resultados obtidos			
Processo e documentação enviados.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União da Presidência da República			88353
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Ofício nº 275/2011/COAVA-CISET-SG-PR, de 20/04/2011 (diligência 09)
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Diretoria de Gestão Interna da Secretaria Executiva da CGU/PR			88721
Descrição da Recomendação:			
Solicita relação dos contratos que correspondem ao saldo registrado na conta contábil 11112.99.04- Caixa Econômica Federal, com a data do vencimento e o valor da caução para que a CISET possa proceder ao acompanhamento das baixas dos respectivos valores inscritos na conta contábil 21141.00.00- Depósitos em Cauções, em atendimento ao Acórdão TCU nº 661/2011 – Plenário.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento da Diretoria de Gestão Interna			88728
Síntese da providência adotada:			

Por meio do Ofício nº 13503/DGI/SE/CGU-PR foram encaminhadas as informações solicitadas.
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>
Informação fornecida.
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>
Não há.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União da Presidência da República			88353
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Ofício nº 499/2011/COAVA-CISET-SG-PR, de 13/07/2011 (diligência 25)
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Diretoria de Gestão Interna da Secretaria Executiva da CGU/PR			88721
Descrição da Recomendação:			
Solicita análise das contas bancárias abertas em nome da CGU com vistas ao cumprimento da determinação contida no Acórdão nº 661/2011-TCU, procedendo ao cancelamento das mesmas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento da Diretoria de Gestão Interna			88728
Síntese da providência adotada:			
Foi enviado Ofício nº 22244/DGI/SE/CGU-PR à CISET com esclarecimentos acerca de cada conta bancária questionada e, ainda, foi informado que foi feita solicitação à CAIXA para o encerramento da conta bancária 2301/600000006-0.			
Síntese dos resultados obtidos			
Determinação do Acórdão atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União da Presidência da República			88353
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Nota Técnica nº 33/2011/COAVA/CISET/SF/PR		Ofício-Circular nº 12/2011/COAVA-CISET-SG-PR, de 26/09/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Diretoria de Gestão Interna da Secretaria Executiva da CGU/PR			88721
Descrição da Recomendação:			
Informa às Unidades Gestoras da Presidência da República sobre a situação das suas transferências voluntárias não registradas no Portal de Convênios, para que sejam adotadas as medidas de gestão pertinentes.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento da Diretoria de Gestão Interna			88728

<b>Síntese da providência adotada:</b>
Por meio do Ofício nº 4109/SE/CGU-PR foi encaminhada Nota Técnica nº 266, esclarecendo que as transferências questionadas referem-se a Termos de Parceria e a Acordo de Cooperação, o que impossibilitou o registro no SICONV, não obstante, terem sido cadastrados no SIASG. Ademais, em consulta ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foi informado que Acordo de Cooperação não se caracteriza com transferência voluntária e, portanto, não é registrado no Portal.
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>
Transferências voluntárias regularizadas.
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>
Não há.

#### 15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Não há recomendações expedidas pelo órgão de controle interno em relatórios de auditoria pendentes de atendimento em 2011.

#### ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

##### 17.1. Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis.

**QUADRO B.1.2 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.**

Ver Anexo XI - fls.126

#### ITEM 2 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

##### 18.1 Análise Crítica das Demonstrações Contábeis da Administração Pública Federal Direta

Ver Anexo XII – fls 129

#### ITEM 16 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

##### 26.1 Contratação de consultores na modalidade “Produto”, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

**QUADRO C.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

**Valores em R\$ 1,00**

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes	UNODC
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Realização do IV Fórum de Combate à Corrupção e Implementação de Ações Específicas de Combate à Corrupção.	BRA 05/S07
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	
Código do Contrato: PC-1BR-2011-03-094	
Objetivo da consultoria: Atuar na área de comunicação da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Participação Social - Consocial.	

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
31/03/2011	20/09/2011	48.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
<p>Produto 1 - Lista de distribuição.</p> <p>01 (um) relatório com lista de distribuição de informes sobre a 1ª Consocial, contendo, necessariamente:</p> <p>a) os contatos de potenciais disseminadores do evento, como empresários, representantes da sociedade civil, governantes, artistas, acadêmicos, congressistas e meios de comunicação, com vistas a fortalecer os processos de comunicação referentes à 1ª Consocial, com a devida justificativa para cada indicação; e</p> <p>b) os contatos de líderes, parceiros, participantes e outras pessoas interessadas na divulgação e comunicação da 1ª Consocial.</p>			20/04/2011	R\$ 6.000,00	
<p>Produto 2 – Produção de conteúdo para divulgação da 1ª Consocial. Preparação, redação e revisão de material para alimentação dos canais de divulgação e informação da 1ª Consocial, além dos demais meios de comunicação social, sob a orientação da Coordenação de Comunicação, durante o período do Contrato, comprovados mediante relatório, entre os quais se incluem, dentre outros:</p> <p>a) notas;</p> <p>b) informativos;</p> <p>c) boletins internos; e</p> <p>d) sugestões de pauta.</p>			30/05/2011	R\$ 12.000,00	
<p>Produto 3 – Difusão e distribuição de conteúdo sobre a 1ª Consocial. Execução de Atividades de Assessoria de Imprensa e Comunicação Dirigida durante o período do Contrato, comprovadas mediante relatório, entre as quais se incluem dentre outras:</p> <p>a) articular-se, sob a orientação da Coordenação de Comunicação, com as áreas de comunicações das instituições que apoiam a 1ª Consocial no Governo Federal, nos governos estaduais e municipais e das que formam a Comissão Organizadora Nacional, visando a somar esforços e explorar sinergias no processo de divulgação da 1ª Consocial;</p> <p>b) orientar e apoiar a participação da imprensa durante a 1ª Consocial, sob orientação da Coordenação de Comunicação;</p>			10/07/2011	R\$ 10.000,00	
<p>Produto 4 – Alimentação e Arquivamento de Informações. Preparação, Alimentação e Arquivamento de Informações durante o período do Contrato, com comprovação mediante relatório, entre as quais se incluem, dentre outras:</p> <p>a) supervisionar a alimentação e alimentar o sítio da 1ª Consocial na internet e todas as páginas próprias da Conferência nas redes sociais, sob a orientação da Coordenação de Comunicação; e</p> <p>b) supervisionar a organização, organizar e manter atualizados os arquivos de áudio, foto e imagem relativos a todas as etapas da 1ª Consocial.</p>			30/08/2011	R\$ 12.000,00	
<p>Produto 5 – Relatório Final de Comunicação.</p> <p>01 (um) Relatório Final de Comunicação da 1ª Consocial, contendo, necessariamente:</p> <p>a) os resultados obtidos pelas ações de comunicação da 1ª Consocial;</p> <p>b) os elementos de propulsão ou restrição encontrados durante a realização das atividades de comunicação descritas em todos os Produtos desse Termo de Referência; e</p> <p>c) sugestões para o aprimoramento dessas atividades em futuras edições da Conferência Nacional sobre Transparência e Participação Social.</p>			30/10/2011	R\$ 8.000,00	



Consultor contratado	
Nome do consultor: ANA CLÁUDIA MARIANO DE CASTRO	CPF: 716.938.661-63
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi encerrado no exercício, com o atesto e pagamento do Relatório Final de Comunicação da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Participação Social.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes					UNODC
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Realização do IV Fórum de Combate à Corrupção e Implementação de Ações específicas de combate à Corrupção.					BRA 05/S07
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: PC-1BR-2010-12-148					
Objetivo da consultoria: Tradução e/ou versão de páginas da internet e documentos específicos da Controladoria-Geral da União – CGU para a língua inglesa.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/12/2010	20/09/2011	63.300,00	60.900,00	37.653,46	37.653,46
Insumos Externos					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Verter o resumo das palestras proferidas durante a Conferência Brasil – OCDE do Português para o Inglês de 900 laudas. Produto 8 – Verter documentos sobre legislação específica sobre corrupção e material sobre boas práticas de iniciativas entre o setor público e privado do português para o Inglês de 361 laudas.	19/09/2011	R\$ 13.117,50
Consultor contratado		
Nome do consultor: Harry Richard Shlaudeman		CPF: 706.268.801-06
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi alterado, por meio do Segundo Termo Aditivo, em 19/09/2011, alterando o número de laudas dos Produtos 1 e 8 e cancelando os produtos 2 a 7 (os dados acima incluem as alterações pactuadas), com redução do valor contratado para R\$ 37.653,46. O contrato foi encerrado no exercício de 2011.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes					UNODC
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Realização do IV Fórum de Combate à Corrupção e Implementação de Ações específicas de combate à Corrupção.					BRA 05/S07
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: UNODC/2011/05/096					
Objetivo da consultoria: Contratação de consultor especializado em avaliação de projetos de cooperação técnica internacional para conduzir a Avaliação Final do Projeto AD/BRA/05/S07.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/06/2011	12 /09/2011	47.067,99	47.067,99	47.067,99	47.067,99
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega		Valor	

Produto 1 – Relatório Inicial de Avaliação e Metodologia.	27/07/2011	R\$ 13.117,50
Produto 2 – Relatório Final de Avaliação	12/09/2011	R\$ 33.950,49
Consultor contratado		
Nome do consultor: JAMES CLYDE JONES	Passaporte: 400-68-4059	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi encerrado no prazo pactuado e o seu original, redigido em idioma inglês, sofreu perda cambial no período de execução, fato já espelhado nos valores indicados acima para pagamento dos produtos.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes					UNODC
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Realização do IV Fórum de Combate à Corrupção e Implementação de Ações Específicas de Combate à Corrupção.					BRA 05/S07
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: PC-1BR-2009-07-122					
Objetivo da consultoria: Atuar na criação de um projeto instrucional-pedagógico para o sítio infantil da CGU, assim como no desenvolvimento, revisão e adaptação de conteúdos sobre ética e cidadania, para crianças e professores, já presentes e a serem publicados no sítio e, finalmente, na avaliação da adequação de produtos desenvolvidos por empresas contratadas, para produção e publicação no sítio, a esse mesmo projeto instrucional-pedagógico.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/07/2009	01/03/2011	25.000,00	14.000,00	2.000,00	13.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Produto 1 - Projeto Instrucional -Pedagógico. 01 (um) relatório com o Projeto Instrucional -Pedagógico.			24/08/2009		R\$ 5.000,00
Produto 2 – Aperfeiçoamento do Conteúdo Atual do Sítio. 01 (um) relatório com a adaptação de todos os textos e materiais publicados no sítio na época da assinatura do Contrato.			10 (dez) dias úteis à aceitação do produto anterior		R\$ 3.000,00
Produto 3 – Aperfeiçoamento do Conteúdo Atual do Sítio. 01 (um) relatório com a revisão e adaptação de todos os perfis psicológicos de cada um dos 9 (nove) personagens da Turminha da CGU atualmente presentes no sítio; e criação de novos personagens e seus perfis, até o máximo de 4 (quatro), caso isso seja necessário ou desejado pela CGU.			10 (dez) dias úteis à aceitação do produto anterior		R\$ 3.000,00
Produto 4 – Histórias Animadas. 10 (dez) relatórios contendo argumentos originais a serem utilizados para a confecção de 10 (dez) histórias animadas, do tipo "charge animada".			10 (dez) dias úteis à aceitação do produto anterior		R\$ 1.000,00
Produto 5 – Histórias em Quadros. 04 (quatro) relatórios com a revisão de 4 (quatro) histórias em quadrinhos já desenvolvidas, 1 (uma) em cada relatório, sendo 3 (três) publicadas e 1 (uma) não publicada, a serem republicadas ou publicadas como histórias em quadros.			05 (cinco) dias úteis à aceitação do produto anterior		R\$ 1.000,00
Produto 6 - Histórias em Quadros. 05 (cinco) relatórios contendo argumentos originais a serem utilizados para a confecção de 5 (cinco) histórias em quadros.			05 (cinco) dias úteis à aceitação do produto anterior		R\$ 1.000,00
Produto 7 – Jogos. 04 (quatro) relatórios contendo idéias originais a serem utilizados para a confecção de 4 (quatro) jogos em linguagem flash.			05 (cinco) dias úteis à aceitação do produto anterior		R\$ 1.000,00
Produto 8 - Canal do Professor. 01 (um) relatório com a revisão e adaptação de todo o conteúdo			05 (cinco) dias úteis à aceitação do produto		R\$ 2.000,00

publicado na seção "Canal do Professor" na época da celebração do Contrato.	anterior	
Produto 9 - Canal do Professor. 01 (um) relatório propondo 5 (cinco) atividades originais, a serem aplicadas em sala de aula.	05 (cinco) dias úteis à aceitação do produto anterior	R\$ 3.000,00
Produto 10 - Canal do Professor. 01 (um) conteúdo para material didático, sempre que, em relação a cada item de cada uma das relações anteriormente citadas, for possível à CGU disponibilizar o material para ser baixado no seu sítio infantil.		
Produto 11 – Avaliação dos Produtos Finais das Empresas Contratadas. 01 (um) parecer sobre a adequação de cada produto final acima descrito, entregues pelas empresas contratadas, com sugestões.	05 (cinco) dias úteis à entrega de cada produto para análise	R\$ 5.000,00
Produto 12 - Descrição de Parâmetros para Avaliação de Resultados. 01 (um) relatório com a descrição dos parâmetros a serem utilizados para futuras avaliações da efetividade da aplicação do Projeto Instrucional-Pedagógico do sítio infantil.	10 (dez) dias úteis à aceitação do produto anterior	
<b>Consultor contratado</b>		
Nome do consultor: MARIA AUGUSTA RODRIGUES COELHO	CPF: 753.676.613-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi encerrado após um período de prorrogação, todavia os produtos 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11 e 12 não foram entregues, mesmo com a prorrogação do prazo. Tais produtos não foram pagos.		

<b>Identificação da Organização Internacional Cooperante</b>					
Nome da Organização					Sigla
Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes					UNODC
<b>Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</b>					
Título do Projeto					Código
Realização do IV Fórum de Combate à Corrupção e Implementação de Ações Específicas de Combate à Corrupção.					BRA 05/S07
<b>Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"</b>					
Código do Contrato: PC-1BR-2009-02-089					
Objetivo da consultoria: Traduzir as páginas da internet que a Controladoria-Geral da União - CGU administra para o idioma espanhol, incluindo publicações contidas na página da CGU internet, página do Portal da Transparência e seus conteúdos; traduzir/verter os encartes já produzidos pela CGU até dezembro de 2008; e traduzir/verter o site da IAACA a ser criado para a realização do evento que ocorrerá em outubro/novembro de 2009.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
20/02/2009	03/05/2010	72.000,00	0,00	0,00	62.000,00
<b>Insumos Externos</b>					
<b>Produtos Contratados</b>					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Página da CGU traduzida, incluindo publicações.			19/05/2009	R\$ 20.000,00	
Produto 2 – Página do Portal da Transparência traduzida, incluindo publicações.			60 dias corridos após a aprovação do produto 1	R\$ 12.000,00	
Produto 3 – Encartes da CGU traduzidos/vertidos.			Mensalmente e em até 9 meses no máximo, conforme cronograma a ser desenvolvido pela CGU	R\$ 15.000,00	
Produto 4 – Manutenção de novas publicações das páginas da CGU executadas pelo período de um ano.			Mensalmente e em até 12 meses no máximo,	R\$ 15.000,00	

	conforme cronograma a ser desenvolvido pela CGU	
Produto 5 – Página do site da IAACA traduzida.	45 dias corridos após a aprovação do produto 2	R\$ 10.000,00
<b>Consultor contratado</b>		
Nome do consultor: MÔNICA PATRÍCIA DADUCH		CPF: 712.883.501-63
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos foram entregues com exceção do produto 5 que foi cancelado, pois a página do site da IAACA não foi construída a tempo de ser traduzida durante a vigência do contrato com a consultora. A construção do site não era de responsabilidade da CGU.		

<b>Identificação da Organização Internacional Cooperante</b>					
Nome da Organização					Sigla
Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes					UNODC
<b>Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</b>					
Título do Projeto					Código
Realização do IV Fórum de Combate à Corrupção e Implementação de Ações Específicas de Combate à Corrupção.					BRA 05/S07
<b>Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”</b>					
Código do Contrato: PC-1BR-2011-03-093					
Objetivo da consultoria: Atuar na organização, capacitação e treinamento para a 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Participação Social - Consocial.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
31/03/2011	20/09/2011	64.000,00	64.000,00	22.000,00	22.000,00
<b>Insumos Externos</b>					
No exercício de 2011, foi efetuado gasto no valor de R\$ 418,95, relacionado ao pagamento de publicação de edital.					
<b>Produtos Contratados</b>					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
<p>Produto 1 - Manual Operacional. 01 (um) relatório com o Manual Operacional da 1ª Consocial(Passo-a-passo), contendo, necessariamente:</p> <p>a) o cronograma geral, ajustado de acordo com as deliberações da Comissão Organizadora Nacional;</p> <p>b) as orientações sobre o funcionamento das etapas preparatórias, com a descrição da metodologia deliberativa, as condições de elegibilidade dos delegados, a forma de eleição destes, o modelo de sistematização das proposições, as condições de subsídio para a vinda de delegados etc.; e</p> <p>c) os formulários de relatoria das etapas preparatórias (atas, relatórios dos trabalhos, listas de votação etc.).</p>			25/04/2011	R\$ 10.000,00	
<p>Produto 2 – Realização de Curso de Capacitação para Mobilizadores. Realização, como instrutor, de 01 (um) curso de capacitação de até 24 (vinte quatro) horas-aula a ser realizado em Brasília, antecedendo as etapas locais e regionais, baseado no Manual operacional da 1ª Consocial, para ser ministrado aos profissionais que atuarão nos estados, nas atividades de mobilização e sensibilização. Para o curso deverá ser preparado material didático, denominado "Manual para Mobilizadores da 1ª Consocial", que deverá conter, necessariamente:</p> <p>a) o referencial teórico;</p> <p>b) os métodos gerais propostos;</p> <p>c) a solução de problemas e casos pontuais;</p> <p>d) os meios de identificação e exploração das características e capital social locais; e</p> <p>e) os processos de avaliação da assimilação dos profissionais capacitados e do curso.</p>			Até 18/03/2011	R\$ 12.000,00	

<p>Produto 3 – Relatório Final das Etapas Convocadas Locais. 01 (um) Relatório Final das Estapas Convocadas Locais (municipais e regionais), reunidas após a realização dessas etapas preparatórias, contendo, necessariamente:</p> <p>a) análise das informações referentes a essas etapas preparatórias (municipais e regionais); b) lista com os dados básicos de todos os delegados eleitos por essas etapas, para cadastro; c) lista com nomes sugeridos para participantes observadores das etapas estaduais e distrital, advindos dessas etapas; e d) rol simplificado das proposições, com detalhamento da abrangência, se for o caso (apenas local, estadual, nacional etc.).</p>	Até 30 dias após o término das etapas locais (municipais e regionais)	R\$ 13.000,00
<p>Produto 4 – Realização de Curso de Capacitação para Mediadores e Facilitadores. Realização, como instrutor, de 01 (um) curso de capacitação de até 8 (oito) horas-aula a ser realizado em Brasília, antecedendo a etapa nacional, para ser ministrado aos profissionais que atuarão na etapa nacional, nas atividades de facilitação dos grupos de trabalho. Para o curso deverá ser preparado material didático, denominado "Manual para Mediadores e Facilitadores da 1ª Consocial", que deverá conter, necessariamente:</p> <p>a) o referencial teórico; b) os métodos gerais propostos; c) estudos de caso; d) a solução de problemas e casos pontuais; e e) os métodos de avaliação da assimilação dos profissionais capacitados e do curso.</p>	Até 30 dias após o término das etapas Estaduais e Distrital	R\$ 13.000,00
<p>Produto 5 – Relatório Final das Etapas Convocadas Estaduais e Distrital. 01 (um) Relatório Final das Etapas Convocadas Estaduais e Distrital, reunidas após a realização dessas etapas preparatórias, contendo, necessariamente:</p> <p>a) análise das informações referentes a essas etapas preparatórias; b) relação dos indicados como delegados, com detalhamento dos perfis e segmentos representantes desses participantes; c) lista com os dados básicos e contatos de todos os delegados eleitos para a etapa nacional, para cadastro e providências de viagem; d) lista com nomes sugeridos para participantes observadores da etapa nacional, advindos dessas etapas; e e) lista com sugestões de nomes para participantes observadores na etapa nacional; e f) rol simplificado das proposições, com detalhamento da abrangência, se for o caso (apenas estadual, apenas distrital, nacional etc.).</p>	30/08/2011	R\$ 8.000,00
<p>Produto 6 - Consolidação e Rastreamento de Proposições. 01 (um) Relatório com o Registro da Consolidação e Rastreamento de Proposições da 1ª Consocial, após a realização de todas as etapas preparatórias, contendo, necessariamente:</p> <p>a) a sistemática de numeração, identificação e rastreamento de todas as propostas oferecidas à etapa nacional da 1ª Consocial; b) a descrição pormenorizada da metodologia de sistematização; c) a "árvore" de consolidação e sistematização das propostas, com possibilidade de localização das proposições. das originárias a todas as suas resultantes; d) o rol completo das proposições, com índice remissivo; e e) as notas explicativas dos casos especiais.</p>	30/09/2011	R\$ 8.000,00
<b>Consultor contratado</b>		
Nome do consultor: SARA ARAÚJO POLETTO	CPF: 877.089.061-72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado antecipadamente, com pagamento e atesto dos produtos 1 e 2, no montante de R\$ 22.000,00, em virtude da alteração do calendário da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social – Consocial, que teve seu período de realização estendido até maio de 2012, ultrapassando o período de vigência do Projeto AD/BRA/05/S07.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Política Brasileira de Acesso a Informação Pública: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.					914BRZ5009
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI00112/2011					
Objetivo da consultoria: Realizar entrevistas semi-estruturadas (em profundidade) e/ou grupos focais, a partir de amostra a ser definida com a coordenação do projeto, com autoridades governamentais a fim de produzir diagnóstico sobre valores, conhecimento e cultura de acesso à informação pública no Poder Executivo Federal Brasileiro.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
07/02/2011	08/08/2011	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00
Insumos Externos					
No exercício de 2011, foram efetuados gastos que totalizaram R\$ 2.654,08, relacionados ao pagamento de diárias e passagens.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Plano de trabalho com planejamento e desenvolvimento de cronograma de aplicação da entrevista.			16/02/2011	R\$ 4.500,00	
Produto 2 – Relatório com definição de amostra de autoridades governamentais que serão entrevistadas, devidamente justificada por critérios técnicos de seleção.			09/03/2011	R\$ 9.000,00	
Produto 3 – Relatório Parcial de execução das entrevistas.			07/04/2011	R\$ 13.500,00	
Produto 4 – Relatório Final de execução das entrevistas.			08/08/2011	R\$ 18.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: ALEXANDRE HAMILTON OLIVEIRA SANTOS				CPF: 477.994.631-04	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi encerrado no exercício de 2011, com todos os produtos aprovados e pagos.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Política Brasileira de Acesso a Informação Pública: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.					914BRZ5009
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI01265/2011					
Objetivo da consultoria: Atuar, como consultor, na área de comunicação da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Participação Social - Consocial.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
29/11/2011	28/08/2012	72.000,00	6.000,00	12.000,00	12.000,00
Insumos Externos					
No exercício de 2011, foi efetuado gasto no valor de R\$ 1.741,50, relacionado ao pagamento de publicação de edital.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Plano de trabalho contendo o detalhamento das estratégias de comunicação e atividades a serem utilizadas no desenvolvimento Primeira Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social -			14/12/2011	R\$ 6.000,00	

Consocial.		
Produto 2 – Plano de gestão de conteúdo para sítios, portais e demais ambientes de web, relativos à Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial).	13/01/2012	R\$ 6.000,00
Produto 3 – Relatório crítico da gestão dos perfis em redes sociais (Facebook, Twitter e Orkut), com vistas a analisar o impacto da atuação nas redes e subsidiar possíveis ajustes nas estratégias de comunicação.	27/02/2012	R\$ 12.000,00
Produto 4 – Projeto de realização de media training de dirigentes da CGU, com vistas a subsidiar a atuação da empresa de comunicação.	28/03/2012	R\$ 5.000,00
Produto 5 – Manual de captação de imagens e fotografias e de gestão do acervo audiovisual da Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial).	17/04/2012	R\$ 8.000,00
Produto 6 – Projeto de vídeo-documentário da Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Primeira Consocial), de até 10min, cobrindo todas as etapas da conferência.	27/05/2012	R\$ 12.000,00
Produto 7 – Projeto detalhado do Jornal da Consocial, a ser produzido em três edições de 4 páginas para distribuição aos participantes nos três dias de realização da Etapa Nacional da Primeira Consocial.	26/06/2012	R\$ 8.000,00
Produto 8 - Relatório crítico das atividades de comunicação da Primeira Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial), contendo a descrição das ações de comunicação desenvolvidas ao longo da conferência, bem como uma análise crítica da estratégia empregada na comunicação da Primeira Consocial e propostas para seu aprimoramento.	28/08/2012	R\$ 15.000,00
<b>Consultor contratado</b>		
Nome do consultor: ANA CLÁUDIA MARIANO DE CASTRO	CPF: 716.938.661-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: A consultora teve os produtos 1 e 2 aprovados e pagos, antecipando o cronograma previsto. O produto final da consultoria será consolidado após a realização da Primeira Conferência sobre Transparência e Controle Social – CONSOCIAL.		

<b>Identificação da Organização Internacional Cooperante</b>					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura					UNESCO
<b>Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</b>					
Título do Projeto					Código
Política Brasileira de Acesso a Informação Pública: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.					914BRZ5009
<b>Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”</b>					
Código do Contrato: CI00448/2011					
Objetivo da consultoria: Organizar seminário em Brasília sobre transparência e acesso a informação, com ênfase na transparência ativa, explorando a experiência nacional e internacional relevante sobre o assunto, de modo a permitir o debate e intercâmbio de experiências sobre o tema. Além do seminário, o consultor deverá também planejar e organizar missões guiadas que propiciem intercâmbio de experiências e conhecimentos entre o Brasil e outros países com atuação destacada em matéria de transparência e acesso à informação (visitas de cooperação).					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06/05/2011	05/05/2012	42.000,00	39.000,00	21.000,00	21.000,00
<b>Insumos Externos</b>					
No exercício de 2011, foram efetuados gastos que totalizaram R\$ 16.702,92, relacionados ao pagamento de diárias, passagens e publicação de edital.					
<b>Produtos Contratados</b>					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Plano de trabalho com planejamento, cronograma e proposta de palestrantes para o Seminário sobre Transparência e Acesso a Informação.				20/05/2011	R\$ 3.000,00
Produto 2 – Realização, em Brasília, do Seminário sobre Transparência e Acesso a Informação.				30/05/2011	R\$ 12.000,00

Produto 3 – Desenvolvimento de plano de trabalho e estudo de caso para a viagem 1.	15/06/2011	R\$ 4.000,00
Produto 4 – Relatório com as principais conclusões da viagem 1.	30/06/2011	R\$ 2.000,00
Produto 5 – Desenvolvimento de plano de trabalho e estudo de caso para a viagem 2.	20/07/2011	R\$ 4.000,00
Produto 6 – Relatório com as principais conclusões da viagem 2.	10/08/2011	R\$ 2.000,00
Produto 7 – Desenvolvimento de plano de trabalho e estudo de caso para a viagem 3.	15/09/2011	R\$ 4.000,00
Produto 8 – Relatório com as principais conclusões da viagem 3.	30/10/2011	R\$ 2.000,00
Produto 9 – Desenvolvimento de plano de trabalho e estudo de caso para a viagem 4.	30/11/2011	R\$ 4.000,00
Produto 10 – Relatório com as principais conclusões da viagem 4.	31/12/2011	R\$ 2.000,00
Produto 11 – Relatório compilado das conclusões obtidas nas quatro viagens, com identificação e detalhamento de boas práticas passíveis de serem replicadas no sistema brasileiro de transparência ativa.	05/05/2012	R\$ 3.000,00
<b>Consultor contratado</b>		
Nome do consultor: ANDREW PUDDEPHATT		CPF: 022.169-94
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O cronograma de execução encontra-se em atraso, contudo a área técnica responsável pelo acompanhamento do contrato (DPC/SPCI/CGU-PR) vem empreendendo esforços no sentido de concluir o referido contrato no prazo previsto.		

<b>Identificação da Organização Internacional Cooperante</b>					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura					UNESCO
<b>Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</b>					
Título do Projeto					Código
Política Brasileira de Acesso a Informação Pública: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.					914BRZ5009
<b>Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”</b>					
Código do Contrato: CI00467/2011					
Objetivo da consultoria: Elaborar estudo sobre o tema “Diretrizes para a prevenção e combate à corrupção no Brasil”, o qual deverá servir como referência e orientação para os debates da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (1ª Consocial). O estudo deverá apresentar um panorama sobre questões centrais referentes ao tema, com a indicação do marco legal existente, das ações governamentais implementadas e das necessidades e possibilidades de avanços em cada área, a fim de subsidiar a elaboração do Texto-Base da 1ª Consocial. O estudo deverá também relacionar o problema da corrupção com questões referentes à transparência e acesso a informação pública e abordar como o tema vem sendo trabalhado por organismos do Sistema das Nações Unidas, como UNESCO e UNODC.					
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
13/05/2011	28/06/2011	19.000,00	19.000,00	19.000,00	19.000,00
<b>Insumos Externos</b>					
No exercício de 2011, foi efetuado gasto no valor de R\$ 1.741,50, relacionado ao pagamento de publicação de edital.					
<b>Produtos Contratados</b>					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Plano de pesquisa com planejamento, metodologia e escopo do trabalho e desenvolvimento de cronograma de realização da pesquisa.			23/05/2011	R\$ 5.000,00	
Produto 2 – Estudo/Texto de referência sobre o tema Diretrizes para a prevenção e combate à corrupção no Brasil.			28/06/2011	R\$ 14.000,00	
<b>Consultor contratado</b>					
Nome do consultor: CLAUDIO RENATO WEBER ABRAMO				CPF: 194.664.128-68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi encerrado no exercício de 2011, com todos os produtos aprovados e pagos.					



Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Política Brasileira de Acesso a Informação Pública: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.					914BRZ5009
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI00485/2011					
Objetivo da consultoria: Realizar mapeamento e diagnóstico sobre como os temas da transparência pública, controle social, atuação de conselhos como instâncias de controle e prevenção e combate à corrupção foram abordados em Conferências Nacionais de Políticas Públicas realizadas pelo Governo Federal, de forma a subsidiar o processo preparatório da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social - Consocial.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
16/05/2011	30/06/2011	13.500,00	13.500,00	13.500,00	13.500,00
Insumos Externos					
No exercício de 2011, foi efetuado gasto no valor de R\$ 1.137,78, relacionado ao pagamento de publicação de edital.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Plano de pesquisa com planejamento, metodologia e escopo do trabalho e desenvolvimento de cronograma de realização da pesquisa.			26/05/2011	R\$ 3.500,00	
Produto 2 – Relatório com mapeamento e diagnóstico sobre como os temas da transparência pública, controle social, atuação de conselhos como instâncias de controle e prevenção e combate à corrupção foram abordados em Conferências Nacionais de Políticas Públicas realizadas pelo Governo Federal.			30/06/2011	R\$ 10.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: CLÓVIS HENRIQUE LEITE DE SOUZA				CPF: 707.723.041-49	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi encerrado no exercício de 2011, com todos os produtos aprovados e pagos.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Política Brasileira de Acesso a Informação Pública: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.					914BRZ5009
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI00741/2011					
Objetivo da consultoria: Realizar estudo que resulte em levantamento, sistematização e avaliação da situação atual das Ouvidorias de órgãos e entidades da administração pública federal e a qualidade dos serviços por elas prestados aos cidadãos; identificação de modalidades inovadoras de prestação de serviços e formulação de proposta de um novo desenho estrutural e de integração para as unidades de ouvidoria federais que atenda às particularidades da denominada Lei de Acesso à informação (PLC 41/2010).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
18/07/2011	18/10/2011	46.746,00	46.746,00	4.000,00	4.000,00
Insumos Externos					
No exercício de 2011, foram efetuados gastos que totalizaram R\$ 10.338,06, relacionados ao pagamento de diárias, passagens e publicação de edital.					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Plano de Trabalho e Proposta Metodológica.	03/08/2011	R\$ 4.000,00
Produto 2 – Diagnóstico da realidade das ouvidorias do poder Executivo Federal contendo Mapeamento das experiências inovadoras, boas práticas, caracterização de sistemas informatizados utilizados, análise da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.	18/09/2011	R\$ 22.746,00
Produto 3 – Relatório contendo propostas com o fito de estabelecer padrões de atendimento e de qualidade para os serviços prestados pelas Ouvidorias; propostas para o fortalecimento da integração, inclusive dos procedimentos burocráticos e de dados entre ouvidorias no âmbito do poder Executivo Federal; Identificação dos meios materiais, financeiros, institucionais e de capacitação necessários para promover tal integração.	18/10/2011	R\$ 20.000,00
<b>Consultor contratado</b>		
Nome do consultor: DORIAM LUIS BORGES DE MELO		CPF: 029.487.797-58
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: A responsabilidade técnica pela avaliação dos produtos do referido consultor é da Ouvidoria-Geral da União, que vem realizando criteriosa avaliação dos produtos 2 e 3, antes de sua aprovação. A entrega dos citados produtos será considerada quando da aceitação e aprovação definitiva pela ouvidoria.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Política Brasileira de Acesso a Informação Pública: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.					914BRZ5009
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI01165/2011					
Objetivo da consultoria: Desenvolver projeto de criação de um Catálogo de dados e informações publicadas pelos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal na internet, a fim de facilitar o acesso a esses dados e informações e orientar a elaboração de políticas públicas de promoção da transparência pública.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
13/10/2011	12/05/2012	50.000,00	12.500,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
No exercício de 2011, foram efetuados gastos que totalizaram R\$ 3.358,56, relacionados ao pagamento de diárias, passagens e publicação de edital.					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega		Valor		
Produto 1 – Metodologia e planejamento de trabalho. A metodologia deverá indicar como os dados serão mapeados, registrados e catalogados. O planejamento de trabalho consiste na definição da estratégia de execução, da divisão de trabalho e do cronograma de atividades das atividades previstas neste ToR e daqueles dos consultores-auxiliares.	28/10/2011		R\$ 5.000,00		
Produto 2 – Formulário para registro de metadados dos dados e informações disponibilizados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; Modelo de relatório a ser encaminhado a cada órgão para conhecimento e complementação de informações; Proposta de estrutura do relatório final.	23/11/2011		R\$ 7.500,00		
Produto 3 – Relatório parcial sobre o andamento do projeto e consolidação parcial dos metadados registrados relativos aos dados do primeiro 1/3 dos órgãos e entidades alvos da pesquisa.	07/01/2012		R\$ 7.500,00		
Produto 4 – Catálogo dos dados/informações publicados na internet pelos órgãos do Poder Executivo Federal e relatório final, o qual consiste na compilação, análise e conclusões sobre a totalidade das informações	12/05/2012		R\$ 30.000,00		

levantadas. Deverão também compor o produto final: Listagem dos responsáveis pelos conjuntos de dados de governo (organizações e cargos) e quais conjuntos de dados estão sob sua responsabilidade; Relatório sobre dados equivalentes publicados em diferentes locais (sobreposição de publicação); Informações estatísticas sobre os dados/informações constantes do catálogo.		
<b>Consultor contratado</b>		
Nome do consultor: FABIANO ANGÉLICO	CPF: 928.842.706-63	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato sofreu atraso em sua assinatura com impacto no cronograma de entrega dos produtos 1 e 2, os quais passaram a ter previsão de entrega para o exercício de 2012.		

<b>Identificação da Organização Internacional Cooperante</b>					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura					UNESCO
<b>Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</b>					
Título do Projeto					Código
Política Brasileira de Acesso a Informação Pública: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.					914BRZ5009
<b>Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”</b>					
Código do Contrato: CI00110/2011					
Objetivo da consultoria: Realizar entrevistas semi-estruturadas (em profundidade) e/ou grupos focais, a partir de amostra a ser definida com a coordenação do projeto, com autoridades governamentais a fim de produzir diagnóstico sobre valores, conhecimento e cultura de acesso à informação pública no Poder Executivo Federal Brasileiro.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/09/2011	01/11/2011	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00
<b>Insumos Externos</b>					
<b>Produtos Contratados</b>					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Produto 1 – Plano de trabalho com planejamento e desenvolvimento de cronograma de aplicação da entrevista.			15/09/2011		R\$ 4.500,00
Produto 2 – Relatório com definição de amostra de autoridades governamentais que serão entrevistadas, devidamente justificada por critérios técnicos de seleção.			30/09/2011		R\$ 9.000,00
Produto 3 – Relatório Parcial de execução das entrevistas.			15/10/2011		R\$ 13.500,00
Produto 4 – Relatório Final de execução das entrevistas.			01/11/2011		R\$ 18.000,00
<b>Consultor contratado</b>					
Nome do consultor: FABRIZIO CARDOSO RIGOUT				CPF: 192.236.008-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi encerrado no exercício de 2011, com todos os produtos aprovados e pagos.					

<b>Identificação da Organização Internacional Cooperante</b>					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura					UNESCO
<b>Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</b>					
Título do Projeto					Código
Política Brasileira de Acesso a Informação Pública: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.					914BRZ5009
<b>Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”</b>					
Código do Contrato: CI00111/2011					
Objetivo da consultoria: Realizar entrevistas semi-estruturadas (em profundidade) e/ou grupos focais, a partir de amostra a ser definida com a coordenação do projeto, com autoridades governamentais a fim de produzir diagnóstico sobre valores, conhecimento e cultura de acesso à informação pública no Poder Executivo Federal Brasileiro.					
Período de Vigência			Remuneração		

Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
07/02/2011	08/08/2011	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00
<b>Insumos Externos</b>					
Os gastos com publicações do edital foram realizados no exercício de 2010, no total de R\$ 12.004,74.					
<b>Produtos Contratados</b>					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Plano de trabalho com planejamento e desenvolvimento de cronograma de aplicação da entrevista.			16/02/2011	R\$ 4.500,00	
Produto 2 – Relatório com definição de amostra de autoridades governamentais que serão entrevistadas, devidamente justificada por critérios técnicos de seleção.			09/03/2011	R\$ 9.000,00	
Produto 3 – Relatório Parcial de execução das entrevistas.			07/04/2011	R\$ 13.500,00	
Produto 4 – Relatório Final de execução das entrevistas.			08/08/2011	R\$ 18.000,00	
<b>Consultor contratado</b>					
Nome do consultor: FERNANDA MACHIAVELI MORÃO DE OLIVEIRA				CPF: 296.932.668-03	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi encerrado no exercício de 2011, com todos os produtos aprovados e pagos.					

<b>Identificação da Organização Internacional Cooperante</b>					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura					UNESCO
<b>Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</b>					
Título do Projeto					Código
Política Brasileira de Acesso a Informação Pública: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.					914BRZ5009
<b>Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”</b>					
Código do Contrato: CI001219/2011					
Objetivo da consultoria: Atuar no projeto de criação de um Catálogo de dados e informações publicadas pelos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal na internet, a fim de facilitar o acesso a esses dados e informações e orientar a elaboração de políticas públicas de promoção da transparência pública. O consultor trabalhará no mapeamento e registro de metadados de dados e informações disponibilizadas na internet pelos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal, mediante pesquisa em sítios e outros repositórios de dados disponíveis na internet mantidos pelos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal, conforme definido pela CGU e pelo coordenador do diagnóstico.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
21/11/2011	20/04/2012	30.000,00	3.000,00	0,00	0,00
<b>Insumos Externos</b>					
<b>Produtos Contratados</b>					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Pesquisa e relatório executados em órgão piloto 1: preenchimento de formulários com os metadados coletados acerca de todos os conjuntos de dados e informações objeto do projeto que estejam sob a responsabilidade do consultor-auxiliar e elaboração do relatório citado na atividade 2 preenchido para o órgão/entidade pesquisado pelo consultor-auxiliar.			06/12/2011	R\$ 3.000,00	
Produto 2 – Pesquisa e relatório executados em órgão piloto 2: preenchimento de formulários com os metadados coletados acerca de todos os conjuntos de dados e informações objeto do projeto que estejam sob a responsabilidade do consultor-auxiliar e elaboração do relatório citado na atividade 2 preenchido para o órgão/entidade pesquisado pelo consultor-auxiliar.			11/01/2012	R\$ 6.000,00	
Produto 3 – Pesquisa e relatório executados em órgão piloto 3: preenchimento de formulários com os metadados coletados acerca de			16/02/2012	R\$ 9.000,00	

todos os conjuntos de dados e informações objeto do projeto que estejam sob a responsabilidade do consultor-auxiliar e elaboração do relatório citado na atividade 2 preenchido para o órgão/entidade pesquisado pelo consultor-auxiliar.		
Produto 4 – Pesquisa e relatório executados em órgão piloto 4: preenchimento de formulários com os metadados coletados acerca de todos os conjuntos de dados e informações objeto do projeto que estejam sob a responsabilidade do consultor-auxiliar e elaboração do relatório citado na atividade 2 preenchido para o órgão/entidade pesquisado pelo consultor-auxiliar.	20/04/2012	R\$ 12.000,00
<b>Consultor contratado</b>		
Nome do consultor: GABRIEL MARIOTTO DEL GROSSI	CPF: 297.811.008-26	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: A pesquisa prevista para o produto 1 será aplicada, no exercício de 2012.		

<b>Identificação da Organização Internacional Cooperante</b>					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura					UNESCO
<b>Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</b>					
Título do Projeto					Código
Política Brasileira de Acesso a Informação Pública: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.					914BRZ5009
<b>Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”</b>					
Código do Contrato: CI001266/2011					
Objetivo da consultoria: Atuar no projeto de criação de um Catálogo de dados e informações publicadas pelos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal na internet, a fim de facilitar o acesso a esses dados e informações e orientar a elaboração de políticas públicas de promoção da transparência pública. O consultor trabalhará no mapeamento e registro de metadados de dados e informações disponibilizadas na internet pelos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal, mediante pesquisa em sítios e outros repositórios de dados disponíveis na internet mantidos pelos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal, conforme definido pela CGU e pelo coordenador do diagnóstico.					
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
21/11/2011	20/04/2012	30.000,00	3.000,00	0,00	0,00
<b>Insumos Externos</b>					
<b>Produtos Contratados</b>					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Pesquisa e relatório executados em órgão piloto 5: preenchimento de formulários com os metadados coletados acerca de todos os conjuntos de dados e informações objeto do projeto que estejam sob a responsabilidade do consultor-auxiliar e elaboração do relatório citado na atividade 2 preenchido para o órgão/entidade pesquisado pelo consultor-auxiliar.			06/12/2011	R\$ 3.000,00	
Produto 2 – Pesquisa e relatório executados em órgão piloto 6: preenchimento de formulários com os metadados coletados acerca de todos os conjuntos de dados e informações objeto do projeto que estejam sob a responsabilidade do consultor-auxiliar e elaboração do relatório citado na atividade 2 preenchido para o órgão/entidade pesquisado pelo consultor-auxiliar.			11/01/2012	R\$ 6.000,00	
Produto 3 – Pesquisa e relatório executados em órgão piloto 7: preenchimento de formulários com os metadados coletados acerca de todos os conjuntos de dados e informações objeto do projeto que estejam sob a responsabilidade do consultor-auxiliar e elaboração do relatório citado na atividade 2 preenchido para o órgão/entidade pesquisado pelo consultor-auxiliar.			16/02/2012	R\$ 9.000,00	
Produto 4 – Pesquisa e relatório executados em órgão piloto 8: preenchimento de formulários com os metadados coletados acerca de			20/04/2012	R\$ 12.000,00	

todos os conjuntos de dados e informações objeto do projeto que estejam sob a responsabilidade do consultor-auxiliar e elaboração do relatório citado na atividade 2 preenchido para o órgão/entidade pesquisado pelo consultor-auxiliar.		
<b>Consultor contratado</b>		
Nome do consultor: MARCELO NEVES DA SILVA	CPF: 355.907.771-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: A pesquisa será aplicada em órgão piloto 5, no próximo exercício.		

<b>Identificação da Organização Internacional Cooperante</b>					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura					UNESCO
<b>Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</b>					
Título do Projeto					Código
Política Brasileira de Acesso a Informação Pública: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.					914BRZ5009
<b>Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”</b>					
Código do Contrato: CI00113/2011					
Objetivo da consultoria: Realizar entrevistas semi-estruturadas (em profundidade) e/ou grupos focais, a partir de amostra a ser definida com a coordenação do projeto, com autoridades governamentais a fim de produzir diagnóstico sobre valores, conhecimento e cultura de acesso à informação pública no Poder Executivo Federal Brasileiro.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
07/02/2011	08/08/2011	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00
<b>Insumos Externos</b>					
<b>Produtos Contratados</b>					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Plano de trabalho com planejamento e desenvolvimento de cronograma de aplicação da entrevista.			16/02/2011	R\$ 4.500,00	
Produto 2 – Relatório com definição de amostra de autoridades governamentais que serão entrevistadas, devidamente justificada por critérios técnicos de seleção.			09/03/2011	R\$ 9.000,00	
Produto 3 – Relatório Parcial de execução das entrevistas.			07/04/2011	R\$ 13.500,00	
Produto 4 – Relatório Final de execução das entrevistas.			08/08/2011	R\$ 18.000,00	
<b>Consultor contratado</b>					
Nome do consultor: MARCIO CHALEGRE COIMBRA				CPF: 635.119.161-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi encerrado no exercício de 2011, com todos os produtos aprovados e pagos.					

<b>Identificação da Organização Internacional Cooperante</b>					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura					UNESCO
<b>Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</b>					
Título do Projeto					Código
Política Brasileira de Acesso a Informação Pública: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.					914BRZ5009
<b>Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”</b>					
Código do Contrato: CI00558/2011					
Objetivo da consultoria: Atuar no planejamento, organização, capacitação e treinamento da 1ª Consocial.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
13/06/2011	12/06/2012	120.000,00	42.000,00	62.000,00	62.000,00
<b>Insumos Externos</b>					

No exercício de 2011, foram efetuados gastos que totalizaram R\$ 4.964,96, relacionados ao pagamento de diárias, passagens e publicação de edital.		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Planejamento do Processo da Primeira Consocial - Passo-a-passo -, contendo, necessariamente: a) o cronograma geral, ajustado de acordo com as deliberações da Comissão Organizadora Nacional; b) detalhamento das atividades necessárias à realização das etapas preparatórias até a etapa nacional da Primeira Consocial; c) elaboração do fluxograma geral da Primeira Consocial, com o detalhamento do encaminhamento dos resultados das etapas preparatórias até a etapa nacional.	13/07/2011	R\$ 8.000,00
Produto 2 – Proposta de mecanismos a serem implementados nas localidades que realizarem Conferências para acompanhamento dos desdobramentos e implementação de resultados. a) sugestões de mecanismos e estratégias de acompanhamento; b) modelos de documentos, relatórios e informes sobre a implementação dos resultados; c) relação de autoridades para encaminhamento de demandas/informes, com explicação sobre o sistema de competências do federalismo brasileiro.	13/09/2011	R\$ 16.000,00
Produto 3 – Relatório preliminar de monitoramento, para orientação da Coordenação Executiva da Primeira Consocial nas atividades de acompanhamento e supervisão das etapas preparatórias, contendo: a) levantamento das conferências municipais, regionais, estaduais e distrital convocadas; b) composição das comissões organizadoras estaduais e distrital; c) calendário de realização das conferências; d) indicação de casos críticos e relevantes para acompanhamento diferenciado.	12/11/2011	R\$ 18.000,00
Produto 4 – Formatação de um curso de capacitação de até oito horas aula a ser realizado em Brasília, antecedendo a etapa nacional, para ser ministrado aos profissionais que atuarão na etapa nacional, nas atividades de facilitação dos grupos de trabalho. Para o curso deverá ser preparado material didático, denominado Manual para Mediadores e Facilitadores da Primeira Consocial que deverá conter, necessariamente: a) o referencial teórico; b) os métodos gerais propostos; c) estudos de caso; d) a solução de problemas e casos pontuais; e, e) os métodos de avaliação da assimilação dos profissionais capacitados e do curso.	13/01/2012	R\$ 20.000,00
Produto 5 – Guia do Participante da Primeira Consocial, a ser distribuído tempestivamente aos participantes da Etapa Nacional da Primeira Consocial, contendo: a) Metodologia da Consocial. b) Processo deliberativo da Consocial. c) Pressupostos Metodológicos da Consocial. d) Passo a passo da organização da etapa. e) Modelo de programação da etapa. f) fluxograma da etapa. g) Caderno de Propostas da Etapa Nacional Primeira Consocial.	13/02/2012	R\$ 16.000,00
Produto 6 – Consolidação e Rastreamento de Proposições da Primeira Consocial, após a realização de todas as etapas preparatórias, e formulação de um Caderno de Propostas da Primeira Consocial.	13/05/2012	R\$ 22.000,00
Produto 7 – Realização de Curso de Capacitação de Mediadores e relatores da Primeira Consocial. Realização, como instrutor, de um curso de capacitação de até 8 (oito) horas-aula a ser realizado em Brasília, antecedendo a etapa nacional, para ser ministrado aos profissionais que atuarão na etapa nacional, nas atividades de facilitação dos grupos de trabalho.	28/05/2012	R\$ 4.000,00
Produto 8 – Relatório Final da Primeira Consocial, contendo, necessariamente: a) análise das informações referentes às etapas preparatórias; b) relação dos delegados, com detalhamento dos perfis e segmentos representados desses participantes; c) relação dos convidados e observadores da etapa nacional; e d) rol simplificado das propostas aprovadas, com detalhamento da abrangência, se for o caso (apenas estadual, apenas distrital, nacional etc.).	12/06/2012	R\$ 16.000,00

<b>Consultor contratado</b>	
Nome do consultor: MARIA THEREZA FERREIRA TEIXEIRA	CPF: 711.543.701-78
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O cronograma de execução encontra-se adiantado em relação ao previsto, tendo sido desenvolvidos e entregues pela consultora os produtos 1 a 4, com atesto e pagamento desses realizados no exercício de 2011.	

<b>Identificação da Organização Internacional Cooperante</b>					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura					UNESCO
<b>Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</b>					
Título do Projeto					Código
Política Brasileira de Acesso a Informação Pública: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.					914BRZ5009
<b>Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”</b>					
Código do Contrato: CI01368/2011					
Objetivo da consultoria: Elaborar estudo que subsidie a elaboração da proposta de regulamentação da Lei de Acesso à Informação Pública.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
19/12/2011	18/02/2012	30.000,00	3.000,00	0,00	0,00

**Insumos Externos**  
No exercício de 2011, foram efetuados gastos que totalizaram R\$ 4.029,48, relacionados ao pagamento de diárias, passagens e publicação de edital.

<b>Produtos Contratados</b>		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Documento resumo que contenha os dispositivos da Lei de Acesso à Informação a ser regulamentados, conforme especificações contidas na atividade 1.	29/12/2011	R\$ 3.000,00
Produto 2 – Documento analítico sobre a legislação nacional que trata de transparência e acesso às informações públicas, que identifique as disposições legais vigentes que deverão ser observadas quando da elaboração do decreto de regulamentação da Lei de Acesso à Informação e as normas que foram revogadas, expressa ou tacitamente, ou devem ser revogadas pelo decreto.	09/01/2012	R\$ 4.500,00
Produto 3 – Estudo comparado sobre leis de acesso à informação de outros países, com ênfase nas soluções práticas e concretas adotadas para a implementação do sistema de acesso, sobretudo em relação à questões que representam inovações no cenário jurídico nacional ou na administração pública federal brasileira.	24/01//2012	R\$ 7.500,00
Produto 4 – Documento com propostas de soluções a serem adotadas na regulamentação da Lei por parte do Poder Executivo Federal.	18/02/2012	R\$ 15.000,00

<b>Consultor contratado</b>	
Nome do consultor: PEDRO VIEIRA ABRAMOVAY	CPF: 291.455.888-05
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O Produto 1 foi desenvolvido pelo consultor e pago em janeiro de 2012.	

<b>Identificação da Organização Internacional Cooperante</b>	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
<b>Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</b>	
Título do Projeto	Código
Política Brasileira de Acesso a Informação Pública: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.	914BRZ5009
<b>Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”</b>	
Código do Contrato: CI01331/2010	
Objetivo da consultoria: Realizar pesquisa que possibilite o diagnóstico sobre valores, conhecimento e cultura de	



acesso à informação pública no Poder Executivo Federal Brasileiro. A pesquisa tem por objetivo analisar a experiência e a percepção de servidores públicos federais em relação a essa temática e de mapear setores onde esses valores e cultura já existam, bem como identificar aqueles em que há pontos de resistência.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/09/2010	30/05/2011	90.000,00	81.000,00	63.000,00	63.000,00
Insumos Externos					
No exercício de 2011, foram efetuados gastos que totalizaram R\$ 5.525,24, relacionados ao pagamento de diárias e passagens.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Concept Paper com considerações gerais do consultor sobre a temática do acesso a informação, que será revisado pela contratante a fim de equalizar termos e conceitos necessários à realização da pesquisa objeto da contratação.			11/10/2010	R\$ 9.000,00	
Produto 2 – Plano de Trabalho com planejamento e desenvolvimento de cronograma de realização da pesquisa.			18/02/2011	R\$ 9.000,00	
Produto 3 – Questionários de pesquisa elaborados e prontos para aplicação.			18/03/2011	R\$ 22.500,00	
Produto 4 – Relatório Parcial de execução da pesquisa, que consiste na consolidação e análise parcial dos dados coletados.			18/04/2011	R\$ 22.500,00	
Produto 5 – Relatório Final da pesquisa, que apresente diagnóstico sobre valores, conhecimento e cultura de acesso à informação pública no Poder Executivo Federal Brasileiro.			30/05/2011	R\$ 27.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Roberto Augusto Damatta				CPF: 091.735.107-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Embora o produto final tenha sido aprovado em data posterior à prevista, todos os produtos foram atestados, aprovados e pagos, tendo sido encerrada a execução do contrato, em janeiro de 2012.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Política Brasileira de Acesso a Informação Pública: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.				914BRZ5009	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI001221/2011					
Objetivo da consultoria: Atuar no projeto de criação de um Catálogo de dados e informações publicadas pelos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal na internet, a fim de facilitar o acesso a esses dados e informações e orientar a elaboração de políticas públicas de promoção da transparência pública. O consultor trabalhará no mapeamento e registro de metadados de dados e informações disponibilizadas na internet pelos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal, mediante pesquisa em sítios e outros repositórios de dados disponíveis na internet mantidos pelos órgãos/entidades do Poder Executivo Federal, conforme definido pela CGU e pelo coordenador do diagnóstico.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
21/11/2011	20/04/2012	30.000,00	3.000,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
No exercício de 2011, foi efetuado gasto no valor de R\$ 1.741,50, relacionado ao pagamento de publicação de edital.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Pesquisa e relatório executados em órgão piloto 9: preenchimento de formulários com os metadados coletados acerca de			06/12/2011	R\$ 3.000,00	

todos os conjuntos de dados e informações objeto do projeto que estejam sob a responsabilidade do consultor-auxiliar e elaboração do relatório citado na atividade 2 preenchido para o órgão/entidade pesquisado pelo consultor-auxiliar.		
Produto 2 – Pesquisa e relatório executados em órgão piloto 10: preenchimento de formulários com os metadados coletados acerca de todos os conjuntos de dados e informações objeto do projeto que estejam sob a responsabilidade do consultor-auxiliar e elaboração do relatório citado na atividade 2 preenchido para o órgão/entidade pesquisado pelo consultor-auxiliar.	11/01/2012	R\$ 6.000,00
Produto 3 – Pesquisa e relatório executados em órgão piloto 11: preenchimento de formulários com os metadados coletados acerca de todos os conjuntos de dados e informações objeto do projeto que estejam sob a responsabilidade do consultor-auxiliar e elaboração do relatório citado na atividade 2 preenchido para o órgão/entidade pesquisado pelo consultor-auxiliar.	16/02/2012	R\$ 9.000,00
Produto 4 – Pesquisa e relatório executados em órgão piloto 12: preenchimento de formulários com os metadados coletados acerca de todos os conjuntos de dados e informações objeto do projeto que estejam sob a responsabilidade do consultor-auxiliar e elaboração do relatório citado na atividade 2 preenchido para o órgão/entidade pesquisado pelo consultor-auxiliar.	20/04/2012	R\$ 12.000,00
<b>Consultor contratado</b>		
Nome do consultor: ROBSON LOPES DE ALMEIDA	CPF: 008.475.297-11	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: A pesquisa do órgão piloto 9 será consolidada no exercício de 2012.		

<b>Identificação da Organização Internacional Cooperante</b>					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura					UNESCO
<b>Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</b>					
Título do Projeto					Código
Política Brasileira de Acesso a Informação Pública: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.					914BRZ5009
<b>Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”</b>					
Código do Contrato: CI00599/2011					
Objetivo da consultoria: Elaborar cartilha didática e ilustrativa que conscientize e oriente os servidores públicos para o cumprimento efetivo dos dispositivos da iminente Lei brasileira de Acesso a Informações Públicas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/06/2011	18/12/2011	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00
<b>Insumos Externos</b>					
No exercício de 2011, foram efetuados gastos que totalizaram R\$ 3.331,11, relacionados ao pagamento de diárias, passagens e publicação de edital.					
<b>Produtos Contratados</b>					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Proposta de estrutura de tópicos, layout e conteúdo da cartilha.			27/07/2011	R\$ 8.750,00	
Produto 2 – Cartilha finalizada, pronta para ser impressa e disponibilizada a servidores públicos de diferentes órgãos e entidades governamentais.			18/12/2011	R\$ 26.250,00	
<b>Consultor contratado</b>					
Nome do consultor: ROGÉRIO PACHECO JORDÃO				CPF: 173.337.478-75	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi finalizado no exercício e todos os produtos foram atestados e aprovados.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Política Brasileira de Acesso a Informação Pública: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.					914BRZ5009
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: CI00551/2011					
Objetivo da consultoria: Desenvolver e acompanhar o Projeto Metodológico da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social – Consocial.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
13/06/2011	12/06/2012	114.000,00	54.000,00	54.000,00	54.000,00
Insumos Externos					
No exercício de 2011, foi efetuado gasto no valor de R\$ 1.137,78, relacionado ao pagamento de publicação de edital.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Desenvolver Projeto Metodológico da Primeira Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social - Consocial, em consonância com as diretrizes e orientações contidas no Regimento Interno da Primeira Consocial, aprovado pela Comissão Organizadora Nacional (CON).			13/07/2011	R\$ 7.000,00	
Produto 2 – Manual metodológico das conferências municipais da Primeira Consocial. Manual metodológico contendo: a) Metodologia da Consocial; b) Processo deliberativo da Consocial; c) Pressupostos Metodológicos; d) Passo a passo da organização da etapa; e) Modelo de programação da etapa; f) fluxograma da etapa; g) modelo de relatório da etapa.			13/08/2011	R\$ 16.000,00	
Produto 3 – Manuais metodológicos das conferências livres e das conferências virtuais da Primeira Consocial. Manuais metodológicos contendo: a) Metodologia da Consocial; b) Processo deliberativo da Consocial; c) Pressupostos Metodológicos; d) Passo a passo da organização da etapa; e) Modelo de programação da etapa; f) fluxograma da etapa; g) modelo de relatório da etapa.			13/09/2011	R\$ 15.000,00	
Produto 4 – Manual metodológico das conferências estaduais e distrital da Primeira Consocial Manual metodológico que contemple: a) Metodologia da Consocial; b) Processo deliberativo da Consocial; c) Pressupostos Metodológicos; d) Passo a passo da organização da etapa; e) Modelo de programação da etapa; f) fluxograma da etapa; g) modelo de relatório da etapa.			13/11/2011	R\$ 16.000,00	
Produto 5 – Relatório crítico das conferências municipais/regionais e livres da Primeira Consocial. Relatório crítico da metodologia de mobilização e de deliberação referente às conferências municipais/regionais e livres da Primeira Consocial, que contenha, necessariamente: a) análise crítica da metodologia empregada na organização das conferências municipais/regionais e livres; b) estudo comparativo com a metodologia empregada por outras conferências; c) propostas de aprimoramentos.			13/01/2012	R\$ 20.000,00	
Produto 6 – Manual metodológico da etapa nacional da Primeira Consocial. Manual metodológico que contenha: a) Metodologia da Consocial; b) Processo deliberativo da Consocial; c) Pressupostos Metodológicos; d) Passo a passo da organização da etapa; e) Modelo de programação da etapa; f) fluxograma da etapa.			13/04/2012	R\$ 20.000,00	
Produto 7 – Relatório crítico das conferências estaduais, distrital e nacional 1ª Consocial Relatório crítico final da metodologia de mobilização e de deliberação das conferências estaduais, distrital e			12/06/2012	R\$ 20.000,00	

nacional da Primeira Consocial que contenha, necessariamente: a) análise crítica da metodologia empregada na organização das conferências estaduais, distrital e nacional da Primeira Consocial. b) estudo comparativo com a metodologia empregada por outras conferências c) propostas de aprimoramentos.		
<b>Consultor contratado</b>		
Nome do consultor: SARA ARAÚJO POLETTO	CPF: 877.089.061-72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: A execução do contrato segue em conformidade com o cronograma previsto, tendo sido pagos os quatro produtos previstos para o exercício de 2011.		

<b>Identificação da Organização Internacional Cooperante</b>					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura					UNESCO
<b>Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</b>					
Título do Projeto					Código
Política Brasileira de Acesso a Informação Pública: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.					914BRZ5009
<b>Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”</b>					
Código do Contrato: CI01218/2011					
Objetivo da consultoria: Realizar atividades de tradução e versão, do português para o inglês e do inglês para o português, de documentos, legislação e outros materiais relacionados à temática de acesso à informação e a dados públicos.					
<b>Período de Vigência</b>			<b>Remuneração</b>		
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
16/11/2011	15/11/2012	144.000,00	14.400,00	0,00	0,00
<b>Insumos Externos</b>					
No exercício de 2011, foi efetuado gasto no valor de R\$ 1.741,50, relacionado ao pagamento de publicação de edital.					
<b>Produtos Contratados</b>					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – 400 laudas de materiais, tais como guias de implementação, referenciais teóricos e legais, estudos de direito comparado, relatórios, cadernos de leis de acesso, cartilhas, folders, materiais de treinamento, vídeos, entre outros.			21/12/2011	R\$ 14.400,00	
Produto 2 – 400 laudas de materiais, tais como guias de implementação, referenciais teóricos e legais, estudos de direito comparado, relatórios, cadernos de leis de acesso, cartilhas, folders, materiais de treinamento, vídeos, entre outros.			26/01/2012	R\$ 14.400,00	
Produto 3 – 400 laudas de materiais, tais como guias de implementação, referenciais teóricos e legais, estudos de direito comparado, relatórios, cadernos de leis de acesso, cartilhas, folders, materiais de treinamento, vídeos, entre outros.			02/03/2012	R\$ 14.400,00	
Produto 4 – 560 laudas de materiais, tais como guias de implementação, referenciais teóricos e legais, estudos de direito comparado, relatórios, cadernos de leis de acesso, cartilhas, folders, materiais de treinamento, vídeos, entre outros.			22/04/2012	R\$ 20.160,00	
Produto 5 – 560 laudas de materiais, tais como guias de implementação, referenciais teóricos e legais, estudos de direito comparado, relatórios, cadernos de leis de acesso, cartilhas, folders, materiais de treinamento, vídeos, entre outros.			12/06/2012	R\$ 20.160,00	
Produto 6 – 560 laudas de materiais, tais como guias de implementação, referenciais teóricos e legais, estudos de direito comparado, relatórios, cadernos de leis de acesso, cartilhas, folders, materiais de treinamento, vídeos, entre outros.			02/08/2012	R\$ 20.160,00	
Produto 7 – 560 laudas de materiais, tais como guias de implementação, referenciais teóricos e legais, estudos de direito comparado, relatórios, cadernos de leis de acesso, cartilhas, folders, materiais de treinamento, vídeos, entre outros.			22/09/2012	R\$ 20.160,00	

Produto 8 – 560 laudas de materiais, tais como guias de implementação, referenciais teóricos e legais, estudos de direito comparado, relatórios, cadernos de leis de acesso, cartilhas, folders, materiais de treinamento, vídeos, entre outros.	15/11/2012	R\$ 20.160,00
<b>Consultor contratado</b>		
Nome do consultor: SIMONNY VALERIA SOARES	CPF: 563.830.290-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Não houve demanda interna para completar o número de laudas previstas para pagamento do Produto 1.		

## 26.2. Análise Crítica

A estratégia de contratação de consultores na modalidade “produto” no âmbito de projetos de cooperação técnica com organismos internacionais tem apresentado bons resultados para atendimento às demandas que requerem conhecimentos específicos, não contemplados no perfil dos servidores da CGU. Observa-se, ainda, que essa estratégia tem permitido a internalização de novos conhecimentos para o órgão, visto que os processos de contratação sempre contam com participação de servidores da casa, seja na coordenação das demandas, seja na revisão dos produtos entregues.

## ITEM 38 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

### 30.1 Avaliação do Termo de Parceria Celebrado pela Unidade Jurisdicionada

#### QUADRO C.38.1 - IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO

Ver Anexo XIII – fls.143

### 30.2 – Valores repassados em razão de termos de parcerias firmados

#### QUADRO C.38.2 - DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO EM RAZÃO DE TERMO DE PARCERIA

Identificação da Entidade Parceira			
<b>Nome</b>	A Voz do Cidadão – Instituto de Cultura de Cidadania		
<b>CNPJ</b>	04.936.855.0001/80		
Valores Repassados no exercício (R\$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
<b>Janeiro</b>		<b>Julho</b>	
<b>Fevereiro</b>		<b>Agosto</b>	50.000,00
<b>Março</b>		<b>Setembro</b>	
<b>Abril</b>		<b>Outubro</b>	
<b>Maió</b>	50.000,00	<b>Novembro</b>	
<b>Junho</b>		<b>Dezembro</b>	50.000,00
<b>Total</b>	<b>50.000,00</b>	<b>Total</b>	<b>100.000,00</b>

Fonte: SIAFI

Identificação da Entidade Parceira	
<b>Nome</b>	Amigos Associação de Ribeirão Bonito - AMARRIBO
<b>CNPJ</b>	03.571.810.0001/96
Valores Repassados no exercício (R\$ 1,00)	

No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
Janeiro		Julho	
Fevereiro		Agosto	732.814,72
Março		Setembro	
Abril		Outubro	
Maio		Novembro	
Junho		Dezembro	
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>Total</b>	<b>732.814,72</b>

Fonte: SIAFI

**QUADRO C.38.3 - DADOS AGREGADOS DOS TERMOS DE PARCERIA DE EXERCÍCIOS ANTECEDENTES AO DE REFERÊNCIA**

Exercícios	Quantidade de Termos vigentes	Montante repassado no Exercício (em R\$ 1,00)
<b>2010</b>	2	100.000,00
<b>2009</b>	1	206.300,00

Fonte: SIAFI

Os recursos repassados em 2009 se destinaram ao Instituto Cultural Mauricio de Sousa, no âmbito do TP CGU nº 20/2008, firmado em 08/12/2008, com vigência de 02 anos. O referido TP não previu repasses para 2010, sendo a totalidade de recursos desse ano repassada, em duas parcelas iguais, à OSCIP A Voz do Cidadão - Instituto de Cultura de Cidadania.

### 30.3 – Estrutura de Acompanhamento dos Resultados dos Termos de Parceria Firmados

**QUADRO C.38.4 - COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DA PARCERIA (ART. 11 § 1º DA LEI 9.790/99)**

Membros da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria nº 04/2011, firmado entre CGU e AMARRIBO Brasil			Ato de designação
Nome	CPF	Órgão que representa	
Luís Carlos Domingues Pereira	270.809.351-72	CGU	Portaria SE nº 1.889, de 16/09/2011
Petronio Bezerra Lima	647.206.674-49	CGU	
Leo Roberto Galdino Torresan	023.868.288-91	AMARRIBO Brasil	

O monitoramento da execução do TP CGU nº 01/2010, firmado com A Voz do Cidadão - Instituto de Cultura de Cidadania, tem sido realizado pela área técnica da CGU relacionada à atividade fomentada (SPCI), conforme disposto no *caput* do art. 11 da Lei nº 9.790/1999. A Comissão de Avaliação a que se refere o § 1º do art. 11 da Lei nº 9.790/1999 será formada apenas ao final da vigência desse Termo com o objetivo específico de analisar os resultados atingidos. Esse também havia sido o procedimento adotado na execução e avaliação do TP CGU nº 20/2008, firmado com o Instituto Cultural Mauricio de Sousa. O fato de a Comissão de Avaliação do TP CGU nº 04/2011 ter sido constituída logo após a sua assinatura se deve à orientação específica da ASJUR, consignada em parecer destinado a analisar a parceria com a AMARRIBO Brasil, que julgou necessário um acompanhamento estrito da execução de cada desembolso em face dos valores envolvidos, de modo a resguardar a economicidade e a realização do seu objeto. Nesse sentido, a Secretaria-Executiva da CGU decidiu constituir tal Comissão desde o início da execução do Termo.

**QUADRO C.38.5 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO**

CNPJ da Entidade Parceira	Data da apresentação das contas	Período de Referência		Situação da Análise*	Decisão**	Prestação de Contas
		Data Início	Data Fim			
04.936.855.0001/80	12/04/2011	20/07/2010	31/03/2011	Concluída	Aprovada	2ª Parcial
04.936.855.0001/80	16/08/2011	20/07/2010	06/07/2011	Concluída	Aprovada	Final - Termo Original
03.571.810.0001/96	07/10/2011	08/07/2011	30/09/2011	Concluída	Aprovada	1ª Parcial Bimestral
04.936.855.0001/80	14/10/2011	07/07/2011	30/09/2011	Concluída	Aprovada	1ª Parcial - Termo Aditivo
03.571.810.0001/96	30/01/2012	01/10/2011	30/11/2011	Concluída	Aprovada	2ª Parcial Bimestral
04.936.855.0001/80	16/01/2012	07/07/2011	31/12/2011	Concluída	Aprovada	2ª Parcial - Termo Aditivo
<b>*Situação da Análise:</b>			<b>**Decisão:</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Concluída</li> <li>▪ Em andamento</li> <li>▪ Não iniciada</li> </ul>			<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aprovada</li> <li>▪ Reprovada</li> <li>▪ Em exigência</li> </ul>			

Fonte: SPCI

**30.4 – Avaliação dos resultados obtidos com a Parceria****QUADRO C.38.6 – DEMONSTRATIVO DOS INDICADORES PACTUADOS COM A ENTIDADE PARCEIRA**

Ver Anexo XIV – fls. 146.

**SEÇÃO IV****RESULTADOS E CONCLUSÕES**

Diante do contido no presente Relatório, pode-se concluir que a Controladoria-Geral da União (CGU) atuou no exercício de 2011, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal, atingindo a finalidade propugnada para o programa de governo 1173 – Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção.

As principais dificuldades encontradas para o pleno alcance das metas fixadas para o exercício, como já explicitado, decorreram da escassez crônica de recursos humanos decorrente da perda de servidores e da reposição insuficiente, assim como dos limites orçamentários e para despesas com diárias e passagens impostos, decisões estas que não estão na alçada dos gestores da CGU. Ações junto aos órgãos competentes, para mitigar tais obstáculos são tomadas sistematicamente por esta Controladoria.

Brasília, 30 de março de 2012.

**LUIZ NAVARRO DE BRITTO FILHO**  
 Secretário-Executivo  
 Controladoria-Geral da União  
 Presidência da República

## ANEXO I

## QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente ou Recebedora	Classificação da Ação	1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes		
Movimentação Interna	Concedidos	110174	04122117309HB0001	94.641.706,39				
			04122117322720001	456.631.154,60		22.587.739,91		
			0412411732B130001			7.198.877,85		
			0412411732B150001			1.214.273,12		
			0412411732D580001			7.647.888,75		
			04128117345720001			1.505.645,36		
			04301117320040001			3.811.986,23		
			04306117320120001			8.896.561,81		
			04331117320110001			32.367,70		
			04365117320100001			406.144,46		
			04422117349980001			62.458,98		
			09272008901810001	49.510.235,78				
	Recebidos	110175	110175	04122117309HB0001	94.620.519,01			
				04122117322720001	438.735.681,43		1.423.140,27	
				0412411732B130001			164.589,64	
				0412411732B150001			26.341,72	
				0412411732D580001			2.667,60	
				04128117345720001			1.108.159,31	
				04301117320040001			3.802.106,23	
				04306117320120001			8.813.719,98	
				04331117320110001			24.527,38	
				04365117320100001			401.666,71	
				09272008901810001	48.209.090,04			
				110176	110176	110176	04122117322720001	
		0412411732B130001						794.994,38
		0412411732B150001						196.927,99
		0412411732D580001						4.066.730,11
		04128117345720001						366.198,85
		04422117349980001						29.759,26
		110576	110576	110576	0412411732B130001			32.000,00
		170940	170940	170940	04122117309HB0001	21.187,38		
					04122117322720001	17.895.473,17		20.724.403,79
					0412411732B130001			6.207.293,83
0412411732B150001							991.003,41	
0412411732D580001							3.578.491,04	
04128117345720001							31.287,20	
04301117320040001						9.880,00		
04306117320120001						82.841,83		
04331117320110001						7.840,32		
04365117320100001						4.477,75		
04422117349980001						32.699,72		
09272008901810001	1.301.145,74							
Movimentação Externa	Concedidos	110245	04122117322720001			42.182,40		
			0412411732B130001			174.867,00		
		110319	04131117346410001			143.250,00		
		153163	0412411732B130001			240.000,00		
		170009	04122117322720001			32.649,28		



	0412411732B130001		124.923,79
	0412411732B150001		440.287,81
	0412411732D580001		52.587,60
	04128117345720001		6.763,44
170025	04122117322720001		675.526,16
	0412411732B130001		34.123,95
	0412411732D580001		159.069,84
170032	041221173110C0001		9.817,58
	04122117322720001		211.979,84
	0412411732B130001		10.610,47
	0412411732D580001		98.751,88
170038	04122117322720001		491.299,97
	0412411732B130001		12.254,20
	0412411732B150001		9.161,60
	0412411732D580001		134.679,55
170045	041221173110C0001		89.997,42
	04122117322720001		363.813,05
	0412411732B130001		1.309,24
	0412411732D580001		5.559,68
170050	041221173110C0001		37.359,83
	04122117322720001		833.341,31
	0412411732B130001		834,87
	0412411732D580001		113.404,96
170055	04122117322720001		711.896,53
	0412411732B130001		10.903,55
	0412411732D580001		243.609,58
170064	04122117322720001		444.723,90
	0412411732B130001		1.000,00
	0412411732D580001		14.039,57
170069	04122117322720001		289.776,37
	0412411732B130001		11.160,95
	0412411732D580001		4.469,12
170075	04122117322720001		656.361,87
	0412411732D580001		430.776,49
170085	04122117322720001		937.016,07
	0412411732B130001		830,17
	0412411732D580001		232.019,16
170100	04122117322720001		299.998,50
	0412411732B130001		3.368,30
	0412411732D580001		6.884,02
170106	04122117322720001		198.926,79
	0412411732B130001		17.303,92
	0412411732D580001		89.134,43
170114	041221173110C0001		5.225,50
	04122117322720001		650.529,88
	0412411732B130001		1.828,94
	0412411732B150001		417,25
	0412411732D580001		18.276,39
170131	04122117322720001		551.686,03
	0412411732B130001		213,12
	0412411732D580001		199.798,85
170153	04122117322720001		159.898,54
	0412411732B130001		21.905,87
	0412411732D580001		62.097,61

		04122117322720001			312.228,09
		0412411732B130001			9.848,72
	170166	0412411732D580001			86.547,52
		04122117322720001			437.070,82
	170175	0412411732D580001			231.984,44
	170176	0412411732B150001			500,81
		04122117322720001			277.961,53
		0412411732B130001			10.589,41
	170190	0412411732D580001			26.935,64
		04122117322720001			710.065,33
		0412411732B130001			8.828,37
	170195	0412411732D580001			80.582,34
	170205	04122117322720001			119.700,00
		04122117322720001			426.744,50
		0412411732B130001			1.030,00
	170207	0412411732D580001			12.958,53
		041221173110C0001			783.986,25
		04122117322720001			531.789,62
		0412411732B130001			3.854,11
	170214	0412411732D580001			64.191,28
		04122117322720001			39.619,41
		0412411732B130001			3.210,00
	170344	0412411732D580001			29.471,89
		041221173110C0001			29.395,50
		04122117322720001			129.639,23
	170345	0412411732D580001			800,00
		041221173110C0001			676,00
		04122117322720001			290.657,29
		0412411732B130001			2.135,37
	170346	0412411732D580001			8.948,25
		04122117322720001			226.205,96
		0412411732B130001			27.414,10
	170347	0412411732D580001			928,50
	170531	04122117322720001			195.737,11
	180002	04122117322720001			2.222.857,50
	250013	04122117322720001			3.378,74
		110174	08122075020000001		17.957,71
	<b>Recebidos</b>	110175	19128047345720001		5.847,20

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente ou Receptora	Classificação da Ação	4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida	
Movimentação Interna	Concedidos	110174	04122117322720001	8.815.542,35			
			0412411732B130001	67.865,00			
	Recebidos	110576	0412411732B130001	67.865,00			
		170940	04122117322720001	8.815.542,35			
Movimentação Externa	Concedidos	110060	04122117322720001	300.000,00			
			170025	04122117322720001	39.814,10		
			170032	041221173110C0001	3.430,00		
		04122117322720001		1.129,75			
			170038	041221173110C0001	448,78		
			170045	04122117322720001	4.450,00		
	170050	04122117322720001	4.341,65				

		170055	04122117322720001	88.070,06		
		170064	04122117322720001	5.350,00		
		170069	04122117322720001	237,91		
		170075	04122117322720001	6.200,00		
		170085	04122117322720001	17.200,00		
		170100	04122117322720001	7.042,98		
		170106	04122117322720001	8.089,20		
		170114	04122117322720001	14.830,00		
		170131	041221173110C0001	146.359,30		
		170153	04122117322720001	6.951,98		
		170175	04122117322720001	12.240,30		
		170190	04122117322720001	1.000,00		
		170195	04122117322720001	40.094,14		
		170207	04122117322720001	19.454,50		
		170214	041221173110C0001	68.949,53		
		170344	04122117313LM0101	81.401,20		
			04122117322720001	3.600,00		
		170345	04122117322720001	11.920,83		
		170346	04122117322720001	8.780,00		
		170347	041221173110C0001	16.996,73		
			04122117322720001	18.482,04		
		<b>Recebidos</b>				

Fonte: SIAFI Gerencial

## ANEXO II

## QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>1- Despesas de Pessoal</b>	<b>600.186.476,37</b>	<b>87.270.647,00</b>	<b>599.736.476,37</b>	<b>586.959.759,58</b>	<b>450.000,00</b>	<b>310.887,42</b>	<b>599.733.805,45</b>	<b>86.959.759,58</b>
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	450.978.531,83	451.183.004,48	450.978.531,83	451.183.004,48	-	-	450.978.531,83	51.183.004,48
13 - Obrigações Patronais	95.014.108,85	95.033.429,65	95.014.108,85	95.033.429,65	-	-	95.014.108,85	95.033.429,65
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	45.918.439,26	34.074.831,06	45.918.439,26	34.074.831,06	450.000,00	-	45.918.439,26	34.074.831,06
Demais elementos da despesa	8.275.396,43	6.979.381,81	7.825.396,43	6.668.494,39	-	310.887,42	7.822.725,51	6.668.494,39
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>	<b>70.777.733,34</b>	<b>73.025.767,06</b>	<b>63.633.447,22</b>	<b>66.556.218,50</b>	<b>7.144.286,12</b>	<b>6.469.548,56</b>	<b>61.435.191,75</b>	<b>66.418.428,21</b>
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	34.065.945,50	35.124.147,92	27.457.837,34	29.666.767,57	6.608.108,16	5.457.380,35	26.089.853,44	29.531.900,12
37 - Locação de Mão-de-Obra	10.891.153,10	9.185.307,26	10.799.555,64	8.848.335,00	91.597,46	336.972,26	10.799.459,18	8.848.335,00
46 - Auxílio-Alimentação	8.890.065,12	9.367.322,57	8.890.065,12	9.367.322,57	-	-	8.890.065,12	9.367.322,57
Demais elementos da despesa	16.930.569,62	19.348.989,31	16.485.989,12	18.673.793,36	444.580,50	675.195,95	15.655.814,01	18.670.870,52

Fonte: SIAFI

## ANEXO III

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos*	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>4- Investimentos</b>	<b>9.707.603,38</b>	<b>7.145.381,52</b>	<b>2.250.643,07</b>	<b>996.623,39</b>	<b>7.456.960,31</b>	<b>6.148.758,13</b>	<b>2.242.173,07</b>	<b>995.133,09</b>
52 - Equipamentos e Material Permanente	4.206.758,28	6.179.196,73	721.345,18	832.177,21	3.485.413,10	5.347.019,52	712.875,18	830.686,91
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.215.680,75	841.594,79	641.657,94	164.446,18	2.574.022,81	677.148,61	641.657,94	164.446,18
51 - Obras e Instalações	2.245.164,35	118.990,00	887.639,95	-	1.357.524,40	118.990,00	887.639,95	-
Demais elementos da despesa	40.000,00	5.600,00		-	40.000,00	5.600,00		-

Fonte: SIAFI

## ANEXO IV

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previden- ciários	Demais despesas variáveis			
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>										
Exercícios	2011	53.037,12		19.803,81	6.601,27	3.648,00				83.090,20
	2010	56.929,11		8.455,58	2.818,53	1.943,88				70.147,10
	2009	35.922,81		8.455,58	2.818,53	3.505,99				50.702,91
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>										
Exercícios	2011	385.060.310,32		48.867.261,90	16.289.087,30	9.294.769,24	8.072.345,90	693.823,89		468.277.598,55
	2010	358.108.935,61		47.509.625,64	15.836.541,88	9.988.099,00	7.809.233,00	643.285,66		439.895.720,79
	2009	283.034.519,72		31.725.788,96	10.575.262,99	5.129.682,00	6.667.925,00	717.855,04		337.851.033,71
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>										
Exercícios	2011	19.421.473,68		1.618.456,14	539.485,38	426.816,00	272.280,00			22.278.511,20
	2010	21.142.491,00		1.815.021,00	605.007,00	598.272,00	715.621,00			24.876.412,00
	2009	20.340.198,00		1.746.146,00	582.049,00	194.016,33	688.465,00			23.550.874,33
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>										
Exercícios	2011	51.025,55		5.696,82	1.898,94					58.621,31
	2010	83.114,63		6.698,72	2.232,91					92.046,26
	2009	93.808,61		7.428,83	2.476,28					103.713,72
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>										
Exercícios	2011		12.031.044,00	1.002.587,00	334.195,67	5.776,00				13.373.602,67
	2010		12.317.586,00	1.025.936,00	341.978,67	6.992,00				
	2009		12.193.315,00	1.015.560,00	338.520,00	3.726,00				
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>										
Exercícios	2011		789.842,04	65.820,17	21.940,06					877.602,27
	2010			64.567,00	21.522,00					
	2009			66.963,00	22.321,00					

Fonte: SIAPE

## ANEXO V

## QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Controladoria-Geral da União													
UG/Gestão: 170940/00001							CNPJ: 05.914.685/0001-03						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	12/2010	08.573.956/0001-94	14/04/10	13/04/12	36	36	1	1	0	0	P
2010	V	O	20/2010	10.496.968/0001-04	09/07/10	08/07/12	0	0	40	40	0	0	A
<b>Observação:</b>													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Consulta aos contratos e respectivos fiscais.

## ANEXO VI

## QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Controladoria-Geral da União													
UG/Gestão: 170940/00001							CNPJ: 05.914.685/0001-03						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	4	O	01/2006	06.090.065/0001-51	02/01/06	31/08/11	1	1	0	0	0	0	P
2006	6	O	01/2006	06.090.065/0001-51	02/01/06	31/08/11	30	30	0	0	0	0	P
2006	7	O	01/2006	06.090.065/0001-51	02/01/06	31/08/11	0	0	22	15	0	0	P
2006	11	O	01/2006	06.090.065/0001-51	02/01/06	31/08/11	0	0	1	1	0	0	P
2006	14	O	01/2006	06.090.065/0001-51	02/01/06	31/08/11	6	6	98	87	0	0	E
2006	5	O	06/2006	01.644.731/0001-32	03/04/06	02/08/11	0	0	46	43	1	1	P
2009	14	O	33/2009	03.283.967/0001-16	27/07/09	26/07/12	0	0	2	2	0	0	P
2009	14	O	34/2009	08.157.523/0001-58	27/07/09	26/07/12	0	0	67	62	21	19	P
2009	11	O	47/2009	04.768.702/0001-70	18/02/09	17/03/11	6	6	11	11	1	1	P
2010	6	O	15/2010	02.843.359/0001-56	10/05/10	26/07/12	2	2	0	0	0	0	P
2010	14	O	15/2010	02.843.359/0001-56	10/05/10	26/07/12	0	0	8	8	1	1	P
2010	12	O	31/2010	04.621.879/0001-40	05/10/10	04/10/12	0	0	18	18	1	1	P
2011	11	O	04/2011	00.991.219/0001-08	18/03/11	17/03/12	11	11	13	13	1	1	E
2011	4	O	13/2011	07.951.388/0001-55	01/09/11	31/08/12	0	0	3	3	0	0	P
2011	7	O	13/2011	07.951.388/0001-55	01/09/11	31/08/12	0	0	5	5	0	0	E
2011	11	O	13/2011	07.951.388/0001-55	01/09/11	31/08/12	0	0	1	1	0	0	A
2011	14	O	13/2011	07.951.388/0001-55	01/09/11	31/08/12	82	69	47	29	31	28	A
2011	6	O	14/2011	04.356.735/0001-03	01/09/11	31/08/12	30	30	0	0	0	0	A
<b>Observação:</b>													
<b>LEGENDA</b> Área:							<b>LEGENDA</b>						
1. Conservação e Limpeza 2. Segurança 3. Vigilância 4. Transportes 5. Informática 6. Copeiragem 7. Recepção 8. Reprografia 9. Telecomunicações 10. Manutenção de Bens Móveis 11. Manutenção de Bens Imóveis 12. Brigadistas 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 14. Outros							<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.  <b>Fonte: Consulta aos contratos e respectivos fiscais.</b>						



## ANEXO VII

## QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento da Controladoria-Geral da União									
CNPJ: 05.914.685/0001-03				UG/GESTÃO: 170940/00001					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
3	662097	04.936.855.0001/80	450.000,00	0,00	150.000,00	250.000,00	06/07/2011	02/01/2013	1
3	667414	03.571.810.0001/96	5.967.582,72	0,00	732.814,32	732.814,32	08/07/2011	08/07/2013	1
4	01/2008	02.317.176/0001-05	5.042.736,80	0,00	39.823,14	5.042.736,80	01/07/2008	30/06/2012	1
4	05/2011	153163/15237	462.675,00	0,00	240.000,00	240.000,00	09/06/2011	08/09/2012	1
4	07/2011	24.365.710/0001-83	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	21/06/2011	31/12/2013	1
4	01/2011	110245/0001	81.721,00	0,00	81.721,00	81.721,00	07/07/2011	31/12/2011	1
4	02/2011	110245/0001	268.013,00	0,00	139.635,00	139.635,00	17/11/2011	31/12/2011	1

**LEGENDA**

<b>Modalidade:</b>	<b>Situação da Transferência:</b>
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Parceria	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Cooperação	4 - Concluído
5 - Termo de Compromisso	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: SIAFI

## ANEXO VIII

### DECLARAÇÃO

Declaramos que as informações referentes a contratos estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Declaramos, ainda, que a Controladoria-Geral da União não possui Convênios ou Contratos de Repasse firmados no exercício de 2011, razão pela qual não foram necessários os registros no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV.

Ressaltamos que os Termos de Parceria firmados pelo Órgão, no exercício de 2011, foram registrados no Sistema Integrado de Administração Serviços Gerais do Governo Federal – SIASG, tendo em vista que o Portal de Convênios não contempla, até a presente data, as rotinas específicas de celebração daquele tipo de instrumento, cabendo destacar que, em virtude da publicação do Decreto nº 7.641, de 12 de dezembro de 2011, que altera o Decreto nº 6.170, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG implantará, no Portal dos Convênios, Módulo Específico para Termos de Parceria, com previsão de implantação até 02 de maio do ano corrente; ainda segundo informações de técnicos do MPOG, os termos de parceria registrados em outro sistema não serão migrados para o SICONV.

CARLA BAKSYS PINTO  
Coordenadora-Geral de Recursos Logísticos  
Mat. SIAPE nº 1097350

LORENA FÉRRER C.R. POMPEU  
Coordenadora-Geral de Planejamento e Orçamento  
Mat. SIAPE nº 1097697

## ANEXO IX

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	1			X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
<b>Informação e Comunicação</b>					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>					
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X
Considerações gerais:				
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>				

## ANEXO X

## QUADRO A.10.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? A) uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos; B) obrigação da CONTRATADA de orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pela CONTRATANTE; C) materiais empregados que atendam a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto; D) obrigação da CONTRATADA em instruir os seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como das diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE, autorizando a participação destes em eventos de capacitação e sensibilização promovidos pela CONTRATANTE; E) retirada, sob orientação da Fiscalização, de todos os materiais substituídos durante a realização de serviços, devendo apresentá-los à fiscalização para avaliação de reaproveitamento e/ou recolhimento a depósito indicado pela CONTRATANTE; F) previsão de separação de todas as embalagens, restos de materiais e produtos, sobras de obra e entulhos, incluindo lâmpadas queimadas, cabos, restos de óleos e graxas, para posterior descarte, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes; G) obrigação da CONTRATADA de estabelecer, em comum acordo com a CONTRATANTE, procedimentos e rotinas voltados ao monitoramento e melhoria contínua da eficiência energética e hidráulica da edificação e de seus equipamentos; H) obrigação da CONTRATADA de apresentar à CONTRATANTE, periodicamente e sempre que demandada, dados acerca do desempenho elétrico e hidráulico da edificação e de seus equipamentos, bem como informação a respeito das medidas adotadas para o incremento da eficiência dos mesmos; aplicação de produtos domissanitários desinfestantes inodoros, que não manchem, biodegradáveis, de baixa toxicidade.</li> </ul>		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</li> </ul>	X				
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Caber destacar que, na CGU, há uma política contínua de conscientização e busca de redução de consumo de água e luz. No entanto, como não há individualizadores de água e energia no prédio, não foi possível medir o impacto da aquisição de torneiras automáticas e lâmpadas econômicas sobre o consumo.</li> </ul>				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					

▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel reciclado		<b>X</b>			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <b>NÃO ADQUIRIMOS VEÍCULOS</b> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	<b>X</b>				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Exigência expressa de que os produtos fornecidos sejam recicláveis, reutilizáveis e/ou recarregáveis.		<b>X</b>			
9. Para a aquisição de bens/produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				<b>X</b>	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				<b>X</b>	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					<b>X</b>
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					<b>X</b>
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					<b>X</b>
Considerações Gerais:					
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p><b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p><b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p><b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p><b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p><b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE E AVALIAÇÃO  
DIVISÃO DE CONTABILIDADE**

**RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CONTÁBIL  
Exercício: 2011**

Órgão: 20125 - Controladoria-Geral da União

Restrições Contábeis	Situação em 31.01.2012
UG: 170940 1) 163 - SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP.  Saldo na Conta Contábil Contábil 19972.02.00 - Contratos de Serviços no valor de R\$ 152.836,61, pendente de regularização	Pendente
2) 182 - ACORDO COOP.TEC.A COMPROVAR VIG. EXPIRADA  Saldo na Conta Conta 1997217.04- Acordo de Cooperação de Cooperação Técnica a Comprovar, no valor de R\$ 1.530.018,64, pendente de comprovação	Pendente
3) 184 - ACORDO COOP.TEC.A LIBERAR VIGENCIA EXPIRADA  Saldo na conta 19972.17.03 - Acordo de Cooperação Técnica com vigência expirada em abril de 2011 no valor de R\$ 207.409,63	Pendente
Ug: 170202 1) 951 - Falta/Restrição Conformidade de Registros de Gestão	Pendente
Ug: 110576 - SPCI/ODP/RECURSOS EXTERNOS 1) 951 - Falta/Restrição Conformidade de Registros de Gestão	Pendente

Diligências Emitidas	Situação
Não houve diligências expedidas para essa UG	-

João Bosco Garcia  
 Contador  
 CRC 3109/DF

201200373.doc

**ANEXO XI**

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA</b>			
<b>Denominação completa</b>		<b>Código do Órgão</b>	
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO		20125	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras 170940 – Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento, 110174 – Diretoria de Gestão Interna/CGU/PR 110175 - Coordenação-Geral de Recursos Humanos e as demais Unidades Centrais e Regionais as quais integram a unidade jurisdicionada da Controladoria-Geral da União, <b>EXCETO</b> no tocante a:</p> <p>a) Restrição Contábil 951 - Falta/Restricao conformidade Registros de gestão;</p> <p>b) Restrição Contábil 163 – Saldos Alongados contas Transitórias AtivoCompensado;</p> <p>c) Restrição Contábil 182 - Acordo Coop.Tec. a Comprovar Vigencia Expirada</p> <p>d) Restrição Contábil 184 - Acordo Coop.Tec.a Liberar Vigencia Expirada</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	BRASÍLIA-DF	<b>Data</b>	14/02/2012
<b>Contador Responsável</b>	João Bosco Garcia	<b>CRC nº</b>	3.109-DF

201200250.doc





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 SECRETARIA-GERAL  
 SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO  
 COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE E AVALIAÇÃO  
 DIVISÃO DE CONTABILIDADE

**RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CONTÁBIL**

Exercício: 2011

ÓRGÃO 20125 - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO

Unidades Gestoras Regionais 170023, 170031, 170037, 170044, 170049, 170054, 170063, 170068, 170074, 170084, 170099, 170105, 170113, 170130, 170152, 170165, 170174, 170189, 170194, 170200, 170206, 170212, 170364, 170365 e 170366 e as Unidades Centrais: 110174, 110175, 110176, 110593, 110299, e 110585.

Restrições Contábeis	Situação em 31.01.2012
AS UG'S não apresentaram restrições contábeis	-

Diligências Emitidas	Situação
Não houve diligências expedidas para essas UG'S	-

*João Bosco Garcia*  
 João Bosco Garcia  
 Contador  
 CRC 3109/DF

## ANEXO XII

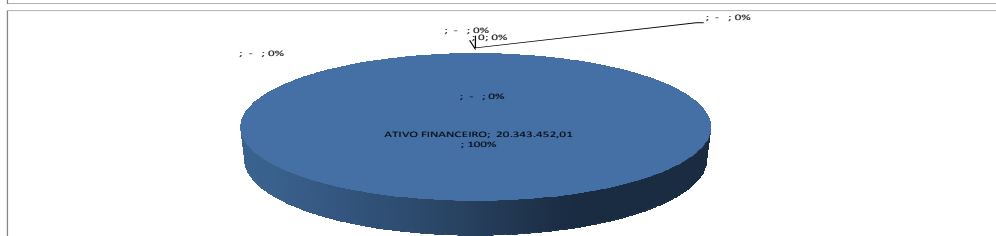
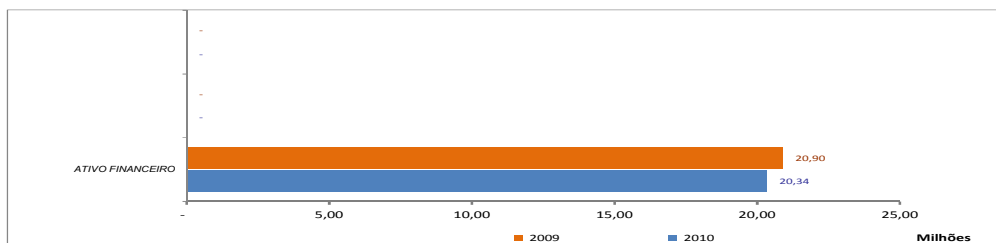
### BALANÇO - PATRIMONIAL / ANO (ENCERRADO)

CGU

#### Ativo

	2010	2009	Var (%)
ATIVO FINANCEIRO	20.343.452,01	20.901.638,99	(2,67)

#### ANÁLISE DO ATIVO FINANCEIRO



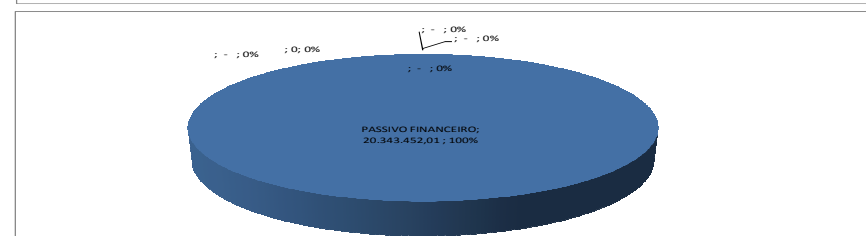
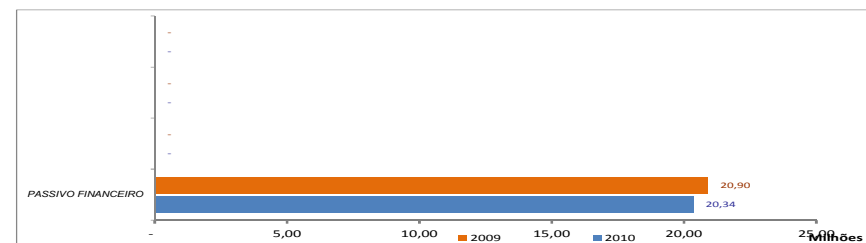
#### Maiores variações percentuais nos ativos (classificadas na ordem da variação % em módulo)

ANÁLISE HORIZONTAL DO ATIVO	2010	2009	Var (%)
DISPONIVEL	289.787,47	95.037,17	204,92
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	289.787,47	95.037,17	204,92
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	112.150,58	2.277.887,77	(95,08)
VALORES DIFERIDOS	112.150,58	2.277.887,77	(95,08)
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	896.757,75	3.669.714,40	(74,88)
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	139.923,49	290.776,81	(51,88)
ESTOQUES	139.923,49	290.776,81	(51,88)
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	(9.145.684,33)	(6.232.677,07)	46,74
CREDITOS EM CIRCULACAO	(9.285.607,82)	(6.523.453,88)	42,34
GARANTIAS DE VALORES	1.080.663,65	1.646.814,96	(34,38)
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	19.035.166,77	14.958.999,65	27,25
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	(19.035.166,77)	(14.958.999,65)	27,25
BENS MOVEIS E IMOVEIS	62.019.896,00	50.896.932,24	21,85
PERMANENTE	61.946.304,89	50.896.932,24	21,71
IMOBILIZADO	61.783.940,71	50.896.932,24	21,39
ATIVO NAO FINANCEIRO	52.800,620,56	44.664,255,17	18,22
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	9.749.558,95	8.435.945,77	15,58
ATIVO COMPENSADO	44.228.872,84	51.341.010,11	(13,85)
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	44.228.872,84	51.341.010,11	(13,85)
ATIVO REAL	73.144.072,57	65.565.894,16	11,56
CREDITOS EM CIRCULACAO	19.941.513,96	18.528.714,05	7,62
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	43.140.540,99	45.222.064,43	(4,60)
ATIVO FINANCEIRO	20.343.452,01	20.901.638,99	(2,67)
ATIVO FINANCEIRO	117.372.945,21	116.906.904,27	0,40
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	7.668,00	7.668,00	-
#N/D	#N/D	#N/D	#N/D
#N/D	#N/D	#N/D	#N/D
#N/D	#N/D	#N/D	#N/D
#N/D	#N/D	#N/D	#N/D
#N/D	#N/D	#N/D	#N/D
#N/D	#N/D	#N/D	#N/D

#### Passivo

	2010	2009	Var (%)
PASSIVO FINANCEIRO	20.343.452,01	20.901.638,99	(2,67)

#### ANÁLISE DO PASSIVO FINANCEIRO



#### Maiores variações percentuais nos passivos (classificadas na ordem da variação % em módulo)

ANÁLISE HORIZONTAL DO PASSIVO	2010	2009	Var (%)
FORNECEDORES - DE EXERC ANTERIORES	16.092,00	2.494,98	544,98
DEPOSITOS	289.787,47	105.342,82	175,09
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	289.787,47	105.342,82	175,09
FORNECEDORES - DO EXERCICIO	1.308,14	276.684,06	(99,53)
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	169.799,71	2.972.945,73	(94,29)
VALORES DIFERIDOS	169.799,71	2.972.945,73	(94,29)
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	17.400,14	290.179,04	(93,77)
PASSIVO REAL	1.421.884,75	3.359.939,89	(57,68)
VALORES EM GARANTIA	1.080.663,65	1.646.814,96	(34,38)
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	9.706.928,46	8.407.279,05	15,46
RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	(9.706.928,46)	(8.407.279,05)	15,46
#N/D	#N/D	#N/D	#N/D
PATRIMONIO LIQUIDO	71.722.187,82	62.205.954,27	15,30
PATRIMONIO/CAPITAL	71.722.187,82	62.205.954,27	15,30
#N/D	#N/D	#N/D	#N/D
PASSIVO COMPENSADO	44.228.872,84	51.341.010,11	(13,85)
COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	44.228.872,84	51.341.010,11	(13,85)
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	19.883.884,83	17.823.350,44	11,56
SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	73.144.072,57	65.565.894,16	11,56
SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	(73.144.072,57)	(65.565.894,16)	11,56
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	10.159.536,23	9.134.420,05	11,22
A LIQUIDAR	10.159.536,23	9.134.420,05	11,22
#N/D	#N/D	#N/D	#N/D
PASSIVO NAO FINANCEIRO	(18.921.567,26)	(17.541.699,10)	7,87
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	(18.921.567,26)	(17.541.699,10)	7,87
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	43.140.540,99	45.222.064,43	(4,60)
PASSIVO FINANCEIRO	20.343.452,01	20.901.638,99	(2,67)
PASSIVO	117.372.945,21	116.906.904,27	0,40
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	7.668,00	7.668,00	-
#N/D	#N/D	#N/D	#N/D
#N/D	#N/D	#N/D	#N/D
#N/D	#N/D	#N/D	#N/D
#N/D	#N/D	#N/D	#N/D
#N/D	#N/D	#N/D	#N/D
#N/D	#N/D	#N/D	#N/D

**Maiores variações nos ativos (classificadas na ordem da variação em módulo)**

<b>DIFERENÇA EM REAIS</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2010 - 2009</b>
BENS MOVEIS E IMOVEIS	62.019.896,00	50.896.932,24	11.122.963,76
PERMANENTE	61.946.304,89	50.896.932,24	11.049.372,65
IMOBILIZADO	61.783.940,71	50.896.932,24	10.887.008,47
ATIVO NAO FINANCEIRO	52.800.620,56	44.664.255,17	8.136.365,39
ATIVO REAL	73.144.072,57	65.565.894,16	7.578.178,41
ATIVO COMPENSADO	44.228.872,64	51.341.010,11	(7.112.137,47)
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	44.228.872,64	51.341.010,11	(7.112.137,47)
OUTRAS COMPENSACOES	-	4.464.262,72	(4.464.262,72)
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	19.035.166,77	14.958.999,65	4.076.167,12
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	(19.035.166,77)	(14.958.999,65)	(4.076.167,12)
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	(9.145.684,33)	(6.232.677,07)	(2.913.007,26)
CREDITOS EM CIRCULACAO	(9.285.607,82)	(6.523.453,88)	(2.762.153,94)
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	896.757,75	3.569.714,40	(2.672.956,65)
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	112.150,58	2.277.887,77	(2.165.737,19)
VALORES DIFERIDOS	112.150,58	2.277.887,77	(2.165.737,19)
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	43.140.540,99	45.222.064,43	(2.081.523,44)
CREDITOS EM CIRCULACAO	19.941.513,96	18.528.714,05	1.412.799,91
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	9.749.558,95	8.435.545,77	1.314.013,18
GARANTIAS DE VALORES	1.080.663,65	1.646.814,96	(566.151,31)
ATIVO FINANCEIRO	20.343.452,01	20.901.638,99	(558.186,98)
ATIVO	117.372.945,21	116.906.904,27	466.040,94
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	(235.955,29)	-	(235.955,29)
DISPONIVEL	289.787,47	95.037,17	194.750,30
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	289.787,47	95.037,17	194.750,30
INTANGIVEL	162.364,18	-	162.364,18

**Itens do Ativo com valores zerados no exercício atual e diferentes de zero no exercício anterior**

	<b>2010</b>	<b>2009</b>
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	-	200,00
OUTRAS COMPENSACOES	-	4.464.262,72
	-	4.464.262,72

**Itens do Ativo com valores zerados no exercício anterior e diferentes de zero no exercício atual**

	<b>2010</b>	<b>2009</b>
RECURSOS A RECEBER DO TESOUREO - FUNDOS	9.589,44	-
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	(235.955,29)	-
INTANGIVEL	162.364,18	-

**Maiores variações nos passivos (classificadas na ordem da variação em módulo)**

<b>DIFERENÇA EM REAIS</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2010 - 2009</b>
PATRIMONIO LIQUIDO	71.722.187,82	62.205.954,27	9.516.233,55
PATRIMONIO/CAPITAL	71.722.187,82	62.205.954,27	9.516.233,55
#N/D	#N/D	#N/D	#N/D
SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	73.144.072,57	65.565.894,16	7.578.178,41
SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	(73.144.072,57)	(65.565.894,16)	(7.578.178,41)
PASSIVO COMPENSADO	44.228.872,64	51.341.010,11	(7.112.137,47)
COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	44.228.872,64	51.341.010,11	(7.112.137,47)
COMPENSACOES DIVERSAS	-	4.464.262,72	(4.464.262,72)
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	169.799,71	2.972.945,73	(2.803.146,02)
VALORES DIFERIDOS	169.799,71	2.972.945,73	(2.803.146,02)
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	43.140.540,99	45.222.064,43	(2.081.523,44)
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	19.883.864,83	17.823.350,44	2.060.514,39
PASSIVO REAL	1.421.884,75	3.359.939,89	(1.938.055,14)
PASSIVO NAO FINANCEIRO	(18.921.567,26)	(17.541.699,10)	(1.379.868,16)
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	(18.921.567,26)	(17.541.699,10)	(1.379.868,16)
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	9.706.928,46	8.407.279,05	1.299.649,41
RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	(9.706.928,46)	(8.407.279,05)	(1.299.649,41)
#N/D	#N/D	#N/D	#N/D
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	10.159.536,23	9.134.420,05	1.025.116,18
A LIQUIDAR	10.159.536,23	9.134.420,05	1.025.116,18
#N/D	#N/D	#N/D	#N/D
PROVISOES	944.897,43	-	944.897,43
VALORES EM GARANTIA	1.080.663,65	1.646.814,96	(566.151,31)
PASSIVO FINANCEIRO	20.343.452,01	20.901.638,99	(558.186,98)
PASSIVO	117.372.945,21	116.906.904,27	466.040,94
FORNECEDORES - DO EXERCICIO	1.308,14	276.684,06	(275.375,92)

**Itens do Passivo com valores zerados no exercício atual e diferentes de zero no exercício anterior**

	<b>2010</b>	<b>2009</b>
VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	-	2.472,30
VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	-	200,00
COMPENSACOES DIVERSAS	-	4.464.262,72

**Itens do Passivo com valores zerados no exercício anterior e diferentes de zero no exercício atual**

	<b>2010</b>	<b>2009</b>
PROVISOES	944.897,43	-

**ANÁLISE POR ÍNDICES**

<b>2009</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valores</b>	<b>Índice</b>
<b>BP - Imobilização do Ativo</b>	<b>Imobilizado/Ativo Total</b>	50.896.932,24/116.906.904,27	0,43536
<b>Imobilização do Capital Próprio</b>	<b>(Ativo Não Circulante - Ativo Realizável a Longo Prazo)/PL</b>	50.896.932,24/62.205.954,27	0,81820
<b>Endividamento Real</b>	<b>Passivo Real/Ativo Real</b>	3.359.939,89/65.565.894,16	0,05125

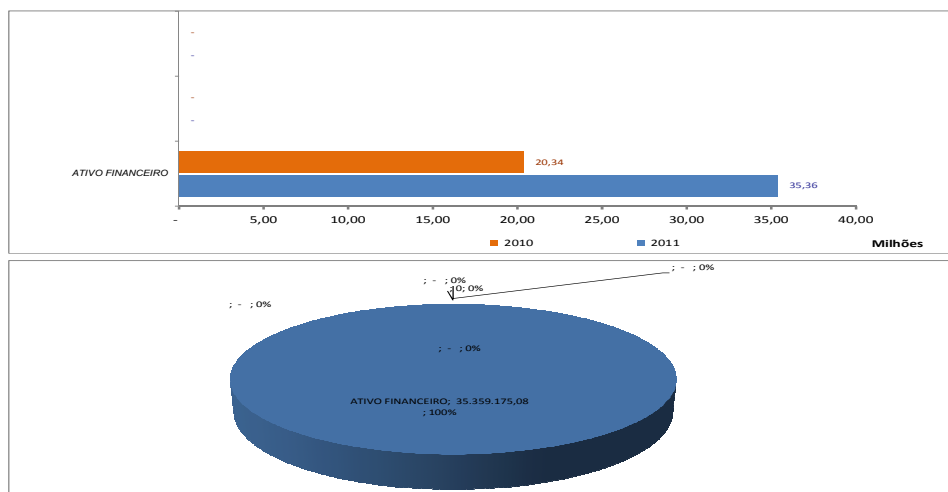
# ANEXO XII

## BALANÇO - PATRIMONIAL / ANO (ENCERRADO)

### Ativo

	2011	2010	Var (%)
ATIVO FINANCEIRO	35.359.175,08	20.343.452,01	73,81

#### ANÁLISE DO ATIVO FINANCEIRO



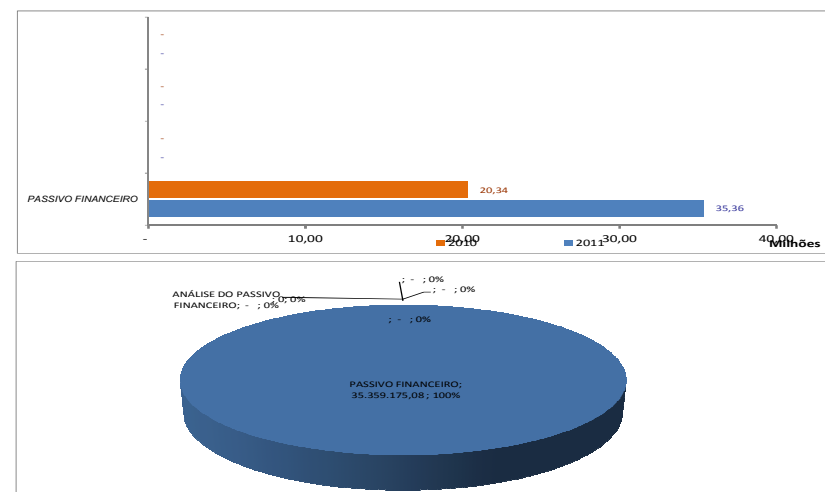
#### Maiores variações percentuais nos ativos (classificadas na ordem da variação % em módulo)

ANÁLISE HORIZONTAL DO ATIVO	2011	2010	Var (%)
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	(3.202.862,11)	(239.988,29)	1.257,40
INTANGIVEL	1.178.604,07	162.364,18	625,90
LIMITE DE SAQUE CIVINC. DE PAGAMENTO	3.131.493,40	896.787,75	249,20
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	(29.829.148,63)	(9.146.684,33)	226,14
CREDITOS EM CIRCULACAO	(30.156.389,73)	(9.285.607,82)	224,78
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	329.241,10	139.923,49	134,59
ESTOQUES	329.241,10	139.923,49	134,59
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	1.675.509,48	9.749.598,95	(82,81)
CREDITOS EM CIRCULACAO	34.963.392,61	19.941.513,96	75,33
ATIVO FINANCEIRO	35.359.175,08	20.343.452,01	73,81
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	31.831.899,21	19.035.166,77	67,23
RECURSOS A RECEBER P/PAGO DE RP-RETIFIC	(31.831.899,21)	(19.035.166,77)	67,23
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	185.921,88	112.150,58	65,78
VALORES DIFERIDOS	185.921,88	112.150,58	65,78
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	63.922.705,48	43.140.540,99	48,17
ATIVO COMPENSADO	65.440.498,61	44.228.872,64	47,96
COMPENSAOES ATIVAS DIVERSAS	65.440.498,61	44.228.872,64	47,96
GARANTIAS DE VALORES	1.507.631,10	1.080.663,65	39,51
DISPONIVEL	209.860,59	289.787,47	(27,58)
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	209.860,59	289.787,47	(27,58)
ATIVO NAO FINANCEIRO	39.697.944,55	52.800.620,56	(24,82)
ATIVO	140.497.618,24	117.372.945,21	19,70
BENS MOVEIS E IMOVEIS	71.550.351,22	62.019.896,00	15,37
PERMANENTE	69.626.093,18	61.946.304,89	12,24
IMOBILIZADO	68.347.489,11	61.783.940,71	10,62
ATIVO REAL	75.057.119,63	73.144.072,57	2,62
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	7.668,00	7.668,00	-
	#N/D	#N/D	#N/D
	#N/D	#N/D	#N/D
	#N/D	#N/D	#N/D

### Passivo

	2011	2010	Var (%)
PASSIVO FINANCEIRO	35.359.175,08	20.343.452,01	73,81

#### ANÁLISE DO PASSIVO FINANCEIRO



#### Maiores variações percentuais nos passivos (classificadas na ordem da variação % em módulo)

ANÁLISE HORIZONTAL DO PASSIVO	2011	2010	Var (%)
FORNECEDORES - DO EXERCÍCIO	305.136,01	1.308,14	23.225,94
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.962.262,93	17.400,14	11.119,98
PASSIVO REAL	5.929.633,05	1.421.884,75	317,03
FORNECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES	1.432,00	16.092,00	(91,10)
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	34.895.837,29	19.883.864,83	75,50
PASSIVO FINANCEIRO	35.359.175,08	20.343.452,01	73,81
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	15.804.434,31	9.706.928,46	62,82
RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	(15.804.434,31)	(9.706.928,46)	62,82
	#N/D	#N/D	#N/D
PASSIVO NAO FINANCEIRO	(29.429.542,03)	(18.921.567,26)	55,53
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	(29.429.542,03)	(18.921.567,26)	55,53
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	253.777,20	169.799,71	49,46
VALORES DIFERIDOS	253.777,20	169.799,71	49,46
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	63.922.705,48	43.140.540,99	48,17
PASSIVO COMPENSADO	65.440.498,61	44.228.872,64	47,96
COMPENSAOES PASSIVAS DIVERSAS	65.440.498,61	44.228.872,64	47,96
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	14.531.188,80	10.159.536,23	43,03
A LIQUIDAR	14.531.188,80	10.159.536,23	43,03
	#N/D	#N/D	#N/D
VALORES EM GARANTIA	1.507.631,10	1.080.663,65	39,51
DEPOSITOS	209.860,59	289.787,47	(27,58)
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	209.860,59	289.787,47	(27,58)
PASSIVO	140.497.618,24	117.372.945,21	19,70
PROVISOES	906.081,08	944.897,43	(4,11)
PATRIMONIO LIQUIDO	69.127.486,58	71.722.187,82	(3,62)
SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	75.057.119,63	73.144.072,57	2,62
SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	(75.057.119,63)	(73.144.072,57)	2,62
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	7.668,00	7.668,00	-
	#N/D	#N/D	#N/D
	#N/D	#N/D	#N/D
	#N/D	#N/D	#N/D

**Maiores variações nos ativos (classificadas na ordem da variação em módulo)**

DIFERENÇA EM REAIS	2011	2010	2011 - 2010
ATIVO	140.497.618,24	117.372.945,21	23.124.673,03
ATIVO COMPENSADO	65.440.498,61	44.228.872,64	21.211.625,97
COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	65.440.498,61	44.228.872,64	21.211.625,97
CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	(30.156.389,73)	(9.285.607,82)	(20.870.781,91)
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	63.922.705,48	43.140.540,99	20.782.164,49
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	(29.828.148,63)	(9.145.684,33)	(20.682.464,30)
CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	34.963.392,61	19.941.513,96	15.021.878,65
ATIVO FINANCEIRO	35.359.175,08	20.343.452,01	15.015.723,07
ATIVO NÃO FINANCEIRO	39.697.944,55	52.800.620,56	(13.102.676,01)
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	31.831.899,21	19.035.166,77	12.796.732,44
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	(31.831.899,21)	(19.035.166,77)	(12.796.732,44)
BENS MOVEIS E IMOVEIS	71.550.351,22	62.019.896,00	9.530.455,22
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	1.675.509,48	9.749.558,95	(8.074.049,47)
PERMANENTE	69.526.093,18	61.946.304,89	7.579.788,29
IMOBILIZADO	68.347.489,11	61.783.940,71	6.563.548,40
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	(3.202.862,11)	(235.955,29)	(2.966.906,82)
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	3.131.493,40	896.757,75	2.234.735,65
ATIVO REAL	75.057.119,63	73.144.072,57	1.913.047,06
INTANGIVEL	1.178.604,07	162.364,18	1.016.239,89
GARANTIAS DE VALORES	1.507.631,10	1.080.663,65	426.967,45
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	328.241,10	139.923,49	188.317,61
ESTOQUES	328.241,10	139.923,49	188.317,61
DISPONIVEL	209.860,59	289.787,47	(79.926,88)
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	209.860,59	289.787,47	(79.926,88)
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	185.921,88	112.150,58	73.771,30
VALORES DIFERIDOS	185.921,88	112.150,58	73.771,30

**Itens do Ativo com valores zerados no exercício atual e diferentes de zero no exercício anterior**

	2011	2010
RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS	-	9.589,44

**Itens do Ativo com valores zerados no exercício anterior e diferentes de zero no exercício atual**

	2011	2010
OUTRAS COMPENSAÇÕES	2.494,03	-
	2.494,03	-

**Maiores variações nos passivos (classificadas na ordem da variação em módulo)**

DIFERENÇA EM REAIS	2011	2010	2011 - 2010
PATRIMONIO/CAPITAL	-	71.722.187,82	(71.722.187,82)
PATRIMONIO	-	71.722.187,82	(71.722.187,82)
#N/D	#N/D	#N/D	#N/D
RESULTADOS ACUMULADOS	69.127.486,58	-	69.127.486,58
PASSIVO	140.497.618,24	117.372.945,21	23.124.673,03
PASSIVO COMPENSADO	65.440.498,61	44.228.872,64	21.211.625,97
COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	65.440.498,61	44.228.872,64	21.211.625,97
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATADAS	63.922.705,48	43.140.540,99	20.782.164,49
PASSIVO FINANCEIRO	35.359.175,08	20.343.452,01	15.015.723,07
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	34.895.537,29	19.883.864,83	15.011.672,46
PASSIVO NÃO FINANCEIRO	(29.429.542,03)	(18.921.567,26)	(10.507.974,77)
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	(29.429.542,03)	(18.921.567,26)	(10.507.974,77)
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	15.804.434,31	9.706.928,46	6.097.505,85
RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	(15.804.434,31)	(9.706.928,46)	(6.097.505,85)
#N/D	#N/D	#N/D	#N/D
PASSIVO REAL	5.929.633,05	1.421.884,75	4.507.748,30
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	14.531.188,80	10.159.536,23	4.371.652,57
A LIQUIDAR	14.531.188,80	10.159.536,23	4.371.652,57
#N/D	#N/D	#N/D	#N/D
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(2.594.701,24)	-	(2.594.701,24)
PATRIMONIO LIQUIDO	69.127.486,58	71.722.187,82	(2.594.701,24)
RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	2.507.621,25	-	2.507.621,25
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.952.292,93	17.400,14	1.934.892,79
SITUAÇÃO PATRIMONIAL ATIVA	75.057.119,63	73.144.072,57	1.913.047,06
SITUAÇÃO PATRIMONIAL PASSIVA	(75.057.119,63)	(73.144.072,57)	(1.913.047,06)
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	917.000,00	-	917.000,00

**Itens do Passivo com valores zerados no exercício atual e diferentes de zero no exercício anterior**

	2011	2010
PATRIMONIO/CAPITAL	-	71.722.187,82
PATRIMONIO	-	71.722.187,82

**Itens do Passivo com valores zerados no exercício anterior e diferentes de zero no exercício atual**

	2011	2010
PESSOAL A PAGAR - DO EXERCÍCIO	2.670,92	-
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	917.000,00	-
TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	726.054,00	-
RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	2.507.621,25	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	100.000,00	-
RESULTADOS ACUMULADOS	69.127.486,58	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(2.594.701,24)	-
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	71.722.187,82	-
COMPENSAÇÕES DIVERSAS	2.494,03	-

**ANÁLISE POR ÍNDICES**

<b>2010</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valores</b>	<b>Índice</b>
<b>BP - Imobilização do Ativo</b>	<b>Imobilizado/Ativo Total</b>	61.783.940,71/117.372.945,21	0,52639
<b>Imobilização do Capital Próprio</b>	<b>(Ativo Não Circulante - Ativo Realizável a Longo Prazo)/PL</b>	61.946.304,89/71.722.187,82	0,86370
<b>Endividamento Real</b>	<b>Passivo Real/Ativo Real</b>	1.421.884,75/73.144.072,57	0,01944

<b>2011</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valores</b>	<b>Índice</b>
<b>BP - Imobilização do Ativo</b>	<b>Imobilizado/Ativo Total</b>	68.347.489,11/140.497.618,24	0,48647
<b>Imobilização do Capital Próprio</b>	<b>(Ativo Não Circulante - Ativo Realizável a Longo Prazo)/PL</b>	69.526.093,18/69.127.486,58	1,00577
<b>Endividamento Real</b>	<b>Passivo Real/Ativo Real</b>	5.929.633,05/75.057.119,63	0,07900

# ANEXO XII

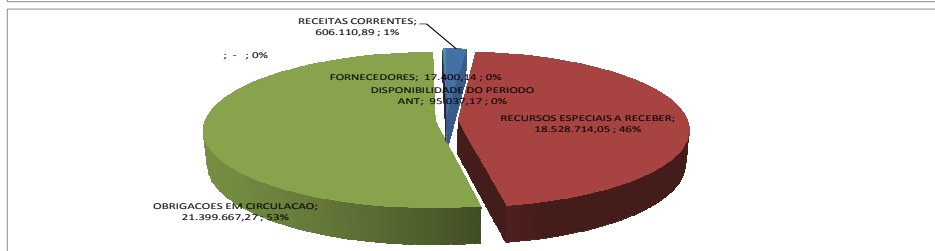
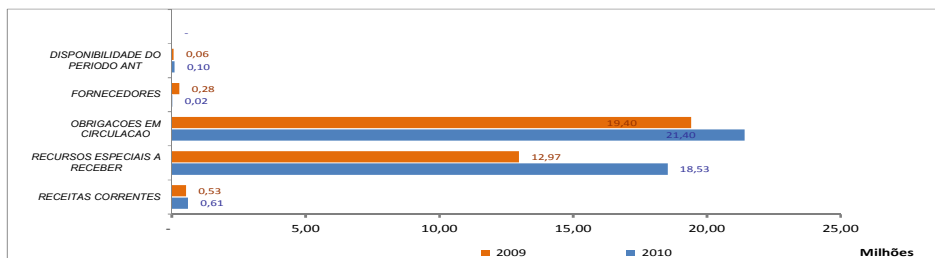
BALANÇO - FINANCEIRO / ANO (ENCERRADO)

CGU

## Ingressos

	2010	2009	Var (%)
RECEITAS CORRENTES	606.110,89	525.140,60	↑ 15,42
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	18.528.714,05	12.972.362,26	↑ 42,83
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	21.399.667,27	19.402.838,43	↑ 10,29
FORNECEDORES	17.400,14	279.179,04	↓ (93,77)
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	95.037,17	61.960,46	↑ 53,38

ANÁLISE GRÁFICA DOS INGRESSOS



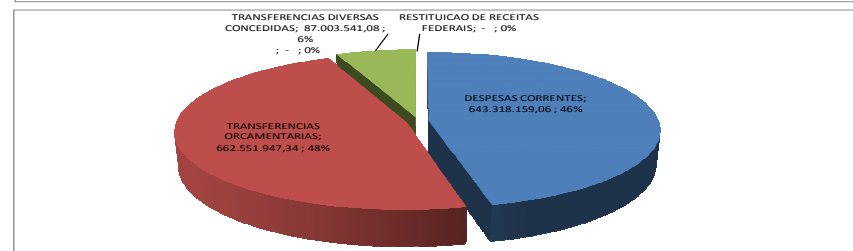
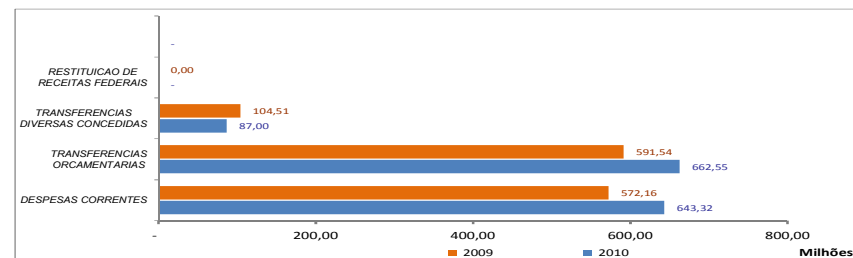
## Maiores variações percentuais nos ingressos (classificadas na ordem da variação % em módulo)

ANÁLISE HORIZONTAL INGRESSOS	2010	2009	Var (%)
DE EXERCICIOS ANTERIORES	16.092,00	2.494,98	544,98
DEPOSITOS	289.787,47	105.342,82	175,09
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	289.787,47	105.342,82	175,09
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	2.972.945,73	1.167.847,85	154,57
DO EXERCICIO	1.308,14	276.684,06	(99,53)
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	112.150,58	2.277.887,77	(95,08)
FORNECEDORES	17.400,14	279.179,04	(93,77)
EXERCICIOS ANTERIORES	6.961,69	61.270,24	(88,64)
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	95.037,17	61.960,46	53,38
OUTRAS DISPONIBILIDADES	95.037,17	61.960,46	53,38
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	8.912.163,32	16.260.686,04	(45,19)
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	8.905.201,63	16.199.415,80	(45,03)
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	18.528.714,05	12.972.362,26	42,83
VALORES EM CIRCULACAO	18.528.714,05	12.990.538,17	42,63
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.447.687,48	4.140.793,58	(40,89)
VALORES DIFERIDOS	2.447.687,48	4.140.793,58	(40,89)
INCORPORACAO DE DIREITOS	19.044.756,21	14.958.999,65	27,31
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	19.044.756,21	14.958.999,65	27,31
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	606.110,89	517.347,45	17,16
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	86.397.430,19	103.988.189,20	(16,92)
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	86.398.602,30	103.988.189,20	(16,91)
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	9.706.928,46	8.407.279,05	15,46
RECEITAS CORRENTES	606.110,89	525.140,60	15,42
REPASSE RECEBIDO	659.438.795,71	583.563.442,64	13,00
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	1.306.508.315,86	1.157.663.840,26	12,86
SUB-REPASSE RECEBIDO	643.984.423,84	570.654.662,00	12,85
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	643.984.423,84	570.654.662,00	12,85
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	10.159.536,23	9.134.420,05	11,22
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	27.956.919,53	31.219.685,69	(10,45)

## Dispêndios

	2010	2009	Var (%)
DESPESAS CORRENTES	643.318.159,06	572.155.553,57	↑ 12,44
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	662.551.947,34	591.541.608,51	↑ 12,00
TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	87.003.541,08	104.513.326,80	↓ (16,75)
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	-	985,00	-

ANÁLISE GRÁFICA DOS DISPÊNDIOS



## Maiores variações percentuais nos dispêndios (classificadas na ordem da variação % em módulo)

ANÁLISE HORIZONTAL DISPÊNDIOS	2010	2009	Var (%)
DESPESAS DE CAPITAL	6.861.502,18	2.146.652,97	219,64
INVESTIMENTOS	6.861.502,18	2.146.652,97	219,64
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	5.340.669,04	1.678.987,40	218,09
DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	289.787,47	95.037,17	204,92
OUTRAS DISPONIBILIDADES	289.787,47	95.037,17	204,92
FORNECEDORES	279.179,04	115.992,45	140,69
DE EXERCICIOS ANTERIORES	279.179,04	115.992,45	140,69
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	2.277.887,77	1.167.847,85	95,05
VALORES EM TRANSITO	2.472,30	48.645,41	(94,92)
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	169.799,71	2.972.945,73	(94,29)
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	105.342,82	105.342,82	60,61
BAIXA DE DIREITOS	12.992.723,30	8.154.715,48	59,33
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	12.992.723,30	8.154.715,48	59,33
DEPOSITOS	105.342,82	66.931,40	57,39
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	248.872,11	571.081,81	(56,42)
OUTRAS DESPESAS CORRENTE	55.798.639,95	43.202.478,51	29,16
OUTRAS DESPESAS	50.457.970,91	41.523.491,11	21,52
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	23.250.601,36	19.337.042,69	20,24
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	87.003.541,08	106.511.870,80	(18,32)
TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	87.003.541,08	104.513.326,80	(16,75)
RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	9.134.420,05	7.945.811,09	16,42
SUB-REPASSE CONCEDIDO	643.984.423,84	570.654.662,00	12,85
SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	643.984.423,84	570.654.662,00	12,85
DESPESAS CORRENTES	643.318.159,06	572.155.553,57	12,44
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	662.551.947,34	591.541.608,51	12,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	492.237.217,35	441.727.858,21	11,43
DISPÊNDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	64.205.904,89	57.649.573,19	11,37
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.085.096,31	3.445.735,62	(10,47)
VALORES DIFERIDOS	3.085.096,31	3.445.735,62	(10,47)
DISPÊNDIOS	1.464.230.842,02	1.330.100.296,21	10,08

**Maiores variações absolutas nos ingressos (classificadas na ordem da variação em módulo)**

DIFERENÇAS EM REAIS	2010	2009	2010 - 2009
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	1.308.508.315,86	1.157.663.840,26	148.844.475,60
INGRESSOS	1.464.230.842,02	1.330.100.296,21	134.130.545,81
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.392.906.918,16	1.261.652.029,46	131.254.888,70
REPASSE RECEBIDO	659.438.795,71	583.663.442,64	75.775.353,07
SUB-REPASSE RECEBIDO	643.984.423,84	570.654.662,00	73.329.761,84
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	643.984.423,84	570.654.662,00	73.329.761,84
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	86.397.430,19	103.988.189,20	(17.590.759,01)
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	86.398.602,30	103.988.189,20	(17.589.586,90)
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	8.912.163,32	16.280.686,04	(7.368.522,72)
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	8.905.201,63	16.199.415,80	(7.294.214,17)
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	18.528.714,05	12.972.362,26	5.556.351,79
VALORES EM CIRCULAÇÃO	18.528.714,05	12.990.538,17	5.538.175,88
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	19.044.756,21	14.958.999,65	4.085.756,56
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	19.044.756,21	14.958.999,65	4.085.756,56
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	27.956.919,63	31.219.685,69	(3.262.766,06)
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	70.622.775,80	67.861.168,69	2.761.607,11
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	112.150,58	2.277.887,77	(2.165.737,19)
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	21.399.687,27	19.402.838,43	1.996.848,84
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	2.972.945,73	1.167.847,85	1.805.097,88
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.447.687,48	4.140.793,58	(1.693.106,10)
VALORES DIFERIDOS	2.447.687,48	4.140.793,58	(1.693.106,10)
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	9.706.928,46	8.407.279,05	1.299.649,41
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	10.159.536,23	9.134.420,05	1.025.116,18
RESTOS A PAGAR	11.675.338,67	10.713.908,04	961.430,63
DO EXERCÍCIO	1.308,14	276.684,06	(275.375,92)
FORNECEDORES	17.400,14	279.179,04	(261.778,90)

**Itens dos Ingressos com valores zerados no exercício atual e diferentes de zero no exercício anterior**

	2010	2009
RECEITA DE SERVIÇOS	-	7.793,15
DEDUÇÕES DA RECEITA	-	(3,00)
CREDITOS TRIBUTÁRIOS	-	18.175,91
VALORES EM TRANSITO	-	2.472,30
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	-	1.970,00
RESTITUIÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS	-	1.970,00

**Itens dos Ingressos com valores zerados no exercício anterior e diferentes de zero no exercício atual**

	2010	2009
ORDEM DE TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	1.172,11	-
RECEBIMENTO DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.172,11	-

**Maiores variações absolutas nos dispêndios (classificadas na ordem da variação em módulo)**

DIFERENÇAS EM REAIS	2010	2009	2010 - 2009
DISPÊNDIOS	1.464.230.842,02	1.330.100.296,21	134.130.545,81
SUB-REPASSE CONCEDIDO	643.984.423,84	570.654.662,00	73.329.761,84
SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	643.984.423,84	570.654.662,00	73.329.761,84
DESPESAS CORRENTES	643.318.159,06	572.155.553,57	71.162.605,49
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	662.551.947,34	591.541.608,51	71.010.338,83
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	749.555.488,42	698.053.479,31	51.502.009,11
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	492.237.217,35	441.727.856,21	50.509.359,14
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	87.003.541,08	106.511.870,80	(19.508.329,72)
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	87.003.541,08	104.513.326,80	(17.509.785,72)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	55.798.639,95	43.202.478,51	12.596.161,44
OUTRAS DESPESAS	50.457.970,91	41.523.491,11	8.934.479,80
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	95.033.429,65	86.654.135,04	8.379.294,61
DESPESA ENTRE ORGÃOS DO ORÇAMENTO	95.282.301,76	87.225.216,85	8.057.084,91
DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	64.205.904,89	57.649.573,19	6.556.331,70
BAIXA DE DIREITOS	12.992.723,30	8.154.715,48	4.838.007,82
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	12.992.723,30	8.154.715,48	4.838.007,82
DESPESAS DE CAPITAL	6.861.502,18	2.146.652,97	4.714.849,21
INVESTIMENTOS	6.861.502,18	2.146.652,97	4.714.849,21
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	23.250.601,36	19.337.042,69	3.913.558,67
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	5.340.669,04	1.678.987,40	3.661.681,64
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	169.799,71	2.972.945,73	(2.803.146,02)
ORDEM DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	-	1.998.544,00	(1.998.544,00)
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	-	1.998.544,00	(1.998.544,00)
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	17.823.350,44	16.270.164,43	1.553.186,01
VALORES EM CIRCULAÇÃO	19.941.513,96	18.528.714,05	1.412.799,91
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	19.941.513,96	18.528.714,05	1.412.799,91

**Itens dos Dispêndios com valores zerados no exercício atual e diferentes de zero no exercício anterior**

	2010	2009
ORDEM DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	-	1.998.544,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	-	1.998.544,00
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	-	1.342,75
DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	-	985,00
RESTITUIÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS	-	985,00
OUTRAS INCORPORAÇÕES DE OBRIGAÇÕES	-	985,00

**Itens dos Dispêndios com valores zerados no exercício anterior e diferentes de zero no exercício atual**

	2010	2009

**ANÁLISE POR ÍNDICES**

2009	Fórmula	Valores	Índice
<b>Confronto da receita corrente com a despesa corrente</b>	<b>Receita Corrente/Despesa Corrente</b>	525.140,60/572.155.553,57	0,00092
<b>Confronto da receita de capital com a despesa capital</b>	<b>Receita de Capital/Despesa de Capital</b>	Não houve registro de valores em receita de Capital no exercício	-



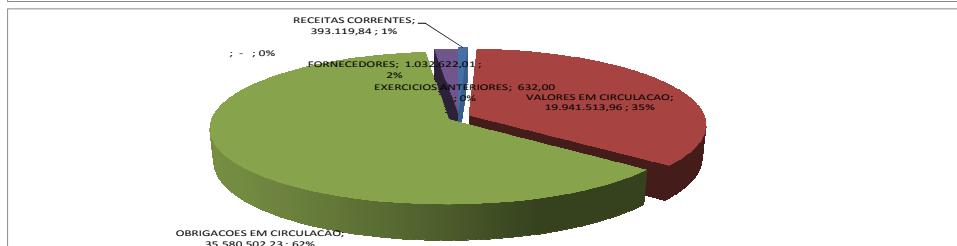
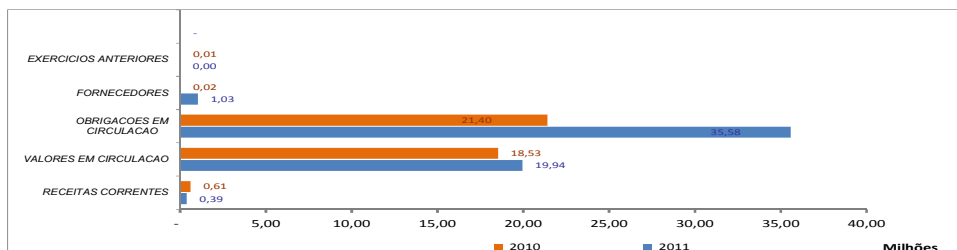
## ANEXO XII

### BALANÇO - FINANCEIRO / ANO (ENCERRADO)

#### Ingressos

	2011	2010	Var (%)
RECEITAS CORRENTES	393.119,84	606.110,89	↓ (35,14)
VALORES EM CIRCULACAO	19.941.513,96	18.528.714,05	↑ 7,62
OBRIΓACOES EM CIRCULACAO	35.580.502,23	21.399.667,27	↑ 66,27
FORNECEDORES	1.032.622,01	17.400,14	↑ 5.834,56
EXERCICIOS ANTERIORES	632,00	6.961,69	↓ (90,92)

#### ANÁLISE GRÁFICA



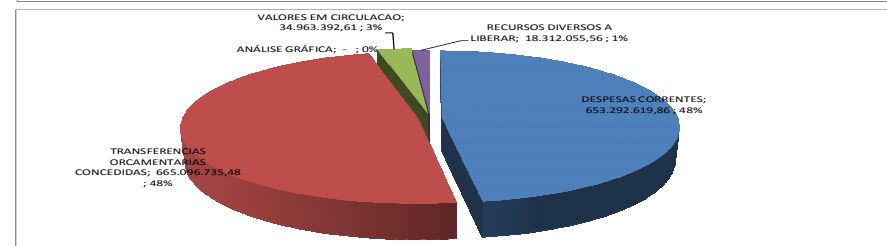
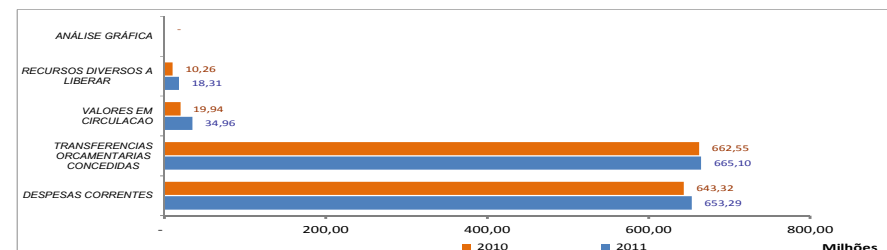
#### Maiores variações percentuais nos ingressos (classificadas na ordem da variação % em módulo)

ANÁLISE HORIZONTAL	2011	2010	Var (%)
DO EXERCICIO	305.136,01	1.308,14	23.225,94
FORNECEDORES	1.032.622,01	17.400,14	5.834,56
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	289.787,47	95.037,17	204,92
OUTRAS DISPONIBILIDADES	289.787,47	95.037,17	204,92
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	6,00	86.398.602,30	(100,00)
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	6,00	86.397.430,19	(100,00)
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	169.799,71	2.972.945,73	(94,29)
DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.432,00	16.092,00	(91,10)
EXERCICIOS ANTERIORES	632,00	6.961,69	(90,92)
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	365.927,78	2.447.687,48	(85,05)
VALORES DIFERIDOS	365.927,78	2.447.687,48	(85,05)
DESINCORPORACAO DE OBRIΓACOES	2.458.799,77	8.912.163,32	(72,41)
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	2.458.167,77	8.905.201,63	(72,40)
INCORPORACAO DE DIREITOS	31.831.899,21	19.044.756,21	67,14
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	31.831.899,21	19.044.756,21	67,14
OBRIΓACOES EM CIRCULACAO	35.580.502,23	21.399.667,27	66,27
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	185.921,88	112.150,58	65,78
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP CANCELADO	15.804.434,31	9.706.928,46	62,82
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	684.964,94	1.515.802,44	(54,81)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.531.188,80	10.159.536,23	43,03
RECEITAS CORRENTES	392.612,66	606.110,89	(35,22)
RECEITAS CORRENTES	393.119,84	606.110,89	(35,14)
RESTOS A PAGAR	15.216.153,74	11.675.338,67	30,33
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	90.388.503,54	70.622.775,80	27,99
DEPOSITOS	209.860,59	289.787,47	(27,58)
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	209.860,59	289.787,47	(27,58)
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIΓACOES	34.290.698,98	27.956.919,53	22,66
VALORES EM CIRCULACAO	19.941.513,96	18.528.714,05	7,62
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	19.941.513,96	18.528.714,05	7,62

#### Dispêndios

	2011	2010	Var (%)
DESPESAS CORRENTES	653.292.619,86	643.318.159,06	↑ 1,55
TRANSFERENCIAS ORÇAMENTARIAS CONCEDIDAS	665.096.735,48	662.551.947,34	↑ 0,38
VALORES EM CIRCULACAO	34.963.392,61	19.941.513,96	↑ 75,33
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	18.312.055,56	10.257.878,06	↑ 78,52

#### ANÁLISE GRÁFICA



#### Maiores variações percentuais nos dispêndios (classificadas na ordem da variação % em módulo)

ANÁLISE HORIZONTAL	2011	2010	Var (%)
DEPOSITOS	289.787,47	105.342,82	175,09
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	289.787,47	105.342,82	175,09
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	393.886,04	87.003.541,08	(99,55)
TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	393.886,04	87.003.541,08	(99,55)
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	112.150,58	2.277.887,77	(95,08)
FORNECEDORES	17.400,14	279.179,04	(93,77)
DE EXERCICIOS ANTERIORES	17.400,14	279.179,04	(93,77)
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	355.721,59	3.085.096,31	(88,47)
VALORES DIFERIDOS	355.721,59	3.085.096,31	(88,47)
INCORPORACAO DE OBRIΓACOES	18.312.055,56	10.257.878,06	78,52
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	18.312.055,56	10.257.878,06	78,52
VALORES EM CIRCULACAO	34.963.392,61	19.941.513,96	75,33
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	34.963.392,61	19.941.513,96	75,33
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	1.579.412,00	5.340.669,04	(70,43)
BAIXA DE DIREITOS	5.409.075,19	12.992.723,30	(58,37)
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	5.409.075,19	12.992.723,30	(58,37)
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	253.777,20	169.799,71	49,46
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	356.068,97	248.872,11	43,07
DESPESAS DE CAPITAL	8.779.969,63	6.861.502,18	27,96
INVESTIMENTOS	8.779.969,63	6.861.502,18	27,96
DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	209.860,59	289.787,47	(27,58)
OUTRAS DISPONIBILIDADES	209.860,59	289.787,47	(27,58)
DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	79.213.897,25	64.250.904,89	23,37
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	9.706.928,46	8.407.279,05	15,46
OBRIΓACOES EM CIRCULACAO	19.883.864,83	17.823.350,44	11,56
RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	10.159.536,23	9.134.420,05	11,22
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	665.490.621,52	749.555.488,42	(11,22)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	52.750.074,52	55.798.639,95	(5,46)
DISPÊNDIOS	1.406.986.968,85	1.464.230.842,02	(3,91)
REPASSE CONCEDIDO	16.622.157,59	16.119.836,02	3,12

**Maiores variações absolutas nos ingressos (classificadas na ordem da variação em módulo)**

DIFERENÇAS EM REAIS	2011	2010	2011 - 2010
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6,00	86.398.602,30	(86.398.596,30)
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	6,00	86.397.430,19	(86.397.424,19)
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.315.915.561,00	1.392.906.918,16	(76.991.357,16)
INGRESSOS	1.406.966.968,85	1.464.230.842,02	(57.243.873,17)
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	90.388.503,54	70.622.775,80	19.765.727,74
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	35.580.502,23	21.399.667,27	14.180.834,96
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	31.831.899,21	19.044.756,21	12.787.143,00
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	31.831.899,21	19.044.756,21	12.787.143,00
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS RECEBIDAS	1.315.915.555,00	1.306.508.315,86	9.407.239,14
REPASSE RECEBIDO	667.451.183,30	659.438.795,71	8.012.387,59
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	2.458.799,77	8.912.163,32	(6.453.363,55)
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	2.458.167,77	8.905.201,63	(6.447.033,86)
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	34.290.698,98	27.956.919,53	6.333.779,45
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	15.804.434,31	9.706.928,46	6.097.505,85
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	14.531.188,80	10.159.536,23	4.371.652,57
SUB-REPASSE RECEBIDO	648.108.650,11	643.984.423,84	4.124.226,27
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	648.108.650,11	643.984.423,84	4.124.226,27
RESTOS A PAGAR	15.216.153,74	11.675.338,67	3.540.815,07
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	169.799,77	2.972.948,73	(2.803.148,02)
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERÊNCIA	2.507.621,25	-	2.507.621,25
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	365.927,78	2.447.687,48	(2.081.759,70)
VALORES DIFERIDOS	365.927,78	2.447.687,48	(2.081.759,70)
VALORES EM CIRCULAÇÃO	19.941.513,96	18.528.714,05	1.412.799,91
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	19.941.513,96	18.528.714,05	1.412.799,91
FORNecedores	1.032.622,01	17.400,14	1.015.221,87
OUTROS DEBITOS	917.000,00	-	917.000,00

**Itens dos Ingressos com valores zerados no exercício atual e diferentes de zero no exercício anterior**

	2011	2010
ORDEM DE TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	-	1.172,11
RECEBIMENTO DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	-	1.172,11

**Itens dos Ingressos com valores zerados no exercício anterior e diferentes de zero no exercício atual**

	2011	2010
RECEITA DE SERVIÇOS	507,18	-
DEDUÇÕES DA RECEITA	(3,00)	-
TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	728.054,00	-
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	2.670,92	-
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERÊNCIA	2.507.621,25	-
OUTROS DEBITOS	917.000,00	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	100.000,00	-

**Maiores variações absolutas nos dispêndios (classificadas na ordem da variação em módulo)**

DIFERENÇAS EM REAIS	2010	2009	2010 - 2009
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	393.886,04	87.003.541,08	(86.609.655,04)
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	393.886,04	87.003.541,08	(86.609.655,04)
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	665.490.621,52	749.555.488,42	(84.064.866,90)
DISPÊNDIOS	1.406.966.968,85	1.464.230.842,02	(57.243.873,17)
VALORES EM CIRCULAÇÃO	34.963.392,61	19.941.513,96	15.021.878,65
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	34.963.392,61	19.941.513,96	15.021.878,65
DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	79.213.897,25	64.205.904,89	15.007.992,36
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	505.172.367,52	492.237.217,35	12.935.150,17
DESPESAS CORRENTES	653.292.619,86	643.318.159,06	9.974.460,80
INCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	18.312.055,56	10.257.878,06	8.054.177,50
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	18.312.055,56	10.257.878,06	8.054.177,50
BAIXA DE DIREITOS	5.409.075,19	12.992.723,30	(7.583.648,11)
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	5.409.075,19	12.992.723,30	(7.583.648,11)
SUB-REPASSE CONCEDIDO	648.108.650,11	643.984.423,84	4.124.226,27
SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	648.108.650,11	643.984.423,84	4.124.226,27
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	1.579.412,00	5.340.669,04	(3.761.257,04)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	52.750.074,52	55.798.639,95	(3.048.565,43)
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	355.721,59	3.085.096,31	(2.729.374,72)
VALORES DIFERIDOS	355.721,59	3.085.096,31	(2.729.374,72)
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS CONCEDIDAS	665.096.735,48	662.551.947,34	2.544.788,14
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	112.150,58	2.277.887,77	(2.165.737,19)
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	19.883.864,83	17.823.350,44	2.060.514,39
DESPESAS DE CAPITAL	8.779.969,63	6.861.502,18	1.918.467,45
INVESTIMENTOS	8.779.969,63	6.861.502,18	1.918.467,45
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	9.706.928,46	8.407.279,05	1.299.649,41
RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	10.159.536,23	9.134.420,05	1.025.116,18

**Itens dos Dispêndios com valores zerados no exercício atual e diferentes de zero no exercício anterior**

	2010	2009
VALORES EM TRANSITO	-	2.472,30

**Itens dos Dispêndios com valores zerados no exercício anterior e diferentes de zero no exercício atual**

	2010	2009

**ANÁLISE POR ÍNDICES**

2010	Fórmula	Valores	Índice
<b>Confronto da receita corrente com a despesa corrente</b>	<b>Receita Corrente/Despesa Corrente</b>	606.110,89/643.318.159,06	0,00094
<b>Confronto da receita de capital com a despesa capital</b>	<b>Receita de capital/Despesa de capital</b>	Não houve registro de valores em receita de Capital no exercício	-
2011	Fórmula	Valores	Índice
<b>Confronto da receita corrente com a despesa corrente</b>	<b>Receita Corrente/Despesa Corrente</b>	393.119,84/653.292.619,86	0,00060
<b>Confronto da receita de capital com a despesa capital</b>	<b>Receita de capital/despesa de capital</b>	Não houve registro de valores em receita de Capital no exercício	-

## ANEXO XII

<b>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ÍNDICES POR EXERCÍCIOS</b>			
<b>2009</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valores</b>	<b>Índice</b>
<b>BO - Outras Despesas Correntes sobre Despesa Corrente</b>	Outras DC/Despesa Corrente	43.635.768,82/572.017.762,07	0,07628
<b>BO - Despesa de Pessoal sobre Despesa Corrente</b>	Pessoal/Despesa Corrente	528.381.993,25/572.017.762,07	0,92372
<b>BO - Despesa de Capital sobre Total de Despesa</b>	DCap/Despesa Total	<b>Não houve registro de valores em receita de Capital no exercício</b>	-

<b>2010</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valores</b>	<b>Índice</b>
<b>BO - Outras Despesas Correntes sobre Despesa Corrente</b>	Outras DC/Despesa Corrente	55.837.143,33/643.107.790,33	0,08682
<b>BO - Despesa de Pessoal sobre Despesa Corrente</b>	Pessoal/Despesa Corrente	587.270.647,00/643.107.790,33	0,91318
<b>BO - Despesa de Capital sobre Total de Despesa</b>	DCap/Despesa Total	6.861.502,18/650.179.661,24	0,01055

<b>2011</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valores</b>	<b>Índice</b>
<b>BO - Outras Despesas Correntes sobre Despesa Corrente</b>	Outras DC/Despesa Corrente	53.106.143,49/653.292.619,86	0,08129
<b>BO - Despesa de Pessoal sobre Despesa Corrente</b>	Pessoal/Despesa Corrente	600.186.476,37/653.292.619,86	0,91871
<b>BO - Despesa de Capital sobre Total de Despesa</b>	DCap/Despesa Total	8.779.969,63/662.072.589,49	0,01326

## ANEXO XII

BALANÇO - VARIACAO PATRIMONIAL / ANO (ENCERRADO)

CGU

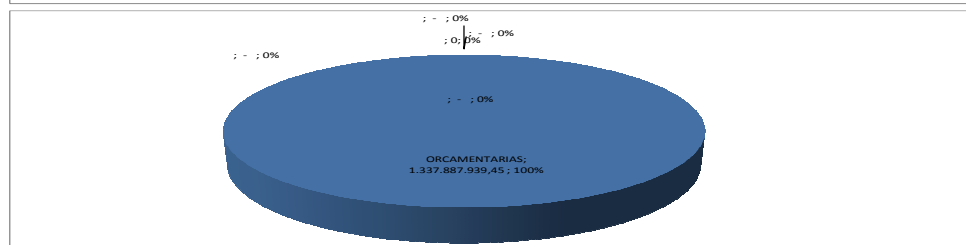
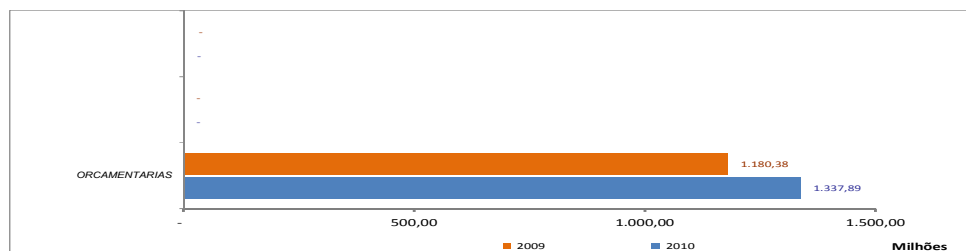
### Variações Ativas

	2010	2009	Var (%)
ORCAMENTARIAS	1.337.887.939,45	1.180.379.709,94	13,34

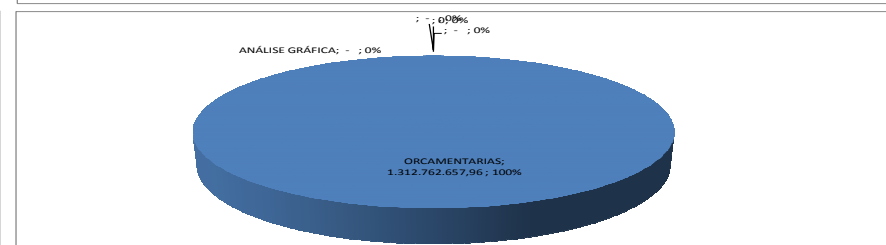
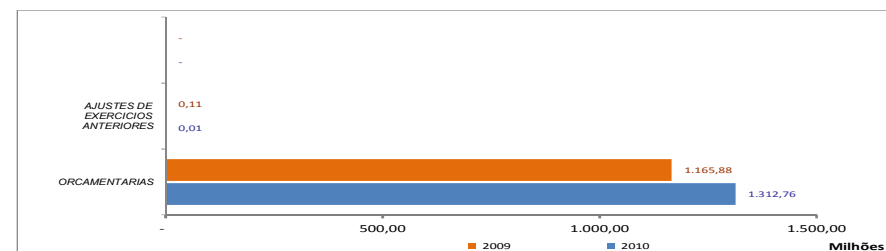
### Variações Passivas

	2010	2009	Var (%)
ORCAMENTARIAS	1.312.762.657,96	1.165.875.729,28	12,60
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	9.643,53	105.357,77	(90,85)

ANÁLISE GRÁFICA



ANÁLISE GRÁFICA



### Maiores variações percentuais nas V.A. (classificadas na ordem da variação % em módulo)

ANÁLISE HORIZONTAL	2010	2009	Var (%)
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	251.168,27	270,00	92.925,29
REAVALIACOES DE BENS	251.168,27	270,00	92.925,29
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	2.972.945,73	1.167.847,85	154,57
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	7.657.653,48	3.251.991,32	135,48
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	209,25	12.306,78	(98,30)
AJUSTES NAO FINANCEIROS	209,25	12.306,78	(98,30)
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	112.150,58	2.277.887,77	(95,08)
INCORPORACAO DE CREDITOS	19.194.801,03	11.856.237,69	61,90
INCORPORACOES DE ATIVOS	20.848.220,41	13.194.602,86	58,01
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.172,11	1.970,00	(40,50)
MUTACOES ATIVAS	30.773.512,70	22.190.732,08	38,68
AQUISICOES DE BENS	1.653,419,38	1.338.265,17	23,55
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	606.110,89	517.347,45	17,16
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	86.397.430,19	103.994.936,18	(16,92)
INTERFERENCIAS ATIVAS	88.093.970,36	105.884.024,80	(16,80)
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	3.131.580,27	3.714.454,50	(15,69)
RECEITAS CORRENTES	606.110,89	525.140,60	15,42
INCORPORACOES DE ATIVOS	56.482.623,39	49.674.107,48	13,67
ORCAMENTARIAS	1.337.887.939,45	1.180.379.709,94	13,34
REPASSE RECEBIDO	659.438.795,71	583.563.442,64	13,00
INTERFERENCIAS ATIVAS	1.306.508.315,86	1.157.663.840,26	12,86
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.306.508.315,86	1.157.663.840,26	12,86
SUB-REPASSE RECEBIDO	643.984.423,84	570.654.662,00	12,85
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	9.925.292,29	8.996.229,22	10,33
VARIACOES ATIVAS	1.639.838.734,28	1.396.708.016,09	10,25
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	1.695.368,06	1.887.118,62	(10,19)
INCORPORACAO DE DIREITOS	45.614.275,39	42.707.661,66	6,81
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	201.950.794,83	216.328.306,15	(6,65)
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	57.142.823,66	60.757.697,09	(5,95)
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	113.856.824,47	110.444.281,35	3,09

### Maiores variações percentuais nas V.P. (classificadas na ordem da variação % em módulo)

ANÁLISE HORIZONTAL	2010	2009	Var (%)
DESPESAS DE CAPITAL	6.861.502,18	2.146.652,97	219,64
INVESTIMENTOS	6.861.502,18	2.146.652,97	219,64
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	2.277.887,77	1.167.847,85	95,05
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	169.799,71	2.972.945,73	(94,29)
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	9.643,53	105.357,77	(90,85)
AJUSTES NAO FINANCEIROS	9.643,53	104.372,77	(90,78)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	248.872,11	571.081,81	(56,42)
BAIXA DE DIREITOS	51.230.270,01	34.811.082,14	47,17
DESINCORPORACOES DE ATIVOS	53.069.068,34	36.496.217,90	45,41
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	235.955,29	379.134,18	(37,76)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	55.798.639,95	43.202.478,51	29,16
RESULTADO PATRIMONIAL	9.516.233,55	12.818.354,95	(25,70)
SUPERAVIT	9.516.233,55	12.818.354,95	(25,70)
INTERFERENCIAS PASSIVAS	88.469.137,56	108.194.042,84	(18,23)
DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	129.090.705,21	109.819.889,02	17,55
MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	87.003.541,08	104.513.705,80	(16,75)
SUB-REPASSE CONCEDIDO	643.984.423,84	570.654.662,00	12,85
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	1.465.596,48	1.680.808,04	(12,80)
ORCAMENTARIAS	1.312.762.657,96	1.165.875.729,28	12,60
DESPESAS CORRENTES	643.318.159,06	572.155.553,57	12,44
INTERFERENCIAS PASSIVAS	662.561.947,34	591.541.608,51	12,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	662.561.947,34	591.541.608,51	12,00
PESSOA E ENCARGOS SOCIAIS	492.237.217,35	441.727.858,21	11,43
VARIACOES PASSIVAS	1.539.838.734,28	1.396.708.016,09	10,25
PESSOA E ENCARGOS SOCIAIS	95.033.429,65	86.654.135,04	9,67
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	95.282.301,76	87.225.216,85	9,24
BAIXA DE BENS IMOVEIS	1.838.798,33	1.838.135,76	9,12
INCORPORACAO DE PASSIVOS	75.776.038,05	72.839.179,17	4,03
REPASSE CONCEDIDO	16.119.836,02	16.746.152,93	(3,74)
MUTACOES PASSIVAS	31.049,38	31.914,23	(2,71)

**Maiores variações nas V.A. (classificadas na ordem da variação em módulo)**

DIFERENÇAS EM REAIS	2010	2009	2010 - 2009
ORCAMENTARIAS	1.337.887.939,45	1.180.379.709,94	157.508.229,51
INTERFERENCIAS ATIVAS	1.306.508.315,86	1.157.663.840,26	148.844.475,60
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.306.508.315,86	1.157.663.840,26	148.844.475,60
VARIACOES ATIVAS	1.539.838.734,28	1.396.708.016,09	143.130.718,19
REPASSE RECEBIDO	659.438.795,71	583.563.442,64	75.875.353,07
SUB-REPASSE RECEBIDO	643.984.423,84	570.654.662,00	73.329.761,84
INTERFERENCIAS ATIVAS	88.093.970,36	105.884.024,80	(17.790.054,44)
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	86.397.430,19	103.994.936,18	(17.597.505,99)
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	201.950.794,83	216.328.306,15	(14.377.511,32)
MUTACOES ATIVAS	30.773.512,70	22.190.732,08	8.582.780,62
INCORPORACOES DE ATIVOS	20.848.220,41	13.194.502,86	7.653.717,55
INCORPORACAO DE CREDITOS	19.194.801,03	11.856.237,69	7.338.563,34
INCORPORACOES DE ATIVOS	56.462.623,39	49.674.107,48	6.788.515,91
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	7.657.653,48	3.251.991,32	4.405.662,16
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	57.142.823,56	60.757.597,09	(3.614.773,53)
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	113.856.824,47	110.444.281,35	3.412.543,12
INCORPORACAO DE DIREITOS	45.614.275,39	42.707.661,66	2.906.613,73
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	112.150,58	2.277.887,77	(2.165.737,19)
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	2.972.945,73	1.167.847,85	1.805.097,88
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	9.925.292,29	8.996.229,22	929.063,07
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	3.131.580,27	3.714.454,50	(582.874,23)
AQUISICOES DE BENS	1.653.419,38	1.338.265,17	315.154,21
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	251.168,27	270,00	250.898,27
REAVALIACOES DE BENS	251.168,27	270,00	250.898,27
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	1.695.368,06	1.887.118,62	(191.750,56)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	606.110,89	517.347,45	88.763,44

**Itens das V.A. com valores zerados no exercício atual e diferentes de zero no exercício anterior**

	2010	2009
RECEITA DE SERVICOS	-	7.793,15
DEDUÇÕES DA RECEITA	-	(3,00)

**Itens das V.A. com valores zerados no exercício anterior e diferentes de zero no exercício atual**

	2010	2009
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	59.114,25	-

**Maiores variações nas V.P. (classificadas na ordem da variação em módulo)**

DIFERENÇAS EM REAIS	2010	2009	2010 - 2009
ORCAMENTARIAS	1.312.762.657,96	1.165.875.729,28	146.886.928,68
VARIACOES PASSIVAS	1.539.838.734,28	1.396.708.016,09	143.130.718,19
SUB-REPASSE CONCEDIDO	643.984.423,84	570.654.662,00	73.329.761,84
DESPESAS CORRENTES	643.318.159,06	572.155.553,57	71.162.605,49
INTERFERENCIAS PASSIVAS	662.551.947,34	591.541.608,51	71.010.338,83
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	662.551.947,34	591.541.608,51	71.010.338,83
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	492.237.217,35	441.727.858,21	50.509.359,14
INTERFERENCIAS PASSIVAS	88.469.137,56	108.194.042,84	(19.724.905,28)
DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	129.090.705,21	109.819.889,02	19.270.816,19
MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	87.003.541,08	104.513.705,80	(17.510.164,72)
DESINCORPORACOES DE ATIVOS	53.069.068,34	36.496.217,90	16.572.850,44
BAIXA DE DIREITOS	51.230.270,01	34.811.082,14	16.419.187,87
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	55.798.639,95	43.202.478,51	12.596.161,44
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	95.033.429,65	86.654.135,04	8.379.294,61
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	95.282.301,76	87.225.216,85	8.057.084,91
DESPESAS DE CAPITAL	6.861.502,18	2.146.652,97	4.714.849,21
INVESTIMENTOS	6.861.502,18	2.146.652,97	4.714.849,21
RESULTADO PATRIMONIAL	9.516.233,55	12.818.354,95	(3.302.121,40)
SUPERAVIT	9.516.233,55	12.818.354,95	(3.302.121,40)
INCORPORACAO DE PASSIVOS	75.776.038,05	72.839.179,17	2.936.858,88
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	169.799,71	2.972.945,73	(2.803.146,02)
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	-	1.999.529,00	(1.999.529,00)
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	2.277.887,77	1.167.847,85	1.110.039,92
REPASSE CONCEDIDO	16.119.836,02	16.746.152,93	(626.316,91)
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	217.559.842,77	218.013.931,86	(454.089,09)
DESVALORIZACAO DE BENS	-	379.134,18	(379.134,18)

**Itens das V.P. com valores zerados no exercício atual e diferentes de zero no exercício anterior**

	2010	2009
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	-	1.999.529,00
DESVALORIZACAO DE BENS	-	379.134,18
AJUSTES FINANCEIROS	-	985,00

**Itens das V.P. com valores zerados no exercício anterior e diferentes de zero no exercício atual**

	2010	2009
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	235.955,29	-

**ANÁLISE POR ÍNDICES**

2009	Descrição	Valores	Índice
<b>DVP - Acréscimo sobre Variações Ativas</b>	Acréscimo / Variações Ativas	110.444.281,35/1.396.708.016,09	0,07907
<b>DVP - Decréscimo sobre Variações Passivas</b>	Decréscimo/Variações Passivas	109.819.889,02/1.396.708.016,09	0,07863

# ANEXO XII

## BALANÇO - VARIACAO PATRIMONIAL / ANO (ENCERRADO)

CGU

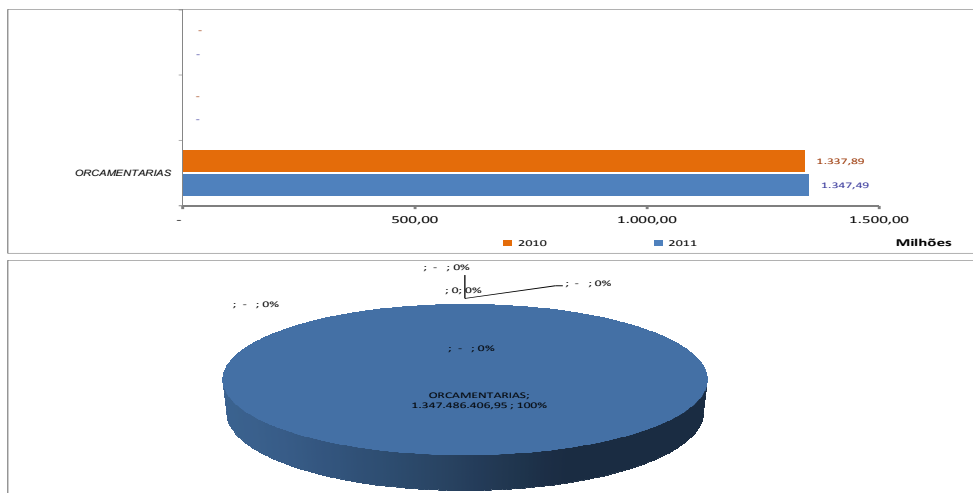
### Variações Ativas

	2011	2010	Var (%)
ORCAMENTARIAS	1.347.486,406,95	1.337.887,939,45	0,72

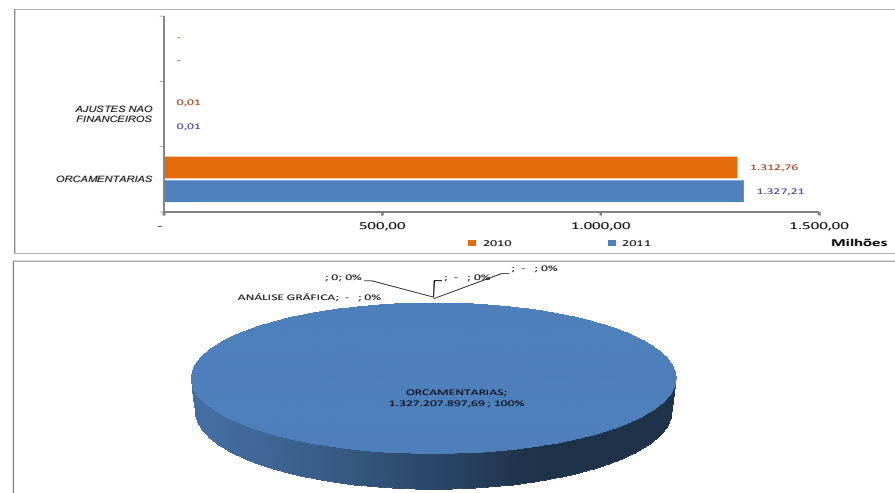
### Variações Passivas

	2011	2010	Var (%)
ORCAMENTARIAS	1.327.207,897,69	1.312.762,657,96	1,10
AJUSTES NAO FINANCEIROS	8.804,77	9.643,53	(8,70)

ANÁLISE GRÁFICA



ANÁLISE GRÁFICA



### Maiores variações percentuais nas V.A. (classificadas na ordem da variação % em módulo)

ANÁLISE HORIZONTAL	2011	2010	Var (%)
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	374.581,95	59.114,25	533,66
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	33.016,74	86.397.430,19	(99,96)
INTERFERENCIAS ATIVAS	2.459.698,79	88.093.970,36	(97,21)
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	169.799,71	2.972.945,73	(94,29)
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	5.633.831,82	3.131.580,27	79,90
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	185.921,88	112.150,58	65,78
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	4.082.878,24	7.657.653,48	(46,68)
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	2.426.682,05	1.695.368,06	43,14
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	124.003.228,85	201.950.794,83	(38,60)
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	342.486,85	251.168,27	36,36
REAVALIACOES DE BENS	342.486,85	251.168,27	36,36
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	392.612,66	606.110,89	(35,22)
RECEITAS CORRENTES	393.119,84	606.110,89	(35,14)
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	13.003.733,38	9.925.292,29	31,02
AQUISICOES DE BENS	2.124.235,30	1.653.419,38	28,48
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	69.735.362,10	57.142.823,56	22,04
INCORPORACAO DE CREDITOS	16.049.766,43	19.194.801,03	(16,38)
INCORPORACOES DE ATIVOS	18.174.001,73	20.848.220,41	(12,83)
INCORPORACAO DE DIREITOS	41.374.389,10	45.614.275,39	(9,30)
INCORPORACOES DE ATIVOS	51.465.681,11	56.462.623,39	(8,85)
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	121.543.530,06	113.856.824,47	6,75
VARIACOES ATIVAS	1.474.084.337,04	1.539.838.734,28	(4,27)
MUTACOES ATIVAS	31.177.735,11	30.773.512,70	1,31
REPASSE RECEBIDO	667.451.183,30	659.438.795,71	1,22
INTERFERENCIAS ATIVAS	1.315.915.555,00	1.306.508.315,86	0,72
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.315.915.555,00	1.306.508.315,86	0,72
ORCAMENTARIAS	1.347.486.406,95	1.337.887.939,45	0,72
SUB-REPASSE RECEBIDO	648.108.650,11	643.984.423,84	0,64
#N/D	#N/D	#N/D	#N/D
#N/D	#N/D	#N/D	#N/D

### Maiores variações percentuais nas V.P. (classificadas na ordem da variação % em módulo)

ANÁLISE HORIZONTAL	2011	2010	Var (%)
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	2.968.702,71	235.955,29	1.158,16
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	2.968.702,71	235.955,29	1.158,16
MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	425.343,58	87.003,541,08	(99,51)
INTERFERENCIAS PASSIVAS	2.713.375,77	88.469.137,56	(96,93)
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	112.150,58	2.277.887,77	(95,08)
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	2.287.268,99	1.465.596,48	56,06
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	253.777,20	169.799,71	49,46
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	356.068,97	248.872,11	43,07
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	146.876.439,35	2.175.589,42,77	(32,49)
DESPESAS DE CAPITAL	8.779.969,63	6.861.502,18	27,96
INVESTIMENTOS	8.779.969,63	6.861.502,18	27,96
MUTACOES PASSIVAS	38.572,72	31.049,38	24,23
DESINCORPORACOES DE ATIVOS	38.572,72	31.049,38	24,23
#N/D	#N/D	#N/D	#N/D
BAIXA DE DIREITOS	61.540.469,16	51.230.270,01	20,13
DESINCORPORACOES DE ATIVOS	63.493.073,00	53.069.068,34	19,64
DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	144.163.063,58	129.090.705,21	11,68
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	8.804,77	9.643,53	(8,70)
AJUSTES NAO FINANCEIROS	8.804,77	9.643,53	(8,70)
BAIXA DE BENS MOVEIS	1.952.603,84	1.838.798,33	6,19
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	52.750.074,52	55.798.639,95	(5,46)
VARIACOES PASSIVAS	1.474.084.337,04	1.539.838.734,28	(4,27)
REPASSE CONCEDIDO	16.622.157,59	16.119.836,02	3,12
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	505.172.367,52	492.237.217,35	2,63
INCORPORACAO DE PASSIVOS	77.692.483,10	75.776.038,05	2,53
DESPESAS CORRENTES	653.292.619,86	643.318.159,06	1,55
ORCAMENTARIAS	1.327.207.897,69	1.312.762.657,96	1,10
SUB-REPASSE CONCEDIDO	648.108.650,11	643.984.423,84	0,64
INTERFERENCIAS PASSIVAS	665.096.735,48	662.551.947,34	0,38
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	665.096.735,48	662.551.947,34	0,38

**Maiores variações nas V.A. (classificadas na ordem da variação em módulo)**

DIFERENÇA EM REAIS	2011	2010	2011 - 2010
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	33.016,74	86.397.430,19	(86.364.413,45)
INTERFERENCIAS ATIVAS	2.459.698,79	88.093.970,36	(85.634.271,57)
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	124.003.228,85	201.950.794,83	(77.947.565,98)
VARIACOES ATIVAS	1.474.084.337,04	1.539.838.734,28	(65.754.397,24)
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	69.735.362,10	57.142.823,56	12.592.538,54
ORCAMENTARIAS	1.347.486.406,95	1.337.887.939,45	9.598.467,50
INTERFERENCIAS ATIVAS	1.315.915.555,00	1.306.508.315,86	9.407.239,14
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.315.915.555,00	1.306.508.315,86	9.407.239,14
REPASSE RECEBIDO	667.451.183,30	659.438.795,71	8.012.387,59
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	121.543.530,06	113.856.824,47	7.686.705,59
INCORPORACOES DE ATIVOS	51.465.681,11	56.462.623,39	(4.996.942,28)
INCORPORACAO DE DIREITOS	41.374.389,10	45.614.275,39	(4.239.886,29)
SUB-REPASSE RECEBIDO	648.108.650,11	643.984.423,84	4.124.226,27
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	4.082.878,24	7.657.653,48	(3.574.775,24)
INCORPORACAO DE CREDITOS	16.049.766,43	19.194.801,03	(3.145.034,60)
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	13.003.733,38	9.925.292,29	3.078.441,09
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	169.799,71	2.972.945,73	(2.803.146,02)
INCORPORACOES DE ATIVOS	18.174.001,73	20.848.220,41	(2.674.218,68)
RESULTADO PATRIMONIAL	2.594.701,24	-	2.594.701,24
DEFICIT	2.594.701,24	-	2.594.701,24
#N/D	#N/D	#N/D	#N/D
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	5.633.831,82	3.131.580,27	2.502.251,55
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	2.426.682,05	1.695.368,06	731.313,99
AQUISICOES DE BENS	2.124.235,30	1.653.419,38	470.815,92
MUTACOES ATIVAS	31.177.735,11	30.773.512,70	404.222,41
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	374.581,95	59.114,25	315.467,70

**Itens das V.A. com valores zerados no exercício atual e diferentes de zero no exercício anterior**

	2011	2010
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	-	1.172,11
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-	209,25
AJUSTES NAO FINANCEIROS	-	209,25

**Itens das V.A. com valores zerados no exercício anterior e diferentes de zero no exercício atual**

	2011	2010
RECEITA DE SERVICOS	507,18	-
DEDUCOES DA RECEITA	(3,00)	-
RESULTADO PATRIMONIAL	2.594.701,24	-
DEFICIT	2.594.701,24	-
	2.594.701,24	-

**Maiores variações nas V.P. (classificadas na ordem da variação em módulo)**

DIFERENÇA EM REAIS	2011	2010	2011 - 2010
MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	425.343,58	87.003.541,08	(86.578.197,50)
INTERFERENCIAS PASSIVAS	2.713.375,77	88.469.137,56	(85.755.761,79)
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	146.876.439,35	217.559.842,77	(70.683.403,42)
VARIACOES PASSIVAS	1.474.084.337,04	1.539.838.734,28	(65.754.397,24)
DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	144.163.063,58	129.090.705,21	15.072.358,37
ORCAMENTARIAS	1.327.207.897,69	1.312.762.657,96	14.445.239,73
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	505.172.367,52	492.237.217,35	12.935.150,17
DESINCORPORACOES DE ATIVOS	63.493.073,00	53.069.068,34	10.424.004,66
BAIXA DE DIREITOS	61.540.469,16	51.230.270,01	10.310.199,15
DE SPESAS CORRENTES	653.292.619,86	643.318.159,06	9.974.460,80
RESULTADO PATRIMONIAL	-	9.516.233,55	(9.516.233,55)
SUPERAVIT	-	9.516.233,55	(9.516.233,55)
SUB-REPASSE CONCEDIDO	648.108.650,11	643.984.423,84	4.124.226,27
OUTRAS DE SPESAS CORRENTES	52.750.074,52	55.798.639,95	(3.048.565,43)
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	2.968.702,71	235.955,29	2.732.747,42
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	2.968.702,71	235.955,29	2.732.747,42
INTERFERENCIAS PASSIVAS	665.096.735,48	662.551.947,34	2.544.788,14
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	665.096.735,48	662.551.947,34	2.544.788,14
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	112.150,58	2.277.887,77	(2.165.737,19)
DE SPESAS DE CAPITAL	8.779.969,63	6.861.502,18	1.918.467,45
INVESTIMENTOS	8.779.969,63	6.861.502,18	1.918.467,45
INCORPORACAO DE PASSIVOS	77.692.483,10	75.776.038,05	1.916.445,05
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	2.287.268,99	1.465.596,48	821.672,51
REPASSE CONCEDIDO	16.622.157,59	16.119.836,02	502.321,57
BAIXA DE BENS MOVEIS	1.952.603,84	1.838.798,33	113.805,51
OUTRAS DE SPESAS CORRENTES	356.068,97	248.872,11	107.196,86

**Itens das V.P. com valores zerados no exercício atual e diferentes de zero no exercício anterior**

	2011	2010
RESULTADO PATRIMONIAL	-	9.516.233,55
SUPERAVIT	-	9.516.233,55

**Itens das V.P. com valores zerados no exercício anterior e diferentes de zero no exercício atual**

	2011	2010
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	763,20	-

**ANÁLISE POR ÍNDICES**

2010	Descrição	Valores	Índice
<b>DVP - Acréscimo sobre Variações Ativas</b>	Acréscimo / Variações Ativas	113.856.824,47/1.539.838.734,28	0,07394
<b>DVP - Decréscimo sobre Variações Passivas</b>	Decréscimo/Variações Passivas	129.090.705,21/1.539.838.734,28	0,08383
2011	Descrição	Valores	Índice
<b>DVP - Acréscimo sobre Variações Ativas</b>	Acréscimo / Variações Ativas	121.543.530,06/1.474.084.337,04	0,08245
<b>DVP - Decréscimo sobre Variações Passivas</b>	Decréscimo/Variações Passivas	144.163.063,58/1.474.084.337,04	0,09780

## ANEXO XIII

## QUADRO C.38.1 - IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO

Informações da entidade parceira	<b>CNPJ</b>	04.936.855.0001/80
	<b>Nome</b>	A Voz do Cidadão – Instituto de Cultura de Cidadania
	<b>Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)</b>	<p><i>Art. 2º do Estatuto Social da OSCIP:</i> O Instituto tem como finalidade:</p> <p>I – a promoção da educação e conscientização da população em relação aos seus direitos;</p> <p>II – a promoção de todos os direitos estabelecidos, construção de novos direitos, informação à população a respeito de seus direitos e do modo de exercício;</p> <p>III – a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, dos direitos políticos, do direito econômico, do direito do consumidor, do direito à saúde, do direito ambiental da presente e das futuras gerações, do direito dos idosos, das garantias e direitos individuais e coletivos inseridos na Constituição Federal do Brasil, especialmente, da democracia e ainda de outros valores universais;</p> <p>IV – a promoção e incentivo às atividades culturais e educativas;</p> <p>V – a conscientização da população quanto à responsabilidade social de cada ser humano e de cada setor integrado no sistema econômico com fim de implementar materialmente os direitos constitucionais e atender a toda coletividade de modo justo e igualitário;</p> <p>VI – a produção de estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.</p>
	<b>Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)</b>	<i>Regulamento Interno de Compras e Contratações</i> , ato de 05/08/2011, publicado no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2011, Seção 3, págs. 156-157.
Informações do Termo de Parceria	<b>Número</b>	662097
	<b>Data Celebração</b>	07/07/2010
	<b>Registrado no SICONV?</b>	Não
	<b>Forma de escolha da entidade parceira</b>	<p>Inicialmente, a OSCIP apresentou um plano de ações a ser desenvolvido em parceria com a CGU. O plano inicial foi aperfeiçoado pela área técnica do órgão, transformando-se no Programa de Trabalho anexo ao Termo de Parceria. Desse modo, a OSCIP foi selecionada com base em seu histórico de atuação multimídia e multidisciplinar, pesquisando, produzindo, organizando e distribuindo cultura e informação para a cidadania, por meio do estímulo à articulação e participação social, da assistência à implantação de projetos e atividades de cunho social e do incentivo a ações voluntárias que promovam os direitos humanos e a cidadania nas empresas e na comunidade. Para a consecução desses fins, a OSCIP se utiliza de uma vasta gama de canais e instrumentos, a exemplo de palestras, debates, encontros e eventos com empresas e outras instituições; promoção e divulgação de ações como forma de estimular a criação de uma cultura de responsabilidade social; e elaboração de publicações sobre cidadania, buscando espaços nos meios de comunicação por intermédio de campanhas, divulgação de imprensa, artigos, materiais gráficos e programas variados que estimulem à cidadania. Como resultado de sua articulação institucional, a OSCIP possui ampla capilaridade de comunicação. Seu portal possui cerca de 25 mil usuários cadastrados; uma média de 29,3 mil visitantes únicos mensais; e obteve mais de 8,1 milhões de <i>page views</i> entre janeiro e dezembro de 2009 (números relativos ao ano anterior à assinatura do Termo de Parceria). Os boletins radiofônicos da OSCIP, veiculados em espaço editorial cedido pelas Organizações Globo sem nenhum custo de veiculação, atingem 450 mil ouvintes por minuto na Rádio Globo (Domingos, às 21hs) e 200 mil ouvintes por minuto na Rede CBN (Terças e Quintas, às 15hs).</p>



	<b>Objeto</b>	O Termo de parceria tem por objeto o desenvolvimento, em conjunto, de ações de comunicação pública destinadas à promoção da cidadania e da transparência, ao estímulo ao controle social da gestão pública e ao combate à corrupção.	
	<b>UJ Parceira</b>	<b>Nome</b>	Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento da Controladoria-Geral da União
		<b>UG SIAFI</b>	170940
	<b>Período Vigência</b>	<b>Início</b>	07/07/2010
		<b>Fim</b>	06/01/2013
	<b>Valor Global (em R\$ 1,00)</b>	<b>Da UJ</b>	450.000,00
		<b>Da Entidade</b>	0,00

<b>Informações da entidade parceira</b>	<b>CNPJ</b>	03.571.810.0001/96
	<b>Nome</b>	Amigos Associação de Ribeirão Bonito - AMARRIBO
	<b>Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)</b>	<p><i>Art. 2º do Estatuto da OSCIP:</i> A entidade tem por finalidade:</p> <p>I – promover (colaborar com) o desenvolvimento urbano e social do município;</p> <p>II – defender, preservar e conservar o meio ambiente, buscando promover o desenvolvimento sustentado e integrado dos recursos naturais, principalmente dos hídricos, respeitando a vocação natural da região;</p> <p>III – estimular e apoiar projetos que visem o eco-turismo, que observem a conservação do meio ambiente, considerando o seu impacto social e ambiental da região;</p> <p>IV – defender e promover o desenvolvimento sustentável;</p> <p>V – promover e implementar programas voltados para a cultura à defesa do patrimônio histórico e artístico e à educação;</p> <p>VI - promover o desenvolvimento econômico e social do município e ações de combate à pobreza;</p> <p>VII - promover ações voltadas para a cidadania, a ética, a dignidade da pessoa, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais;</p> <p>VIII – criar instrumentos que viabilizem a promoção e a qualidade de vida das famílias da comunidade e da região;</p> <p>IX – promover a participação do cidadão na comunidade e o voluntariado em suas ações;</p> <p>X – estimular e propugnar pela preservação dos locais históricos da região, de seus monumentos e da arquitetura de seus prédios;</p> <p>XI – sensibilizar a sociedade civil para os programas de inclusão social;</p> <p>XII – resgatar, documentar e difundir a história e as tradições do município, bem como recuperar seus documentos históricos;</p> <p>XIII – fiscalizar, no exercício da cidadania, o poder público municipal em suas ações bem como os poderes públicos estadual e federal naquelas em que estiverem com ele conveniados ou vinculados;</p> <p>XIV – estimular a criação de entidades de controle social, principalmente, da administração pública municipal, mantendo com elas vínculos de solidariedade e atuação.</p>
	<b>Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)</b>	<i>Regulamento para Aquisição e Alienação de Bens e para a Contratação de Obras e Serviços</i> , Ato nº 1 de 09/08/2011, publicado no Diário Oficial da União de 10 de agosto de 2011, Seção 3, págs. 155-156.
<b>Informações do Termo de Parceria</b>	<b>Número</b>	667414
	<b>Data Celebração</b>	08/07/2011
	<b>Registrado no SICONV?</b>	Não

	<b>Forma de escolha da entidade parceira</b>	De acordo com o Memorando de Entendimento sobre a 15 <sup>th</sup> IACC, cabe à representante da Transparência Internacional no país – a AMARRIBO Brasil – as atribuições de coordenação, execução e contratação das atividades previstas no Plano de Impemtação da Conferência, utilizando para isso os recursos financeiros do fundo provido pela CGU, o órgão do Governo Brasileiro responsável por recepcionar a 15 <sup>th</sup> IACC. Nesse sentido, o Termo de Parceria firmado pela CGU e a AMARRIBO Brasil – OSCIP qualificada pelo Ministério da Justiça – constitui-se no instrumento jurídico-formal a dar consequência prática ao compromisso internacional do Governo Brasileiro. Em face do Memorando de Entendimento, o objeto não poderia ser realizado por nenhuma outra entidade.		
	<b>Objeto</b>	O Termo de Parceria tem por objeto a implementação dos compromissos assumidos pelo Governo Brasileiro no <i>Memorando de Entendimento sobre a 15<sup>th</sup> International Anti-Corruption Conference</i> .		
	<b>UJ Parceira</b>	<b>Nome</b>	Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento da Controladoria-Geral da União	
		<b>UG SIAFI</b>	170940	
	<b>Período Vigência</b>	<b>Início</b>	08/07/2011	
		<b>Fim</b>	07/07/2013	
	<b>Valor Global (em R\$ 1,00)</b>	<b>Da UJ</b>	5.967.582,72	
<b>Da Entidade</b>		0,00		

## ANEXO XIV

**QUADRO C.38.6 – DEMONSTRATIVO DOS INDICADORES PACTUADOS COM A ENTIDADE PARCEIRA**

<b>Identificação da Entidade Parceira</b>			
<b>Nome</b>	A Voz do Cidadão - Instituto de Cultura de Cidadania	<b>CNPJ</b>	04.936.855.0001/80
<b>CARACTERIZAÇÃO DO INDICADOR i.1</b>			
<b>Nome</b>	Divulgação semanal, no espaço Agenda da Cidadania do site A Voz do Cidadão, de informes relacionados à temática da participação e acompanhamento da gestão pública pelo cidadão, com orientações e informações sobre transparência, integridade, fiscalização do dinheiro público, participação em ações de capacitação da CGU, entre outras.		
<b>Fórmula de Cálculo</b>	Simples contagem		
<b>Unidade de Medida</b>	Informes divulgados por mês		
<b>Periodicidade de Medição</b>	Mensal		
<b>Aferição dos Resultados do Indicador</b>			
<b>Meta do exercício</b>	<b>Pactuada</b>	24	
	<b>Realizada</b>	24	
	<b>% Realização</b>	100,00%	
<b>% de Realização da Meta de exercícios anteriores</b>	<b>Exercícios</b>	<b>2010</b>	102%
		<b>2009</b>	N.A.
<b>Análise do Indicador</b>	As metas do exercício (pactuada e realizada) para esse indicador se referem ao período de 07/07 a 31/12/2011, conforme previstas no Termo Aditivo, de julho de 2011, que prorrogou o TP originário, firmado em 07/07/2010, no qual o mesmo indicador também fora previsto e plenamente realizado.		
<b>CARACTERIZAÇÃO DO INDICADOR i.2</b>			
<b>Nome</b>	Divulgação mensal, nos boletins radiofônicos de A Voz do Cidadão, de ações de prevenção da corrupção, com pauta definida em conjunto, com o objetivo de sensibilizar a sociedade para a importância da participação e engajamento de todos na luta contra a corrupção, indicando inclusive como cidadãos e instituições podem participar.		
<b>Fórmula de Cálculo</b>	Simples contagem		
<b>Unidade de Medida</b>	Boletins divulgados por mês		
<b>Periodicidade de Medição</b>	Mensal		
<b>Aferição dos Resultados do Indicador</b>			
<b>Meta do exercício</b>	<b>Pactuada</b>	6	
	<b>Realizada</b>	8	
	<b>% Realização</b>	133,00%	
<b>% de Realização da Meta de exercícios anteriores</b>	<b>Exercícios</b>	<b>2010</b>	117%
		<b>2009</b>	N.A.
<b>Análise do Indicador</b>	As metas do exercício (pactuada e realizada) para esse indicador se referem ao período de 07/07 a 31/12/2011, conforme previstas no Termo Aditivo, de julho de 2011, que prorrogou o TP originário, firmado em 07/07/2010, no qual o mesmo indicador também fora previsto e plenamente realizado.		
<b>CARACTERIZAÇÃO DO INDICADOR i.3</b>			
<b>Nome</b>	Divulgação mensal de <i>videocasts</i> (programas curtos em vídeo), com pauta definida em conjunto, visando a despertar o interesse e facilitar o acesso dos cidadãos a temas e conteúdos voltados ao controle social e ao combate à corrupção.		
<b>Fórmula de Cálculo</b>	Simples contagem		
<b>Unidade de Medida</b>	<i>Videocasts</i> divulgados por mês		

<b>Periodicidade de Medição</b>	Mensal		
<b>Aferição dos Resultados do Indicador</b>			
<b>Meta do exercício</b>	<b>Pactuada</b>	6	
	<b>Realizada</b>	6	
	<b>% Realização</b>	100%	
<b>% de Realização da Meta de exercícios anteriores</b>	<b>Exercícios</b>	<b>2010</b>	108%
		<b>2009</b>	N.A.
<b>Análise do Indicador</b>	As metas do exercício (pactuada e realizada) para esse indicador se referem ao período de 07/07 a 31/12/2011, conforme previstas no Termo Aditivo, de julho de 2011, que prorrogou o TP originário, firmado em 07/07/2010, no qual o mesmo indicador também fora previsto e plenamente realizado.		
<b>CARACTERIZAÇÃO DO INDICADOR ii.1</b>			
<b>Nome</b>	Disponibilização da categoria “Controle Social”, no espaço Agenda da Cidadania do site A Voz do Cidadão, vinculada a conteúdos, definidos e/ou produzidos em comum acordo pelos Parceiros, voltados à sensibilização da sociedade para a importância da participação e do engajamento no combate à corrupção.		
<b>Fórmula de Cálculo</b>	Simples contagem		
<b>Unidade de Medida</b>	Conteúdos divulgados por mês		
<b>Periodicidade de Medição</b>	Mensal		
<b>Aferição dos Resultados do Indicador</b>			
<b>Meta do exercício</b>	<b>Pactuada</b>	9	
	<b>Realizada</b>	9	
	<b>% Realização</b>	100%	
<b>% de Realização da Meta de exercícios anteriores</b>	<b>Exercícios</b>	<b>2010</b>	108,00%
		<b>2009</b>	N.A.
<b>Análise do Indicador</b>	As metas do exercício (pactuada e realizada) para esse indicador se referem ao período de 07/07 a 31/12/2011, conforme previstas no Termo Aditivo, de julho de 2011, que prorrogou o TP originário, firmado em 07/07/2010, no qual esse indicador fora previsto em formato ligeiramente diferente e, desse modo, plenamente realizado.		
<b>CARACTERIZAÇÃO DO INDICADOR ii.2</b>			
<b>Nome</b>	Disponibilização de conteúdos do site A Voz do Cidadão para publicação no portal e páginas eletrônicas da CGU, de modo a permitir que um maior número de cidadãos tenham acesso a informações relativas ao controle social, à cidadania e ao combate à corrupção.		
<b>Fórmula de Cálculo</b>	Simples contagem		
<b>Unidade de Medida</b>	Conteúdos disponíveis		
<b>Periodicidade de Medição</b>	Permanente		
<b>Aferição dos Resultados do Indicador</b>			
<b>Meta do exercício</b>	<b>Pactuada</b>	1	
	<b>Realizada</b>	1	
	<b>% Realização</b>	100%	
<b>% de Realização da Meta de exercícios anteriores</b>	<b>Exercícios</b>	<b>2010</b>	100%
		<b>2009</b>	N.A.
<b>Análise do Indicador</b>	As metas do exercício (pactuada e realizada) para esse indicador se referem ao período de 07/07 a 31/12/2011, conforme previstas no Termo Aditivo, de julho de 2011, que prorrogou o TP originário, firmado em 07/07/2010, no qual o mesmo indicador também fora previsto e plenamente realizado.		

<b>CARACTERIZAÇÃO DO INDICADOR iii.1</b>			
<b>Nome</b>	Divulgação quinzenal na categoria “Educação”, no espaço Agenda da Cidadania do site A Voz do Cidadão, de conteúdos definidos e/ou produzidos em comum acordo pelos Parceiros, com vistas à promoção e divulgação de notícias e informações sobre o Concurso de Desenho e Redação da CGU.		
<b>Fórmula de Cálculo</b>	Simples contagem		
<b>Unidade de Medida</b>	Conteúdos divulgados por mês		
<b>Periodicidade de Medição</b>	Mensal		
<b>Aferição dos Resultados do Indicador</b>			
<b>Meta do exercício</b>	<b>Pactuada</b>	6	
	<b>Realizada</b>	6	
	<b>% Realização</b>	100%	
<b>% de Realização da Meta de exercícios anteriores</b>	<b>Exercícios</b>	<b>2010</b>	N.A.
		<b>2009</b>	N.A.
<b>Análise do Indicador</b>	As metas do exercício (pactuada e realizada) para esse indicador se referem ao período de 07/07 a 31/12/2011, conforme previstas no Termo Aditivo, de julho de 2011, que prorrogou o TP originário, firmado em 07/07/2010, no qual esse indicador não fora previsto.		
<b>CARACTERIZAÇÃO DO INDICADOR iii.2</b>			
<b>Nome</b>	Disponibilização de banner (com hyperlink) da página do Concurso de Desenho e Redação da CGU, hospedada no Portalzinho da CGU ( <a href="http://www.portalzinho.cgu.gov.br">www.portalzinho.cgu.gov.br</a> ).		
<b>Fórmula de Cálculo</b>	Simples contagem		
<b>Unidade de Medida</b>	Banner visualizado ao longo das diversas etapas do Concurso		
<b>Periodicidade de Medição</b>	Permanente		
<b>Aferição dos Resultados do Indicador</b>			
<b>Meta do exercício</b>	<b>Pactuada</b>	1	
	<b>Realizada</b>	1	
	<b>% Realização</b>	100%	
<b>% de Realização da Meta de exercícios anteriores</b>	<b>Exercícios</b>	<b>2010</b>	N.A.
		<b>2009</b>	N.A.
<b>Análise do Indicador</b>	As metas do exercício (pactuada e realizada) para esse indicador se referem ao período de 07/07 a 31/12/2011, conforme previstas no Termo Aditivo, de julho de 2011, que prorrogou o TP originário, firmado em 07/07/2010, no qual esse indicador não fora previsto.		
<b>CARACTERIZAÇÃO DO INDICADOR iv.1</b>			
<b>Nome</b>	Disponibilização de banner (com hyperlink) do Portal da Transparência do Governo Federal, em local de destaque, no topo da página do site A Voz do Cidadão ( <a href="http://www.avozdocidadao.com.br">www.avozdocidadao.com.br</a> ) e de eventuais Concursos de Aplicativos e Cursos relacionados ao Portal da Transparência.		
<b>Fórmula de Cálculo</b>	Simples contagem		
<b>Unidade de Medida</b>	Banner visualizado ao longo da vigência do Termo de Parceria		
<b>Periodicidade de Medição</b>	Permanente		
<b>Aferição dos Resultados do Indicador</b>			
<b>Meta do exercício</b>	<b>Pactuada</b>	1	
	<b>Realizada</b>	1	
	<b>% Realização</b>	100%	
<b>% de Realização da Meta de exercícios anteriores</b>	<b>Exercícios</b>	<b>2010</b>	100%
		<b>2009</b>	N.A.

<b>Análise do Indicador</b>	As metas do exercício (pactuada e realizada) para esse indicador se referem ao período de 07/07 a 31/12/2011, conforme previstas no Termo Aditivo, de julho de 2011, que prorrogou o TP originário, firmado em 07/07/2010, no qual esse indicador fora previsto em formato ligeiramente diferente e, desse modo, plenamente realizado.		
<b>CARACTERIZAÇÃO DO INDICADOR v.1</b>			
<b>Nome</b>	Implantação do Cidadômetro, projeto móvel destinado a realizar enquetes e ações de mobilização e conscientização, utilizando-se, para isso, de veículo e equipamentos tecnológicos para a realização de enquetes, e de gravação e exibição de depoimentos.		
<b>Fórmula de Cálculo</b>	Simples contagem		
<b>Unidade de Medida</b>	Veículo equipado e em atividade no período		
<b>Periodicidade de Medição</b>	Mensal		
<b>Aferição dos Resultados do Indicador</b>			
<b>Meta do exercício</b>	<b>Pactuada</b>	6	
	<b>Realizada</b>	6	
	<b>% Realização</b>	100%	
<b>% de Realização da Meta de exercícios anteriores</b>	<b>Exercícios</b>	<b>2010</b>	N.A.
		<b>2009</b>	N.A.
<b>Análise do Indicador</b>	As metas do exercício (pactuada e realizada) para esse indicador se referem ao período de 07/07 a 31/12/2011, conforme previstas no Termo Aditivo, de julho de 2011, que prorrogou o TP originário, firmado em 07/07/2010, no qual esse indicador não fora previsto.		
<b>CARACTERIZAÇÃO DO INDICADOR v.2</b>			
<b>Nome</b>	Realização de 10 (dez) palestras ou oficinas, com a presença de representante da OSCIP, em ações de prevenção da corrupção promovidas pelas Unidades Regionais da CGU.		
<b>Fórmula de Cálculo</b>	Simples contagem		
<b>Unidade de Medida</b>	Palestras ou Oficinas realizadas por semestre		
<b>Periodicidade de Medição</b>	Mensal		
<b>Aferição dos Resultados do Indicador</b>			
<b>Meta do exercício</b>	<b>Pactuada</b>	3	
	<b>Realizada</b>	3	
	<b>% Realização</b>	100%	
<b>% de Realização da Meta de exercícios anteriores</b>	<b>Exercícios</b>	<b>2010</b>	N.A.
		<b>2009</b>	N.A.
<b>Análise do Indicador</b>	As metas do exercício (pactuada e realizada) para esse indicador se referem ao período de 07/07 a 31/12/2011, conforme previstas no Termo Aditivo, de julho de 2011, que prorrogou o TP originário, firmado em 07/07/2010, no qual esse indicador não fora previsto.		

<b>Identificação da Entidade Parceira</b>			
<b>Nome</b>	Amigos Associação de Ribeirão Bonito - AMARRIBO	<b>CNPJ</b>	03.571.810.0001/96
<b>CARACTERIZAÇÃO DO INDICADOR i.1</b>			
<b>Nome</b>	Contratação de Empresa Organizadora da 15 <sup>th</sup> IACC		
<b>Fórmula de Cálculo</b>	Verificação e acompanhamento das fases do processo previstas para o exercício		
<b>Unidade de Medida</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração de Termo de Referência;</li> <li>- Elaboração de Edital de Seleção de Fornecedor;</li> <li>- Publicação de Edital de Seleção de Fornecedor;</li> <li>- Processo de Seleção da Empresa Organizadora da 15<sup>th</sup> IACC.</li> </ul>		
<b>Periodicidade de Medição</b>	Bimestral, a cada Prestação de Contas		

<b>Aferição dos Resultados do Indicador</b>			
<b>Meta do exercício</b>	<b>Pactuada</b>	Conclusão das três primeiras fases e início da quarta fase	
	<b>Realizada</b>	Conclusão das três primeiras fases e início da quarta fase	
	<b>% Realização</b>	100%	
<b>% de Realização da Meta de exercícios anteriores</b>	<b>Exercícios</b>	<b>2010</b>	N.A.
		<b>2009</b>	N.A.
<b>Análise do Indicador</b>	Ao lado da definição da cidade-sede da 15 <sup>th</sup> International Anti-Corruption Conference, atribuição de responsabilidade compartilhada com os demais parceiros na organização da Conferência (CGU, Transparência Internacional e Conselho da IACC), apenas esse indicador e suas respectivas fases estavam previstas para o período analisado. As demais Etapas e Ações estão previstas para o ano posterior ao exercício analisado.		

Fonte: Relatórios de Prestação de Contas das OSCIPs e Relatórios e Documentos Avaliatórios da Execução dos Termos de Parceria, todos consignados nos respectivos processos.